

DISCURSOS NA PRODUÇÃO DO PRESENTE

Sentidos e sujeitos em espaços de luta



Antonio Genário Pinheiro dos Santos

Maria Eliza Freitas do Nascimento

Rafaela Cláudia dos Santos

Denise Gabriel Witzel

- Organizadores -



DISCURSOS NA PRODUÇÃO DO PRESENTE

Sentidos e sujeitos em espaços de luta



Antonio Genário Pinheiro dos Santos

Maria Eliza Freitas do Nascimento

Rafaela Cláudia dos Santos

Denise Gabriel Witzel

- Organizadores -



Marca de Fantasia

Parahyba, 2026

Catálogo na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

D611

Discursos na produção do presente: sentidos e sujeitos em espaços de luta /
Organização de Antonio Genário Pinheiro dos Santos, Maria Eliza Freitas do
Nascimento, Rafaela Cláudia dos Santos, et al. – João Pessoa: Marca de Fantasia,
2026.

Outra organizadora: Denise Gabriel Witzel.
Livro em PDF
ISBN 978-85-7999-141-7

1. Análise do discurso. 2. Linguagem. 3. Movimentos sociais. I. Santos, Antonio
Genário Pinheiro dos (Organizador). II. Nascimento, Maria Eliza Freitas do
(Organizadora). III. Santos, Rafaela Cláudia dos (Organizadora). IV. Título.

CDD 401.41

Índice para catálogo sistemático

I. Análise do discurso

DISCURSOS NA PRODUÇÃO DO PRESENTE

Sentidos e sujeitos em espaços de luta

Antonio Genário Pinheiro dos Santos
Maria Eliza Freitas do Nascimento - Rafaela Cláudia dos Santos
Denise Gabriel Witzel
- Organizadores -

Série Linguagem e Discurso, 15. 2026. 458p.
ISBN 978-85-7999-141-7



MARCA DE FANTASIA

Rua João Bosco dos Santos, 50, apto. 903A
Parahyba (João Pessoa), PB. Brasil. 58046-033
marcadedefantasia@gmail.com
<https://www.marcadedefantasia.com>

A editora Marca de Fantasia é uma atividade da Associação Marca de Fantasia, CNPJ 09193756/0001-79 e um projeto de extensão do NAMID - Núcleo de Artes e Mídias Digitais, do Departamento de Mídias Digitais da UFPB

Editor/designer: Henrique Magalhães

Conselho editorial

Adriano de León - UFPB	Marcelo Bolshaw - UFRN
Alberto Pessoa - UFPB	Marcos Nicolau - UFPB
Edgar Franco - UFG	Marina Magalhães - UFAM
Edgard Guimarães - ITA/SP	Nilton Milanez - UESB
Gazy Andraus - FAV-UFG	Paulo Ramos - UNIFESP
Heraldo Aparecido Silva - UFPI	Roberto Elísio dos Santos - USCS/SP
José Domingos - UEPB	Waldomiro Vergueiro - USP

Os textos, na sua organização e disposição de informações, conteúdo, e uso de imagens, refletem única e exclusivamente a posição de seus respectivos autores.

Imagens usadas exclusivamente para estudo de acordo com o artigo 46 da lei 9610, sendo garantida a propriedade das mesmas a seus criadores ou detentores de direitos autorais.



Sumário

Prefácio	8
Cláudia Rejanne Pinheiro Grangeiro	
1 Os discursos de Bolsonaro e Lula na ONU: Subjetivação e produção de sentido na mídia internacional	13
Antonio Genário Pinheiro dos Santos Carlos Piovezani	
2 Como a Craco resiste: modos de subjetivação e de resistência de sujeitos infames na Cracolândia de São Paulo	50
Felipe Bini Denise Gabriel Witzel	
3 A (in)felicidade em discursos: uma análise das estratégias do biopoder no acontecimento da educação (pós) pandemia	79
Isabely Fernandes Fonseca Khyara Luanny de Lima Fernandes Maria Eliza Freitas do Nascimento	
4 Eu Professor, Eu Algoritmo: Subjetivação docente e governamentalidade algorítmica na educação contemporânea	106
José Domingos	
5 Subjetividade e resistência de um herói: discurso, raça e poder em “Super Choque”	138
Danilo de Meireles Nunes Muniz Carla Luzia Carneiro Borges	

6	“Só queria jogar futebol” Discursos racistas e o governo emoções de Vinícius Júnior em posts no X	160
	Matheus Rodrigues da Silva Luciana Fernandes Nery	
7	Fala eficaz e pregação neopentecostal no discurso político brasileiro	183
	Sandson de Souza Costa Carlos Piovazani	
8	Narrativas de mulheres catadoras do Lixão Vila Princesa em Porto Velho/RO: Diagnóstico do presente	218
	Maria da Glória da Costa de Farias Jefferson Campos Maraisa Daiana da Silva	
9	“GORDA SIM!” Modos de subjetivação e estratégias de resistência de mulheres gordas no <i>Instagram</i>	239
	Izaías Serafim de Lima Neto	
10	Audiovisual, memória e território: A cartografia do projeto TV de Rua em Meruoca, Ceará	259
	José Augustiano Xavier dos Santos Liliane Luz Alves	
11	Leitura como prática discursiva: contribuições foucaultianas para o ensino de Língua Portuguesa na educação básica	279
	Douglas de Oliveira Domingos Laurênia Souto Sales	

12	Relações de saber-poder nos discursos sobre o sujeito gay indígena: Um olhar sobre o perfil do Instagram de Gilmar Mendes Guajajara	309
	Giordan Victor Santos Costa Rafaela Cláudia dos Santos Antonio Genário Pinheiro dos Santos	
13	Corpo na Análise de Discurso: acontecimento, discursos e sentidos	338
	Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho Liliane Luz Aves	
14	A coragem da verdade e a violência doméstica: uma análise da websérie “Confessionários - Relatos de casa”	358
	Anderson Sales da Silva Rafaela Cláudia dos Santos Lúcia Helena Medeiros	
15	Ser feliz é uma escolha? positividade tóxica, cultura do desempenho e imperativos morais de bem-estar	381
	Geilson Fernandes de Oliveira Marcília Luzia Gomes da Costa Mendes Kildare de Medeiros Gomes Holanda	
16	Governamentalidade algorítmica e transgressão da linguagem Algospeak no Instagram	409
	Matheus Silva Barrêto Regina Baracuhy	
	Autores	438

Prefácio

*O tempo é a minha matéria, o tempo presente (...)
a vida presente (...)
Estou preso à vida e olho meus companheiros
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças (...)
O presente é tão grande, não nos afastemos
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas*

(Carlos Drummond de Andrade)

Em 1967, o pensador francês Guy Debord, em obra basilar para a construção do pensamento crítico do século XXI, intitulada *A Sociedade do Espetáculo*, aponta este elemento como característica definidora das sociedades capitalistas modernas. Para o autor, o espetáculo não é apenas um conjunto de imagens ou entretenimento, mas uma nova forma de organização social, das quais seriam, as próprias imagens, mercadoria. Ele aprofunda a ideia de alienação do marxismo clássico para além do universo do trabalho, presente, portanto, em todas as dimensões da vida social.

Este autor, assim como Foucault, não viveu no mundo da abrangência das tecnologias da informação e da comunicação, da inteligência artificial e todo esse multiverso, digno das mais impensáveis criações dos filmes de ficção científica. Universo multiseimiótico, multimodal, configurado nas mais diferentes mídias, as quais, como suportes, são responsáveis, também, pela infinidade de gêneros discursivos: discursos orais, narrativas de si, documentários, filmes, perfis do instagram, animes etc, constituindo-se os próprios supor-

tes, assim como os gêneros neles presentes, como uma das dimensões da discursividade, os quais também produzem sentidos.

Além da multiplicidade dos gêneros, temos, ainda, as lutas intersticiais, do presente, cujos buracos negros, apontava Foucault, seriam (e são) os campos da política e da sexualidade, ou seja, matrizes privilegiadas para o exercício dos poderes disciplinares.

A realidade que nos circunda nos chega como algo distópico. Por vezes se apresenta como como um caleidoscópio surrealista. Pensávamos, como exemplo, que discursos/práticas sociais que pareciam, se não apagados, pelo menos inertes, até mesmo pelos chamados “pactos civilizatórios”, não somente tácitos, mas muitas vezes estabelecidos pelas instituições em formas de tratados internacionais. Esses discursos se fortalecem em muitos países do globo tendo como fortes aliadas as diversas mídias e suas indústrias de factóides, as quais se capilarizam de tal forma na sociedade a ponto de eleger presidentes, característica hodierna dos poderes nos regimes de pós-verdade.

As doenças do poder, como dizia Foucault, os discursos extremos de ódio, de fortes tonalidades fascistas, racistas, misóginas, anticiência, discursos/práticas contra a Educação e o Estado laico, voltam a se manifestar, com força nas sociedades contemporâneas, no Brasil.

Em alguns casos mais extremos, pensamos que vamos acordar ou poder desligar algum botão, por estarmos em algum game ou mesmo em algum dos episódios do Walking Dead. No entanto, à medida que tais discursos e poderes avançam e como nenhum poder existe sem as suas resistências, são visíveis também, as lutas intersticiais dos (as) sujeitos (as es) em suas múltiplas formas de (re) existências.

Um destaque, nesse ponto, é importante. A vasta obra de Michel Foucault em todas as suas dimensões, nos aponta para um aspecto que, para o autor, era basilar: o Sujeito (com todos os ar-

tigos possíveis e necessários, na tentativa de abranger a amplitude das humanidades), em suas relações assimétricas, irregulares e descontínuas consigo próprio e com os demais elementos que o atravessam e constituem: as historicidades, as relações de poder/saber/fazer/dizer e até mesmo o não-dizer, o não-poder dizer/saber/fazer.

Neste contexto, irrompe esta obra: *Discursos na produção do presente: sentidos e sujeitos em espaços de luta*, cujo conjunto de artigos nos reporta ao quadro *As Meninas*, de Velasquez, cuidadosa e milimetricamente abordado no primeiro capítulo de *As Palavras e as Coisas*, de Miche Foucault.

O quadro, obra prima do artista espanhol de ascendência portuguesa (por isso o nome da obra registrada em português mesmo como *As Meninas*), mostra uma série de mecanismos de (in) visibilidades e de olhares. Sob um impressionante jogo de luz e sombras, o artista, autoretratado, olha a imagem que lhe serve de modelo, cujos personagens, cada um olha para um espaço específico e possui uma postura corporal distinta, mostrando-se entretido com algum elemento externo, podendo ser, inclusive, o (a) espectador (a) do quadro. São muitos quadros dentro do quadro, configurando-se, pois, como múltiplas formas de entreolhares.

A esta imagem associo as páginas que se seguem, com todas e mais alguns (mas) possíveis reflexos, reflexões e refrações. Delas, somos espectadores (as), portanto, co-autores (as) de um digníssimo quadro, composto de e por autores (as), pesquisadores (as) de diferentes universidades brasileiras, envolvidos (as) com o trabalho de investigação dos dizeres e dos sentidos, mais precisamente, dos efeitos de sentido, considerados no atravessamento histórico, ideológico e social, olhando para corpus compostos por sujeitos (as, es) e seus corpos, com as lentes do saber/poder/dizer/fazer produzidas no campo do saber científico, mas que também são sujeitos (as) também atravessados (as es) e constituídas (os es) por diversas

camadas discursivas: regionalidade/nacionalidade, gênero, orientação sexual, posicionamentos ideológicos, sociais, territórios e outras infinitos dispositivos de produção de subjetividades.

Nós, enquanto leitores (as), também atravessados (as es) pelas nossos dispositivos, olhamos para os pesquisadores (as) e para os (as) sujeitos (as) pesquisados (as), que se veem pelas lentes do (a) pesquisador (a) e também nos vemos. E assim infinitamente, nesse jogo intersubjetivo de entreolhares.

Nesse sentido, o espelho, ele próprio, é uma imagem que pode sintetizar os mecanismos de constituição dos (as) sujeitos (as es), à medida que não somente reflete, mas também refrata, nessa relação permanente e ininterrupta com o que, sabemos hoje, com fronteiras muito sutis e nem sempre explícitas, podemos, se é que ainda podemos, contemporaneamente, chamar de alteridade.

Assim, a partir da leitura dos artigos que compõem esta obra, vemos a proficuidade e cada vez atualidade do pensamento daquele que um dia disse que este século seria deleuziano. Em grande medida, sim, mas sem dúvida, este século se mostra cada vez mais foucaulteano, à medida que as categorias analíticas empreendidas por este autor encontraram solo fértil nas mais diversas vertentes das ciências humanas e sociais, não ficando de fora os estudos da Linguagem, em geral e da própria Linguística.

Importante também as inúmeras possibilidades de diálogos com autores do campo dos Estudos Culturais, como Stuart Hall, com a crítica feminista às relações de poder cisheteronormativas e patriarcais contemponâneas, em atuoras como Judith Butler, dentre outras e a premente discussão das relações de classe e étnico-raciais em autoras como bell hooks. Tais diálogos também podem ser encontrados nas páginas que se seguem.

Outro ponto importante. Além dos artigos que tocam diretamente no debate sobre a relação do (a) sujeito (a) professor (a) com o campo da Educação, tanto no aspecto macro como nas mi-

crelações de poder, todos os artigos são oriundos de trabalhos embasados em pesquisas realizadas na iniciação científica ou na pós-graduação, as quais contribuem significativamente com a Educação no Brasil, no campo das Letras, posto que apontam para a Educação do Olhar, para uma acuidade de leitura crítica sobre o mundo presente, nas formas avassaladoras como nos chega: através das mais diversas mídias.

Tal aspecto abrange não somente o âmbito acadêmico, mas aponta para a Educação numa perspectiva mais ampla, considerando, principalmente, os (as) sujeitos (as es) sociais aqui olhados (as es) e analisados (as es) e suas formas de atuação e resistências em seus diversos territórios.

Assim, tais elementos colocam esta obra, ela própria, já em um lugar de resistência aos discursos hegemônicos. Isso ocorre em virtude tanto dos fundamentos teórico-metológicos mobilizados e pelos (as) sujeitos (as es) e discursos analisados (as es) quanto pelas prementes, necessárias e atualíssimas temáticas abordadas.

Tenhamos todas (os es) uma boa leitura!

Cláudia Rejanne Pinheiro Grangeiro

Grupo de Estudos em em Discurso,
Cultura e Identidades – DISCULTI
Departamento de Línguas e Literaturas/URCA

Os discursos de Bolsonaro e Lula na ONU: Subjetivação e produção de sentido na mídia internacional

Antonio Genário Pinheiro dos Santos¹

Carlos Piovezani²

Introdução

Tradicionalmente, é o Brasil que abre os debates na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 1947³. Considerando a configuração das sessões de debates das edições das Assembleias Gerais, presidentes brasileiros discursam na ONU desde 1982. O púlpito desse organismo internacional é um espaço que, para além da garantia da proporcionalidade da voz

1. Doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente do Curso de Letras da Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó (Feles), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

2. Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Docente do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

3. O diplomata brasileiro, político e advogado Oswaldo Euclides da Souza Aranha (Oswaldo Aranha, como ficou conhecido internacionalmente), foi quem presidiu a Assembleia Geral da ONU em 1947 e, assim, inaugurou a tradição de falas de brasileiros nas edições desse organismo internacional. Cf. *Jornal O Sul*. Disponível em: <https://www.osul.com.br/presidentes-brasileiros-discursam-na-onu-desde-1982/>

brasileira frente às diferentes nações mundiais, convoca o sujeito político à assunção de um capital de visibilidade incomum. Na oportunidade da abertura da Assembleia Geral da ONU, evento que ocorre anualmente na sede, na cidade de Nova York, os presidentes, chefes de estado e representantes políticos do mundo inteiro se reúnem, abordam e debatem temas que são expoentes das demandas da sociedade internacional.

É esse um acontecimento explorado midiaticamente (Santos, 2023), haja vista que posições políticas são levantadas, rechaçadas ou criticadas; especialistas da economia, da gestão pública apreciam e são chamados a análises e discussões, conversas institucionais e acordos multilaterais são postos à mesa. Os olhos do mundo voltam-se para esse momento de fala política e de posicionamento à luz das questões internacionais pautadas para cada encontro. Isso acontece face ao espaço de midiaticização sem precedentes que a sociedade tem vivenciado no período que compreende as últimas décadas no século XX e início do século XXI (Moraes, 2006).

Portanto, investigar a produção, circulação e recepção dos sentidos, no escopo da pesquisa linguística e em atenção às condições sociais e históricas dos discursos, representa a possibilidade de problematizar, por exemplo, a ação de dispositivos e mecanismos que balizam a forma como são interpretadas as verdades que são apresentadas e que permanecem no cotidiano, como é o caso dos dispositivos de mídia. Faz-se necessário observar sua operação em torno do dizer, seu trabalho com a verdade e o atravessamento de suas estratégias no espaço do dizível e do visível. Essa prática de leitura deve considerar “os sentidos mediante a instauração de relações de equivalências e de encadeamento entre as palavras e enunciados pronunciados ou escritos antes e então pelos sujeitos do discurso” (Piovezani, 2020a, p. 27).

A atividade política é, então, inscrita no espaço do espetáculo e na predominância dos efeitos de visibilidade e de evidência, ao

mesmo tempo em que é enxertada por estratégias de silenciamento e de interdição. Pode-se observar, a partir disso, o imbricamento entre midiatização política e politização da mídia (Piovezani, 2003) se efetivando pela operação em torno das dizibilidades produzidas no cerne de discursos que instigam, na materialidade da fala política, a atualidade de um *mentir verdadeiro* (Swift, 2006).

Assim sendo, o objetivo deste trabalho⁴ é discutir as estratégias discursivas da mídia jornalística internacional que oportunizam a constituição e subjetivação dos presidentes brasileiros em práticas de biopolítica e de governamentalidade. Para tanto, analisa-se a produção de sentidos em manchetes dos jornais *The New York Times* e *The Guardian* sobre os discursos dos presidentes Jair Bolsonaro (2019) e Lula da Silva (2023) na Assembleia Geral da ONU. Esse *corpus* é problematizado sob a perspectiva do método arqueogenealógico de Michel Foucault (2005), considerando a inscrição discursiva e o cunho político dessas materialidades jornalísticas.

O método arqueogenealógico foucaultiano exige pensar o sujeito e suas práticas como fatos de discurso, isto é, segundo um trajeto de descontinuidade e que ressalta a relação, de batimento e de tensão, entre saber e poder. Trata-se de observar, entre as coisas ditas, as proximidades e os distanciamentos que distinguem os lugares de poder e a legitimidade de saberes determinados e que indicam, dessa forma, os silenciamentos e as evidências, estabelecendo que nem tudo pode ser dito de qualquer forma ou de qualquer lugar.

Marcada pela natureza dialético-discursiva das investigações que se efetivam no campo da linguagem, a presente discussão

4. Esta discussão é produto do projeto de pesquisa *A produção de sentido na mídia jornalística internacional: uma análise da cobertura dos discursos dos presidentes brasileiros nas assembleias gerais da ONU*, desenvolvido na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em nível de pós-doutorado, junto ao Grupo de Pesquisa *Laboratório de Estudos do Discurso (Labor) da UFSCar*, e contempla o recorte realizado no texto *Os presidentes brasileiros na ONU: subjetivação e produção de sentido na mídia jornalística internacional*, publicado na obra *Mídia, discurso e sociedade: uma analítica do presente* (no prelo).

considera a contribuição de autores que tratam dos dispositivos da fala política, dos discursos e mídia e das questões ligadas às práticas de governo. A constituição desse lugar de pesquisa oportuniza pensar, ainda, o processo pelo qual a subjetividade dos presidentes brasileiros é trabalhada, explorada, considerando-se os regimes de dizibilidade que são produzidos a partir da ação discursivizadora da mídia. Trata-se de uma ação de *acontecimentalizar*, isto é, de transformar o fato histórico em acontecimento discursivo, na ordem dos efeitos de sentido de *fazer ver* e *sentir* no escopo de discursos que tonificam a potência da visibilidade internacional (Santos, 2023).

Pretende-se fazer uma leitura linguístico-discursiva fundamentada na interpretação e descrição dos objetos a fim de alcançar os efeitos de sentido de verdade, legitimidade, liderança, reforçando práticas de biopolítica e de governamentalidade. Com isso, podem ser apresentadas as seguintes questões centrais: na operação da mídia jornalística internacional em cobrir o acontecimento, que estratégias discursivas determinam as posições de sujeito em práticas de biopolítica e de governamentalidade? Como se constituem os discursos que se levantam a partir da cobertura midiática da fala de presidentes brasileiros na ONU?

Vale mencionar que a decisão por esse recorte se justifica por esses momentos de fala pública na ONU rechaçarem a tônica da representação política dos presidentes brasileiros no organismo internacional e na atenção a questões de interesse global. Tais características podem ser pautadas como expoentes da preocupação mundial que evidenciam não só a forma de condução política das nações, mas, sobretudo, as convergências e também os dissensos de suas perspectivas econômicas, culturais, simbólicas e de gestão da vida da população. Assim, busca-se destacar o revestimento social de discursos (Angenot, 2015) atrelados a dizeres e enunciados de afirmação e que colocam a vida da população

como problema central e, dessa forma, como signo que justifica e requer a intervenção do governo político.

No que se refere a sua constituição, para além da introdução até aqui apresentada, este texto inicia-se com a discussão, no tópico a seguir, acerca dos conceitos que fundamentam o percurso teórico. O apanhado é realizado a fim de situar o leitor sobre o discurso como produção histórica e socialmente marcada; atrelada a condições e contingências determinadas. Com isso, busca-se dizer da natureza discursiva do sentido, da constituição e subjetivação do sujeito social, da verdade como produção histórica que faz incidir um efeito de vontade para com os discursos, da constituição dos enunciados e dos acontecimentos discursivos que se irrompem na sociedade.

Na sequência, discorre-se sobre a questão do governo político da população que, alinhado à máxima do gerenciamento público e da representação de uma determinada coletividade, destaca o alcance de uma política que se estende sobre a vida, na medida em que a coloca no cerne de uma preocupação central. Nessa parte, discute-se a relação entre governamentalidade e biopolítica ressaltando como é ela trabalhada na incidência da mídia jornalística, a qual passa a explorar a oportunidade de fala na ONU com estratégias discursivas que edificam o acontecimento, marcando-o pelo caráter dogmático de um espetáculo de visibilidade.

Por conseguinte, são apresentadas as materialidades, os objetos que subsidiam a leitura linguístico-discursiva dos sentidos e as respectivas análises. Nesse momento, pela atenção e reflexão acerca das estratégias discursivas dos jornais internacionais *The New York Times* e *The Guardian*, busca-se situar o leitor quanto ao recorte que as manchetes jornalísticas operam em relação ao acontecimento da participação dos presidentes brasileiros nas edições de debates da Assembleia Geral da ONU.

Nas considerações finais, com a retomada do objetivo do trabalho e de suas questões teóricas e metodológicas norteadoras, são apre-

sentadas as contribuições do estudo com destaque para a importância da temática e a necessidade de serem feitos outros estudos afins. Além disso, nessa parte, evidencia-se o recorte epistemológico com ênfase no trabalho de descrição e interpretação dos objetos, no escopo da abordagem discursiva, com o intuito de dar relevo à dimensão histórica dos sentidos que circulam socialmente.

I Discurso e história: contingências históricas de produção de sentido no seio do acontecimento

Em *Resposta ao círculo de Epistemologia*, no texto de 1968, em que discute *as formações discursivas e as positivities*, Foucault ([1968] 2005b, p. 105) afirma que o que permite “individualizar um discurso é atribuir-lhe uma existência independente, é o sistema de pontos de escolha que ele deixa livre a partir de um campo de objetos dados, a partir de uma gama enunciativa determinada”. Distanciando-se de uma proposta que possa atribuir ao discurso o efeito homogeneizante de uma linearidade cognoscível e apriorística, o filósofo francês vem situar o discurso como produto de contingências históricas determinadas que se ergue no espaço do saber e do poder, via relações que se perpassam e se materializam a todo instante.

Nesta perspectiva, tem-se o entendimento de que o discurso deve ser considerado a partir das condições de emergência que o inscrevem no espaço do social e do histórico. Por um lado, isso permite observar que “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (Foucault, 2006a p. 9) e, por outro, oportuniza a reflexão sobre a questão foucaultiana central: “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (idem, 2005a, p. 30).

Dito isto, é importante frisar a investida foucaultiana em assegurar que os discursos devem ser tomados como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. “Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas [...]. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” (Foucault, 2005a, p. 55). Tomado, portanto, na sua densidade histórica, o discurso reclama um tratamento de objeto ligado também à política e à subjetividade. Na égide de sua constituição social, o discurso é disposto em setores canônicos que são reconhecidos como legítimos e que, portanto, passam a ocupar posições centrais. Mas, nessa ordem, não reina a literalidade do sentido, não perdura a harmonia equilibrada de sentidos, pois o discurso dá lugar a dissidências, a antagonismos, a divergências doutrinárias (Angenot, 2015).

Face ao exposto, as contribuições epistemológicas do filósofo francês Michel Foucault contribuem decisivamente, uma vez que apresentam um projeto de leitura que lida com a discursividade e com a produção do sentido, a partir de suas condições, filiações, entremeios, deslizos e movências. Para o teórico francês, o discurso é o lugar potencial de luta, de desejo que instiga a ação de mecanismos de controle e de sistemas de exclusão, interligando, portanto, questões da ordem da língua, da história e do sujeito (Foucault, 2006a).

Isso implica olhar para o sentido retomado pelo viés da regularidade e da singularidade dos dizeres – do que é dito, no domínio de uma formação discursiva (FD). É preciso, então, na sequência de uma leitura dos discursos, identificar FDs e descrever os enunciados e, com isso, abordar os saberes na multiplicação e nos estratos em que eles se sedimentam, haja vista que é, no campo do saber, “que é preciso realizar a análise dessas condições de aparecimento – no nível dos conjuntos discursivos e do

jogo das positivities” (Foucault, 2005b, p. 111). Um trabalho que exige atenção a um espaço de memória já que inscreve o dito e o não-dito numa relação de retomadas, de aproximações, de distanciamento, produzindo efeitos de sentido de (in)validação e de legitimidade.

Com o conceito de formação discursiva, o pensamento foucaultiano inaugura uma forma de olhar para os discursos e para os sentidos que circulam na sociedade. Torna-se necessário enxergar o dizer e os sentidos que ele produz a partir de contingências históricas determinadas, pois são eles constituídos num espaço de exterioridade, de descontinuidade e de dispersão.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (Foucault, 2005a, p. 43).

Abordar os discursos a partir das FDs que o atravessam representa a possibilidade de discutir os enunciados no espaço das emergências; isso significa atentar para as regras que formam os objetos de que se pode falar, o conjunto dos conceitos e modalidades enunciativas e também das estratégias enquanto características que não apenas delineiam as formações discursivas, mas permitem falar de determinados discursos e suas regularidades e singularidades imanentes. Com isso, não se trata de alcançar o espaço de origem do que é dito, mas de situá-lo como produção social e historicamente situada e condicionada.

Olhar para as formações discursivas que constituem os discursos é, portanto, alcançá-los no terreno de lutas, como produto de tensões, considerando que “as forças que estão em jogo na história não obedecem nem a uma destinação nem a uma mecânica,

mas ao acaso da luta” (Foucault, 2005b, p. 273). Nesse cenário, a questão do enunciado vem ocupar lugar crucial, haja vista que é o enunciado que inscreve a complexidade da constituição dos discursos, na correlação com a história e com o domínio de subjetividade que eles implicam.

Assim, para Foucault (2005a), todo enunciado está ligado a um referencial (que não é o mesmo que correlato), exige a ocupação da posição de sujeito (sendo essa a representação de um lugar determinado, vazio que pode ser ocupado por indivíduos diferentes), a existência de um domínio associado (as adjacências constitutivas) e, por fim, ter uma materialidade. Desse modo, o autor vem pontuar que:

Qualquer enunciado se encontra assim especificado: não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação [...]. Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e papeis (Foucault, 2005a, p. 112, supressões nossas).

Na esteira do pensamento foucaultiano, considerar o enunciado na estreiteza de suas relações com um exterior determinado significa abordar o discurso como um lugar onde podem ser determinadas tanto a dispersão do sujeito como a sua descon-tinuidade em relação a si mesmo, num processo de articulação e constitutividade. Conforme afirma Foucault (2005b, p. 91); “é preciso acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimento; na pontualidade em que ele aparece e na dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até em seus menores traços”.

Nessa conjuntura, ler o enunciado como unidade discursiva, acentuando a dimensão de sua regularidade e singularidade, situa a leitura dos sentidos, e das estratégias que o fazem movimentar, no campo do acontecimento discursivo, pois instaura ordens e regimes de dizeres num jogo de vinculação e de construção da história. No entanto, se isolada a instância do acontecimento, quer seja em relação à língua, quer seja em relação ao pensamento, não se oportuniza, com isso, um tratamento independente, soberano, individual ou solitário, mas, sim, uma abordagem que o envolve no jogo incessante de rupturas e encadeamentos, a partir do qual tornam-se possíveis e necessárias as retomadas, os diálogos, as aproximações:

É [...] para apreender como esses enunciados, enquanto acontecimentos e em sua especificidade tão estranha, podem se articular com acontecimentos que não são de natureza discursiva, mas que pode ser de ordem técnica, prática, econômica, social, política etc. Fazer aparecer em sua pureza o espaço onde se dispersam os acontecimentos discursivos não é pretender estabelecê-lo em um corte que nada poderia superar; não é tornar a fechá-lo nele próprio, nem, com mais forte motivo, abri-lo a uma transcendência; é, ao contrário, tornar-se livre para descrever, entre ele e outros sistemas que lhe são exteriores, um jogo de relações. Relações que devem ser estabelecidas [...] no campo dos acontecimentos. (Foucault, 2005b, p. 94, supressões nossas).

É, portanto, à guisa das formulações foucaultianas que se entende que é pelo gesto de leitura dos discursos, no intuito de entender a colocação e papel do sujeito social no mundo, na sociedade, que podem ser destacados os saberes, que pode ser realizada a genealogia dos poderes e, assim, fazer a reflexão sobre o que constitui a história. Esse percurso de leitura marca, sobretudo, o que pode ser discursivizado, isto é, dito, trazido à tona – e não outra

coisa em seu lugar – e sempre a partir de determinadas condições de possibilidade. Condições cujas implicações dizem respeito diretamente ao sujeito, ao movimento de ocupação de posições de subjetividade via discurso. Segundo Piovezani (2020b, p. 10):

Ao abrir a boca, podemos conquistar ou arruinar nossa liberdade, podemos ganhar a vida ou sucumbir à morte. [...]. Quando falamos, nossas palavras podem abrir ou fechar portas, podem ampliar nossos horizontes ou aniquilar nossos sonhos. [...] a fala cria a existência e sua finitude, gerando assim nossa humanidade. Nossa linguagem, portanto, não está somente a serviço do que é útil, belo e justo. Ela pode, ao contrário, servir ao que há de mais nefasto na condição humana [...] (supressões nossas).

Esta abordagem provoca a reflexão sobre a potência de discursos que fazem o sujeito ser o que ele é hoje, na sociedade contemporânea, isto é, discursos que, na relação entre público e privado, imputam aos sujeitos sociais determinadas posições e modos de subjetividade, fazendo-os assumir protagonismo e visibilidade face às demandas sociais, políticas, econômicas e culturais do tempo presente. Na mesma medida, importam também o gerenciamento político de suas vidas e o consequente trabalho de atenção às suas necessidades coletivas, sob a égide de uma biopolítica que realça mecanismos e práticas de governamentalidade. É essa a discussão do tópico a seguir.

2 Governamentalidade e biopolítica no acontecimento discursivo: um olhar para as estratégias da mídia jornalística

A relação cada vez mais fina e intercambiada entre mídia e política destaca a tônica do sentido pela ênfase nos três momentos que perfazem sua movência: a constituição, a formulação e a circulação. Neste ínterim, é necessário analisar as práticas discursi-

vas midiaticizadas, especialmente, aquelas vislumbradas no e pelo universo jornalístico mediado, as quais oportunizam a fabricação do espetáculo político em torno de temas capitais, dentre eles, o governo político da população como marca de uma gestão pública equilibrada e socialmente justificada.

Na materialidade dos discursos midiáticos, é possível ler a positividade de efeitos de sentido que reforçam essa questão das artes de governar e que a enquadram como potência de enunciados políticos de afirmação que, por sua vez, vem justificar a governamentalidade (Foucault, 2006b). Enunciados esses que, no escopo da fala política internacional e no bojo de acontecimentos expressos – como a sessão de debates da Assembleia Geral da ONU – reverberam a existência de lugares-comuns do discurso. Lugares que oferecem zonas de aceitabilidade, pois “possuem uma eficácia social e públicos cativos cujo hábito adquirido comporta uma sensibilidade às influências, uma capacidade de experimentá-las, de aprová-las e ainda de renovar sua condição de algo necessário” (Angenot, 2015, p. 53).

No entanto, face à conjuntura de midiaticização da sociedade, com base em dispositivos midiáticos que se mostram onipresentes e que recortam os acontecimentos e trabalham o efeito de verdade no que dizem, é preciso propor a quebra do efeito de completude das produções da mídia. Trata-se de questionar essa ilusão de uma cobertura simbólica, sem furos, do real, e ler a relação entre midiaticização e enunciabilidade pela óptica da materialidade da história. Assim, importa atentar a incisão que a mídia, em seu revestimento jornalístico e de caráter noticioso, produz na política e, conseqüentemente, na historicidade de um presente sempre em construção.

Em outras palavras, importa ler como o sujeito político é apanhado em redes de dizer, pois, conforme defende Piovezani (2009, p. 275), “a fala pública agenciada por essa ordem, incor-

porou em seu funcionamento os modos de ação e as astúcias da liquidez”. A partir disso, torna-se crucial observar uma “consonância entre a supressão de elementos característicos de sua memória, a heterogeneidade e a brevidade de suas configurações semióticas, rapidez dos modos e meios de sua circulação e das formas de recepção que ele projeta” (Ibidem).

Para além da atenção ao lugar histórico e para a posição discursiva do sujeito que fala, que discursa na ONU, tendo a sua inscrição na égide do dizer midiático, a presente discussão vem oportunizar também um olhar problematizador sobre a vontade de verdade, transmutada na fala política internacional. Verdade aqui entendida como produção histórica e, logo, como algo que não pertence à ordem do que é, mas do que ocorre: o acontecimento. Segundo Foucault, ela “[...] não é constatada, mas suscitada: produção em lugar do apofântico. Ela não se dá pela mediação de instrumentos, ela se provoca por rituais; ela é atraída por astúcias” e constitutivamente manifesta em ocasiões e estratégias (Foucault, 2001, p. 1562).

Em *A Ordem do Discurso*, Foucault (2006a) discute a vontade de verdade como um sistema de exclusão e que extrapola a relação de oposição entre o verdadeiro e o falso. Na perspectiva foucaultiana, a vontade de verdade ressalta as próprias condições de possibilidade dos discursos, pois apoiada sobre um suporte institucional, ela é “ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas” (Foucault, 2006a, p. 17), mas, sobretudo, ela é reconduzida pelo modo “como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (Ibidem).

A questão da verdade oferece caminho para se entender, por exemplo, as instituições como lugares que oportunizam o processo de subjetivação dos sujeitos sociais. “A verdade, espécie de erro que tem a seu favor o fato de não poder ser refutada, sem

dúvida porque o longo cozimento da história a tornou inalterável” (Foucault, 2009, p. 19). As instituições estão, por sua vez, alinhadas às verdades que circulam na sociedade, a partir de setores canônicos como o mercado e a economia, a política e o gerenciamento governamental, a vida pública e as demandas humanitárias (Sargentini e Carvalho, 2021, p. 75).

Na convergência com as questões centrais do presente estudo, tem-se a sinalização e colocação da vida como preocupação máxima do governo político, pois ao falar na ONU, o sujeito presidente assume o protagonismo de uma representação política da grande massa e mobiliza vontade de verdade ao enunciar seu discurso. Nesse cenário, a posição de sujeito então ocupada implica o direcionamento de uma fala para a seguridade da vida da população, isto é, uma dizibilidade que destaca o caráter macro das necessidades nacionais pela defesa da efetividade de um governo político do povo e da materialidade de uma verdade que se pretende crível, necessária e oportuna.

Nessa conjuntura, é importante observar o trabalho em construir e reportar o acontecimento com uma discursividade que oferece efeitos de sentido diretamente ligados à questão da biopolítica e da governamentalidade. Inscrita em condições e contingências históricas determinadas, a mídia jornalística trabalha com estratégias discursivas que operam com sentido no que é dito e, com isso, produz efeitos, ao mesmo tempo, de evidência e de silenciamento, de aproximações e distanciamentos. “Desse modo, os discursos se erigem em fundamento e justificativa para as regras; enquanto as expressam também as legitimam, porque desde a origem no signo o efeito é o da produção de significações: as significações que conferem sentido ao mundo e a nós” (Gomes, 2003, p. 41).

Têm-se dessa operação efeitos de poder que alcançam o corpo social, caracterizando-o, enquadrando-o, marcando-o e dizendo-o em tramas, relações e jogos de constituição e controle; um

poder que “se situa e exerce ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços de população” (Foucault, 2010a, p.128). Ao fazer uma trajetória das formas de poder⁵ que constituíram a sociedade, ao longo do tempo – poder soberano, poder disciplinar – Foucault (2010a) também discorre sobre o biopoder, aquele que, segundo o autor, está centrado no controle da vida, na regulação da população, entendida como corpo-espécie. Trata-se de uma forma de poder cujas técnicas incidem sobre a população, agenciada num corpo que se encontra:

[...] transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população. (Foucault, 2010a, p. 131).

Nessa perspectiva, as regulações dirigidas ao corpo social e os efeitos que elas provocam ratificam a ação de um poder sobre a vida. Trata-se, dessa forma, de um biopoder que instaura e assegura técnicas, portanto, de uma biopolítica. Essas questões são importantes para a discussão que aqui se apresenta porque elas atribuem relevo à questão da fala pública na contemporaneidade, evidenciando uma arqueologia dos poderes do discurso (Piovezani, 2015) e, para além disso, dizem respeito ao que se apresenta no púlpito da visibilidade internacional e ao universo da gestão e da representação institucional de uma nação.

5. Em sua obra, especialmente nos textos *A Microfísica do Poder* (2007), *A ordem do discurso* (2006a), o volume 1 da *História da Sexualidade* (2010a) e *Vigiar e Punir* (2010b), Michel Foucault empreende uma análise do poder na sua relação com o sujeito; o poder como força capilar e cujas formas de exercício se diferem do Estado, mas que, numa relação de intrinsecabilidade com os saberes, são a ele articuladas, de maneiras variadas e apresentando-se como fundamentais a sua sustentação e atuação.

É, nesse atravessamento de práticas de afirmação de uma novidade aparente – novidade essa que põe em relação de tensão a subjetividade, a operacionalização de meios técnicos, dispositivos midiáticos cuja mira é o dizer e os seus efeitos, e a condução da história por sujeitos imersos numa cultura de virtualidade e interatividade midiaticizada – que se olha para a questão da edificação do acontecimento e para a inscrição do sujeito político. Esse olhar exige ainda se pensar a relação sujeito x mídia atentando para a atividade – e não para a inércia – de subjetividades e para os mecanismos de controle e os direitos coletivos que se ligam não apenas à circulação, mas a produção de informações, de toda ordem, que são difundidas na mídia (Santos, 2017, p. 91).

Assim sendo, a discussão sobre a política que pretende a vida, isto é, a biopolítica – e, a partir disso, sobre a governamentalidade – permite observar, por exemplo, o endereçamento e produtividade, pela mídia, de discursos de apreciação, de crítica, de resistência etc. os quais materializam os anseios de uma determinada coletividade. Nesse cenário, é possível observar as dizibilidades que reverberam as direções mobilizadas no que é dito pelo sujeito presidente na oportunidade de sua apresentação nas sessões de debates da ONU. “Com a possibilidade que se delineia a partir de um imenso aparato tecnológico que dá suporte às mídias eletrônicas [...] enuncia-se um campo de visibilidade que permite a internacionalização do ser visto, do estar sob a mira em escala macro, em incontáveis oportunidades” (Gomes, 2003, p. 77).

É importante destacar ainda que a biopolítica apresenta estratégias de ação e a governamentalidade constitui-se, no escopo das práticas de governo, como a principal delas. Para Foucault (2006b, p. 303) a governamentalidade se caracteriza como “o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que [...] tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por

instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança”. Dessa forma, a população torna-se a referência para promover regulamentação e controle em questões de ordem biopolítica.

Com essas direções, o pensamento foucaultiano provoca o olhar para o acontecimento da política internacional na medida em que aponta para a necessidade de se investigar o modo pelo qual são os sentidos trabalhados e os discursos constituídos, de maneira que seja possível discutir o que determina, via discurso social, o efeito de evidência sobre o tema da população como problema político. Nesse caminho, é possível alcançar efeitos de sentido que, alinhados a campanhas de intervenção do governo à problemas sociais, ao trabalho com índices de mensura, com técnicas que exploram uma racionalidade do Estado, vão indicar os movimentos que devem ser feitos pelo sujeito que se põe a ocupar a posição daquele que age e se considera à serviço daqueles que são governados (Foucault, 2006b).

Nessa disposição de práticas discursivas têm-se construções de sentido que se atrelam aos ideais de necessidade pública e aos temas gerais que convergem para essa questão. A representação política de líderes brasileiros na ONU instiga discussões que abordam, por exemplo, a democracia como uma potência da atualidade. Nos discursos mobilizados a partir das falas dos sujeitos presidentes, observa-se a referência à democracia como um imperativo voltado não só à manutenção e garantia da vida em sociedade, mas, também, como vetor capital e indispensável à seguridade das instituições. Na materialidade de textos construídos no sincretismo do domínio eletrônico, que funde voz, corpo, verbo e imagens (Piovezani, 2020), a mídia jornalística internacional trabalha esses espaços de visibilidade.

3 A inscrição de objetos no cerne do discurso e da mídia

Para o presente estudo, interessa olhar para o arquivo dos dizeres da mídia jornalística internacional através da discursividade que é mobilizada em manchetes dos jornais *The New York Times* e *The Guardian*. Manchetes essas que abrem as matérias provenientes da cobertura do acontecimento da participação dos presidentes brasileiros nas Assembleias Gerais da Organização das Nações Unidas. Ambos os jornais são tomados na sua disposição eletrônica e foram escolhidos em função, de um lado, da representatividade econômica, política e ideológica que ressaltam e, de outro, pela centralidade da cobertura do acontecimento que vem destacar o trabalho dos jornais com uma vontade de verdade de credibilidade e legitimidade no cenário internacional.

É importante destacar ainda que as manchetes aqui discutidas sinalizam o recorte de um *corpus* formado por objetos de natureza discursiva e cuja composição considera o sincretismo de textos dispostos no formato eletrônico nas plataformas de alojamento dos respectivos jornais. Portanto, é importante esclarecer que, em tal configuração, as manchetes são consideradas a partir das relações e efeitos de sentido e também das FDs que são alcançadas na interdiscursividade que os discursos operam. Isso permite que, pela produção enunciativa, seja possível observar quem fala, de que lugar institucional e como os saberes alicerçam o que é dito, mediante a formação das estratégias que cobrem os temas que surgem e/ou que podem ser resgatadas na esteira da descontinuidade e dispersão do discurso. Dessa forma, alcança-se o regime de retomadas, de aproximações, mas, sobretudo, de visibilidades e invisibilidades que os discursos, materializados pelos respectivos jornais, oportunizam no seio da constituição discursiva de um arquivo das coisas ditas e a partir de estratégias determinadas.

A discursividade atrelada às manchetes selecionadas potencializa evidências e alinha silenciamentos, ao passo em que nos permite enxergar as táticas, as estratégias, o jogo a partir do qual as coisas ditas são pontudas, encaminhadas e inscritas em regimes de dizer, a partir de uma determinada ordem do discurso. Vale acrescentar que as manchetes jornalísticas são apresentadas em língua portuguesa, em regime de tradução livre realizada pelos respectivos autores deste texto, com destaque de negrito e no conjunto do lide⁶ que as acompanham. O lide é o texto que acompanha a manchete e direciona o leitor para os fatos a serem relatados. No jornalismo escrito, é o primeiro parágrafo da notícia, que apresenta a informação principal. Essa parte traz uma informação curta que contextualiza o que há de principal nos acontecimentos logo na abertura da notícia.

Salienta-se que o lide vinculado a cada manchete é apresentado em itálico, como elemento linguístico-discursivo importante que direciona o olhar para o acontecimento e para os sujeitos marcados na cena de visibilidade da notícia. Entende-se que a partir desse jogo insidioso de relações no plano do dizível e do visível, tais objetos mobilizam equivalências e encadeamentos que se processam e que vão inscrever a posição ideológica ocupada pelo sujeito que opera a interpretação (Piovezani, 2021).

6. Conforme expresso no Manual de comunicação da Secretaria de comunicação do Senado Federal Brasileiro. Cf. *Senado Federal – Manual de Comunicação da Secom*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/glossario/lide>

3.1 Manchetes sobre Jair Messias Bolsonaro

Não vacinado e desafiador, Bolsonaro rejeita a crítica no seu discurso na ONU⁷ (The New York Times – 21/09/2021)

O presidente brasileiro de extrema-direita, que ignorou as exigências de vacinação da Assembleia Geral da ONU, foi o primeiro líder a falar, apresentando seu país como uma história de sucesso construída injustamente pela mídia.

Bolsonaro promete mostrar um novo Brasil, mas seu discurso ‘cheio de mentiras’ na ONU não surte efeitos⁸ (The Guardian – 21/09/2021)

O presidente de extrema-direita defendeu os medicamentos sem eficiência contra a Covid e fez reclamações sem fundamento sobre a política brasileira e sobre o meio ambiente.

Presidente Jair Bolsonaro: ‘a história e a ciência saberão como prestar contas com todos’.

Na sua disposição de objeto de cunho jornalístico voltado à cobertura de um acontecimento que se inscreve no cerne da política, o discurso das manchetes jornalísticas faz incidir um recorte que destaca o sujeito na égide de um léxico balizador de discursividade e subjetivação. De início, no tocante a Jair Bolsonaro, os jornais *The New York Times* e *The Guardian* trabalham uma forma de dizer e de mostrar calcada no efeito de uma dizibilidade marcada pela negatividade e por argumentos que produzem um sentido de auto confrontação na assertividade do que verbalmente apresentado.

7. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/09/21/world/americas/bolsonaro-covid-vaccine-un.html?searchResultPosition=10>. Acesso em: 5 mar. 2025.

8. Disponível: <https://www.theguardian.com/world/2021/sep/21/jair-bolsonaro-brazil-un-speech>. Acesso em: 5 mar. 2025.

No seio de sua materialidade discursiva, a manchete do *The New York Times* retrata o sujeito, na sua posição de *não vacinado* e, além disso, de *desafiador* que rebate e *rejeita* o cenário de críticas quando de sua participação na ONU. O título da manchete inicia com o uso do prefixo “*un*”, aqui traduzido⁹ como equivalente a “*não*” que funciona, na oração, como um elemento de composição que forma um advérbio de negação. Na materialidade dessa construção sintática, o adjunto adverbial *não vacinado* expressa a escolha pelo *não* como elemento que vem modificar o adjetivo na qualidade que ele expressa. Na continuidade dessa interpretação, tem-se uma discursividade que instiga a leitura de que o sujeito se apresenta, de antemão, preparado para não aceitar e sim rebater diretamente as críticas à sua posição e às ideias por ele encaminhadas e defendidas no cenário internacional. No diálogo com as formulações de Piovezani (2020b), podemos pontuar, nessas condições, o efeito de sentido de um *grito patriótico ufanista* de Bolsonaro, pois a discursividade jornalística lhe reserva a posição de quem quer, com tal discurso na ONU, delinear “uma alteridade com a qual se indis põe e fala não para abrir a réplica de um diálogo, mas para calar as vozes de uma pluralidade democrática” (Idem, p. 144).

Em adição, o efeito de sentido de negatividade e de revelia que se atrela à Jair Bolsonaro segue marcando o modo como é ele subjetivado no cerne da cobertura jornalística aqui discutida. Observa-se, por exemplo, a ratificação desse sentido no uso das orações subordinadas adjetivas “*O presidente brasileiro de extrema-direita*” e “*que ignorou as exigências de vacinação da Assembleia Geral da ONU*”, que insistem na sua apresentação como líder avesso e combativo não só às normas internacionais,

9. O prefixo é amplamente usado na língua inglesa para negação ou oposição de sentido, equivalente a *not* (não, em Português). Cf. Cambridge Dictionary. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles-portugues/un>

em especial sobre a vacinação, como também aos discursos que contingenciavam historicamente o acontecimento da representação nacional frente à comunidade global, na tribuna da ONU.

Com isso, considerando a arena política como espaço de descontinuidade e a partir do qual pode-se observar a historicidade de discursos que se apresentam em luta, que se afirmam e que também se tomam em batimento, é possível afirmar que a mídia trabalha com uma discursividade capaz de, ao mesmo tempo, confirmar e alinhar o que se espera da posição sujeito *Bolsonaro* na ONU e de abrir o espaço de questionamento que o aproxima da ilegitimidade. Isso porque, na disposição da manchete, podem ser observadas marcas de um discurso que apresenta uma posição de um chefe de estado que não atende às normas de biossegurança ante a pandemia de Covid-19.

Tem-se aqui a marca de uma vontade de verdade do discurso midiático que subjetiva o sujeito presidente a partir de formações discursivas determinadas e que o reserva à posição de antagonista, símbolo do negacionismo e do ultranacionalismo. Nesse recorte, a mídia assim procede ao jogar com a semantividade de expressões que qualificam o sujeito como de extrema-direita, como aquele que ignorou exigências de vacinação no plano institucional e internacional e que, além disso, a quem reserva-se o direito de apresentar seu país como uma história de sucesso em investida ao que é reportado oficialmente pelos veículos de mídia internacional.

Vale lembrar que a primeira participação de Jair Bolsonaro na ONU aconteceu em 2021 por ocasião da 76ª Assembleia Geral. Essa edição da UNGA foi realizada no formato híbrido¹⁰, com presença facultada aos líderes e representantes mundiais na sede

10. Ainda que a possibilidade de acompanhar de Brasília os debates, Bolsonaro decidiu participar presencialmente da Assembleia Geral da ONU em 2021, viajando para Nova York com a comitiva presidencial e sem a comprovação de ter sido imunizado contra a Covid-19, o que violou às regras e diretrizes de participação estabelecidas pela própria Organização.

da Organização em Nova York, em função da Pandemia de Covid-19. Seguindo a formulação foucaultiana de que o enunciado tem sempre margens povoadas por outros enunciados (Foucault, 2005), é possível dizer que em 2021, o tema central das discussões foi “*Construindo resiliência por meio da esperança – para se recuperar da COVID-19, reconstruir de forma sustentável, responder às necessidades do planeta, respeitar os direitos das pessoas e revitalizar as Nações Unidas*” o que evidenciou o debate sobre (i) a recuperação sustentável após a pandemia de COVID-19, (ii) a reforma dos Sistemas Alimentares, (iii) o 20º aniversário da adoção da Declaração e Programa de Ação de Durban sobre o combate global ao racismo e à discriminação, (iv) a eliminação total das armas nucleares, dentre outros assuntos de interesse da comunidade internacional (Nações Unidas Brasil, 2021).

Na sequência, na 77ª Assembleia Geral, o tema central foi “*Soluções por meio da solidariedade, sustentabilidade e ciência*” com foco em soluções transformadoras para desafios interligados. (Nações Unidas Brasil, 2022). Todos esses temas interligam e reforçam táticas de biopolítica no cotejo de uma justificativa do governo político da população, pois eles elevam a tônica da necessidade de projetos de gestão e iniciativas de intervenção que venham ao encontro dos anseios da população, objeto do governo.

Pela disposição linguística das manchetes, é possível observar, então, que, de Bolsonaro, *presidente brasileiro de extrema-direita*, que é capaz de *ignorar* não qualquer exigência de vacinação, mas aquelas que são postas e defendidas pela Organização das Nações Unidas – organização internacional que tem o histórico objetivo de promover a paz e a segurança internacionais, desenvolver relações amistosas entre as nações e alcançar a cooperação internacional para resolver problemas globais – espera-se uma narrativa livre e que, também sob a rejeição do que

é dito *injustamente pela mídia*, pretende apresentar o *seu país como uma história de sucesso*.

Desse aspecto é possível observar a ocupação de uma posição de sujeito autoritário e autêntico, em cujo discurso produzem-se efeitos de uma aversão à crítica; um sujeito decididamente destinado a combater o que se apresenta como *inimigo comum*, reservando-se a incumbência de lutar pelo povo e de maneira a formar a sua consciência. Traços característicos d'*A Linguagem Fascista*, conforme discutem Carlos Piovezani e Emilio Gentile (2020b).

No entanto, no cerne do que foi discutido sobre biopolítica e governamentalidade, na materialidade do discurso das manchetes sobre Bolsonaro, é possível afirmar que se alcança também o efeito de uma dizibilidade que opõe o ex-presidente brasileiro à posição institucional de líder/representante da coletividade nacional e o isola como figura contrária e hostil a um discurso geral e presente. Isso porque, em tais condições, a subjetividade Bolsonaro estaria sedimentada numa retórica da incompreensão, construída como um dissenso em relação à ordem social internacional, haja vista a biopolítica voltar-se à prioridade da vida da população no signo de um equilíbrio construído socialmente e tendo como alvo a gestão, a segurança e a promoção do bem comum.

A vontade de verdade que perpassa a discursividade operada pela mídia jornalística pode também ser evidenciada no texto da manchete do jornal *The Guardian*. Nela permanece a ênfase à vinculação ideológica e partidária do ex-presidente como extrema-direitista e com o recurso de uma argumentação que o descredibiliza de forma assertiva e generalizante: a despeito da intenção e da promessa de mostrar um *novo Brasil*, à Bolsonaro é dirigido o argumento adversativo que pela disposição de um “*mas*” afirma que “*seu discurso cheio de mentiras na ONU não surte efeitos*”. Na continuidade da informação apresentada na referida manchete, evidencia-se um sujeito cuja subjetividade é

inscrita no trajeto da contradição, sob a pecha do negacionismo, do desconhecimento assumido e do descrédito *intencional* acerca da ciência e do conhecimento científico, da política, do saber institucional e governamental.

Trata-se da estratégia discursiva de reiterar e ratificar a subjetividade do ex-presidente como (i) vanguardista de um discurso pautado no extremismo ideológico e militante e que apresenta dados estatísticos sem respaldo técnico e tão pouco comprovação institucional, haja vista estar “*cheio de mentiras*”, (ii) como agente que defende, com veemência, e também sem fundamento, a ineficiência de medicamentos contra a Covid-19, (iii) que faz “*reclamações*” igualmente “*sem fundamento sobre a política brasileira*”, (iv) que tentar imputar um lugar de margem à questão ambiental e, que, por fim, (v) apela para o empirismo religioso e para a fala profética com a previsão de que “*a história e a ciência saberão prestar contas com todos*”. Trata-se de uma atitude de um chefe da nação que provoca efeito de surpresa e de choque pelo uso de uma linguagem violenta.

Segundo Piovezani (2020b), essas marcas discursivas reforçam as maquinações e construções de linguagem típicas do ex-presidente brasileiro na produção da mentira contrafeita e que o conduzem do baixo clero à presidência da República do Brasil:

Uma delas é a produção da mentira contrafeita com o que seria sua prerrogativa da verdade e com a denúncia de falsidade de outrem, nesse caso, a imprensa. Outra é a tentativa de constituição de um ethos investido de autenticidade, cujos benefícios derivam dos valores positivos agregados a quem, supostamente impelido por dever de consciência, tem coragem de confessar algo grave e de enfrentar os riscos decorrentes de sua ação de dizer a verdade (Idem, p. 143).

Na esteira do cerceamento do discurso (Foucault, 2006a) e ao mesmo tempo em que ratificam sua posição de contenda a valores, normas, condutas e, principalmente, a dados e discursos oficialmente subsidiados e institucionalmente assentados, as manchetes sobre Bolsonaro mobilizam efeitos de sentido que forcem uma subjetividade alheia, rebelde e aventureira em relação à ordem política mundial. Tal operação se efetiva mediante o trabalho com uma discursividade rarefeita e em cuja materialidade estão presentes enunciados e formações discursivas em luta.

No preceito de que a ONU é um lugar heterotópico que oportuniza uma determinada ordem discursiva, no seio de fortes relações de saber-poder, a imagem do ex-presidente brasileiro é apresentada como desvalida em credibilidade, definhante na capacidade de fazê-lo assumir a representação de uma nação e capenga no escopo do reconhecimento internacional.

3.2. Manchetes sobre Luiz Inácio Lula da Silva

Biden e Lula se encontram em Nova York para reestabelecer um relacionamento que ficou tenso¹¹ (The New York Times – 20/09/2023)

O presidente Biden com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva do Brasil em Nova York na quarta-feira.

Brasileiros aplaudem o retorno de Lula à diplomacia com o seu discurso na Assembleia Geral da ONU¹² (The Guardian – 21/09/2023)

Alívio no Brasil com a fala de Luiz Inácio Lula da Silva na ONU depois de quatro anos caóticos do governo de extrema-direita Jair Bolsonaro.

11. Disponível em: <https://www.nytimes.com/live/2023/09/20/world/united-nations-general-assembly?searchResultPosition=3#biden-and-lula-meet-in-new-york-to-reset-a-frosty-relationship>. Acesso em: 5 mar. 2025.

12. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2023/sep/19/lula-da-silva-brazil-un-general-assembly>. Acesso em: 5 mar. 2025.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva discursa na ONU, dizendo: “a esperança, mais uma vez, prevalecerá sobre o medo”.

No tocante às manchetes que cobrem a participação do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, vale ressaltar, de início, o efeito de interdição e segregação que acompanham o silenciamento estratégico da mídia jornalística em destacar a sua presença no encontro anual da ONU, na 78ª sessão de debates da Assembleia Geral, em 2023. Ao tratar desse momento, o jornal *The New York Times*, por exemplo, não apresenta nenhuma matéria diretamente relacionada à participação e discurso de Lula na ONU e tal ação se estende pela cobertura dos encontros seguintes, a saber, os momentos que formam o calendário de encontros da 79ª Assembleia Geral, iniciada em setembro de 2024¹³.

No que se refere ao que foi dito sobre a participação de Lula, no escopo da matéria noticiosa do jornal *The New York Times*, em 2023, há apenas um registro que trata de uma reunião bilateral entre o presidente brasileiro e o, à época, presidente norte-americano Joe Biden. A matéria faz incidir um efeito de evidência no encontro dos dois líderes políticos que se encontram em Nova York, pela ocasião da Assembleia Geral da ONU, “*para reestabelecer um relacionamento que ficou tenso*”. Ainda que o registro de data da manchete do jornal *The New York Times* esteja consoante com a data da sessão de debates da Assembleia Geral da ONU em setembro de 2023, não há, entretanto, direção verbal no referido texto para alinhar e/ou destacar dizeres que venham referendar a participação do presidente brasileiro.

13. Em caráter extraordinário, a 79ª Sessão da Assembleia Geral foi inaugurada em 10 de setembro de 2024 e suas atividades se desenvolvem até setembro de 2025. Cf. Nações Unidas – Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/278975-assembleia-geral-da-onu>. Acesso em: 5 abr. 2025.

Segundo Foucault (2006a), os discursos são trabalhados na atividade de procedimentos de controle e de sistemas de exclusão que impõem efeitos de visibilidade e de invisibilidade às coisas ditas de modo a determinar o que pode e deve ser dito e trazido à evidência. É nesta perspectiva que o autor vem supor que em toda “sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos” (Foucault, 2006a, p. 9). Procedimentos que na densidade histórica que reclamam que têm por função (i) conjurar os poderes e perigos do discurso, (ii) “dominar seu acontecimento aleatório” e (iii) “esquivar sua pesada e temível materialidade” (Ibidem).

Em contrapartida, a manchete do jornal *The Guardian* amplifica a relação povo versus líder na afirmação de que os “*brasileiros aplaudem o retorno de Lula à diplomacia*” e com a direção de que isso acontece em função de “*seu discurso na Assembleia Geral da ONU*”. A marca de uma generalidade que institui, sem distinção, que os “*brasileiros aplaudem*” não diretamente o discurso do presidente, mas o fato de ele retornar oficialmente ao espaço institucional da diplomacia internacional, via participação na ONU, atrela-se ao enunciado da esperança que vem combater o medo, conforme apresentado na sequência da manchete.

Nessa perspectiva de interpretação, é possível dizer que o aplauso ao retorno de Lula não vem como mero cumprimento de uma formalidade burocrática, mas é feito sob o signo da alegria de um povo que o aguardava face ao caos instaurado pelo governo que o precedeu. Um povo que espera receber a atenção de seu líder e, com isso, ser igualmente representado na cena política internacional, o que reforça os princípios que fomentam a governamentalidade: tem-se o efeito de que, depois do caos, serão reestabelecidas a ordem e o funcionamento de instituições, cujos procedimentos, saberes, análises, reflexões e cálculos se voltarão à promoção das condições de vida plena da população.

Com essa discursividade, a manchete vem ratificar efeito de sentido de retomada e solidez na relação entre a coletividade nacional que se mostra efetiva e assumidamente representada no cenário internacional e uma liderança política que vem ocupar, no plano do discurso e escopo da relação de saber-poder, o lugar que lhe é devido. No conjunto da manchete, tem-se a afirmação de que o povo sente o alívio de tal representação na oposição aos anos de governo conduzido pelo extrema-direitista e ex-presidente Jair Bolsonaro; período classificado, na dizibilidade jornalística, como caótico.

Vale destacar que, nesse recorte, a estratégia discursiva da mídia é produzir o efeito de uma comparação imediata em apresentar na manchete sobre Lula a referência verbal com a menção do nome do ex-presidente Jair Bolsonaro. Para além do efeito de sentido de uma comparação direta, é possível dizer de uma supressão entre os sujeitos que está marcada pelo uso do termo *depois*, que, na constituição linguística das orações, funciona tanto como advérbio de tempo como também como advérbio de ordem. No primeiro caso, *depois* indica um período de tempo posterior a outro; no segundo, expressa uma sequência de eventos determinados e localizados. Assim, tem-se que a presença de Lula na ONU supprime não apenas a figura de líder de Bolsonaro, mas, em especial, o período de sua administração, marcada pela cobertura da mídia jornalística, como revolta e assentada no negacionismo.

Na sequência, o jornal *The Guardian* recorta, em primeira pessoa, o discurso de Lula e o apresenta sob a alcunha da fala profética que afirma “*a esperança, mais uma vez, prevalecerá sobre o medo*”. Essa operação acontece nos moldes do que é feito na matéria de 21 de setembro de 2021, sobre Jair Bolsonaro (*a história e a ciência saberão como prestar contas com todos* – conforme discutido no item 3.1) e abre o espaço de memória discursiva que permite, por sua vez, a retomada de uma forma-

ção discursiva religiosa que vem atravessar o discurso político. Uma FD que vem se justapor e corroborar o lema do encontro na ONU em 2023: *Reconstruindo a confiança e reacendendo a solidariedade global: acelerando a ação na Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) rumo à paz, à prosperidade, progresso e sustentabilidade para todas as pessoas*. Esse lema subsidiou o tema central do encontro: *Paz, prosperidade, progresso e sustentabilidade*.

É importante mencionar que na abertura da sessão de debates na ONU, em 5 de setembro de 2023, o presidente da Assembleia Geral, Dennis Francis, se comprometeu, dentre outras, com medidas de repúdio ao discurso de ódio e a ideologias de medo e divisão, afirmando que: “*Minha presidência refletirá os valores de tolerância, inclusão, cooperação e respeito inabalável pela dignidade humana* (Nações Unidas Brasil, 2023). No seio dessas condições históricas, o discurso de Lula, ao mobilizar enunciados que reativam os sentidos de esperança – que combate e vence o medo – vincula-se a contingências determinadas que o preenchem de legitimidade institucional, fazendo-o entrar e pertencer à ordem discursiva presente. Nessa perspectiva sua subjetividade é perpassada por efeitos de uma comunhão de *sentir* com os outros, de colocar-se à serviço e em luta em prol das demandas da coletividade que ele representa. Tem-se, a partir disso, uma discursividade que, pela produção de sentido que oportuniza, inscreve a subjetividade do presidente brasileiro no terreno da biopolítica e da governamentalidade.

3.3 Discursividade e produção de sentido na ONU

Os enunciados mobilizados nessa operação da mídia em cobrir o acontecimento da fala política na ONU exponenciam a tônica no discurso como espaço de relações e de positividade. Isso

porque, pela reação de sentido, podem ser retomados diferentes discursos e saberes, além de poder ser igualmente possível observar os modos e operações a partir dos quais os sujeitos são convocados a assumir diferentes posições de subjetividade. Dessa forma, a positividade do discurso midiático incita, provoca, retoma, estabelece aproximações e distanciamentos, recorta, atribui evidência, silencia e faz movimentar efeitos de um policiamento discursivo ostensivo e constituído em sempre renovadas e capilares relações de saber-poder.

Desta feita, não há escuta pura, uma vez que, conforme assegura Piovezani (2020a, p. 40):

[...] todos os seus elementos fonéticos, prosódicos, morfológicos e sintáticos, que ouvimos nos chegam já impregnados, ora mais ora menos discretamente, ora mais ora menos manifestamente, de avaliações e classificações, ou seja, de julgamentos e de suas resultantes condenações, indiferenças e entusiasmos [...] as sonoridades da voz humana vêm invariavelmente acompanhadas do que já se ouviu direta ou indiretamente a seu respeito, em consonância com as cisões e os imaginários sociais que elas compreendem (Piovezani, 2020a, p. 40, supressões nossas).

Portanto, ao promoverem o espaço para situar o sujeito na cena de visibilidade pública (Piovezani, 2015), explorando a rede de sentidos que atravessam a sua subjetividade, as manchetes movimentam os sistemas de procedimentos de controle e sistemas exclusão do discurso. Nessa conjuntura, trabalham com estratégias discursivas que retomam, por sua vez, saberes e domínios determinados: (i) o *saber político, de gestão pública e de governança*, com o destaque à posição de Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva como sujeitos que, na condição de líderes da nação, buscam representar seu povo no escopo da fala dirigida na tribuna da ONU; o *saber médico-sanitário e huma-*

nitário com a retomada às questões relacionadas à pandemia de Covid-19 no mundo e no recorte de fala dos presidentes quanto às medidas adotadas para o combate da doença e para dirimir as consequências, em especial, as sociais, econômicas e biológicas para a população; o *saber científico e o estatístico* com o destaque à ciência como baliza das discussões na ONU, via apresentação pelos líderes internacionais de dados, análises, procedimentos de conjunto e técnicas que subsidiaram a tomada de ação pelos governos durante a pandemia.

Além desses, as manchetes retomam as questões relacionadas ao meio-ambiente, ao multilateralismo e diplomacia, a religiosidade e profetismo da fala política internacional. Com essas miras e cobertura, a mídia jornalística trabalha o acontecimento da participação dos presidentes brasileiros na ONU, oportunizando e potencializando a ação de uma biopolítica fundamentada nos princípios da governamentalidade.

Considerações finais

O objetivo desse trabalho foi o de discutir a produção de sentidos trabalhada pelos jornais internacionais *The New York Times* e *The Guardian*, considerando a dizibilidade que tais veículos de mídia produziram com manchetes que exploraram o que foi dito pelos presidentes brasileiros Jair Messias Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva, nas sessões de debates da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, no interstício de seus mandatos políticos iniciados, respectivamente, em 2019 e 2023.

A discussão está ligada, portanto, à irrupção do acontecimento de fala pública a fim de tratar da midiaticização, isto é, das estratégias discursivas da mídia jornalística internacional que oportunizaram a constituição e subjetivação do sujeito presidente em práticas de biopolítica e de governamentalidade. As refe-

ridas manchetes foram tomadas como objetos discursivos que, no seio da relação entre descrição e interpretação, balizaram os discursos endereçados na ONU e permitiram destacar o seu revestimento social. Assim, foi possível observar que os discursos se mantêm atrelados a dizeres e enunciados de afirmação e que colocam a vida da população como preocupação central e como signo que justifica e requer a intervenção do governo político.

Na convergência de trabalhos afins, a discussão aqui realizada pretende contribuir diretamente para a reflexão acerca do discurso como produção histórica. Discurso que, por estar diretamente interligado ao eixo saber-poder e tangenciado por contingências determinadas, exige um olhar que considere o sentido como efeito de tramas e séries de sentidos alcançadas na esteira da descontinuidade e materializadas no escopo do cerceamento e do controle do dizer. Assim sendo, foi possível abordar, por exemplo, os acontecimentos, no que eles têm de fortuito e profundidade e no trânsito de saber-poder que eles promovem.

Portanto, nesta discussão, o olhar esteve voltado para o acontecimento da fala política a partir da participação dos presidentes brasileiros nas Assembleias Gerais da ONU. Buscou-se tratar da produção de sentido que é agenciada pela mídia jornalística internacional em produzir e trazer à visibilidade pública manchetes cuja semanticidade subsidia e expõe as práticas de governamentalidade. Práticas que, no seio da subjetivação dos sujeitos políticos, inscrevem a população como corpo que requer uma intervenção biopolítica.

Referências

ANGENOT, M. A teoria do discurso social: espírito do tempo e recorte sincrônico da história. In: PIOVEZANI, C. **O discurso social e as**

retóricas da incompreensão: consensos e conflitos na arte de (não) persuadir. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2015, p. 47-72.

UN. **Cambridge Dictionary.** Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english-portuguese/un>. Acesso em: 5 fev. 2025.

FOUCAULT, M. A casa dos loucos. *In:* FOUCAULT, M. problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise. **Ditos e Escritos I.** Paris: Quarto Gallimard, 2001.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber.** 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005a.

FOUCAULT, M. Sobre a Arqueologia das Ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia. *In:* FOUCAULT, M. Arqueologia das Ciências e História dos Sistema e Pensamento. **Ditos e Escritos II.** 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005b, p. 82-118.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006a.

FOUCAULT, M. A governamentalidade (1978). *In:* FOUCAULT, M. Estratégia, saber, poder. **Ditos e Escritos IV.** 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b.

FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e a história. *In:* FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009, p. 15-37.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010a.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010b.

GOMES, M. R. **Poder no jornalismo:** discorrer, disciplinar, controlar. São Paulo: Hacker Editores. Edusp, 2003.

MORAES, D. A tirania do fugaz: mercantilização cultural e saturação midiática. *In:* MORAES, D. **Sociedade midiaticizada.** (org.). Rio de Janeiro: Muad, 2006, p. 33-50.

MANUAL DE COMUNICAÇÃO DA SECOM. **Senado Federal.**

Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/glossario/lide>. Acesso em: 16 maio 2024.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **ONU.** ONU inicia 76ª sessão da Assembleia Geral nesta terça-feira em formato híbrido. 2021.

Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/144116-onu-inicia-76%C2%AA-sess%C3%A3o-da-assembleia-geral-nesta-ter%C3%A7a-feira-em-formato-h%C3%ADbrido>. Acesso em: 5 de fev. 2025.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **ONU.** ONU inicia 77ª Assembleia Geral pedindo transformação no planeta. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/199050-onu-inicia-77%C2%AA-assembleia-geral-pedindo-transforma%C3%A7%C3%A3o-do-planeta>. Acesso em: 5 de fev. 2025.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **ONU.** ONU abre 78ª Assembleia Geral enfatizando Paz, Prosperidade, Progresso e Sustentabilidade. 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/244867-onu-abre-78%C2%AA-assembleia-geral-enfatizando-paz-prosperidade-progresso-e-sustentabilidade>. Acesso em: 5 de fev. 2025.

PIOVEZANI, C. Política midiaticizada e mídia politizada: fronteiras mitigadas na pós-modernidade. In: GREGOLIN, M. R. (org.).

Discurso e mídia: a cultura do espetáculo. Claraluz, 2003, p. 49-66.

PIOVEZANI, C. Efeitos de verdade: a retórica eleitoral de Bolsonaro.

In: CURCINO, L. SARGENTINI, V; PIOVEZANI, C (org.). **Discurso e (pós)Verdade.** São Paulo: Parábola. 2021, p. 155-188.

PIOVEZANI, C. Falar em público na política contemporânea

– A eloquência pop e popular brasileira na idade da mídia. In:

COURTINE, J. J; PIOVEZANI, C. (org.). **História da Fala Pública:** uma arqueologia dos poderes do discurso. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

PIOVEZANI, C. **Verbo, corpo e voz:** dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

PIOVEZANI, C. **A voz do povo:** uma longa história de discriminações. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020a.

PIOVEZANI, C. A linguagem fascista. *In*: PIOVEZANI, C. GENTILE, E. **A linguagem fascista**. 1 ed. São Paulo: Hedra, 2020b, p. 9-52.

O SUL. Presidentes brasileiros discursam na ONU desde 1987.

Redação O Sul. Set. 2023. Disponível em: <https://www.osul.com.br/presidentes-brasileiros-discursam-na-onu-desde-1982/>. Acesso em: 2 de fev. 2025.

SANTOS, A. G. P. **Discurso, poder e mídia**: subjetivação e enunciabilidade no acontecimento político-discursivo norte-americano. Paraíba: Marca de Fantasia, 2017.

SANTOS, A. G. P. A potência da democracia brasileira em discursos afirmativos: sobre a irrupção do acontecimento de 8 de janeiro na mídia. *In*: SANTOS, A. G. P. ESTEVÃO, A. C. DOMINGOS, J. NASCIMENTO, M. E. F. (org.). **A potência dos discursos no presente**: gestos de leitura do acontecimento. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2023, p. 19-53.

SARGENTINI, V.; CARVALHO, P. H. V. de. A vontade de verdade nos discursos: os contornos das fake news. *In*: CURCINO, L. SARGENTINI, V; PIOVEZANI, C (org.). **Discurso e (pós) Verdade**. São Paulo: Parábola. 2021, p. 73-86.

SILVERSTONE, R. **Porque estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2005.

SWIFT, J. **A arte da mentira política** – precedido pelo texto “O mentir verdadeiro” de Jean-Jacques Courtine. Campinas, SP: Pontes, 2006.

THE GUARDIAN. Bolsonaro promete mostrar um novo Brasil, mas seu discurso ‘cheio de mentiras’ na ONU não surte efeitos. **Notícias**. 21 set. 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2021/sep/21/jair-bolsonaro-brazil-un-speech>. Acesso em: 5 fev. 2025.

THE GUARDIAN. Brazilians applaud Lula’s return to diplomacy as he addresses UN general assembly. **World**. Set 2023. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2023/sep/19/lula-da-silva-brazil-un-general-assembly>.

THE NEW YORK TIMES. Não vacinado e desafiador, Bolsonaro rejeita a crítica no seu discurso na ONU. **Américas**. 21 set. 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/09/21/world/americas/bolsonaro-covid-vaccine-un.html?searchResultPosition=9>. Acesso em: 4 fev. 2025.

THE NEW YORK TIMES. Biden and Lula meet in New York to reset a frosty relationship. 20 set. 2023. **World**. Disponível em: <https://www.nytimes.com/live/2023/09/20/world/united-nations-general-assembly?searchResultPosition=3#biden-and-lula-meet-in-new-york-to-reset-a-frosty-relationship>. Acesso em: 5 mar. 2025.

2

Como a Craco resiste: modos de subjetivação e de resistência de sujeitos infames na Cracolândia de São Paulo

Felipe Bini¹

Denise Gabriel Witzel²

Introdução

No Brasil, desde os anos 1990, a política sobre drogas tem perpassado, fundamentalmente, duas práticas distintas: uma voltada à política de saúde e à assistência, que concebe o usuário como um sujeito doente ou com necessidade de cuidados; e outra vinculada à Segurança Pública, com grande exposição midiática, conhecida como “Guerra às drogas”. Da primeira, irrompe tanto uma série de equipamentos e desenvolvimentos científicos – como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), a redução de danos, projetos terapêuticos singulares – quanto o crescimento do retorno ao modelo manicomial na forma de hospitais psiquiá-

1. Psicólogo, Mestre em Letras pelo Programa de Pós Graduação em Letras da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), atualmente doutorando no mesmo programa. Bolsista CAPES.

2. Professora doutora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), líder do Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos do Discurso da Unicentro (LEDUNI/CNPQ) e membro do GT de Estudos Discursivos Foucaultianos da ANPOLL.

tricos e Comunidades Terapêuticas com tratamentos invasivos e alienantes. Da segunda, justificam-se diversas operações policiais contra pessoas em situação de rua ou populações marginalizadas, alterações jurídicas na definição de um usuário de drogas e de um traficante, além do investimento em tecnologias de repressão por parte das forças de Segurança Pública.

Percorrendo essas duas práticas, há corpos efetivamente capturados por essas biopolíticas, mais precisamente, pelas linhas de força do dispositivo de poder que age sobre as vidas dos sujeitos, seja para prendê-los, tratá-los ou mesmo para decidir por onde podem circular.

Nesse sentido, nenhum território é tão emblemático em relação aos sujeitos usuários de drogas quanto a chamada Cracolândia, na capital de São Paulo. Palco de ações repressivas e assistencialistas desde os anos de 1990, ela é constituída pelos mais diversos corpos: pessoas em situação de rua, usuários ou não de drogas; comerciantes e moradores da região, convivendo com a população de rua e as forças policiais; estudantes e pesquisadores de universidades; forças policiais que ora cerceiam ora convivem com os demais frequentadores; profissionais da área da saúde e da assistência social, além de diversos voluntários de ONGs. Nas bordas, por vezes lançando seu holofote até eles, diversos outros atores participam, de alguma forma, dos conflitos no território, fazendo circular discursos e práticas que, à sua própria maneira, objetificam esses corpos.

No presente trabalho, propomo-nos a descrever e analisar discursos de e sobre os sujeitos usuários de drogas da Cracolândia, a partir de enunciados materializados na mídia, em três trabalhos documentais: os documentários *Cracolândia – o retrato do caos* (Domingo Espetacular, 2017) e *Cracolândia, o caminho das pedras* (TV Brasil, 2017), além da série documental *Território em fluxo* (Brasil de Fato, 2025). Somamos a esse material, textos jornalísticos que contribuíram com nosso gesto de análise cujo

trajeto visa compreender não apenas aquilo que é dito sobre esses sujeitos, mas, sobretudo, como eles se dizem e testemunham suas vivências e resistências. Partimos, enfim, do princípio de que, ao se narrarem, os sujeitos se produzem no ato de falar sobre si (Foucault, 2006).

As ferramentas metodológicas e os fundamentos teóricos baseiam-se sobretudo nos Estudos Discursivos Foucaultianos (EDF), valendo-nos, sobretudo, dos conceitos de discurso, enunciado, sujeito, poder, subjetivação e governamentalidade. O trabalho será dividido em duas partes: em um primeiro momento, retornaremos à história da Cracolândia durante o século XX, compreendida como um território marcado por disputas e resistências, até se constituir como uma região que hoje é objeto de problematizações; em um segundo momento, analisaremos enunciados recortados do corpus que dizem respeito aos sujeitos que frequenta(ra)m a Cracolândia.

I Retorno à história da Cracolândia

O neologismo “Cracolândia” adquiriu estatuto no senso comum brasileiro de um espaço público saturado por um aglomerado de pessoas usuárias de drogas, sendo empregado para designar tais espaços em diversas cidades, inclusive no plural (Frúgoli; Cavalcanti, 2013). Inicialmente, o nome se referia a uma região do Centro Velho de São Paulo conhecida como região da Luz, que sofreu um processo de ocupação territorial por parte de usuários e traficantes principalmente a partir dos anos de 1990. Porém, as inúmeras operações policiais ao longo de 3 décadas fizeram o chamado Fluxo, a maior concentração de usuários, migrar pela região (Souza, 2023).

O Campos Elíseos, primeiro bairro planejado da capital paulista, foi assim nomeado em homenagem à famosa avenida pari-

siense *Champs-Élysées*. A região concentrava suntuosos casarões pertencentes aos grandes cafeicultores – os barões do café – que eram a elite econômica e social paulistana. O bairro manteve-se como a parte mais nobre da cidade até o final da década de 1920, devido, principalmente, à sua proximidade com a estação ferroviária, meio de transporte amplamente preferido por essa elite naquela época (Souza, 2023). Sua configuração urbana mudou a partir da emergência de trabalhadores atraídos pela instalação da indústria cinematográfica. Assim, o bairro passou a proliferar em comércio e a receber maior atenção do governo em razão do processo de modernização da cidade (Romani *et al.*, 2018).

Essa modernização, contudo, não veio sem efeitos de repressão: durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, a partir do interventor do Estado de São Paulo e médico higienista Adhemar de Barros, foi estabelecida uma zona de meretrício para o confinamento de prostitutas no bairro do Bom Retiro, que não fica muito longe dos Campos Elísios. Nesse espaço, administrado e vigiado pela polícia, pretendia-se defender a ordem e a moralidade pública ao mesmo tempo em que se abria um campo para estudos sociais, conforme as palavras de Adhemar Barros. Apesar do confinamento das mulheres nas chamadas “casas de tolerância”, a movimentação na região não cessava. Nos anos de 1950, o então governador do Estado enviou uma tropa de choque para cercar os prostíbulos, gerando a revolta das trabalhadoras sexuais, conhecida como Rebelião das Meretrizes. A consequência dessa revolta foi o fim da zona de meretrício e a migração das prostitutas para a região que viria a ser a Estação da Luz (Carranço, 2023).

Nos anos de 1960, a inauguração da Estação da Luz mudou novamente a demografia da região: por um lado, trouxe cada vez mais imigrantes e trabalhadores; por outro, impulsionou a elite paulistana a abandonar a área. Paralelamente, a produção cinematográfica brasileira seguiu por caminhos de baixo custo e,

sob a influência do cinema italiano, houve uma grande expansão das pornochanchadas. As mudanças urbanísticas, como o alargamento das avenidas e o fechamento de ruas menores, alteraram significativamente a configuração da cidade. Essa transformação do espaço deu origem à chamada Boca do Lixo, um local de boemia, prostituição, jogos ilegais e uso de drogas. Com o aumento da pobreza, o declínio das pornochanchadas (em face da concorrência de filmes estrangeiros) e a desativação da Estação da Luz, vários hotéis fecharam e o comércio local entrou em decadência. Muitos desses espaços acabaram abandonados e passaram a ser ocupados por pessoas em situação de rua (Souza, 2023).

Em 1990, ocorreu a primeira apreensão de *crack* na cidade de São Paulo; já em 1997, a primeira operação policial para retirar os usuários da região, nomeada como Operação Dignidade (Rui, 2013). A emergência do substantivo “cracolândia” se deu inicialmente para designar um local de preparação e venda de *crack*. Esse neologismo se formou mediante uma justaposição entre *crack* e *land* (terra, em inglês), sendo que *land* funciona como um substantivo sufixo a exemplo de Disneylândia, Groenlândia, Uberlândia etc. Nos anos de 1990 a região já começava a ser identificada e conhecida como “cracolândia” e jornais como *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* foram os primeiros grandes veículos a disseminar o termo em reportagens cujas manchetes destacavam o combate ao tráfico de drogas ou a recaptura de fugitivos (Rui, 2016).

A concentração mais densa de usuários de *crack* nas ruas, somada à população que já ocupava a região e ao comércio das drogas, começou a tomar a forma atual na segunda metade da década de 2000. Para Rui (2016), três fatores fundamentais justificam essa transformação: o primeiro refere-se à interdição imposta pela facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) em relação ao uso abusivo de *crack* nas periferias, o que provo-

cou o deslocamento de consumidores para os pontos de venda no centro da capital paulista; o segundo diz respeito à suposta relação direta estabelecida entre o consumo de *crack* e as pessoas em situação de rua. Isso muda a maneira como a questão urbana é tratada e justificada, ignorando-se os múltiplos fatores sociais e econômicos que levam esses sujeitos às ruas, bem como o papel efetivo que a droga exerce nesse contexto. Por último, há o interesse imobiliário materializado em projetos de “revitalização” da região, que visam à gentrificação da área. Interesse imobiliário, vale sublinhar, e projetos de renovação que seguem firmes até os dias atuais.

Desde então, a despeito de diversas operações policiais e políticas do Estado, o Fluxo – termo que designa o grande contingente de usuários que circulam na região – persiste por várias ruas da Luz. Esse funcionamento configura e assume um espaço de “Cracolândia” que ultrapassa a mera venda e o consumo de *crack*, na medida em que envolve outras problematizações sociais e territoriais.

[as cracolândias] se produzem justamente em seu reconhecimento como territorialidades específicas por diferentes atores, que a elas dirigem uma série de práticas – repressivas ou de assistência (ou até uma combinação de ambas) – ou então táticas cotidianas para lidar com elas, no caso do tráfico de drogas ou dos moradores mais antigos de regiões em que as cracolândias se instalam. (Frugoli Jr; Cavalcanti, 2013, p. 3).

Sendo um território mais ou menos fixo, circulado e caracterizado por um fluxo de pessoas relacionadas ao consumo de drogas, o neologismo/a alcunha “Cracolândia” dissemina-se pela grande mídia e torna-se palco de um jogo de forças constantes. Essa designação, como já sinalizamos, não é gratuita e remete a discursos específicos que moldam as estratégias de poder consti-

tutivas da região: na formação da palavra *crack*, ao se aproximar lexicalmente do enunciado Disneylândia, sugere-se inicialmente um parque de diversões da droga, mas, diferente das cores vibrantes da atração estadunidense, deparamo-nos com um espaço de suposta sujeira e degradação.

A partir dessas condições de possibilidade — econômicas, históricas e sociais — de emergência das sequências enunciativas (SE) que passaremos a expor e a analisar, consideraremos o funcionamento do dispositivo de poder na Cracolândia que produz uma rede complexa de saberes médicos, práticas policiais e interditos morais.

2 O retrato do lixo, do vício e do zumbi

O documentário “Cracolândia – o retrato do caos: documentário dá voz aos usuários de *crack*” (Domingo Espetacular, 2017) é fruto de um programa jornalístico de uma grande emissora de televisão ligada ao maior grupo religioso neopentecostal do Brasil. A produção é dividida em subcapítulos: “a vida na Cracolândia”, “o balcão de comércio”, “as incursões policiais”, “a família” e “da rua, com carinho”; além disso, é um dos vídeos com mais visualizações sobre o tema no YouTube. Sob a promessa de dar voz aos usuários de *crack*, o documentário apresenta breves relatos acompanhados de imagens muito próximas do rosto dos entrevistados - supostos usuários - sem indicar suas ocupações ou trajetórias; apenas os nomes surgem na tela. Além dos relatos, a narração, conduzida por uma atriz da emissora, guia e dá o tom da narrativa.

Seria possível tomar o documentário todo como uma materialidade de pesquisa, porém, dado os objetivos do presente trabalho, focaremos em três sequências enunciativas para discutir os modos de subjetivação daqueles identificados como usuários. A

partir das sequências, seguiremos uma rota de análise focalizando a emergência de discursos sobre quem são esses sujeitos e o que eles dizem de si.

Essas narrativas de si são concebidas, aqui, como um discurso de testemunho. Aproximamos esses dois conceitos ou técnicas – narrativas de si e testemunho – a partir da possibilidade de estabelecer diálogo entre a conceituação de Mariani (2021), amparada em Michel Pêcheux, com os Estudos Discursivos Foucaultianos. A autora considera que testemunhos são dizeres necessários e emergenciais de sujeitos atravessados por uma violência imposta, resultado do choque entre a historicidade de certos acontecimentos com a singularidade do sujeito (Mariani, 2021). Em seu estudo, distingue testemunhos de resistência de testemunhos de revolta. O primeiro trata de dizeres que lutam contra a dominação de ideologias hegemônicas, retornando “ao indizível da história para não deixar cair no esquecimento o que foi uma violência” (Mariani, 2021, p. 20) de forma pública, registrada (pela escrita, por vídeo, áudio, etc.) e sempre numa temporalidade de só-depois, marcando um retorno discursivo para tentar “dizer o indizível da morte” (p. 21). O segundo, de revolta, ocorre no acontecimento próprio, na forma de um levante do próprio sujeito frente a violência, irrompendo em gritos e confronto no cotidiano, “se propagam no calor da historicidade em que o laço social foi atingido” (p. 21).

Somando à noção de testemunho e aos dois tipos elencados pela autora, consideramos, também, os estudos de Foucault (2006; 2015) sobre a confissão e a escrita de si para entendermos a constituição das subjetividades atravessadas pelas formações dos saberes e as tecnologias do poder. A escrita de si é uma das técnicas de transformação da subjetividade, na medida em que, ao escrever sobre si, o sujeito se produz no ato de se narrar; essa prática, no entanto, tal qual na relação que Mariani (2021) faz

do testemunho, não ocorre sem a presunção de se colocar sob os olhos de um outro, em um jogo de alteridade em que o sujeito se faz ao ser um inspetor de si mesmo (Foucault, 2006). Por outro lado, a confissão diz respeito a um ritual ou a um chamado do poder para falar a verdade sobre si, possuindo um certo domínio de regras e controle, no qual aquele que fala se refere a si mesmo e, ao falar, o sujeito da enunciação coincide com o sujeito do enunciado, modificando a si mesmo no processo: após uma confissão, o sujeito pode ser inocente ou culpado, bom ou mau, normal ou anormal, perdoado ou condenado etc. (Foucault, 2015b).

Dessa forma, é possível entender um movimento de constituição ou produção da subjetividade a partir de saberes e discursos fora daquele que escreve ou narra, sempre se colocando dentro de um certo jogo de verdade desdobrado nas relações de poder. Um discurso de testemunho poderá então aparecer como uma resistência ou revolta diante de uma violência, mas o movimento de sua enunciação tem efeitos sobre seu enunciador, modificando ou retificando o sujeito dentro dos efeitos de poder que o suscitam.

Sequência enunciativa I:

Valdomiro da Silva (2min20seg): “Eu perdi minha vida inteira... perdi mulher, perdi tudo! Eu sou um lixo!”;

Jaciara Croquer (3min27seg): “Cracolândia é só droga, lixo”;
“Para produzir o crack, usam-se a borra da pasta base da cocaína, ou seja, o lixo da cocaína que é diluída em solventes e misturada a outros produtos químicos” (Marques, 2011).

Figura 1: Matéria Especial do Estadão



Fonte: BRANDT, Ricardo. Crack: histórias de recomeço depois da vida no lixo. Estadão. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/public/especiais/crack>. Acesso em: 13 nov. 2025.

Figura 2: Matéria da Folha de S. Paulo



Fonte: CAPRIGLIONE, Laura. Crack resiste e com ele sujeira se alastra pelo centro de SP. Folha de S. Paulo. São Paulo, p. 1-2. 30 set. 2012. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2012/09/1160792-crack-resiste-e-com-ele-sujeira-se-alastra-pelo-centro-de-sp.shtml?mobile>. Acesso em: 13 nov. 2025.

A relação de sentidos e efeitos de verdade entre lixo e *crack* é constitutiva tanto da noção do espaço da Cracolândia, da posição ocupada pelos sujeitos, bem como pela própria droga. O entendimento de que o *crack* seria o “lixo da cocaína” é apresentado na série documental da *Brasil de Fato* (2025b) pelo artista, redutor

de danos e ex-usuário Cleiton Ferreira, que o caracteriza como um mito sobre o *crack*. Nas Diretrizes Gerais Médicas para Assistência Integral ao Dependente do Uso de Crack, do Conselho Federal de Medicina (2011), a droga é citada como um subproduto da cocaína surgida na década de 90. O *crack* se origina de um processo com a pasta base da cocaína, que, ao invés de ser refinado em pó, torna-se uma substância fumável. Essa mudança na produção da cocaína foi consequência de políticas estadunidenses nos anos de 1980, levando a um excedente na produção da folha de coca e posterior adesão dessa prática para a economia do tráfico de drogas.

Em uma descontinuidade na ordem do discurso da SE1, adquire especial relevo uma “vontade de verdade” (Foucault, 2014a), segundo a qual o *excedente* da produção transforma-se no lixo não refinado da cocaína, e “lixo” passa a designar também o ambiente e a decadência do usuário de *crack*, como indicam os referentes daqueles enunciados. Se, em qualquer sociedade, a verdade é uma configuração histórica, na medida em que não existe uma verdade, mas vontades de verdade que se transformam de acordo com as contingências históricas, a SE1 se apoia sobre um suporte e uma distribuição institucional para disseminar a vontade de verdade dos dois sujeitos que se narram e se identificam como “lixo” social da sociedade.

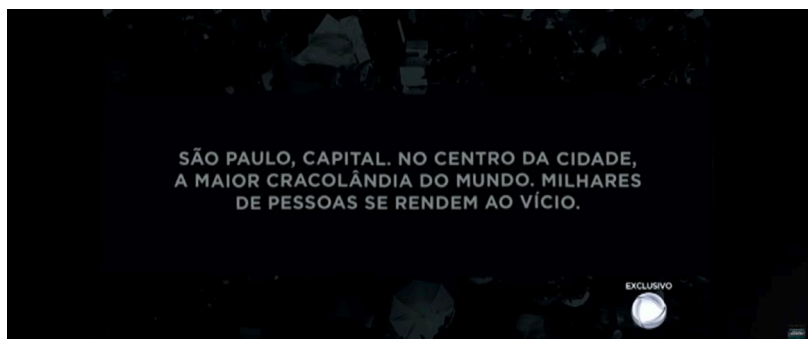
Vale melhor atentarmos arqueologicamente (Foucault, 2015a) para o enunciado “lixo”, articulando-o aos quatro critérios que o define em sua função de existência: (i) o referencial que são as leis de possibilidade e as regras de sua existência; (ii) a posição-sujeito, já que sujeito não é o sujeito gramatical nem o autor, mas aquele que ocupa um lugar na história e se inscreve numa formação discursiva; (iii) o domínio associado a partir do qual o enunciado entra em rede com outros enunciados; (iv) por fim, a existência material. Nessa linha de análise, “Eu sou um lixo” e a

“Cracolândia é só droga, lixo” apontam para efeitos de verdade em que a dupla função enunciativa de lixo inclui, fundamentalmente, os sentidos ligados à desumanização podendo (devendo) ser descartados ou ignorados.

Ao entrar em rede com outros enunciados, no domínio associado, lixo colabora na construção da imagem do sujeito indesejável, marginalizado e excluído cuja depreciação social, para não poucas pessoas, fundamenta o preconceito contra corpos infames, falidos e indignos. “Lixo”, enfim, inscreve-se em uma ordem discursiva balizada por uma vontade de verdade (re)produtora de um discurso de ódio em resposta a certos estigmas sociais.

Com o aumento da população de rua na região da Cracolândia e o aumento do uso de *crack*, a relação entre lixo e droga se fortalece e cresce, adquirindo o estatuto de decadência: a droga conduz o sujeito à vida na rua, entre o lixo que o envolve e o consome. Se o *crack* persiste, esse lixo se espalha; logo, ele passa a definir o próprio sujeito usuário. Contudo, para que tudo se perca na vida e haja a possibilidade de recomeços em novas subjetividades, é necessário que a droga adquira um sentido central, não como consequência, mas como causa. Assim, o discurso sobre o vício e a deterioração dos corpos e da vida produz outras vontades de verdade e novas subjetividades.

Sequência enunciativa 2:



Narradora (0min39seg): “uma luta permanente contra a dependência química”;

Luis Fernando Silva (1min46seg): “crack a morte das famílias, a destruição do ser humano e o roubo da alma”;

Edmundo Souza (2min00seg): “perdi tudo por causa da droga, então pra mim tem sido a ruína”;

Usuário não identificado (2min07seg) “É um prazer maldito. O ser humano é movido a prazer, só que esse prazer vai acabar com minha vida”.

Nessa segunda sequência enunciativa, há um quadro de fundo preto com o enunciado “São Paulo, capital, no centro da cidade, a maior cracolândia do mundo, **milhares de pessoas se rendem ao vício**” (grifos nossos) que, articulado à narração, destaca o consumo de *crack* associado à luta permanente contra a dependência química. Nas falas iniciais dos usuários, o discurso se refere ao *crack* percorrendo dois caminhos: como responsável pela ruína (da família, do ser e da alma) e como instigador de um “prazer maldito”. Trata-se de um duplo movimento entrelaçando o discurso médico e o religioso em face do vício, reforçando regimes de verdade sobre o sujeito viciado.

A noção de adicção, que dará os contornos de um discurso sobre o vício, é motivo de debates ao longo do final do século XIX e durante o século XX, sobretudo nos Estados Unidos, chegando a um modelo que conjuga noções fisiológicas e psicológicas com o advento da neurociência e a renovação de propostas intervencionistas, característica tanto da medicina quanto das ciências do comportamento (Ferreira, 2013). Essa noção também está ligada à ideia de autocontrole nas religiões protestantes, segundo a qual o álcool foi primeiramente associado ao “mal” porque o sujeito perdia o controle sobre si. Na mesma linha de controle dos corpos, a proibição se expandiu para as drogas (Rui, 2012).

Seguindo as regularidades enunciativas e seus efeitos de verdade, lemos no Jornal do Senado, de 11 de maio de 2010, que fumar *crack* “uma só vez é suficiente para aprisionar o usuário, abrindo um ciclo destrutivo do qual poucos conseguem sair”, além de “Marginaliza[r] o usuário em semanas ou até dias, deixando pouco tempo para uma reação por parte da família” (Crack, 2010). Nessa outra “vontade de verdade” (Foucault, 2014a), o vício e o mal levavam o sujeito à marginalização e não o contrário, provocando a morte das famílias e o roubo das almas. Enuncia-se uma espécie de perigo biológico para a ordem social, deflagrado a partir das primeiras tragadas do *crack*, que seriam as responsáveis pela dependência, pelo rompimento de laços familiares, de amizades e do trabalho, além da busca incessante pela droga. No conjunto das formulações a que o enunciado se refere (implicitamente ou não), são reatualizados outros discursos que concebem o vício como epidemia e perda de autonomia, justificando, assim, uma série de estratégias biopolíticas de intervenção (Pescarmona, 2021).

Para Foucault (2010), a biopolítica é uma forma de governo dos outros, uma governamentalidade, baseada em tecnologias de poder e de saberes sobre as práticas de fazer viver e deixar morrer. Trata-se de um poder sobre a vida estatisticamente orientado e se ocupando, dentre outras coisas, de epidemias. Com o aumento dos usuários da droga, o crescimento da Cracolândia e o interesse econômico-estatal na região nos anos 2000, os discursos em torno do *crack* acessam saberes médicos e focalizam as possibilidades de práticas interventivas. Foi preciso não apenas constituir a Cracolândia como um problema – isso estava dado desde a década de 90 – mas sobretudo caracterizar como um problema médico e securitário, tornando o vício uma doença epidêmica que resulta em comportamentos perigosos. Assim, a ordem discursiva *crack*-lixo-vício é necessária para enquadrar o usuário como um objeto e um sujeito a ter a vida controlada –

vigiada e punida (Foucault, 2014b) – por estratégias biopolíticas específicas. As “vidas no lixo” tornam-se uma questão de intervenção estatal para fazer viver, mas, como “poucos conseguem sair”, muitos são deixados para morrer.

Os corpos governados sob essa forma de exercício de poder são também capturados por uma lógica liberal e policialesca, cujas raízes Foucault (2010) localiza arqueologicamente na “guerra das raças” (precursora do racismo moderno) e na colonização. Tais práticas, contudo, voltam-se agora para uma política interna do Estado, e não apenas externa. Os testemunhos dos usuários sobre sua relação com a droga apontam essa captura: a droga é narrada como fonte de ruína, processo no qual se perdem a autonomia e os vínculos sociais.

Sequência enunciativa 3:

Voz não identificada, (0min42seg): “zumbis, pessoas magras, pessoas usando as drogas”;

Narradora (2min43seg): “o que vemos é um formigueiro humano, pessoas andam em ziguezague sem parar, mais parecem zumbis”;

Narradora sobre a praça Princesa Isabel (13min35seg): “a praça se tornou o símbolo da escravidão... pelo crack”.

Sob o olhar do outro, no jogo discursivo da alteridade materializado na SE 3, os usuários são vistos e consequentemente subjetivados como seres “dependentes”, “escravos” e “zumbis”, absolutamente alienados no vício. Ao longo do documentário, que segue no tom soturno sobre esses sujeitos, a possibilidade de uma redenção e retorno para a família toma forma com a saída do ambiente, com destaque pela via da internação compulsória,

isto é, a internação em um hospital psiquiátrico ou comunidade terapêutica sem necessariamente o consentimento do sujeito³.

Dependentes, escravos e zumbis são três referentes que indicam, gradualmente, a uma suspensão do outro como um igual humano e digno. A construção de um outro que seja um inimigo interno, um mal a ser executado, é parte da construção dessa governamentalidade que constitui o racismo (Foucault, 2010). Maldonado-Torres (2007), ao desenvolver o conceito de colonialidade do ser, colocará que o processo de colonização precisou da suspensão do Outro do colonizado na forma de uma “não-ética de guerra” – ou seja, se a ética é o estabelecimento de uma relação entre eu e o outro, a não-ética seria a suspensão de qualquer possibilidade de identificação ou laço com esse outro. Esse seria o lugar de um zumbi que, não estando nem vivo nem morto, está suspenso em uma relação de virtual identificação/não-identificação.

A não-ética de guerra está em perfeita conformidade com a biopolítica, na medida em que eliminar um outro considerado degenerado e inferior promoveria a vida da raça mais pura e sadia. Na esteira de Sueli Carneiro (2023), essa associação faz do racismo uma construção necessária para o funcionamento do biopoder, do Estado moderno e colonial, na medida em que inscreve a negritude sob um signo de morte, criando distinções significativas no processo de nascer-adoecer-morrer de acordo com a raça. A posição sujeito *zumbi* nesses discursos é um indicativo fundamental do dispositivo de racialidade, pois conjuga tanto o interesse volátil do biopoder de disciplinar e subordinar – fazendo viver – quanto o interesse de eliminar o outro indesejável.

3. Vale apontar que, mesmo sendo contrária a todas as diretrizes de saúde mental vigentes, a internação compulsória era amplamente discutida como uma solução pelo governo do Estado de São Paulo no período em que o documentário foi realizado. Como indicado por Pescarmona (2021), a Cracolândia configura-se como um espaço laboratorial de estado de exceção, onde tais internações são frequentemente utilizadas à revelia.

O lixo, o vício e o zumbi são nós do discurso que ativam uma rede de memória discursiva ligada à degenerescência, à raça e à necessidade de uma intervenção institucional (seja pela saúde, pela religião ou pela força militar). O recorte da fala dos entrevistados, o recorte da imagem, a seleção de pessoas de fenótipo marcado pela negritude, a não-especificação de suas ocupações e a narração amarrando sentidos possíveis constroem esse sujeito “usuário de *crack*”: o testemunho, a confissão e o narrar-se reforçam a própria captura desses sujeitos no discurso violento em que estão inseridos, naturalizando o lugar de outro dominado. Para o funcionamento dos dispositivos que os capturam “É preciso que as palavras e as coisas, a forma e o conteúdo, coincidam para que a ideia possa ser naturalizada” (Carneiro, 2023, p. 21).

A construção de uma subjetividade de viciado, que não é nada além do próprio vício, cristaliza a Cracolândia como um espaço de absoluta sujeira e decadência onde o viciado “zumbi” circula preso no seu próprio prazer, sem possibilidade de sair se não for na base de uma força externa. O que essa construção tão bem exemplificada no documentário “O Retrato do Caos” elide é que esses corpos atingidos por esse exercício de poder de fato possuem resistência e voz, aqui compreendidos como “testemunho de resistência” (Mariani, 2021).

3 Testemunhos de resistência

As próximas sequências enunciativas são recortadas dos documentários *Cracolândia: O caminho das pedras*, de 2017, da TV Brasil, e da série documental *Território em Fluxo*, produzida em cinco episódios da Brasil de Fato, estreado em 2025. Ambos buscam abordar os conflitos na região, apresentando relatos de moradores, pessoas em situação de rua, trabalhadores de diversos serviços da região, bem como as falas de algumas figuras de autoridade.

Da série documental, foram utilizados recortes dos episódios 3, 4 e 5 (Brasil de Fato, 2025a; 2025b; 2025c). Diferentemente do documentário anterior, não há um narrador externo ao vídeo e junto ao nome aparece a ocupação de cada entrevistado.

Sequência Enunciativa I:

Rô França, educadora da unidade de formação artística do Teto, Trampo e Tratamento (11min 53seg): “foi muito difícil sair relatos sobre amor, foi muito difícil”, “os primeiros relatos são esses, da violência, onde você não pode... você não tem espaço, você é toda hora agredido, toda hora violentado pela polícia” (Brasil de Fato, 2025a);

José Maurício da Silva, benefícios do Teto, Trampo e Tratamento (TTT) (0min18seg): “hoje é só agressão”, “se falar um *ah* torto pra eles ou uma coisa que eles não gostem”, “esses dias atrás me enquadraram... não lembro que eu falei para ele, o cara falou ‘cara, se você falar mais um *ah* vou te dar toda a raiva que eu tô em cima de você, vou te encher de porrada” (Brasil de Fato, 2025a);

Tiago Gomes Brito, beneficiário do Teto, Trampo e Tratamento, relata (4min30seg): “Eu tava sentado aqui na Rio Branco, ali na frente, eu estava sentado ali. Tava eu, uma deficiente, a Janaína, ela estava dormindo. E aí eles vieram, pá, mandaram eu sair, eu falei assim ‘eu não vou sair daqui, senhor, se ela não acordar e não levantar comigo, até levo ela, mas se ela não quiser sair, eu não vou sair daqui, porque eu estou do lado dela, ela está dormindo’, ‘é, mas se você não sair e eu passar aqui de novo você vai apanhar’. Falei assim ‘demorô. Sua conta’”. (Brasil de Fato, 2025a);

(6min49seg), vídeo de uma pessoa gritando com a GCM durante o que parece ser uma operação: “A gente está dentro do fluxo, a gente é trancado... sem água, sem comida, sem banhei-

ro, sem nada! Sem o mínimo de sobrevivência humana. Eu não quero ficar trancado! Deixa nós livre! Tem que ser duas vezes por dia?! [...] E se nós discute com você, vocês querem dar borrachada, eu não tô agredindo você nem desrespeitando, eu só tô de saco cheio de você!” (Brasil de Fato, 2025a).

Essa sequência apresenta enunciados associados à violência e à intervenção policial. Trata-se do relato de uma educadora, de dois testemunhos de resistência e de um testemunho de revolta. O que a educadora diz atualiza o discurso naturalizante que restringe o usuário a ser um sujeito nesse campo biopolítico por outro viés: os relatos da violência “onde você não pode”, “onde não tem espaço”. O mesmo aparece no testemunho de José Maurício quando enuncia: “hoje é só agressão” e “se você falar mais um *ah* vou te dar toda a raiva que eu tô em cima de você, vou te encher de porrada”.

Pensando no território cercado e numa biopolítica que, através de um dispositivo racial, subordina, disciplina e elimina corpos, estamos possivelmente diante de sujeitos que encontram no espaço aberto pela educadora – um espaço educacional e literário – um primeiro movimento de escrita de si que inicialmente remete à incidência violenta do poder sobre essa subjetividade. Para encontrar uma saída dos imperativos, começa-se escrevendo seus efeitos, retomando-os em caráter de denúncia das relações assíncronas de poder nos agentes envolvidos – o usuário e o policial, por exemplo. “Se você falar mais um *ah* eu vou te dar toda a raiva que eu tô” é uma denúncia do sem-sentido da violência que o testemunho de resistência tenta resgatar e elaborar (Mariani, 2021).

Porém, existem também relatos de amor. O testemunho de Tiago Gomes Brito encontra-se neste entrelugar, inserindo uma prática de cuidado com o outro, mesmo diante da ameaça de

agressão. Em um território em que o poder age sobre os corpos na forma do controle, vigilância e também da agressão, a resistência se inscreve justamente na prática de colocar o próprio corpo para proteger o do outro, como numa aposta pelo bem-estar de um igual, de um vínculo de solidariedade. Tiago inscreve-se nessa aposta no momento em que responde, para quem o abordou, “demorô. Sua conta”: um corpo negro que, colocado sob a luz do poder nesse território que marca esses sujeitos como zumbis, que só fazem se render à droga, aposta com seu próprio corpo pelo cuidado dessa mulher PCD que está dormindo ao seu lado. Enfim, é um testemunho de resistência que denuncia as estratégias do poder e inscreve os sujeitos em uma outra verdade que não aquela do *crack*-lixo-vício.

Por fim, irrompe um testemunho de revolta. A cena registrada no documentário se desenrola na rua: dois policiais avançam, caminhando devagar em direção aos usuários, fazendo movimentos para eles se afastarem. Em resposta, um homem grita e gesticula enquanto é forçado a abandonar o local. Na emergência desse enunciado, a revolta se faz sujeito e se faz corpo, extravasando pelos braços e pela voz do homem que *acontece* insubmisso ao governo que tenta se estabelecer: “Sem o mínimo de sobrevivência humana. Eu não quero ficar trancado! Deixa nós livre!” e, ao final, com um grande gesto com os braços, exprime “eu não tô agredindo você nem desrespeitando, eu só tô de saco cheio de você!”. Ao entendermos a cena como um momento do mais puro exercício da governamentalidade – os policiais conduzindo a marcha dos usuários do fluxo – e a revolta emergindo por todo o corpo atravessado pelo poder, vemos constituir-se a revolta como resistência no instante mesmo do acontecimento: revolta e resistência borrando o assujeitamento no momento mesmo em que o sujeito é inscrito como assujeitado.

Sequência enunciativa 2:

Lúcia Freire Moreau, usuária (36min11seg): “o crack eu gosto e tal vou usar... aí fica meio ééé a expressão que eu sempre usei, o do super homem sem força, kriptonita, cê perde a força, só que ao mesmo tempo cê se distrai... tá? Cê se distrai... não tem má... o crack hoje o barato é só para fazer faxina... eu uso crack mais só para fazer faxina... se eu tiver que estudar, se eu tiver que trabalhar, se eu tiver que ir numa piscina, num cinema, hoje eu largo o crack, vou, faço e volto, as vezes volto correndo porque eu sou compulsiva” (TV Brasil, 2017);

Lúcia [43min20seg]: “sempre quis parar de usar droga”, “minha filha me internou há mais ou menos uns dois anos atrás... é um horror, é uma coisa horrorosa, é um monstro” (TV Brasil, 2017);

Renato Oliveira Jr. [5min28seg]: “na época não usava crack ainda, só cheirava cocaína; saía do CAPS só cinco horas, das 5 da tarde até às 10 da noite vou fazer o quê? Ficar sentado na calçada, olhando o mundo? Não. Vou usar... fato”;

“eu não tenho muita internação, só 24” (Brasil de Fato, 2025b);

Jennifer Souza Madeira [7min 09seg]: “eu gosto mais de samba do que de crack... é uma terapia... extravasar tudo... me renova... eu esqueço do crack, derrubo ele...” (Brasil de Fato, 2025c).

Nessa sequência, temos o relato de usuários sobre a relação com o *crack*, destoando significativamente da relação de “ruína” e de perda da autonomia presente nas sequências enunciativas anteriores. Ao invés do lugar do vício pelo vício – um vício quase demonizado, no sentido religioso – temos um vício atrelado a uma rotina e com rotas de fuga. Lúcia constrói uma imagem sobre o uso – o da kryptonita do Super Homem – e atrela essa imagem a uma distração do cotidiano. Usa para faxinar, mas larga para outras atividades; porém, retorna às vezes correndo “porque eu sou

compulsiva”. Há nesse relato a localização de um lugar da droga na rotina, bem como a marca de uma identidade “compulsiva”. Não é um sujeito “zumbi” totalmente sem autonomia, mas capaz de enunciar suas próprias dificuldades: “sempre quis parar de usar droga”, chegando a ser internada. No entanto, nesse lugar de restrição absoluta, ali sim se encontra “um monstro”.

Similarmente, Renato também localiza o uso no cotidiano, até na forma de uma denúncia das condições sociais em que estava inserido como pessoa em situação de rua “das 5 da tarde até às 10 da noite vou fazer o quê? Ficar sentado na calçada, olhando o mundo?”. Excluído da cadeia de produção formal e normal do capitalismo, a pessoa em situação de rua encontra-se sempre vigiada pelo olho do poder (Foucault, 2014b; 2022), mas de tal forma que a sanção normalizadora sob o comportamento desviante já está pré-inscrita, não implicando nas micropenalidades de tempo e atividade da mesma forma que em outros indivíduos, pois, não podendo o poder disciplinar funcionar de forma positiva, – a disciplina por uma recompensa de salário, casa, bens, segurança, etc. – o sujeito parece encontrar no uso de droga uma forma de fuga de sua pura negatividade: “ficar sentado na calçada, olhando o mundo? Vou usar... fato”.

O uso da droga, como já vimos, é capturado por um discurso que imprime nesses sujeitos o lugar de degenerescência e de não-autonomia. Porém, o testemunho de Jennifer resiste a essa captura, colocando o samba e, mais importante, a roda de samba, como um lugar capaz de se “renovar”, de esquecer o *crack*. De forma similar a Lucia, esse testemunho mostra outros movimentos de vida, outras linhas de fuga, capazes de inscrever o sujeito fora das linhas de força do *crack*-lixo-vício, pois aponta para outra vontade de verdade além dessa. Se em outros discursos pudemos ver a formação de uma ideia da Cracolândia como um espaço de “inferno”, de lixo e de uma alienação pela droga

capaz de destruir todos os laços de um indivíduo, nesse testemunho sobre a roda de samba (e com outro que veremos na SE₃ a seguir) encontramos a possibilidade de resistência em vínculos comunitários construídos pela própria Cracolândia, no seu interior e com seus sujeitos.

Vejamos a próxima SE:

Sequência Enunciativa 3:

Kate Vilela, auxiliar de limpeza (23min): “Eu era das meninas que eu chorava pra poder sair na frente da bateria como rainha, já que eu não sou rainha da bateria, mas sou rainha da rua da Cracolândia, chegou fama, eu não vim por causa da fama, eu vim porque eu morei na Cracolândia” (TV Brasil, 2017);

Lúcia Freire Moreau, usuária (37min 15seg): Oui, je parle français. Eu tinha nacionalidade francesa também, dupla cidadania. Eu fui, acho eu, a primeira patricinha aqui na Cracolândia. Eu vinha buscar droga, punha as pessoas no meu carro, eu dava volta, eu não tinha utilidade nenhuma: eu não fazia programa, eu não sabia roubar, eu não sabia olhar pra alguém e tirar uma grana. Fiz Letras na PUC... tô pensando se foi antes ou depois que o crack entrou na minha vida... mas eu continuei trabalhando e estudando” (TV Brasil, 2017);

Laurah Cruz [10min22seg]: aparece ela cantando no “Bar do Soberano” a música Garganta, de Ana Carolina, então o relato: “eu sou múltipla artista hoje, saí das ruas, pago... consigo realmente pagar meu aluguel, mas eu ainda continuo sendo uma pessoa vulnerável”, “ainda passo necessidades básicas”, “eu só quero ter a oportunidade de ser uma pessoa melhor, poder me cuidar melhor, poder estudar, entendeu? E levar o que eu tenho para levar, que é a arte, a música” (Brasil de Fato, 2025a);

Jurandir Emídio, pandeirista do Pagode na Lata[12min]: “nós somos nóia, tudo bem, mas somos nóia de respeito”, “nós têm força, nós têm dignidade”, “isso que é família. Pagode na lata é família.” (Brasil de Fato, 2025c).

Os sujeitos se escrevem e se inscrevem na sua própria narrativa em diferentes lugares, traçando rotas de fuga de um corpo capturado pelo poder. Isso aparece na forma como Kate e Lúcia se apresentam: uma, nascida e crescida na região da Cracolândia, se diz “não sou rainha da bateria, mas sou rainha da rua da Cracolândia”, enunciando-se em relação a outras possibilidades de existência, pela arte; a outra, narrando-se como “a primeira patricinha”, não a única nem a última, sem utilidade para o crime ou para a vivência naquele espaço. Ainda nas mesmas linhas de fuga, Laurah, mulher trans e negra, se inscreve como múltipla artista, agora residente na região, e capaz de levar aos demais a arte e a música. Ainda que colocados no espaço da Cracolândia, e apesar do discurso e dos dispositivos que os enredam, esses testemunhos reescrevem os sentidos possíveis ao “nóia”, ao usuário ou viciado, abrindo uma dimensão para além da sujeição às drogas – “somos nóia de respeito; nós têm força, nós têm dignidade”.

Para além da resistência desses corpos, em choque com o poder, os testemunhos de Kate, Lúcia e Laurah, ao recusarem a posição sujeito subjugado e capturado, reescrevem outras formas de subjetividade para quem mora e vive no alvo da governamentalidade da miséria. São corpos, por fim, passíveis de ressubjetivação, movendo-se em direção de uma ética de si, onde uma “rainha da rua”, a “primeira patricinha” e a “múltipla artista” não apenas fazem ruir o dispositivo, como também redefinem os contornos possíveis para quem vive nas ruas.

Considerações finais

Alvos do poder enquanto corpos marginalizados, as pessoas que transitam pela Cracolândia, ou vivem ali, são atravessadas e constituídas por múltiplos discursos. Como foi possível demonstrar pelas sequências enunciativas analisadas, as narrativas de si e do outro figuram na mídia subjulgando os sujeitos segundo saberes, interesses e enunciados específicos, mesmo quando se propõem a permitir que esses corpos falem de si. Nas primeiras sequências enunciativas extraídas de *O Retrato do Caos*, o discurso fortemente patologizante, racista e moralista constitui um jogo de saber e verdade que, ao “dar voz” aos usuários de crack, os silencia quanto a outras possibilidades de ser, viver ou estar em sociedade. Nesse contexto, a cura do vício é apresentada como a única redenção possível para o retorno à vida de um cidadão digno. Curiosamente, o “dar voz” nesse documentário também implica um “falar por”, uma vez que a narração e os títulos de cada segmento direcionam os sentidos para objetivar e subjetivar os usuários de drogas de modo estigmatizante.

Nos outros dois documentários, percebe-se outra construção discursiva em uma tentativa de fazer não apenas ressoar a voz dos usuários e moradores da Cracolândia, como de sujeitá-los a outros significados. A vinheta apresentando cada entrevistado com o nome e a ocupação, por exemplo, não indica de forma taxativa se aquele que fala é um usuário de droga ou não, antes sendo necessário escutá-lo para então entender sua história. Nesse processo, um outro jogo enunciativo é apresentado e outra vontade de verdade se coloca em movimento, possibilitando perceber as rachaduras em um poder-saber mais instituído e, assim, dando-nos elementos de discursos de resistência.

Podemos, então, concluir que os testemunhos dos sujeitos da Cracolândia expressam os conflitos próprios daquela região. Atravessados por uma heterogeneidade de discursos, esses sujeitos, ao tomarem a palavra no espaço dos documentários, tanto reproduzem estigmas - como as noções de *zumbi* ou *lixo* - testemunham sua resistência frente a violência constante em que estão inseridos. A emergência dessas duas posições sujeito - *zumbi* e *resistência* - acontece em choque com o poder, seja em relação ao poder que produz saberes sobre o vício, que reprime pela força policial, que auxilia pelos projetos de assistência social, ou que possibilita os diversos vínculos possíveis entre a comunidade.

O que se percebe, finalmente, é que as possibilidades de resistências e de existências para esses sujeitos ultrapassam a mera expectativa de uma cura, segundo seus testemunhos e segundo seus anseios por novas subjetividades.

Referências

BRANDT, Ricardo. Crack: histórias de recomeço depois da vida no lixo. **Estadão**, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/public/especiais/crack>. Acesso em: 13 nov. 2025.

BRASIL DE FATO. **Território em Fluxo – Episódio 3:** Segurança Pública | Uma série documental Brasil de Fato. YouTube, 2025a. 14min42s. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=2h6JHTFNOJg&list=PLytfbsQYLZpBrgCXX_EcXjUCOH1dyniJO&index=3&pp=iAQB. Acesso em: 13 nov. 2025.

BRASIL DE FATO. **Território em Fluxo – Episódio 4:** Saúde e Cuidado | Uma série documental Brasil de Fato. YouTube, 2025b. 16min39s. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=wloknGTqYZs&list=PLytfbsQYLZpBrgCXX_EcXjUCOH1dyniJO&index=4&pp=iAQB. Acesso em: 13 nov. 2025.

BRASIL DE FATO. **Território em Fluxo – Episódio 5:** Arte e Cultura | Uma série documental Brasil de Fato. YouTube,

2025c. 15min08s. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=AsAn4DT4Vgc&list=PLytfbsQYLZpBrgCXK_EcXjUCOH1dyniJO&index=5&pp=iAQBogcJCQMkAYcqIYzv. Acesso em: 13 nov. 2025.

CAPRIGLIONE, Laura. Crack resiste e com ele sujeira se alastra pelo centro de SP. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 1-2. 30 set. 2012. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2012/09/1160792-crack-resiste-e-com-ele-sujeira-se-alastra-pelo-centro-de-sp.shtml?mobile>. Acesso em: 13 nov. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARRANÇA, Thais. Como prostitutas foram confinadas à força no bairro do Bom Retiro em São Paulo. **Bbc News Brasil**, São Paulo, 28 jul. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c809r452n4yo>. Acesso em: 13 nov. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Diretrizes gerais médicas para assistência integral ao dependente do uso de crack**. Brasília, 2011. Disponível em <https://portal.cfm.org.br/images/stories/biblioteca/cartilhacrack.pdf> . Acesso em 13 nov. 2025.

CRACK: fácil de entrar, difícil de sair. fácil de entrar, difícil de sair. **Jornal do Senado**, Brasília, 11 maio 2010. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/184183/100511_304.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 13 nov. 2025.

DOMINGO ESPETACULAR. **Cracolândia – O Retrato do Caos**: documentário dá voz aos usuários de crack. YouTube, 2017. 20min13s. Disponível <https://www.youtube.com/watch?v=dfsOl6BA9zI>. Acesso em: 13 nov. 2025.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. A emergência da adicção sexual, suas apropriações e as relações com a produção de campos profissionais. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 284-318, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-64872013000200013>. Acesso em: 13 nov. 2025.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015a.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos volume 5: Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006, p. 144-162.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014a.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2015b.

FOUCAULT, Michel. O olho do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022, p. 320-343.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 42 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014b.

FRÚGOLI JUNIOR, Heitor; CAVALCANTI, Mariana. Territorialidades da(s) cracolândia(s) em São Paulo e no Rio de Janeiro. **Anuário Antropológico**, v. 382, n. 2, p. 73-97, 2013.

MARIANI, Bethania. **Testemunhos de resistência e revolta**: um estudo em Análise do Discurso. Campinas, SP: Pontes Editora, 2021.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser. In: **Epistemologías para desandar las rutas del neoliberalismo y la colonialidad**, 2018. p. 565-610. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2307/j.ctvnp0jr5.23>. Acesso em: 13 nov. 2025.

MARQUES, Archimedes. Na trilha maligna do crack. **Jusmilitaris**, 28 jan. 2011. Disponível em: <https://jusmilitaris.com.br/sistema/arquivos/doutrinas/crack.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2025.

PESCARMONA, Danilo. Engrenagens psi-jurídicas na conformação do inimigo patologizado. **(Des)Troços**: revista de pensamento radical, v.

2, n. 2, p. 221-241, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.53981/destroos.v2i2.36397>. Acesso em: 13 nov. 2025.

ROMANI, André; MEDINA, Daniel; REZENDE, Jade; ANDRADE, Maria Paula; SOUZA, Matheus; LUCENA, Vinícius. Pelas ruas da Luz: a história da cracolândia em três momentos. **Aun: Agência Universitária de Notícias**, São Paulo, 20 dez. 2018. Disponível em: <https://aun.webhostusp.sti.usp.br/index.php/2018/12/20/pelas-ruas-da-luz-a-historia-da-cracolandia-em-tres-momentos>. Acesso em: 13 nov. 2025.

RUI, Taniele. Fluxos de uma territorialidade: duas décadas de “cracolândia” (1995-2014). In: KOWARICK, Lúcio; FRÚGOLI JUNIOR, Heitor (org.). **Pluralidade urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos**. São Paulo: 34/Fapesp, 2016. p. 225-248.

RUI, Taniele. Depois da “Operação Sufoco”: sobre espetáculo policial, cobertura midiática e direitos na “cracolândia” paulistana. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 3, n. 2, p. 287-310, 2013. Disponível em: <https://contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/144>. Acesso em: 13 nov. 2025.

RUI, Taniele. Vigiar e cuidar: notas sobre a atuação estatal na “cracolândia”. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 6, n. 2, p. 336-351, 2012. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/124>. Acesso em: 13 nov. 2025.

SOUZA, Felipe. Como nasceu a Cracolândia, bairro dos barões do café que virou problema ‘sem solução’ de São Paulo. **Bbc News Brasil**, São Paulo, 18 ago. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cxxdgnwrer40>. Acesso em: 13 nov. 2025.

TV BRASIL. **Caminhos da Reportagem: Cracolândia, o caminho das pedras**. YouTube, 2017. 51min28s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BgJhoHgLWQQ>. Acesso em: 13 nov. 2025.

3

A (in)felicidade em discursos: uma análise das estratégias do biopoder no acontecimento da educação (pós) pandemia¹

Isabely Fernandes Fonseca²

Khyara Luanny de Lima Fernandes³

Maria Eliza Freitas do Nascimento⁴

Considerações iniciais

O poder se aplica sobre os corpos sob as mais variadas formas de violência, deixando marcas indeléveis de traumas, inseguranças, fobias, quando não de recalques, dificilmente simbolizáveis. Aliás, é no corpo que se percebem marcas de sofrimentos, maus tratos [...]. Mas para

1. Este trabalho é resultado do Projeto de Iniciação Científica PIBIC/CNPq, desenvolvido na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.

2. Discente do curso de Letras Língua Portuguesa da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN/Campus Mossoró/RN).

3. Discente do curso de Letras Língua Portuguesa da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN/Campus Mossoró/RN).

4. Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (Proling) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

sobreviver, esse corpo precisa se metamorfosear e, para isso constroem-se utopias.

(Coracini, 2020, p. 10)

Na história do presente, o fato que marca a solidão e que deu destaque a discursos sobre isolamento social foi o acontecimento da pandemia de Covid-19, reconhecida enquanto pandemia pela Organização Mundial da Saúde – OMS no ano de 2020. Esse efeito de solidão recaiu sobre o corpo dos sujeitos sociais, deixando “marcas indeléveis”, conforme assinalado na epígrafe. A pandemia constituiu-se como um fenômeno de exclusão e aprisionamento, uma vez que, enquanto medida de prevenção e controle da doença, o isolamento social fez evocar o espaço domiciliar como um lugar de heterotopias.

Entretanto, nesta discussão, não vamos nos alongar na história da pandemia, pois, conforme Nascimento e Santos (2020, p. 3-4), “não interessa buscar a origem como ponto primeiro de interrupção, como uma identidade e uma verdade que se quer revelar. Importa pensar a história não pela imanência das precedências ou sucessões possíveis, seus ligamentos lineares, mas na sua descontinuidade, na sua condição de duração múltipla”.

Esses deslocamentos e descontinuidades eclodem ainda nas formas de ver e estar no mundo em plena pandemia. Isto porque, em virtude da emergência de saúde pública, grande parcela das atividades que eram cotidianamente realizadas de forma presencial, tiveram seu exercício adaptado para o formato remoto. Frente a isso, inúmeros foram os ajustes necessários para que a população pudesse lidar com o cenário pandêmico. Dentre eles, a adesão ao Ensino Remoto Emergencial, o qual surge à época como uma das alternativas para encarar o “novo normal”, em busca de reduzir ao máximo os prejuízos causados na educação durante a pandemia.

Isso repercutiu enquanto uma estratégia biopolítica, já que foram praticamente dois anos de pandemia e ensino remoto.

Esclarecemos que diante do retorno às atividades educacionais presenciais a doença não estava totalmente controlada, porém após a generalização da prática de vacinação, já havia uma redução no número de casos e, pouco a pouco, retomou-se o convívio presencial nos ambientes públicos e privados. Entre as atividades presenciais que foram retomadas, destaca-se o retorno das aulas. Em vista disso, tornou-se necessária a implementação de novas medidas e protocolos de segurança para que essa volta pudesse ocorrer de forma segura. Com isso, vários discursos emergiram em diversos campos sobre a educação pós-pandemia, regulamentando a retomada das aulas presenciais nas instituições de ensino, que tinham sido suspensas devido à pandemia de Covid-19.

Contudo, inúmeras foram as consequências da reclusão social na vida dos sujeitos, que trouxeram consigo reflexos do trabalho remoto, favorecendo formas outras para o seguir da vida, já que “o corpo precisa se metamorfosear e, para isso, constroem-se utopias” (Coracini, 2020, p. 10). Nessa metamorfose, há efeitos do isolamento social na vida dos sujeitos, mesmo após a retomada gradual ou total das atividades presenciais, dentre elas as relativas à educação. Dessa forma, iremos nos debruçar sobre os estudos discursivos foucaultianos com o objetivo de analisar discursos acerca da educação pós-pandemia, destacando estratégias do biopoder e do cuidado de si na regulamentação, disciplina e controle do corpo, como dispositivos de segurança no retorno das aulas presenciais.

Buscamos assim, escavar a produção de sentidos em enunciados midiáticos ligados às normas de segurança no retorno presencial das aulas, enfatizando como o trabalho remoto possibilitou modos de subjetivação ligados às questões de (in) felicidade, em suas múltiplas manifestações e complexidades. O corpo mo-

biliza a esfera das possibilidades de objetivação e subjetivação construídas discursivamente.

Nesse caminho, o *corpus* de análise irá evidenciar como a educação pós-pandemia foi atravessada pelas estratégias de biopoder e disciplina no controle dos corpos. Para tanto, no campo dos discursos midiático, selecionamos três matérias de portais de notícias, as quais compõem as materialidades discursivas a serem analisadas neste gesto de leitura. São elas: *Educação e pandemia: os impactos do isolamento na volta às aulas presenciais*, publicada no portal da CNN Brasil; *Saiba quais são os sete empregos que causam mais infelicidade, de acordo com Harvard*, divulgada no jornal O Globo e *Volta às aulas: especialistas explicam em 10 pontos como fazer um retorno mais seguro*, publicada no portal G1. Essas produções discursivas constroem vontades de verdade, através de orientações e dicas de como superar problemas causados pelo ensino remoto, garantindo segurança para todos os sujeitos da comunidade escolar, bem como produzem sentidos que sinalizam os malefícios que a não sociabilidade acarreta nos sujeitos.

Assim, esta discussão será mobilizada alicerçando o arcabouço teórico com a análise do *corpus*, de forma a otimizar o alcance do objetivo proposto e a contribuir com os estudos discursivos na ênfase da tríade corpo, discurso e poder. Vale ressaltar que será empreendido uma leitura discursiva das materialidades sobre a educação pós-pandemia, com ênfase na construção de efeitos de sentidos e vontades de verdade, articulados com estratégias do biopoder e redes de saber.

Em meio à instigante inquietação que nos move a problematizar os discursos do cotidiano, iremos discutir a seguir, alguns aspectos teóricos relevantes, que solidificam o fazer científico, os quais estão na base da análise de discursos.

Nas pegadas do discurso e das relações de poder

O discurso enquanto objeto de estudos na área da linguística aparece no foco da Análise do Discurso a partir da publicação da obra *Análise automática do discurso* em 1969 por Michel Pêcheux. Como o próprio nome dá a entender, essa área de saber busca compreender, a partir de um olhar teórico e analítico, o discurso, que se caracteriza não unicamente como o ato de transmitir mensagens, mas, sim, como uma prática social enraizada na cultura e historicidade que não envolve apenas aspectos linguísticos, porém se materializa por eles. Para Pêcheux, o discurso é marcado pela exterioridade, situado nas relações de forças e só existe a partir de determinadas condições de produção, sendo “impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma [...] é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção” (Pêcheux, 1997, p. 79).

Seguindo com os deslocamentos e ampliação dos conceitos referentes aos estudos do discurso, realizados por diversos estudiosos, caracteriza-se, principalmente, a figura do filósofo francês Michel Foucault. Suas análises teóricas presentes na obra *A Arqueologia do Saber* (1969), foram responsáveis por diversas contribuições, as quais envolvem questões relativas ao discurso, sujeito, formação discursiva e enunciado. Bem como pesquisas que incluem uma abordagem arqueogenealógica, configurando questões teóricas dos Estudos Discursivos Foucautianos.

Sob esse aspecto, o discurso aqui será analisado em conformidade com Foucault, compreendido como:

[...] um bem – finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de

apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas ‘aplicações práticas’), a questão do poder; um bem que é, por natureza, objeto de uma luta, e de uma luta política” (Foucault, 2007, p. 136-137).

Dessa forma, vale ressaltar que para o autor “o discurso é constituído por um conjunto de sequências de signos, enquanto enunciados, isto é, enquanto lhes podemos atribuir modalidades particulares de existência” (Foucault, 2007, p. 122). Essas modalidades possibilitam discutir as condições históricas, as quais permeiam as regras de formação. Além disso, o discurso pode ser visto como “conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação; é assim que poderei falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico” (Ibidem, p. 122).

Partindo da definição de discurso do filósofo francês, constata-se a importante presença do enunciado, termo que corresponde à unidade mínima do discurso, assim como está vinculado diretamente às práticas discursivas e às relações de poder que estruturam o saber e a sociedade. Isso porque os enunciados estão inseridos em uma função que o envolve, compreendendo a série, o sujeito, às margens povoadas e uma materialidade. Portanto, segundo Foucault (2007, p.98):

O enunciado não é, pois, uma estrutura [...] É uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles ‘fazem sentido’ ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado em sua formulação (oral ou escrita).

Às questões sobre o discurso várias outras se somam, envolvendo diversos elementos, como a formação discursiva, por

exemplo, que é um conceito importante proposto por Michel Foucault e que desempenha um papel fundamental, sendo definida da seguinte forma:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (Foucault, 2007, p. 47).

Desse modo, a formação discursiva reforça que o sentido de um discurso não é algo que surge apenas no momento da interação, mas também é profundamente moldado pelas referências a discursos, narrativas e eventos de outrora, de uma historicidade que marca a regularidade, destacando um conjunto de regras e convenções que influenciam as práticas do dizer na construção do objeto discursivo. Percebe-se, a partir de então, que os discursos não ocorrem de forma isolada, mas estão intrinsecamente enraizados em contextos históricos, sociais e culturais mais amplos, nos quais os sujeitos ocupam posições distintas.

É crucial compreender que as práticas discursivas estão profundamente ligadas ao poder e ao saber em uma sociedade, tornando-as ferramentas poderosas para a construção e manutenção de narrativas culturais e ideológicas. Sendo assim, no que se refere às relações de poder é de suma importância enfatizar, a partir da genealogia do poder, os conceitos de biopoder, biopolítica e governamentalidade, os quais estão interconectados nas obras do filósofo francês Michel Foucault e que têm sido fundamentais para a compreensão das dinâmicas de poder, controle e governo nas sociedades modernas.

Ao analisar as relações de poder, Foucault traça uma trajetória entre as formas de poder que acompanham as sociedades, desde o poder soberano, centralizado, baseado na vontade do rei e com punições exemplares, como os suplícios e a morte; passando pela chegada do biopoder – um poder voltado para a valorização da vida (Nascimento, Carlos e Barbosa, 2023, p. 240).

Sob esse viés, depreende-se que o biopoder refere-se ao poder exercido sobre a vida. Ele se manifesta na capacidade das instituições políticas e sociais de regular e controlar não apenas os indivíduos, mas também os aspectos relacionados à vida, saúde, natalidade, morte e condições de existência. Sua evidência se dá em práticas onde o Estado e outras instituições buscam regulamentar e gerenciar a vida da população em uma sociedade. Nesse sentido, Nascimento e Moura (2021, p. 21) apontam que “esse poder sobre a vida, o biopoder, desenvolveu-se nos séculos XVII e XVIII, portando dois polos: o primeiro referente a uma disciplina anátomo-política dos corpos individuais e o segundo marcado por uma regulação biopolítica da população.”

Essa dinâmica de poder que ressoa sobre a vida “passou-se de um poder soberano que fazia morrer e deixava viver para um novo direito que se instala a partir da máxima de ‘fazer viver e de deixar morrer’” (Foucault, 2016, p. 202). Desse modo, o poder disciplinar atua sobre a docilização do corpo individual, mediante instituições que controlam e disciplinam os sujeitos; já a biopolítica, por sua vez, é uma estratégia através da qual o biopoder é exercido sobre o corpo social. Ela envolve o governo das populações e a tomada de decisões políticas com base nas questões relativas à vida. A biopolítica trata da gestão dos corpos, da saúde pública, do controle da natalidade, da vigilância médica e de outras práticas que visam influenciar, controlar e regulamentar a população.

Por fim, a governamentalidade, enquanto parte da biopolítica, refere-se às técnicas, instituições e práticas que incidem sobre o governo da população, já que ela se configura enquanto foco das necessidades norteadoras da vida dos sujeitos, os quais aparecem como detentores de necessidades, de anseios, mas também como instrumento sob o controle do governo (Foucault, 1998). São estratégias que emergem para alcançar diferentes finalidades na vida do corpo social, pois “[...] a população tem uma regularidade própria: número de mortos, de doentes, regularidade de acidentes, etc.” (Foucault, 1998, p. 288).

Dessa forma, essas necessidades precisam ser regulamentadas, contadas, controladas nas dinâmicas da sociedade, as quais envolvem a gestão de condutas e a regulação das ações dos indivíduos em direção a objetivos específicos, muitas vezes ligadas ao bem-estar e à eficiência da sociedade como um todo, como o corpo a ser conduzido. Com isso, a governamentalidade diz respeito ao conjunto de táticas que permitem exercer esta forma de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança, conforme Foucault (1998).

Em conjunto, esses conceitos apontam para uma interação complexa entre as relações de poder e saber, conhecimento e práticas de controle nas sociedades contemporâneas. O biopoder, em suas esferas disciplinar e da biopolítica, constitui-se como mecânica de controle e regulamentação, usado na gestão da vida que se quer construir na sociedade contemporânea. Com isso, há estratégias do biopoder que buscam influenciar o comportamento, a saúde, a reprodução e outros aspectos da vida das pessoas, incluindo as atividades presenciais pós-pandemia, afetando, assim, as estruturas de poder e controle presentes em nossa sociedade.

Nessa relação, o discurso está permeado por regimes de verdade que enredam os sujeitos em condutas e práticas do cuidado

de si, revestido de modos de subjetivação, que serão escavados no gesto do analista do discurso. Tais análises apontam como resultado um olhar crítico para a história do presente e produção de sentidos nos discursos midiáticos, que são produzidos e circulam socialmente.

Com base nos aspectos teóricos apresentados, foram selecionadas algumas materialidades no campo dos discursos midiáticos, que constituem o *corpus* de análise. Essas produções discursivas aqui selecionadas são consideradas na produção de sentidos que envolvem os sujeitos em redes de discursos, na relação da língua com a história e mobilizam vontades de verdade em torno do voltar às aulas com segurança, conforme discutido a seguir.

O biopoder no acontecimento da pandemia

Na recente história da humanidade, a pandemia de Covid-19 fez proliferar dúvidas, medos e incertezas na vida dos sujeitos, com uma amplitude global. Nesse ensejo, os sujeitos sociais ficaram imersos nas reconfigurações dos espaços, tempos e formas de ser e agir para fazer proliferar a vida em sua plenitude, em meio à situação pandêmica. Esse acontecimento configurou-se em um espaço de lutas e enfrentamentos nas condições de vida, afetando o corpo dos sujeitos e gerando um movimento do cuidado de si e do outro. Desse modo, o corpo aparece como lugar de manifestação do discurso e do poder em diferentes esferas sociais. Sobre isso Nascimento e Santos (2020, p. 11), comentam que:

O governo da população é baseado em dispositivos de segurança que ativam o controle desses fenômenos que incidem sobre a vida. Na história do presente, a pandemia da Covid-19 narra as estratégias de governamentalidade para o controle da doença. Materializam-se relações de poder e saber que visam evitar o aumento dos casos de sujeitos infectados e do número de mortos. Os números

marcam uma estatística da vida que fomenta as práticas de contenção do risco por meio do distanciamento, do isolamento social, da quarentena e/ou *lockdown*. Temos aqui o exercício de um biopoder que se estende do sujeito individual ao corpo social, em práticas de disciplinamento e regulamentação da população.

Dentre essas práticas, o Ensino Remoto Emergencial foi uma das estratégias pedagógicas e didáticas construídas com o objetivo de reduzir os efeitos da pandemia na educação. Exercido, em sua maioria, de forma totalmente online; causou dificuldades na adaptação dessa modalidade de ensino e aprendizagem. Com isso, houve reflexos negativos na saúde física e mental dos sujeitos, uma vez que no espaço doméstico houve o isolamento social e o acúmulo de atividades antes realizadas no ambiente escolar.

Após o controle da doença, a sociedade foi voltando gradativamente ao exercício presencial de suas atividades cotidianas. Dessa forma, as unidades educacionais voltaram, aos poucos, a ser novamente preenchidas por docentes, estudantes e demais profissionais. Contudo, ao passo que esse regresso era realizado, novas estratégias sanitárias e políticas eram criadas para garantir a segurança desses sujeitos. As instituições de ensino foram guiadas nesse fazer educação para a promoção da saúde e bem-estar de todos e, com isso, houve a construção de vários discursos que tiveram como foco a orientação de medidas a serem adotadas na condução do governo da população, garantindo uma retomada segura das atividades presenciais.

Observa-se em Foucault o poder como uma força que se exerce e perpassa todas as manifestações sociais, agindo em articulação com os saberes. Com base nisso, não se pode afirmar que há um poder único e centralizado, uma vez que ele se manifesta em diversos arranjos. Desse modo, os micropoderes atuam em diferentes estratos da sociedade sobre o corpo, fazendo “circular

os efeitos do poder, por canais cada vez mais sutis, chegando até os próprios indivíduos, seus corpos, seus gestos, cada um de seus desempenhos cotidianos” (Foucault, 1998, p. 214).

Visto isso, é rompida a ideia de um poder exclusivo e singular e passa-se, então, a depreender estratégias de poder que transpassam o cotidiano dos sujeitos. Cada instituição social tem seus regimes de verdade que compõe esse leque de poder sobre a vida. Assim sendo, infere-se à escola como uma dessas instituições que age na docilização e controle do corpo dos sujeitos alunos e profissionais da educação, mas não de forma aleatória, e sim, guiada pelos dispositivos de regulamentação, que agem através da governamentalidade, sob micropoderes que operam para a proliferação da vida.

Nessa perspectiva, os discursos que circulam socialmente apoiam-se no acontecimento da pandemia, marcados pelas relações de poder e saber que alicerçam as lutas cotidianas. São reflexos das vontades de verdade que se quer construir discursivamente para corroborar o cuidado de si e do outro no tocante à volta às aulas presenciais. Sobre isso, em meio a proliferação e circulação de discursos no campo midiático, apresentamos a primeira materialidade discursiva a ser analisada, que foi publicada no site da CNN Brasil, por Aline Naomi, em 06 de dezembro de 2021, com o título: *Educação e pandemia: os impactos do isolamento na volta às aulas presenciais*, a qual apresenta um discurso marcado pela construção de sentidos acerca das dificuldades enfrentadas pela comunidade escolar durante o isolamento social, principalmente no que concerne à saúde mental desses sujeitos, conforme figura 1:

Figura 1: Impactos do isolamento na volta às aulas



Fonte: CNN Brasil (2021). Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/educacao-e-pandemia-os-impactos-do-isolamento-na-volta-as-aulas-presenciais/>

Na produção dos sentidos nos enunciados discursivos da materialidade selecionada, é visível a utilização de uma voz de sujeitos autorizados na exposição dos argumentos apresentados, com o propósito de legitimar o discurso. Através do enunciado que abre a matéria: “especialistas alertam para a necessidade de acolhimento e espaços de diálogo nas famílias e escolas” (Naomi, 2021), há o saber que emana dos especialistas, dentre eles psicólogo e psiquiatra, os quais discutem os efeitos do isolamento da saúde mental dos estudantes. Essa pauta é corroborada ainda pelos resultados de pesquisa realizada, o qual é mostrado no discurso em análise ao citar que: “no Brasil, uma pesquisa realizada pelo Instituto de Tecnologia Ipec a pedido da Pfizer mostrou que os jovens foram os mais afetados por problemas mentais durante a pandemia” (Naomi, 2021). Esse sentido marca uma estratégia do biopoder no controle sobre o corpo, na tentativa de mostrar que tais problemas marcaram deslocamentos nas formas de ser e agir dos estudantes que repercutiram no retorno às aulas presen-

ciais. Com isso, faz-se necessária medidas para amenizar esses efeitos negativos sobre os jovens.

Trazendo para o gesto de leitura da imagem, o discurso em análise, na sua disposição visual e imagética apresenta um conjunto de traços, indícios e arranjos que constroem sentidos. Observa-se uma mulher com a cabeça apoiada nos ombros de um rapaz, ato que produz um efeito de sentido de conforto e segurança, demarcando elementos que são resultantes da interação social entre os sujeitos e dão ênfase na construção dos sentidos acerca das perdas que a não sociabilidade, a falta de interação e convivência podem acarretar na vida das pessoas.

Essa produção de sentidos reverbera a construção das vontades de verdade, nesse discurso, pois enfatiza a regularidade na formação do objeto, volta às aulas presenciais. Tal objeto se apresenta como um lugar de estratégias de gestão e controle da população, tendo em vista a busca por regulamentação e disciplinamento dos sujeitos, conforme marcado nos enunciados dos especialistas que estimulam práticas de cuidado de si e do outro, ao sugerirem a necessidade de acolhimento e espaços de diálogo.

Nessa ótica, os sentidos mobilizados na materialidade em análise, não se limitam a denunciar somente as patologias psicológicas e sentimentais acarretadas em decorrência da pandemia, mas também, põe em vista as habilidades interpessoais observadas nesses estudantes após o retorno das aulas presenciais. Esse discurso é legitimado, no *corpus* em análise, pela fala do psiquiatra e fundador do Programa Semente, Celso Lopes, que afirma: “a privação de relacionamentos interpessoais afetou não somente a saúde mental dos jovens, mas também as competências a eles relacionadas, como respeito, empatia e confiança” (Naomi, 2021).

Há o imbricamento entre a saúde mental e o retorno às atividades presenciais, pois com a pandemia e o fluxo cotidiano modificados, a vida entra em uma rede que balança em ritmo nem

sempre harmonioso. O discurso é ancorado através das modalidades enunciativas de um sujeito que ocupa o lugar institucional que possibilita e credencia o dizer. Foucault (2007, p. 56) argumenta que “o status do médico compreende critérios de competência e de saber; instituições, sistemas, normas pedagógicas; condições legais que dão direito – não sem antes lhe fixar limites – à prática e à experimentação do saber”.

Nessa prática discursiva, há na formação das estratégias o ressoar das emoções que se digladiam sendo afetadas por outra ordem do discurso, na qual “a maior ou menor presença e ausência de foco as emoções atuantes nos discursos e promovidos pela discursividade decorrem justamente da produção de diferentes discursos sobre as relações entre as emoções e a fala humana” (Piovezani, Curcino, Sargentini, 2024, p. 7). Podemos incluir também as práticas sociais que promovem as relações interpessoais entre os sujeitos, já que além do toque, o contato físico também está na base dessa engrenagem de emoções e sentimentos de afeto.

Isso é marcado e comprovado no efeito volta às aulas presenciais, quando, discursivamente, é convocada a voz do saber do psiquiatra para mostrar o que mais pode causar a ansiedade, o medo e a depressão nos alunos. O enunciado discursivo reatualiza essa questão: “são diversos os fatores que podem gerar essas condições nas crianças e adolescentes, como as aulas remotas, a falta de interação com pessoas da mesma faixa etária, a convivência com adultos estressados em casa – ou em *home office* ou se colocando em risco para trabalhar” (Naomi, 2021).

Desse modo, o retorno às aulas presenciais é permeado de estratégias de poder e saber que guiam, controlam e disciplinam os sujeitos na promoção do cuidado com a vida, para minimizar os vários impactos do isolamento, os quais aparecerão no retorno presencial ao ambiente escolar, conforme enfatizado pela voz da psicóloga. Diante disso, há estratégias biopolíticas que são utili-

zadas enquanto gestão do governo para promover ações que estimulem o cuidado com a saúde mental de alunos, professores e servidores. Para isso, na rede discursiva da materialidade em análise, foram mencionados os programas realizados pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, mostrando que: “a secretaria desenvolveu o programa Conviva SP, que entre outras ações, oferece suporte emocional para estudantes, professores e servidores. Também lançou o programa Psicólogos na Educação, que coloca profissionais da psicologia à disposição das instituições de ensino da rede estadual” (Naomi, 2021).

Essas estratégias reforçam como a governamentalidade atua sobre a população em sinuosas vias. Além disso, oportuniza a compreensão de que não somente a pandemia precisa ser controlada, mas a qualidade de vida, no que concerne à saúde mental precisa estar na pauta das políticas públicas. Isso porque, atrelado a outra instância de produção de discursos, no ambiente midiático, encontra espaço discursividades que aponta as consequências que a ausência de sociabilidade ocasiona na vida dos sujeitos, gerando processos de infelicidade e efeitos emocionais, para além das discussões que compreendem jovens e crianças no contexto escolar.

Sob outro enfoque, a materialidade discursiva: *Saiba quais são os sete empregos que causam mais infelicidade, de acordo com Harvard*, divulgada no jornal O Globo, provoca um olhar sobre o sujeito trabalhador no viés do neoliberalismo e, sobretudo, incita discussões a respeito do trabalho remoto e da solidão. Entre a lista produzida por meio da pesquisa de Harvard, a modalidade trabalho remoto surge em quinto lugar como principal responsável pela infelicidade dos trabalhadores. Chama-se atenção o fato de que todos os demais empregos que também aparecem na lista podem ou são, executados de forma em que os

sujeitos passam grande ou total parte de suas jornadas de trabalho sem manter convivência interpessoal, conforme figura 2:

Figura 2: sete empregos que mais causam infelicidade

Nesse sentido, a Universidade de Harvard estabeleceu que estes são os **sete empregos** que geram maior **insatisfação nos trabalhadores**:

1. Entregadores
2. Motoristas de caminhões de longa distância
3. Guardas de segurança
4. Trabalhos com horários noturnos, como vigilantes e porteiros
5. Trabalhos remotos
6. Atendimento ao cliente
7. Comércio varejista

Fonte: Portal O Globo (2021) disponível em: <https://oglobo.globo.com/saude/noticia/2023/07/31/saiba-quais-sao-os-sete-empregos-que-causam-mais-infelicidade-de-acordo-com-harvard.ghtml>

A produção discursiva permite uma leitura que favorece a construção de sentidos de que a falta de interação social é responsável pela relação entre a insatisfação e a infelicidade no ambiente de trabalho. Assim, há o enunciado que corrobora a vontade de verdade pelo resultado da pesquisa que constata: “[...] segundo pesquisadores, as tarefas solitárias fazem com que as horas de trabalho pareçam mais longas. A falta de interações sociais também afeta negativamente a saúde [...]” (Saiba... 2021). O sentido é construído pelo destaque dado na matéria, pois enfatiza uma estratégia biopolítica no que diz respeito à saúde pública, uma vez que influencia os sujeitos a agirem no cuidado de si e do outro, uma vez que esses pontos levantados estão para além do campo apenas profissional.

Desse modo, o trabalho remoto realizado mais intensamente no contexto da pandemia fez emergir o espaço da solidão,

ocasionada pelo isolamento e a necessidade de cumprir regras, protocolos e vias outras, pois não foi uma escolha e sim, uma imposição de ordem biopolítica. Visto isso, o discurso construído nas materialidades midiáticas retoma às elocuções apresentadas anteriormente acerca do isolamento e solidão, cujos efeitos os sujeitos tiveram que encarar abruptamente no contexto da pandemia da Covid-19.

Nas análises desses discursos, observa-se que os sujeitos da contemporaneidade, ao vivenciarem a pandemia, suportam não apenas o isolamento social, mas encaram a solidão. Dessa maneira, são construídas vontades de verdades que produzem um olhar sobre a pandemia de forma não reduzida a sua conjuntura nosocomial, mas também, familiar, profissional e educacional. Nesse último aspecto, na volta às aulas, esse sentido de solidão é construído nas materialidades discursivas analisadas. Os sentidos são produzidos ao mostrar os danos psicológicos acarretados durante a reclusão dos estudantes, os quais foram ocasionados por diversos fatores, destacando-se o isolamento social; bem como através do discurso que aponta a pesquisa realizada pela universidade de Harvard, que apresentou o trabalho remoto na quinta posição dos empregos que mais geram insatisfação.

Como os discursos estão sempre em redes e comportam regularidades nas formações discursivas, podemos articular as vontades de verdade sobre os dizeres que compõem a próxima materialidade discursiva analisada: os cuidados com o retorno às aulas presenciais. A partir da problemática apontada, torna-se evidente a importância de discursos que notabilizam dispositivos de segurança, sendo responsáveis por promover a saúde e o bem-estar da comunidade escolar no retorno às aulas presenciais. Para tanto, a terceira produção discursiva aqui analisada, constitui-se da matéria jornalística publicada no portal G1, por Bruna Alencar, com o título: *Volta às aulas: especialistas expli-*

cam em 10 pontos como fazer um retorno mais seguro, datado de 01 de agosto de 2021.

Figura 3: Volta às aulas G1 (2021)



Fonte: Portal G1 (2021) - disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/educacao/noticia/2021/08/01/volta-as-aulas-especialistas-explicam-em-10-pontos-como-fazer-um-retorno-mais-seguro.ghtml>

Iniciando a leitura da materialidade discursiva pelo enunciado que a intitula, podemos observar a construção de sentidos que incide sobre a legitimação dos discursos ao enunciar os dez pontos para um retorno seguro, que são dicas oriundas de uma fonte especializada, uma vez que “quem fala só fala porque é autorizado por algo ou alguém e, por ser autorizado, também tem bons motivos para ter esta espécie de linguagem.

Logo, o enunciado recortado de uma das falas do doutor em engenharia biomédica Vitor Mori é posto em negrito e com destaque: “discutir as formas de retornar às aulas de maneira segura é fundamental” (Alencar, 2021). O ato discursivo que percorre as preferências na enunciação e colocação dessa oração marca um composto de sentidos e vontades de verdade empregadas sob efeitos do biopoder, que assinala a urgência da discussão acerca da preservação da saúde dos sujeitos no retorno às aulas pós-pandemia.

É na esfera da biopolítica que a contenção do risco da doença realiza-se por eixos que sinalizam a “vida em risco” (Duarte, 2010), pois:

Vivemos em uma época em que a valorização e o incentivo da vida se fazem acompanhar da depreciação e do descarte dessa mesma vida. [...] quando a vida é projetada como nosso bem supremo, ao mesmo tempo em que é cotidianamente degradada ao plano de algo supérfluo, justamente então se faz preciso correr o risco de viver, pensar e agir de outro modo (Duarte, 2010, p. 2).

É esse pensar e agir de outro modo que serão enfatizados, pois as medidas, normas e protocolos de biossegurança inserem os sujeitos nessa nova ordem de como ser e estar no espaço escolar. Corroborando a produção de sentidos, pode-se verificar outros mecanismos de governo da vida quando na discursividade, ao apresentar os 10 pontos para o retorno seguro, dialoga com o que propõe Duarte (2010) sobre o pensar e agir de outro modo. Assim, no discurso em análise, a construção do sentido é marcada pela responsabilidade que incide sobre os sujeitos pais/responsáveis ao garantir o uso de máscara, ventilação dos ambientes e distanciamento enquanto medidas sanitárias adotadas para o retorno seguro. Isso reforça relações de poder, que normatiza e disciplina os sujeitos por meio dessas técnicas, ressaltando que os micropoderes são estabelecidos nas mais diversas instituições sociais (Foucault, 1998).

Assim, há na produção discursiva uma estratégia biopolítica, cuja atuação se dá no emprego das ferramentas expostas a um fim específico: fazer com que todos sigam as normas de segurança estabelecidas em prol do cuidado de si e do outro no contexto de retomada das atividades escolares presenciais. Por conseguinte, dentre os 10 pontos apresentados no decorrer da matéria midiática, selecionamos os tópicos 1, 2 e 5 que tratam das normas e

indicações dos protocolos de biossegurança referentes à volta às aulas pós-pandemia.

Para legitimar os direcionamentos de uma estratégia biopolítica alicerçada na rede de saber e poder que governa a população, retomaremos, concomitantemente, outra produção discursiva, essa publicada no portal do Governo Federal intitulada: *Ministério da Educação e Saúde estabelecem protocolo para retorno seguro às aulas* que apresenta as normas a serem seguidas como dispositivos de controle e segurança. Tal materialidade ao ser publicada em um veículo governamental e de alcance nacional evidencia o efeito do biopoder ao mesclar a disciplina e a regulamentação em dispositivos de segurança que agem no controle do corpo em prol da saúde coletiva.

Partindo para a análise dos enunciados, na instância midiática do portal do G1, a construção de verbos no imperativo produz sentidos de ordem e instruções. A utilização do termo “devem” apresenta ao leitor uma ordem através do efeito do biopoder, com o objetivo de disciplinar os sujeitos induzindo-os a seguir as normas expostas no enunciado. Tendo em vista o enunciado listado no primeiro ponto: “quais protocolos de segurança adotados pelas escolas os pais devem ficar atentos antes de decidir autorizar ou não o retorno presencial de seus filhos?” (Alencar, 2021), na resposta destaca-se que os pais devem ficar atentos a ventilação do ambiente escolar para evitar a proliferação do vírus. Tal norma é legitimada pelos enunciados discursivos do protocolo sanitário do Governo Federal que afirma: “entre as orientações para um retorno seguro estão: [...] Manutenção de ambientes ventilados” (Brasil, 2021).

No segundo tópico do discurso da materialidade em análise: “Em quais casos os pais não devem enviar os filhos às escolas?” (Alencar, 2021). A orientação é que os alunos não devem comparecer no caso de possuir sintomas de Covid-19, já que somente é

possível a confirmação do diagnóstico mediante a realização do exame. Nessa discursividade, ecoam sentidos em articulação às normas estabelecidas pelo Governo Federal:

Se for identificado um aluno com sintomas de síndrome gripal, a escola deve acionar os responsáveis e orientar o comparecimento a uma Unidade Básica de Saúde (UBS). Os pais ou responsáveis dos estudantes e os profissionais de educação também devem comunicar a escola do aparecimento dos sinais (Brasil, 2021).

O discurso apresenta pegadas da história que legitimam as práticas de retorno às aulas presenciais, mediante o guia a ser seguido, fortalecendo as regularidades na formação discursiva, uma vez que para Foucault (2007) o enunciado tem margens povoadas por outros enunciados e precisa de um sujeito que o enuncia. Assim, as condições materiais de existência desses discursos permitem que o sujeito enunciator construa o dizer de um modo articulado a quem detém o saber e o poder para conduzir a população nessa retomada.

Dessa forma, colocando em perspectiva o quinto ponto da materialidade midiática que indaga: “como deve ser organizado o intervalo/ hora do recreio?” (Alencar, 2021), verifica-se que essa produção discursiva orienta para que seja em espaços com ventilação e espaçoso para evitar aglomeração, seguindo respaldando-se nos protocolos designados pelo Governo Federal que destaca a importância de ventilação, distanciamento e “escalonamento no horário de entrada e saída dos estudantes e os intervalos entre as turmas” (Brasil, 2021). Tais medidas complementam ainda as estratégias biopolíticas adotadas no período pandêmico, quando o distanciamento foi uma das formas de evitar o contágio, tendo em vista que “os traços biológicos de uma população se tornam elementos pertinentes para uma gestão econômica e é necessário organizar em vol-

ta deles um dispositivo que assegure não apenas sua sujeição mas o aumento constante de sua utilidade” (Foucault, 1998, p. 198).

O discurso em análise, focado na promoção da saúde que se respalda quase por completo nas normas atribuídas ao Governo Federal, faz com que a produção de sentidos e vontades de verdade construam o espaço da credibilidade, e, garantem aos sujeitos da comunidade escolar atuar com uma maior ênfase no cumprimento desses preceitos, auxiliando de maneira imediata na retomada das atividades presenciais. Desse modo, gera benefícios no que diz respeito ao controle da doença e com uma retomada do ensino presencial de maneira eficaz e segura, tendo em vista que as dicas de segurança são pautadas em uma ordem do que pode e deve ser feito no governo da população em práticas higiênicas e de controle.

É essa vontade de verdade que se vê produzida na discursividade, porém, na prática do cotidiano escolar, foram muitos os desafios, com medos e incertezas resultantes de um cenário no qual a saúde física e mental estavam comprometidas. Os discursos perpassam a seleção e controle do dizer, construindo sentidos que dialogam com a história e a memória, neste caso, de um tempo de insegurança coletiva. Isso delineia os contornos da formação discursiva nessas materialidades analisadas, já que ela “[...] coloca o princípio de articulação entre uma série de acontecimentos discursivos e outras séries de acontecimentos, transformações, mutações e processos” (Foucault, 2007, p. 83).

Vimos, nessa discussão, que diferentes materialidades discursivas foram produzidas para agir no governo da população, como uma estratégia de governamentalidade na gestão da vida. Há um controle do corpo que parte da interface entre miras sinuosas de disciplina e regulamentação das práticas que envolvem os sujeitos nesse novo modo de ser e estar na educação, produzindo discursivamente, efeitos de sentidos com a garantia do retorno

seguro para todos os sujeitos, mediante dispositivo de segurança e proteção contra a doença da Covid-19. Desse modo:

Se, durante a pandemia, a sociedade brasileira observou a capacidade tempestiva e criativa de muitos professores e alunos para seguir ensinando e aprendendo, também estamos convictos de que a escola brasileira, ambiente intencionalmente estruturado para o desenvolvimento dos processos educativos, é capaz de preparar-se com segurança sanitária para a retomada das aulas presenciais (Brasil, 2020, p. 3).

Essa preparação é conduzida pelas práticas discursivas que são materializadas em diferentes suportes, oriundos de lugares dispersos, que na descontinuidade fazem aparecer objetos de saber e poder. Por isso, a análise de discursos aqui mobilizadas atrela-se a construção de uma história do presente, que tem por alicerce as relações de poder e saber que fazem refletir sobre o controle e regulamentação do corpo e da população. São construídas discursivamente estratégias que fazem emergir formas de ser e estar no mundo, em meio à crise que constroem modos de subjetivação em práticas de (in)felicidade; sejam essas pelas fissuras na saúde mental ou pelos apelos constantes de se adequar as normas e convenções de todas as espécies.

Considerações finais

O acontecimento da pandemia da covid-19 ocorreu como um evento que marcou a história da saúde mundial e colocou, em visibilidade, pontuais discussões sobre o cuidado de si e do outro; solidão, isolamento e, não obstante, saúde mental. Com as rotinas afetadas pelo isolamento social, estratégias de governamentalidade foram mobilizadas para que o “novo normal” pudesse funcionar.

Em vista disso, no fazer do presente trabalho, observou-se, a partir da análise do *corpus* da pesquisa, como as relações de poder, mediante estratégias de biopolítica e governamentalidade se fazem presentes nas estruturas das sociedades, principalmente nesse contexto pós-pandêmico, a partir do qual o mundo enfrentou uma nova realidade e buscou alternativas para adaptar-se a ela. Nesse cenário, o retorno às aulas presenciais trouxe muitas incertezas e anseios na vida dos sujeitos que, dirigidos sob o governo da população e afetados pelas consequências do isolamento social, buscaram seguir as normas e instruções que garantiam segurança no ambiente escolar.

Assim, há de se afirmar que as materialidades selecionadas no *corpus* apresentaram como resultado das análises um funcionamento discursivo mobilizado através da legitimação de sujeitos autorizados a fornecer as orientações para o retorno seguro, respaldados em estratégias biopolíticas e de governamentalidade. Com isso, a produção de sentidos e vontades de verdade sedimentaram na formação discursiva midiática, aparecem como bússola que alicerçaram o retorno às aulas. As normas de segurança como regime de verdade, no cenário da educação pós-pandemia foram os destaques. Isso se deu com propósito de moldar o funcionamento do cotidiano escolar e fazer vigorar o poder sobre a vida em meio à ameaça invisível, bem como oportunizar a melhoria da saúde mental que foi fortemente abalada pelo isolamento social, conforme sinalizaram os discursos em análise.

O gesto de leitura discursiva aqui empreendido, possibilitou a reflexão sobre os discursos que envolvem os modos de ver, dizer, enunciar, construir e ressignificar o que é dito e não dito na historicidade do acontecimento da pandemia. Essas discursividades incluem relações de poder e saber, configurando regimes de verdade, como uma forma de vida no seio da gestão escolar, para garantir o bem-estar físico e mental no tocante à retomada das

aulas presenciais, com promessa de segurança em meio ao medo, ao risco e desafios a serem enfrentados.

Referências

ALINE, N. Educação e pandemia: os impactos do isolamento na volta às aulas presenciais. **CNN Brasil**, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/educacao-e-pandemia-os-impactos-do-isolamento-na-volta-as-aulas-presenciais/>. Acesso em: 9 ago. 2024.

ALENCAR, B. de. Volta às aulas: especialistas explicam em 10 pontos como fazer um retorno mais seguro. **G1**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/01/volta-as-aulas-especialistas-explicam-em-10-pontos-como-fazer-um-retorno-mais-seguro.ghtml>. Acesso em: 9 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de implementação de protocolos de retornos das atividades presenciais nas escolas de educação básica**. Brasília, DF: MEC, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/GuiaderetornodasAtividadesPresenciaisnaEducaoBsica.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. **Ministérios da Educação e Saúde estabelecem protocolo para retorno seguro às aulas**. Gov.br, 4 ago. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2021/08/ministerios-da-educacao-e-saude-estabelecem-protocolo-para-retorno-seguro-as-aulas>. Acesso em: 9 ago. 2024.

CORACINI, M. J. Prefácio. In: BRAGA, J.; FERNANDES, R. S. B.; ISMARA, T. (orgs). **Michel Foucault e os discursos do corpo**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

DUARTE, A. **Vidas em risco**: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

NASCIMENTO, M. E. F. do; CARLOS, E. D. S.; BARBOZA, L. Y. N. Bem-estar e trabalho em home office: estratégias de biopoder em discursos no acontecimento da pandemia de covid-19. In: SANTOS, Antonio Genário Pinheiro dos et al. (org.). **A potência dos discursos no presente: gestos de leitura do acontecimento**. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2023. p. 234-261.

NASCIMENTO, M. E. F. do; MOURA, N. B. de. Corpos saudáveis em discursos: um olhar para as estratégias do biopoder em campanhas de vacinação contra o HPV. In: DOMINGOS, José; RODRIGUES, Linduarte Pereira (org.). **Pesquisas em práticas discursivas, sentidos e subjetividades**. 2 ed. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2021. p. 14-45.

NASCIMENTO, M. E. F. do, SANTOS, A. G. P. dos. Fique em casa: heterotopia, biopoder e construção de sentidos em discursos sobre a pandemia de Covid-19. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 9, p. 1-19, e02030, 2020.

PÊCHEUX, M. Análise de Discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PIOVENANI, C., CURCINO, L., SARGENTINI, V. **O discurso e as emoções: medo, ódio, vergonha e outros afetos**. São Paulo: Parábola, 2024.

SAIBA quais são os sete empregos que causam mais infelicidade, de acordo com Harvard. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 jul. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/saude/noticia/2023/07/31/saiba-quais-sao-os-sete-empregos-que-causam-mais-infelicidade-de-acordo-com-harvard.ghml>. Acesso em: 9 ago. 2024.

4

Eu Professor, Eu Algoritmo: Subjetivação docente e governamentalidade algorítmica na educação contemporânea

José Domingos¹

Introdução

A emergência da Inteligência Artificial como objeto de investimento discursivo no campo educacional constitui um fenômeno que mobiliza saberes, práticas e subjetividades no debate contemporâneo e redefine as condições de possibilidade do ser professor no século XXI. Um acontecimento, pois, que demanda uma análise arqueogenealógica de sua constituição. Nessa perspectiva, não se trata apenas da incorporação de mais uma ferramenta tecnológica aos processos de ensino-aprendizagem, mas da configuração de um novo regime de verdade que encapsula o horizonte de possibilidade do exercício da docência. Assim, os discursos que circulam sobre a Inteligência Artificial na educação operam transformações na ordem do saber pedagógico, produzindo efeitos de subjetivação que interpelam o professor a se constituir como sujeito dentro de uma ordem discursiva algorítmica.

1. Doutor em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (Proling) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente Associado da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Como nos demonstra Foucault (2008), as sociedades contemporâneas são atravessadas por uma racionalidade governamental que opera através da condução das condutas, moldando subjetividades aparentemente livres e autônomas. No campo educacional, essa governamentalidade assume configurações específicas, cujas discursividades que engendra são aqui nosso elemento de investigação.

Com isso em vista, para este trabalho partimos da ideia de que os discursos sobre IA na educação constituem uma forma de governamentalidade algorítmica (Rouvroy, 2016), que produz efeitos de subjetivação docente. Tal processo será analisado através de materialidades discursivas que circulam em espaços digitais, especialmente canais dedicados ao ensino à atividade de professores. A análise se fundamenta na articulação entre os pressupostos da arqueogenealogia foucaultiana (2008; 2013; 2014) ao conceito de governamentalidade algorítmica, desenvolvido por Rouvroy (2016).

Dessa forma, cumpre registrar que os estudos foucaultianos no Brasil têm contribuído significativamente para a compreensão dos dispositivos de poder que atravessam o campo educacional: Veiga-Neto (2002) analisa como os discursos pedagógicos contemporâneos operam através de tecnologias de governamento que produzem subjetividades disciplinadas. Fischer (2023) investiga as transformações nos regimes de verdade educacional a partir da emergência das tecnologias digitais. Estes trabalhos constituem um campo de investigação consolidado que permite situar nossa pesquisa na tradição dos estudos discursivos foucaultianos aplicados à educação.

Contudo, identifica-se uma lacuna nos estudos discursivos na educação, particularmente no que se refere, mais recentemente, à análise dos efeitos da produção discursiva sobre a IA na subjetivação docente. As pesquisas concentram-se, em geral, nos aspectos instrumentais da tecnologia, negligenciando os proces-

sos discursivos que constituem o professor à luz de uma nova ordem algorítmica. Torna-se necessário, portanto, refletir como os discursos sobre a IA operam na constituição de novas formas de subjetivação docente, articulando a perspectiva arqueogenealógica foucaultiana com o debate contemporâneo sobre governamentalidade algorítmica.

Rouvroy (2016) desenvolve o conceito de governamentalidade algorítmica para designar uma modalidade de poder que opera através da modulação contínua dos ambientes, prescindindo da disciplinarização dos corpos ou da normalização das condutas. Esta forma de governo atua sobre os possíveis, orientando escolhas e decisões sem recorrer à coerção direta. No campo educacional, a governamentalidade algorítmica manifesta-se através de plataformas, aplicativos e sistemas que prometem personalizar, otimizar e facilitar o trabalho docente, produzindo efeitos de subjetivação específicos.

Tomando estas ideias como lastro, a questão central de que nos ocupamos nesta pesquisa pode ser assim formulada: como os discursos sobre a Inteligência Artificial operam na constituição do sujeito-professor na educação contemporânea? Esta interrogação desdobra-se em outras mais específicas: que modalidades enunciativas caracterizam os discursos em torno da IA na educação? Como se configuram os processos de subjetivação docente atravessados pela racionalidade algorítmica? Que efeitos de poder são produzidos por essa nova ordem discursiva?

A compreensão das questões ora postas sobre o tema em estudo passa pela consecução de alguns objetivos: de forma geral, analisar como são constituídos os discursos sobre o uso da IA na prática docente. E de forma específica: a) examinar as modalidades enunciativas através das quais o professor se constitui sob a dinâmica do algorítmico; b) identificar os processos de subjetivação docente produzidos pela governamentalidade algorítmica; c)

refletir acerca dos efeitos de silenciamento e exclusão operados por esses discursos.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa descritivo-interpretativa de natureza qualitativa articula à base epistemológica da arqueogenealogia de Michel Foucault. O *corpus* é composto de materialidades extraídas de dois canais do YouTube que promovem o uso de IA na prática docente, postados entre 2024 e 2025 e de conteúdos do portal *E-docente* (2025), vinculado a editoras educacionais.

Compreende, especificamente, três séries enunciativas constituídas de recortes extraídos de vídeos dos seguintes canais: 1) *Olhar digital* (2025), 2) *Nova Escola* (2024) - LIVE: “Inteligência Artificial: dúvidas e usos na prática dos professores”. A terceira série reúne enunciados de matérias (2025) sobre uso da IA do portal *E-docente*, vinculado às editoras Ática, Scipione e Saraiva.

Os critérios que caracterizam a diversidade dos perfis dos canais integrantes do *corpus* passam pela possibilidade de examinar diferentes modalidades enunciativas e posicionamentos discursivos que constituem o campo de discursividade sobre IA na educação. Além disso, a seleção das materialidades inclui: a) especificidade temática, ou seja, foco na IA para professores; b) alcance e circulação, incluindo número de visualizações e engajamento dos vídeos canais; c) diversidade institucional (plataformas de notícias, corporativas e editoriais); d) regularidades enunciativas que caracterizam uma prática discursiva em sua dispersão.

A análise procede através da identificação de séries enunciativas, regularidades discursivas e processos de subjetivação, seguindo os procedimentos arqueogenealógicos propostos por Foucault (2008). Cada materialidade é examinada considerando suas condições de produção, circulação e apropriação, bem como os efeitos de sentido que produz na constituição do sujeito-professor. O exercício analítico não busca desvelar sentidos ocultos

ou verdades subjacentes, mas examinar como determinados enunciados emergem, circulam e produzem efeitos de realidade.

É preciso não nos furtar ao registro de que a relevância desta pesquisa se situa na necessidade de compreender as transformações contemporâneas nos regimes de verdade sobre a educação, particularmente os efeitos da racionalidade algorítmica sobre a constituição do sujeito-professor. Os resultados contribuem para os estudos discursivos foucaultianos aplicados ao campo educacional, oferecendo elementos para a análise crítica dos dispositivos de poder que atravessam a formação docente nesta formação histórica da era digital.

Isso posto, o capítulo estrutura-se em quatro seções principais. A presente introdução contextualiza o problema de pesquisa e apresenta o desenho metodológico da investigação. A segunda seção em que desenvolvemos a fundamentação teórica, articulando os conceitos foucaultianos de formação discursiva, governamentalidade e subjetivação com os desenvolvimentos contemporâneos sobre governamentalidade algorítmica e suas manifestações no campo educacional. A terceira seção, onde empreendemos a análise das materialidades do *corpus*, examinando as séries enunciativas identificadas e seus efeitos de subjetivação docente. E, finalmente, na quarta seção reunimos considerações finais sobre os resultados da investigação e suas implicações para a compreensão dos processos de subjetivação docente na contemporaneidade.

I Referencial teórico

O referencial teórico será dividido em subtópicos, nos quais discutiremos sobre a forma como o acontecimento da Inteligência Artificial enquanto objeto discursivo no campo educacional mobiliza e constitui saberes, práticas e subjetividades no debate contemporâneo sobre o trabalho do professor. Trilhando as con-

tribuições de Michel Foucault (2008; 2013; 2014)), discorreremos sobre a questão da condução da conduta dos sujeitos por meio dos discursos. Ainda, abordaremos sobre a governamentalidade algorítmica a partir da perspectiva de Rouvroy (2016), destacando a forma como essa forma específica de governamentalidade, no contexto das tecnologias digitais, concorre para configurar e disciplinar de modo mais penetrante o trabalho docente.

1.1 Governamentalidade em Foucault

A compreensão dos efeitos de subjetivação produzidos pelos discursos sobre Inteligência Artificial na educação demanda um retorno às elaborações foucaultianas sobre governamentalidade. Nessa direção, o texto *Do governo dos vivos* (2010) aparece como ponto culminante da problematização iniciada por Foucault na segunda metade dos anos de 1970, quando ele substitui o tema do poder como dominação, utilizado para descrever as práticas disciplinares, pelo problema do governo entendido como condução de condutas.

Ao introduzir o problema do governo, não se trata mais de saber o que é o poder, mas como o poder se exerce. E aqui se tem uma questão não mais substancialista, mas uma questão operatória: as práticas de governo funcionam como reveladores do modo pelo qual um poder é efetivamente exercido. A partir desse redimensionamento, não é mais a dominação como fato global, mas é o governo como condução das condutas; não é mais a guerra como continuação da política por outros meios, mas são as múltiplas relações de força que serão considerados na reflexão como elementos de análise política. Uma das características da governamentalidade está precisamente em considerar os múltiplos jogos de força que atravessam os diversos campos de conflitos sociais nos quais a conduta dos indivíduos está sujeita ao governo.

Foucault (2008a) desenvolve esta noção para falar de uma racionalidade política específica das sociedades modernas, que opera não através da imposição direta sobre os corpos, contudo, pela condução das condutas, moldando subjetividades aparentemente livres e autônomas. O filósofo (2008a, p. 143) retrata governamentalidade como “o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população”. Esta definição revela uma transformação fundamental nas modalidades de exercício do poder: da soberania territorial à gestão das populações, do poder disciplinar sobre os corpos individuais ao governo das multiplicidades.

Sob esta ótica, uma prática de governamentalidade articula três elementos fundamentais: a segurança como tecnologia de poder, a população como objeto de saber e a economia política como forma de conhecimento. Diferentemente do poder disciplinar (Foucault, 2014), que opera através da normalização dos corpos individuais, a governamentalidade atua sobre os possíveis, orientando escolhas e decisões sem recorrer à coerção direta. Também de maneira diversa ao biopoder (Foucault, 2020a), que opera através de duas modalidades complementares: as disciplinas do corpo e a regulamentação das populações, a mecânica de poder da governamentalidade representa uma síntese dessas modalidades, constituindo uma “arte de governar” que articula técnicas disciplinares e regulamentações biopolíticas em dispositivos complexos de condução das condutas.

O confronto discursivo que se instala entre os mecanismos de poder e as formas de os sujeitos se relacionarem com essas forças que lhes atravessam põe em evidência os regimes de verdade de nossa época. Assim, conforme Foucault (2013) a verdade é pro-

duzida a partir de uma “vontade de verdade” em determinado tempo e local. Ainda na mesma obra Foucault nos diz que

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (Foucault, 2013, p.11).

Observamos, então, que a questão não passa pela necessidade de se produzir uma história de um saber verdadeiro, mas fazer ver como, no interior das relações de poder, o sujeito se constitui e se transforma historicamente através de jogos de verdade. E esta problemática da constituição do sujeito pelos discursos da verdade tornar-se-á insistente nos últimos trabalhos de Foucault, que os define como uma história dos jogos entre o verdadeiro e o falso, “através dos quais o ser se constitui historicamente como experiência [...] através de quais jogos de verdade o homem se dá seu ser próprio a pensar [...] quando reflete sobre si como ser vivo, ser falante e ser trabalhador, quando ele se julga e se pune enquanto criminoso” (2020b, p.12).

No campo educacional brasileiro, os fundamentos foucaultianos, rediscutidos por outros autores, sobre como a governamentalidade opera através de dispositivos específicos nos parecem profícuos para pensar as discursividades que se engendram em torno do uso da IA no ensino. Dentre estes, Veiga-Neto (2002) analisa como os discursos pedagógicos contemporâneos mobilizam tecnologias de governo que produzem subjetividades disciplinadas. Fischer (2023), por seu turno, investiga as transformações nos regimes de verdade educacional a partir da emer-

gência das mídias digitais. Araújo *et.al* (2024) analisa os efeitos de subjetivação na prática docente produzidos pelos discursos sobre qualidade educacional.

No bojo das pesquisas acima mencionadas, podemos pensar que há práticas de governamentalidade educacional, cujo funcionamento se dá através de dispositivos que articulam saberes pedagógicos, práticas institucionais e processos de subjetivação. O professor, nesse processo, é constituído como sujeito que deve governar a si mesmo e aos outros, incorporando racionalidades específicas que orientam sua conduta profissional. Esses dispositivos não operam através da imposição externa, mas pela produção de subjetividades que se reconhecem como livres e responsáveis por suas escolhas.

1.2 O acontecimento da IA na governamentalidade algorítmica

Compreendida sob a perspectiva foucaultiana, em nossa pesquisa, a Inteligência Artificial não se apresenta meramente como desenvolvimento tecnológico linear, senão como acontecimento que irrompe em determinado momento histórico quando condições de possibilidade específicas – envolvendo práticas científicas, dispositivos institucionais, relações de poder e regimes de verdade – convergem para instituir novos modos de problematização do sujeito, do conhecimento e da própria racionalidade. Este acontecimento discursivo (Foucault, 2008c) articula-se através de múltiplas superfícies de emergência: laboratórios de pesquisa, corporações tecnológicas, políticas governamentais, imaginários culturais e produções midiáticas que, conjuntamente, estabelecem as condições enunciativas pelas quais a Inteligência Artificial adquire inteligibilidade, legitimidade e operacionalidade enquanto objeto discursivo inserido em regimes específicos, a exemplo da educação.

As práticas discursivas em torno da IA configuram um campo de dispersão enunciativa onde se entrecruzam discursos científicos (neurociência, computação), discursos econômicos (produtividade, automação), discursos filosóficos (consciência, racionalidade, ética) e discursos políticos (governança, vigilância, controle), produzindo efeitos de verdade que instituem modos específicos de subjetivação e de exercício do poder. A função enunciativa (Foucault, 2008c) que organiza este campo não se reduz à mera descrição de algoritmos ou sistemas computacionais, ela opera como dispositivo de produção de subjetividades algorítmicas, estabelecendo novas formas de normalização, classificação e gestão das ações de seus usuários através de tecnologias de predição, otimização e decisão automatizada.

Compreender esta emergência discursiva exige que interroguemos as relações de poder-saber que atravessam a constituição da Inteligência Artificial como regime de verdade hegemônico nas sociedades contemporâneas, analisando como determinados enunciados adquirem autoridade nas disputas pelo controle dos significados e das práticas tecnológicas. O acontecimento discursivo da Inteligência Artificial institui, assim, novos modos de governamentalidade algorítmica, onde a racionalidade neoliberal encontra dispositivos sofisticados de modulação dos comportamentos, desejos e subjetividades através da captura, processamento e predição de dados massivos sobre as populações. Esta transformação nas tecnologias de poder configura aquilo que poderíamos denominar uma biopolítica algorítmica, na qual a gestão da vida e dos corpos articula-se crescentemente através de sistemas automatizados de decisão que operam segundo lógicas probabilísticas, estatísticas e preditivas, produzindo efeitos de verdade sobre indivíduos e coletividades que simultaneamente os constituem como objetos de saber, neste estudo específico, em se tratando do campo educacional.

Nessa direção, a emergência das tecnologias digitais e dos algoritmos de Inteligência Artificial configura novas e específicas modalidades de governamentalidade, a partir da compreensão do pensador francês do fenômeno das artes de governar já desde o final do século XV. Assim, trata-se de uma condução de condutas que se vale das novas tecnologias da informação, ou seja, de estratégias de governo por meio de algoritmos.

Rouvroy (2016) desenvolve o conceito de governamentalidade algorítmica para designar uma forma de poder que opera através da modulação contínua dos ambientes, prescindindo da disciplinarização dos corpos ou da normalização das condutas. Para a autora, a governamentalidade algorítmica caracteriza-se por “uma forma de governo que não procura mais formar, disciplinar ou controlar os sujeitos, mas que simplesmente tende a tornar impossível qualquer coisa que não seja a opção mais ‘inteligente’ ou ‘racional’” (2016, p. 30). Esta modalidade de poder atua sobre os possíveis, configurando ambientes que orientam escolhas sem recorrer à coerção direta, mas predefinindo um horizonte de possibilidades.

Este modo de governo tem o algoritmo como um agenciador de verdades sobre a vida humana, pois, ele opera, por exemplo, a partir da “mineração” de opiniões, sentimentos, avaliações, classificações, atitudes e sentimentos das pessoas sobre uma infinidade de eventos. O fato de os algoritmos funcionarem de maneira invisível e de constituírem uma espécie de “caixa preta” só atesta a máxima foucaultiana de que o poder funciona de maneira tanto mais eficiente quanto mais mascarado e despercebido ele for. Para tanto, a governamentalidade algorítmica opera através de três movimentos fundamentais: a) dessubjetivação – dispensa a constituição de sujeitos reflexivos, atuando diretamente sobre comportamentos; b) desfinalização – não visa objetivos normativos específicos, mas otimiza performances; c) modularização – adapta-se continuamente às variações ambien-

tais, produzindo efeitos de individualização sem individualidade (Rouvroy, 2016).

Dessa forma, a governança algorítmica cria uma realidade tanto quanto a registra. Desperta necessidades ou desejos de consumo, mas ao fazê-lo despolitiza os critérios de acesso a determinados lugares, bens ou serviços; desvaloriza a política (já que supostamente não há mais necessidade de decidir, de arbitrar em situações de incerteza, visto que estas são preventivamente desarticuladas); acaba com a institucionalidade, com o debate público; substitui a prevenção (apenas por preempção). A governamentalidade algorítmica pode ser entendida, portanto, como um modo específico de governo das condutas, ligado à emergência de um novo regime de verdade, movido pela busca de objetividade, eficiência e produtividade.

No campo do ensino, a governamentalidade algorítmica manifesta-se através de plataformas adaptativas, sistemas de recomendação e ferramentas de personalização que prometem otimizar processos de ensino-aprendizagem. Essas tecnologias operam através da coleta massiva de dados comportamentais, processamento algorítmico e modulação contínua dos ambientes educativos. Ao debater as promessas da tecnologia voltada à educação, Selwyn (2021) demonstrando como os discursos sobre inovação digital frequentemente silenciam questões sobre desigualdade, controle e mercantilização da educação. O autor argumenta que a tecnologia educacional raramente é neutra – ela incorpora valores, suposições e interesses particulares que moldam como a educação é concebida e praticada (Selwyn, 2021).

Contudo, a governamentalidade algorítmica apresenta especificidades que a distinguem de modalidades anteriores de poder tecnológico, como o fato de historicamente a inserção de tecnologias na educação revelar padrões recorrentes de promessas não cumpridas e resistências institucionais. Por seu turno, a go-

vernamentalidade algorítmica não atua através da imposição de normas ou da disciplinarização de condutas, senão pela configuração de ambientes que tornam certas escolhas mais prováveis que outras. No contexto educacional, isso se manifesta através de sistemas que sugerem atividades, recomendam recursos e personalizam experiências, produzindo efeitos de autonomia enquanto orientam condutas.

1.3 IA e ensino: novas práticas discursivas

Segundo a perspectiva arqueológica foucaultiana, o discurso constitui-se como prática que efetivamente produz os objetos de que fala, operando não como mediação transparente entre pensamento e realidade, mas como sistema de formação que estabelece as condições de possibilidade para a emergência de determinados objetos, conceitos e posições enunciativas em configurações históricas específicas. A análise discursiva, nessa mirada, volta-se às condições de existência dos enunciados, interrogando não as intenções subjacentes dos sujeitos falantes, mas as regularidades discursivas que atravessam superfícies de emergência, instâncias de delimitação e grades de especificação mediante as quais os objetos adquirem inteligibilidade e podem ser nomeados, descritos e problematizados no interior de formações discursivas determinadas. Neste sentido, a prática discursiva caracteriza-se por um conjunto de regras anônimas e históricas que definem, para uma dada época e domínio social, econômico ou geográfico, as condições de exercício da função enunciativa, estabelecendo aquilo que pode e deve ser dito (Foucault 2008c).

Nessa perspectiva, analisar as práticas discursivas sobre Inteligência Artificial na educação implica interrogar as superfícies de emergência onde este objeto se constitui discursivamente, as instâncias de delimitação que autorizam determinados sujeitos a

enunciarem verdades sobre esta tecnologia, e as grades de especificação mediante as quais se estabelecem distinções, oposições e categorizações que produzem a inteligibilidade mesma do fenômeno enquanto objeto de saber-poder. Essa compreensão da prática discursiva permite analisar, por exemplo, como os discursos sobre inteligência artificial na educação não simplesmente descrevem uma inovação tecnológica neutra, mas ativamente produzem regimes de verdade, subjetividades pedagógicas e racionalidades governamentais que reconfiguram as relações entre saber, poder e modos de condução das condutas nos dispositivos educacionais contemporâneos.

Na esteira do exposto, a inserção da inteligência artificial no campo educacional não constitui apenas uma inovação tecnológica, mas um acontecimento discursivo que mobiliza saberes, práticas e subjetividades em torno de novos regimes de verdade sobre o ensino e a aprendizagem. Os discursos sobre IA educacional articulam promessas de personalização, otimização e eficiência que interpelam professores e estudantes como sujeitos de uma lógica algorítmica.

Ao investigar a governança na educação digital, Williamson (2016) analisa como os discursos sobre IA na educação mobilizam imaginários tecnocientíficos que posicionam a tecnologia como solução para problemas educacionais complexos. O autor demonstra que “os discursos sobre IA educacional frequentemente apresentam a tecnologia como neutra e benéfica, obscurecendo questões sobre poder, controle e desigualdade” (Williamson, 2016, p. 45). Por sua vez, o estudo de Jeremy Knox (2020) sobre IA na educação debruça-se sobre os processos de subjetivação produzidos pelas tecnologias educacionais digitais, revelando como estudantes e professores são constituídos como “usuários” que devem adaptar-se às lógicas algorítmicas. O autor argumenta que “a digitalização da educação produz novas formas de subjetivação que privilegiam

a adaptabilidade, a flexibilidade e a responsividade às demandas tecnológicas” (Knox, 2020, p. 78).

No contexto brasileiro, a inserção da IA na educação articula-se com discursos sobre modernização, competitividade e inclusão digital que circulam em políticas públicas e práticas institucionais. Esses discursos frequentemente silenciam questões sobre precarização do trabalho docente, desigualdades digitais e mercantilização da educação pública. Comumente, os discursos sobre IA na educação mobilizam formações discursivas específicas que constituem a tecnologia como objeto de saber pedagógico. A IA é posicionada como “assistente” do professor, “ferramenta” de personalização e “recurso” para otimização do ensino. Essas posições discursivas produzem efeitos de familiarização que domesticam a alteridade tecnológica, inscrevendo a IA em racionalidades conhecidas do universo escolar.

2. Análise do *corpus*

Consoante nossos objetivos, analisaremos nesta seção as materialidades coletadas para o *corpus*. Lidaremos, de início, com uma série de enunciados extraídos de matérias do portal *E-docente*. Na sequência, analisaremos duas séries constituídas por enunciados de vídeos do Youtube dos canais *Nova Escola* e *Olhar digital*, respectivamente.

2.1 Série enunciativa I: a otimização produtivista

O portal *E-docente*, vinculado institucionalmente às editoras Ática, Scipione e Saraiva - todas integrantes do grupo Somos Educação, uma das maiores corporações educacionais brasileiras -, constitui a superfície de emergência para discursos sobre Inteligência Artificial na formação docente. As três matérias analisa-

das, publicadas entre setembro de 2023 e agosto de 2025, posicionam-se como orientação técnica destinada a professores da Educação Básica, operando através de modalidade enunciativa prescritiva que articula saberes pedagógicos com racionalidades empresariais. Cumpre registrar que a autoria dos textos permanece em geral não individualizada, emergindo sob a autoridade institucional do próprio portal, o que configura o funcionamento da função-autor, ou em termos foucaultianos (2008c), não importa quem efetivamente enuncia, mas a posição institucional que autoriza determinados enunciados como verdadeiros, neste caso, sobre a prática docente.

Na primeira matéria, em cujo título lemos: *Inteligência Artificial na Educação: Demandas e otimização de tempo*, fica evidente uma produção de sentido manifestada através de enunciados que mensuram o trabalho docente segundo métricas temporais de produtividade. Quando a materialidade enuncia “Aproximadamente 13 horas por semana poderiam ser realocadas para outras atividades que apoiem a aprendizagem dos alunos”, mobiliza-se uma formação discursiva que constitui a docência enquanto conjunto de tarefas quantificáveis, algumas das quais “poderiam ser automatizadas usando a tecnologia atual”. Essa modalidade enunciativa opera duplo efeito de subjetivação: posiciona o professor como gestor de sua própria eficiência temporal enquanto naturaliza a distinção entre atividades pedagógicas “relevantes” (aquelas que demandam presença humana) e atividades “burocráticas” (passíveis de automação algorítmica). Tal divisão, aparentemente técnica, circunscreve um regime de verdade (Foucault, 2013) sobre o que constitui o trabalho docente legítimo.

Essa ideia de otimização de tempo, presente na matéria, encapsula um regime de verdade que naturaliza a inserção da IA na prática docente como inevitabilidade histórica. Como assevera o texto do blog: “A questão já não é impedir o uso da IA em sala

de aula, mas saber como usar Inteligência Artificial com sabedoria”. Essa naturalização prescinde de problematizações acerca das condições políticas e econômicas que tornam essa inserção compulsória, operando através daquilo que Rouvroy (2016) denomina *desfinalização*: não se trata de questionar os fundamentos dessa transformação, mas de otimizar sua implementação.

Assim, nesse regime de verdade constituem-se dois conjuntos de práticas: aquelas que justificam a permanência do professor (interação direta com estudantes, desenvolvimento de competências socioemocionais) e aquelas que devem ser delegadas aos sistemas generativos (planejamento, elaboração de materiais, correção). Isso é endossado por outra matéria do *E-docente*, de agosto de 2025, que trata dos *Benefícios de usar Inteligência Artificial para personalizar o ensino*. Contudo, essa divisão na ação docente opera efeitos de silenciamento sobre a dimensão criativa e intelectual do trabalho pedagógico, reduzindo-o à tarefa mecânica executável por algoritmos. Nessa direção, o texto do portal sugere que o professor pode criar: “planos de aula com o Chatgpt” através de prompts como “Crie um plano de aula de português para alunos do 8º ano que estão com dificuldade em interpretar textos narrativos”, ou, “Textos adaptados”.

Vemos nessa produção discursiva que constitui a IA como ferramenta de personalização do ensino e otimização do tempo materializa o funcionamento da governamentalidade algorítmica (Rouvroy, 2016): não se impõe diretamente o uso desses artefatos, mas configura-se ambiente discursivo no qual sua não adoção equivale à irracionalidade profissional. É pertinente destacar que esse discurso ao mesmo tempo que joga luz sobre a singularidade de cada contexto educativo, propõe mediação por sistema treinado em padrões extraídos de massas de dados. Desse modo, essa personalização algorítmica opera através daquilo que Foucault (2014) denomina normalização, isto é, a não imposição de

norma única, em vez disso, a constituição de curva de distribuição na qual diferenças individuais são mensuradas, comparadas e geridas segundo parâmetros estatísticos. Em outros termos, um modo de governamentalidade no qual o professor é constituído como curador que adapta *outputs* algorítmicos, mas essa curadoria se dá dentro de horizontes de possibilidade previamente delimitados pelas gramáticas dos modelos generativos.

A materialidade discursiva que circula nos textos do *E-docente* articula saberes do campo da administração empresarial com práticas educacionais, constituindo o professor como gestor de sua própria produtividade. Enunciados como “De 20% a 40% das horas de trabalho de uso dos professores atuais estão em atividades que poderiam ser automatizadas usando a tecnologia atual [...]” operam através de uma racionalidade economicista que mensura o trabalho docente segundo métricas de eficiência temporal. Esse regime de verdade se alinha ao que Han (2015) identifica como sociedade do desempenho, na qual o sujeito é constituído como empresário de si mesmo, responsável por maximizar sua produtividade através da incorporação de tecnologias de otimização.

Ademais, a superfície institucional de emergência desses discursos não constitui detalhe contingente, mas condição de possibilidade para determinados enunciados ganharem autoridade. Logo, quando portal vinculado a grandes editoras comerciais prescreve uso de ferramentas específicas de IA, opera-se a captura corporativa dos espaços formativos (Williamson, 2016). Desse modo, o enunciado “A questão já não é impedir o uso da IA em sala de aula, mas saber como usar inteligência artificial com sabedoria” produz fechamento das possibilidades de problematização: não se interroga mais se essa transformação é desejável ou quais relações de poder a atravessam, mas sim apenas como implementá-la eficientemente. Trata-se, pois, de procedimento

de exclusão que silencia alternativas pedagógicas não mediadas algoritmicamente, constituindo-as como resistências reacionárias à inevitável modernização.

Com isso, a produção discursiva do portal concorre para que o sujeito docente internalize a lógica de otimização como racionalidade pedagógica legítima. Os prompts (comandos) sugeridos pelo portal: “Monte um plano de aula de matemática para o 1º ano do ensino médio, usando como tema central o futebol para ensinar funções [...]” funcionam como tecnologias de pedagogização dos modos docentes de enunciar perguntas aos algoritmos. Ao fornecer modelos de “boas práticas” de interação com sistemas generativos, essas materialidades atuam na condução das condutas (Foucault, 2008a) que, em vez de coagir, constituem-se subjetividades que internalizam racionalidades específicas como naturais. Ou seja, o professor aprende não apenas a usar ferramentas, mas a pensar pedagogicamente através de lógicas algorítmicas: a segmentar práticas em *inputs* e *outputs*, a formular demandas segundo sintaxes reconhecíveis pelos modelos de IA, a avaliar resultados segundo critérios de eficiência temporal.

Essa série enunciativa organizada em torno dos dizeres do portal *E-docente* revela ainda modalidade enunciativa específica através da qual a governamentalidade algorítmica passa a constituir o sujeito-professor: pela promessa de liberação de tempo para atividades “verdadeiramente pedagógicas”. Ao enunciar que ferramentas de IA “[...] permitem que os alunos avancem em seus próprios ritmos e recebam um suporte personalizado”, o portal sustenta um regime de verdade sobre aprendizagem como processo individualizável, mensurável e otimizável algoritmicamente. O professor, por sua vez, facilitador dessa otimização, responsável por adaptar ambientes e recursos às necessidades identificadas pelos sistemas. Produz-se, assim, uma subjetividade docente cindida: autônoma, aparentemente, na gestão de

práticas; subordinada, efetivamente, às racionalidades de rentabilização que atravessam a inserção de tecnologias proprietárias em espaços educacionais. Essa subordinação não intervém como imposição explícita, mas pela constituição de campos de possibilidade nos quais determinadas escolhas se tornam as únicas “racionais” disponíveis.

2.2 Série enunciativa 2: legitimação da presença corporativa

A segunda série enunciativa, construída a partir da live *Inteligência Artificial: dúvidas e usos na prática dos professores*, promovida pela Nova Escola em parceria com a Microsoft, revela modalidades discursivas através das quais a legitimação institucional opera na constituição da IA como horizonte incontornável da formação docente.

A Nova Escola, organização sem fins lucrativos que se posiciona como principal formadora de professores de redes públicas no Brasil, associa-se nessa transmissão com a Microsoft, corporação tecnológica global, através da mediação do comunicador e jornalista Marcelo Tas, personalidade televisiva associada a pautas de inovação tecnológica. Essa configuração institucional, diferente de ser mero cenário contextual, funciona como condição de possibilidade dos enunciados: determinados sujeitos, posicionados em instâncias específicas de autoridade, adquirem o direito de enunciar verdades sobre o futuro da educação.

O enunciado proferido pelo mediador logo após a abertura da live estabelece as coordenadas dessa legitimação: “Nós temos aqui essas duas grandes instituições, uma com foco na educação para professores de escola pública e a outra, Microsoft, que valoriza o uso da tecnologia para causar impacto positivo”. Por meio dessa modalidade enunciativa identificamos o funcionamento do que Foucault (2013) denomina *ritual do discurso*: procedimento

que define qualificações dos sujeitos que falam, gestos e circunstâncias que devem acompanhar enunciados, eficácia suposta das palavras. Nessa conjuntura, a Microsoft não é posicionada como corporação de tecnologia que comercializa licenças de software educacional e possui interesse na adoção massiva de suas plataformas, mas como parceira que “valoriza” a educação. Esta naturalização da presença corporativa em espaços formativos produz efeito de despolitização: silenciam-se as relações de poder-saber que atravessam a mercantilização da formação continuada.

Numa perspectiva arqueológica (Foucault, 2008c), com vistas ao exercício da função enunciativa na materialidade em análise, a composição dos participantes da live configura grade de especificação que hierarquiza saberes: o vice-presidente corporativo da Microsoft (autoridade técnico-científica), uma especialista em tecnologias educacionais vinculada a programas de formação (autoridade pedagógica), uma professora da educação básica (autoridade experiencial), mediador midiático (autoridade comunicacional). Quando o vice-presidente da empresa de tecnologia, Elbio Abib, enuncia “Foi em 2022 que tivemos um grande salto, um salto bastante significativo na qualidade dos modelos generativos”, mobiliza-se regime de verdade científico-técnico que posiciona a corporação como produtora legítima de conhecimento sobre transformações educacionais. Inclusive, o uso da primeira pessoa do plural, “tivemos”, produz efeito de inclusão – como se essas transformações fossem conquistas coletivas da humanidade, e não se enuncia que a Microsoft possui interesses comerciais na adoção massiva de suas plataformas educacionais, mas que ela “valoriza o uso da tecnologia para causar impacto positivo”.

As falas da professora Roberta Freitas operam função estratégica ao traduzir abstrações técnicas em prescrições pedagógicas. A afirmação “Quem ainda tem esse receio que ainda não conseguiu parar para experimentar e tem também quem diz que

aquilo ali é uma mágica”, constitui-se prática divisora que posiciona sujeitos docentes entre aqueles que permanecem presos ao “medo do desconhecido” e aqueles que já se apropriaram das ferramentas. Essa modalidade enunciativa funciona como tecnologia de normalização: não se impõe diretamente que professores utilizem ferramentas específicas, mas constituem-se modelos de conduta desejáveis (o professor que experimenta criticamente) e indesejáveis (aquele que resiste por medo ou adere por deslumbramento). A sequência enunciativa “A gente precisa desse olhar crítico, esse pensamento crítico para lidar com a plataforma” faz soar um efeito paradoxal: invoca criticidade enquanto naturaliza que o debate se limita aos modos de uso, nunca aos fundamentos da própria inserção algorítmica na dinâmica da sala de aula.

Essa naturalização da presença corporativa como parceria é reveladora no relato da professora Virgínia Chagas sobre experiências com estudantes do primeiro ao quinto ano em escola pública carioca, vinculada ao programa GET (ginásio educacional tecnológico). Ao ser interrogada pelo mediador da live sobre ensinar a questão dos limites e regras no uso da IA na escola, ela enuncia: “[...] quando ele [o aluno] vê que o que ele idealizou está ali na tela do computador produzido, né, aquilo tomando proporção, outras pessoas elogiando, então, assim não abre tempo, não tem brecha para que essas outras coisas [limites e regras do uso da IA] entrem”. No depoimento da docente nos é dado a ver um regime de verdade que realça o experiencial, que ancora legitimizações técnico-corporativas em vivências concretas de sala de aula. Contudo, essa experiência é narrada em contexto institucional específico: um programa municipal que já possui infraestrutura tecnológica, formação continuada direcionada e recursos disponibilizados. O efeito de generalização produzido pela circulação desse relato silencia as condições materiais que tornam essas práticas possíveis em alguns contextos e impossíveis em

outros, naturalizando como questão de disposição docente aquilo que constitui problema de desigualdade estrutural.

A análise das perguntas provenientes do chat da live revela ainda modalidades enunciativas através das quais a audiência participa da constituição desse campo discursivo sobre a IA na escola. À pergunta dos seguidores sobre “como a inteligência artificial pode auxiliar o professor a elaborar atividades adaptadas que promovam acessibilidade do aluno com deficiência TEA e neurodivergentes?” A professora Virgínia Chagas responde enfatizando rapidez na produção de materiais adaptativos. Este posicionamento discursivo sinaliza um deslocamento significativo: questões de inclusão educacional, que demandam problematizações sobre capacitismo, direito à educação, condições de trabalho docente, são reconfiguradas como problemas técnicos solucionáveis por ferramentas algorítmicas. Este movimento de sentido se coaduna a um dos eixos fundamentais da governamentalidade algorítmica, que Rouvroy (2016) identifica como *modularização*, ou seja, adaptação continuamente às variações ambientais, produzindo efeitos de individualização sem individualidade: a velocidade na produção de materiais suplanta o reconhecimento de especificidades individuais.

Uma última sequência enunciativa desta série que vale destacar advém da fala do vice-presidente da Microsoft: “[...] 66% dos líderes afirmam que não contratariam alguém sem habilidades de IA destacando a importância dessas competências no mercado atual”. O fragmento destacado evidencia uma articulação entre formação docente e subordinação às demandas do mercado de trabalho. Trata-se da governamentalidade que modula horizontes possíveis: não se determina diretamente que professores utilizem plataformas específicas, mas configura-se um ambiente discursivo no qual a não adoção dessas tecnologias equivale à obsolescência profissional. Fica estabelecida uma relação de poder

que prescinde da coerção explícita, atuando através da constituição de subjetividades que se reconhecem como responsáveis por sua própria empregabilidade futura. Inclusive, a live, enquanto modalidade enunciativa, não funciona apenas como espaço (in)formativo, mas como tecnologia de subjetivação que interpela docentes como sujeitos constituídos em capital humano em permanente processo de atualização.

2.3 Série enunciativa 3: a dicotomia produtivista

O programa *Olhar do amanhã: o futuro da educação em tempos de IA*, veiculado no Youtube em 19 de junho de 2025 pelo canal Olhar Digital – portal de tecnologia e inovação de amplo alcance no Brasil –, configura modalidade discursiva que aparentemente se distingue das anteriores ao introduzir problematizações sobre usos da Inteligência Artificial na educação. O entrevistado, Álvaro Machado Dias, neurocientista, futurista e colunista do portal, posiciona-se como autoridade científica, distante de interesses corporativos específicos, o que lhe permite enunciar críticas aos modelos de inserção algorítmica na educação. Todavia, essa posição enunciativa, bem como os limites das problematizações formuladas, merece análise atenta, pois revela como certas modalidades de crítica podem funcionar, paradoxalmente, como dispositivos de captura das resistências.

À primeira vista, o posicionamento enunciativo do neurocientista constitui resistência aos discursos instrumentalizadores analisados nas séries anteriores. Ao afirmar que “Existe a inserção [da IA] que faz um complemento ao processo de aprendizado baseado no papel do professor e existe um uso que no final das contas serve para que o aluno aprenda de maneira algorítmica”, o entrevistado parece problematizar aquilo que nas materialidades anteriormente analisadas era naturalizado. Contudo, essa crítica

opera dentro de limites específicos: trata-se de distinguir usos importantes e usos mercantilizados da mesma tecnologia, sem interrogar as condições de possibilidade da própria inserção algorítmica como racionalidade educacional na formação histórica do presente.

A abordagem da presença da IA na educação é desenvolvida pelo especialista numa base dicotômica, como explicitado na sequência enunciativa: “O debate atual no domínio da Inteligência Artificial aplicada à educação é um debate sobre o uso para a transformação mais positiva ainda dessas mentes jovens, ou uso para maximizar o lucro de redes educacionais que vão estar buscando cortar custo”. E complementa: “[...] não tô nada contra a rentabilidade dos negócios, tá pelo contrário acho que não existe negócio que se mantenha que não seja rentável, tem que ser. A grande questão é qual que é a função da educação”. A materialização do posicionamento discursivo por parte do cientista faz ressoar o que Dardot e Laval (2016) escrevem sobre a captura neoliberal do próprio discurso crítico: não se questiona a subordinação da educação à lógica empresarial, mas apenas formas específicas dessa subordinação. Portanto, haveria rentabilidade legítima (aquela que investe em “experiência de ensino super premium”) e ilegítima (aquela que “comoditiza o ensino”). Todavia, os fundamentos da mercantilização permanecem inquestionados.

Assim, a constituição do sujeito-professor, nessa produção discursiva, se dá através de aparente valorização de seu papel diante da automação algorítmica. Para tal, em sua fala o neurocientista mobiliza um regime de verdade que posiciona a docência como dimensão insubstituível da experiência educativa: “O professor tem um papel crítico. O papel de fazer pensar ainda maior do que o da atualidade”. Contudo, essa valorização discursiva articula-se com a prescrição de que o professor deve aceitar “[...] um papel de tutor, na medida em que existe esse

coach, né, que é a Inteligência Artificial participando da relação”. Constitui-se, assim, e outra vez, subjetividade docente cindida: valorizada retoricamente, enquanto sua autonomia pedagógica é efetivamente subordinada à mediação algorítmica. O professor é objetivado como guardião da criticidade e das relações sociais, mas apenas enquanto complemento de sistemas de automação algorítmica que assumem a transmissão de conteúdos e a gestão das trajetórias de aprendizagem.

Na sequência disso, a crítica formulada aos sistemas de IA educacional revela ainda limites dessa problematização, que chamamos liberal-humanista. Álvaro Machado assevera: “Os produtos educacionais que eu conheci eles são todos meio puxa-sacos dos alunos, e aí eu acho que isso gera uma defesa das fragilidades e um exacerbamento do egocentrismo”. Seu posicionamento crítico, sem interrogar as relações de poder-saber que atravessam a inserção algorítmica na dinâmica educativa, dirige-se aos efeitos psicológicos supostamente produzidos nos estudantes. Mobilizam-se saberes do campo da neurociência, que lhes são legítimos, para cancelar posicionamento pedagógico conservador. Nessa direção, afirma o entrevistado que “A incorporação em modelos mentais de longo prazo parece que é prejudicada pela Inteligência Artificial porque você reduziu o esforço”. Ressoam nesta sequência sentidos inscritos numa formação discursiva meritocrática, segundo a qual aprendizagem demanda sofrimento produtivo. E na sequência, o arremate com o bordão “*no pain no gain*”, mobilizado pelo especialista entrevistado, sinaliza a persistência de racionalidades disciplinares que atravessam, também, discursos críticos à automação do ensino.

Face ao exposto, a superfície de onde emana esse discurso de efeito crítico não constitui detalhe fortuito: trata-se de programa veiculado por canal de tecnologia (que se define como o maior canal de tecnologia do Brasil), patrocinado por corporações do se-

tor, no qual especialista vinculado – “neurocientista e futurista” – enuncia críticas circunscritas aos excessos mercantilizadores. Essa configuração institucional nos expõe aquilo que Foucault (2013) identifica como *ritual de circunstância* de dada ordem discursiva: determinados espaços autorizam certas modalidades de crítica desde que estas não interroguem os fundamentos das relações de poder que constituem esses próprios espaços. Álvaro Machado pode criticar o “fordismo educacional” e os sistemas “puxa-sacos” precisamente porque essas críticas não ameaçam a inserção algorítmica em si, apenas seus modos específicos de implementação.

Considerações finais

Este capítulo partiu da interrogação central sobre como os discursos que circulam acerca da Inteligência Artificial operam na constituição do sujeito-professor na educação contemporânea, compreendendo essa emergência discursiva como acontecimento que reconfigura as condições de possibilidade do exercício docente no século XXI. O percurso analítico empreendido, fundamentado na perspectiva arqueogenealógica foucaultiana articulada ao conceito de governamentalidade algorítmica desenvolvido por Rouvroy (2016), permitiu examinar como três séries enunciativas extraídas de materialidades digitais - portal corporativo-editorial, live institucional e programa de tecnologia – constituem, a despeito da dispersão enunciativa, campo de discursividade homogêneo que naturaliza a inserção algorítmica como horizonte incontornável da prática pedagógica. Os resultados demonstram que essa naturalização funciona não através da imposição direta ou da coerção explícita, senão pela constituição de subjetividades docentes que internalizam a racionalidade algorítmica como modalidade legítima de pensar e exercer a docência na formação histórica presente.

A análise das três séries enunciativas permite compreender que a constituição do sujeito-professor atravessado pela governamentalidade algorítmica atravessa dispositivo complexo que articula modalidades enunciativas aparentemente heterogêneas em campo de discursividade homogêneo. Assim, os discursos de otimização produtivista que mensuram o trabalho docente segundo métricas temporais e constitui o professor como gestor de sua própria eficiência, responsável por automatizar tarefas (série 1); as legitimações institucionais produzidas em parcerias entre organizações formadoras e corporações tecnológicas feitas através de rituais discursivos que despolitizam a presença corporativa em espaços formativos públicos, posicionando estas empresas como parceiras na educação enquanto silenciam seus interesses comerciais na adoção massiva de plataformas (série 2); a captura de potenciais resistências ao circunscrever a crítica aos “excessos mercantilizadores” sem interrogar os fundamentos da subordinação educacional à lógica algorítmica, estabelecendo dicotomia entre bons e maus usos, que pressupõe neutralidade técnica das ferramentas (série 3); juntos não constituem posicionamentos contraditórios, mas modalidades complementares de um mesmo regime de verdade sobre a inevitabilidade e desejabilidade da inserção algorítmica na educação.

Os processos de subjetivação docente identificados na análise revelam a constituição de sujeito-professor cindido: valorizado retoricamente como guardião da dimensão humana, crítica e relacional da educação, mas efetivamente subordinado à mediação algorítmica que assume funções consideradas centrais do trabalho pedagógico (planejamento, elaboração de materiais, personalização de trajetórias). Essa cisão põe à mostra um governo através da liberdade (Foucault, 2008a), ou seja, professores são interpelados como sujeitos autônomos que escolhem desenvolver competências em IA, aderir a boas práticas de otimiza-

ção e distinguir criticamente entre usos adequados e inadequados, mas essas escolhas se exercem em campo de possibilidades previamente delimitado pelas racionalidades de rentabilização, mensurabilidade e eficiência que estruturam o capitalismo digital contemporâneo.

Os efeitos de silenciamento operados por essa nova ordem discursiva são particularmente reveladores das relações de poder-saber que atravessam o campo. Dessa forma, silencia-se a dimensão criativa e intelectual da preparação pedagógica, reduzida a tarefa mecânica executável por algoritmos; silenciam-se as desigualdades estruturais que condicionam acesso diferenciado a infraestruturas tecnológicas, naturalizando como disposição docente individual aquilo que constitui problema de política pública; silenciam-se as relações econômicas que constituem a inserção corporativa em espaços educacionais, despolitizando como parceria benéfica aquilo que efetivamente configura mercantilização da formação continuada; silenciam-se, fundamentalmente, alternativas pedagógicas não mediadas algoritmicamente, constituídas discursivamente como resistências reacionárias à modernização inevitável. Esses procedimentos de exclusão Foucault (1996) delimitam o dizível e o pensável nesta ordem discursiva.

A contribuição desta pesquisa para o campo dos estudos discursivos foucaultianos aplicados à educação situa-se na demonstração de como as tecnologias digitais contemporâneas, particularmente a IA generativa, operam transformações nos regimes de verdade pedagógica através de modalidades específicas de governamentalidade que se distinguem das formas disciplinares e biopolíticas analisadas por Foucault. A governamentalidade algorítmica não substitui essas modalidades anteriores, mas articula-se com elas produzindo configurações outras: prescinde da normalização explícita dos corpos, atuando através da personalização algorítmica que constitui cada sujeito como caso singular

gerido segundo parâmetros estatísticos extraídos de massas de dados; prescinde da imposição de normas universais, operando através da modularização que adapta ambientes continuamente às variações comportamentais; prescinde da constituição de sujeitos reflexivos, atuando diretamente sobre comportamentos através da predefinição de horizontes de possibilidade. Portanto, o professor constituído por essa governamentalidade não é mais aquele disciplinado para reproduzir métodos padronizados nem aquele normalizado segundo curvas de desempenho, mas aquele que se reconhece como agente livre e autônomo enquanto internaliza gramáticas algorítmicas como única racionalidade pedagógica possível na contemporaneidade.

Referências

ARAÚJO, Paula Geórgia; DOMINGOS, José. A docência em discurso: posicionamentos discursivos sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação durante a pandemia de Covid-19. In: DOMINGOS, José; RODRIGUES, Linduarte Pereira. (Org.) **Práticas discursivas e políticas de saber na educação**. Campina Grande, PB: EDUEPB, 2024, p. 138-164.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

E-docente. Inteligência Artificial na educação. Portal E-docente, 2024-2025. Disponível em: <https://www.edocente.com.br/category/tecnologia-na-educacao/inteligencia-artificial-na-educacao-tecnologia-na-educacao/> Acesso em: 20 set. 2025.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Trabalhar com Foucault**: arqueologia de uma paixão. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 25 ed. Tradução de Roberto Machado. São Paulo: Graal Edições, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008c.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**: curso no Collège de France (1982-1983). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23 ed. São Paulo: Loyola, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2020a.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2**: o uso dos prazeres. São Paulo: Paz e Terra, 2020b.

HAN, B. C. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

KNOX, Jeremy. Artificial intelligence and education in China. **Learning, Media and Technology**, v. 45, n. 3, p. 298-311, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17439884.2020.1754236> Acesso em: 12 set. 2025.

NOVA ESCOLA. LIVE: Inteligência Artificial: dúvidas e usos na prática dos professores. **YouTube**, 30 out. 2024. 70min24s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iNqV8kPkoaQ>. Acesso em: 10 set. 2025.

OLHAR DIGITAL. Olhar do Amanhã: o futuro da educação em tempos de IA. **YouTube**, 19 jun. 2025. 16min30s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MPth7AnFCUQ> Acesso em: 20 set. 2025.

ROUVROY, Antoinette. The digital government of societies does not produce more liberty, but less liberty: the case of algorithmic government. **Social Research**, v. 83, n. 4, p. 835-870, 2016.

SELWYN, Neil. **Education and technology**: key issues and debates. 3 ed. London: Bloomsbury Publishing PLC, 2021.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

WILLIAMSON, Ben. Digital education governance: data visualization, predictive analytics, and ‘real-time’ policy instruments. **Journal of Education Policy**, v. 31, n. 2, p. 123-141, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02680939.2015.1035758>. Acesso em: 21 set. 2025.

Subjetividade e resistência de um herói: discurso, raça e poder em “Super Choque”

Danilo de Meireles Nunes Muniz¹

Carla Luzia Carneiro Borges²

Considerações iniciais: a insurgência de um corpo negro como herói

Uma imagem de corpo insurgente, um discurso de resistência. Seria este corpo o de um herói? Pode um corpo negro estar no centro de uma ordem discursiva dos feitos heroicos? Em que dimensão? No panteão majoritariamente branco dos super-heróis, onde arquétipos de poder e justiça foram, por décadas, forjados à imagem de uma norma caucasiana, a emergência de certas figuras funciona como uma fissura, um acontecimento que desestabiliza a ordem do dizível e do visível. No início dos anos 2000, a animação “Super Choque” (*Static Shock*) introduziu o protagonista Virgil Hawkins/Super Choque (Figura 1): um adolescente negro, inteligente, irônico e morador de uma cidade conflagrada, que, após um acidente com um gás mutagênico, adquire pode-

1. Mestrando no Programa de Pós-graduação em Desenho, Cultura e Interatividade (PPGDCI) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), membro do Grupo de Estudo em Linguagens, Sociedade e Produção de Discursos (LINSP).

2. Professora Titular do Programa de Pós-graduação em Desenho, Cultura e Interatividade (PPGDCI), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), coordenadora do Grupo de estudos em Linguagem, Sociedade e Produção de Discursos (LINSP).

res eletromagnéticos e os usa para proteger sua comunidade, a cidade de Dakota. Sua jornada, contudo, transcende a fórmula clássica da luta do bem contra o mal. A série se torna o palco para a exploração de questões sociais prementes, como o racismo, a desigualdade e o *bullying*, convertendo a trajetória do herói em um comentário agudo sobre a experiência da juventude negra nos Estados Unidos, mas que também ressoa nos jovens afrodescendentes brasileiros.

Figura 1: O herói Super Choque



Fonte: https://dublagementpedia.fandom.com/pt-br/wiki/Super_Choque

Este artigo se debruça sobre essa obra midiática não como um objeto de entretenimento inerte, mas como uma potente materialidade discursiva. Propomos aqui uma escavação das camadas de sentido que constituem “Super Choque”, compreendendo-a como uma intervenção deliberada no campo da cultura e da re-

apresentação. O objetivo que nos move é investigar de que maneira a animação opera como um dispositivo que produz, tensiona e faz circular discursos sobre raça, identidade e poder, contribuindo para a construção de subjetividades resilientes e contra hegemônicas. Em um tempo presente marcado pela irrupção de debates sobre justiça racial, amplificados pelas redes sociais e pela mídia, revisitar um artefato cultural como este se mostra um gesto de extrema pertinência para os Estudos do Discurso.

Para empreender tal análise, mobilizamos um arcabouço teórico que articula a filosofia de Michel Foucault, mais especificamente, os Estudos Discursivos Foucaultianos, com os estudos da comunicação e da cultura, considerando o que há de regular entre os três estudos: o universo das práticas discursivas. Pensador francês cuja obra provocou uma virada fundamental nas ciências humanas, Foucault oferece uma abordagem particular da linguagem, e é a sua perspectiva sobre o discurso que mobilizaremos aqui. A sua importância reside precisamente em deslocar a análise do que o discurso “significa” para o que ele “faz”, ou seja, como o discurso funciona para produzir regimes de verdade e governar condutas. A noção de discurso em Foucault, portanto, entendida não como um conjunto de signos, mas como uma prática que forma os objetos de que fala, servir-nos-á como alicerce para pensar a animação como uma formação discursiva.

Em diálogo, o conceito de audiovisualidades, aqui entendida em sua pluralidade, pois se trata de uma “noção que já nasce plural” (Milanez, 2019, p. 7), cunhado por Nilton Milanez (2019), será aqui considerada numa perspectiva discursiva foucaultiana como “fatos históricos que possuem um tipo de organização específica” (Milanez, 2019, p. 7) e servirá como uma ferramenta metodológica precisa, permitindo-nos analisar como a interação entre som, imagem e narrativa (intericonicidade) materializa esses discursos e produz efeitos de sentido específicos. Por fim, as

contribuições de Stuart Hall (2016) sobre o caráter construtivo da representação e de bell hooks (2019) sobre a estética negra como forma de resistência nos ajudarão a dimensionar o impacto político e cultural da obra.

Alinhado à proposta desta coletânea, que busca fomentar o diálogo entre pesquisadores do discurso a partir de objetos midiáticos que capturam as sensibilidades do nosso tempo, este trabalho intenta oferecer uma análise rigorosa, porém acessível. Buscamos demonstrar a relevância da investigação linguística para a compreensão de fenômenos culturais e, por conseguinte, sua importância para a formação docente, ao oferecer um exemplo de como a análise discursiva pode desvelar as relações de poder inscritas em produtos da cultura de massa, transformando-os em potentes ferramentas pedagógicas para a discussão sobre diversidade, cidadania e justiça social.

I Discurso, poder e audiovisualidade: a resistência em ação

Antes de adentrarmos a análise da materialidade discursiva que é “Super Choque”, faz-se necessário delinear com maior escrutínio as ferramentas conceituais que guiarão nosso percurso. A escolha de Michel Foucault como interlocutor principal não é fortuita. Como supracitado, sua obra nos convida a um modo de considerar a linguagem para além de ser uma estrutura linguística e um instrumento de comunicação, empreendendo um movimento para pensá-la em sua espessura histórica, política que atravessa os sujeitos e lhes é constitutiva.

Em *A Arqueologia do Saber* (2008), o filósofo declara que os discursos não são sobre os objetos, eles são os objetos. O discurso sobre a loucura no século XIX, por exemplo, não descreve uma loucura preexistente; ele a inventa, a delimita, a classifica, produzindo ao mesmo tempo o louco como sujeito e o asilo como

espaço de controle. Essa virada de perspectiva é crucial: ela nos permite enxergar a animação não como um reflexo da realidade negra, mas como um campo que ativamente constrói uma versão dessa realidade, com suas próprias regras de formação, seus enunciados possíveis e suas interdições.

Intimamente ligada à noção de discurso, nesta perspectiva, está a de poder. Na coletânea *Microfísica do Poder* (1979), a analítica de Foucault sobre o tema ganha contornos específicos, convidando-nos a rastrear o poder, não em suas manifestações centralizadas, como o Estado ou a Lei, mas em sua capilaridade, em sua atuação no nível dos corpos, dos gestos e dos saberes locais. O poder, nessa ótica, não é uma posse, mas uma estratégia que se exerce através de uma rede de dispositivos, táticas e enfrentamentos constantes. Ele é produtivo: não apenas proíbe, mas principalmente produz realidades, normaliza comportamentos e constitui sujeitos.

É exatamente esta dimensão microfísica que se torna indispensável para analisar “Super Choque”, pois o racismo e a desigualdade não se materializam na série apenas através de grandes antagonistas ou leis opressoras, mas nas táticas do cotidiano: na abordagem policial seletiva, na desconfiança velada no olhar do outro, na distribuição desigual de recursos que molda a geografia da cidade de Dakota. E, crucialmente, se há poder, há resistência. A resistência, para Foucault, não é externa ao poder, mas imanente a ele; são os pontos de enfrentamento que emergem de dentro da própria rede. O ato de Virgil se tornar um herói é uma contratática, uma insubordinação que nasce e se efetiva no seio dessa mesma trama de poder.

Se Foucault nos oferece a gramática para ler as relações de poder, Nilton Milanez (2019), com o seu conceito de audiovisualidade, fornece-nos a chave para entender como essa gramática se materializa no ecrã. Para Milanez, a audiovisualidade não se resu-

me à junção de imagem e som, mas designa uma esfera discursiva complexa, um modo de produção de sentidos e de conhecimento que caracteriza o mundo contemporâneo. Nas suas palavras, a audiovisualidade “configura-se como uma poderosa ferramenta de subjetivação” (Milanez, 2019, p. 23), pois engaja o espectador num processo ativo de construção identitária e cultural.

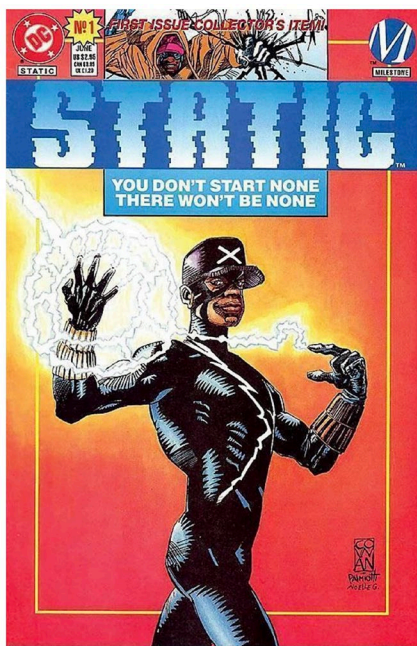
A pertinência deste conceito para a nossa análise é perentória. Ele permite-nos investigar “Super Choque” não como um texto a ser decifrado, mas como uma experiência a ser analisada na sua integralidade sensível. A paleta de cores, a cadência da montagem, o design dos personagens, a trilha sonora calcada no hip-hop, os diálogos repletos de gírias: tudo isso compõe a audiovisualidade da série. São esses elementos, na sua articulação, que dão corpo ao discurso, que o tornam visível, audível e, acima de tudo, palatável para um público jovem. A audiovisualidade é, portanto, a própria materialidade do poder e da resistência em ação na tela.

2 Genealogia do herói negro: a pirotecnia das telas

Para que um herói negro pudesse protagonizar uma animação de grande circulação no início do século XXI, uma série de condições de possibilidade precisou ser historicamente constituída. O surgimento de “Super Choque” não é um ponto fora da curva, mas um acontecimento discursivo que se inscreve numa linhagem de lutas por representação e na evolução da própria indústria cultural. A série é uma adaptação das revistas em quadrinho da Milestone Media, um selo fundado nos anos 1990 por artistas e escritores afroestadunidenses que buscavam criar um universo de super-heróis mais diverso e representativo. A própria existência da Milestone foi uma resposta direta à branquitude hegemônica das gigantes Marvel e DC Comics, uma prática

de insurreição simbólica – como fica claro no título da capa da primeira edição, mostrada na Figura 2 – que fincou uma bandeira no território da cultura pop.

Figura 2: Capa da primeira edição de “Super Choque” (*Static* no original)³



Fonte: <https://encurtador.com.br/pBvVG>

O contexto da virada do milênio também se mostrava peculiarmente fértil. A cultura hip-hop havia se consolidado como uma força global, influenciando a moda, a música e a linguagem juvenis. Figuras como Will Smith haviam transitado do rap para o estrelato em Hollywood, e o debate sobre a representatividade na comunicação social, embora incipiente se comparado aos dias atuais, já ganhava tração. “Super Choque” surge, assim, na es-

3. O título diz “Se você não começar, ninguém o fará” (tradução nossa).

teira desses movimentos, capitalizando uma demanda por novas narrativas e, ao mesmo tempo, impulsionando-a.

A trama inicia-se com o que ficou conhecido como o “*Big Bang*”, evento catalisador que representa a colisão de diversas forças sociais. Um confronto entre gangues no cais da cidade de Dakota é violentamente interrompido pela chegada da polícia que, em meio ao caos, abre fogo. Os disparos atingem uma das cargas, que se rompe e liberta um gás experimental. Este gás, que se revela um potente mutagênico, mata muitos e concede superpoderes aos sobreviventes. A narrativa posterior aprofunda a crítica sistêmica, ao revelar que a carga perigosa pertencia ao magnata Edwin Alva, que rapidamente suborna a prefeita para abafar o seu envolvimento. Assim, este evento é, em si, uma poderosa metáfora social. Os afetados são, na sua maioria, jovens marginalizados, pertencentes a minorias raciais e a classes sociais desfavorecidas. O poder que adquirem não é uma dádiva, mas a consequência direta da confluência entre a brutalidade policial, a ganância corporativa e a corrupção política. Eles tornam-se “*big babies*”, uma nova categoria de sujeitos marcados pela diferença e, por isso mesmo, alvo de medo, perseguição e tentativas de controle.

A criação da categoria “*big baby*” na série é, em si, um ato discursivo de profundo interesse. O termo, aqui tomado como enunciado na perspectiva foucaultiana, não destaca apenas um indivíduo com superpoderes, mas o surgimento de um novo tipo de sujeito político. O *big baby*, considerado aqui num campo associado ao de *big brother* (Orwell, 2008), é aquele cujo corpo nasceu de uma ação violenta de poder assim como torna-se fonte de nova agência e insurgência social. Eles são imediatamente transformados em objeto de saber (são estudados, catalogados, temidos), em alvo de poder (são caçados, aprisionados, instrumentalizados), mas também operam como materialização de re-

sistência a um estado opressor e negligente. Essa produção do *big baby* como um sujeito anormal ou perigoso justifica a emergência de novos dispositivos de controle e vigilância na cidade de Dakota. Ao mesmo tempo, é essa mesma condição de alteridade que abre espaço para novas formas de resistência e para a criação de novas alianças e comunidades entre aqueles que foram marcados pelo “*Big Bang*”.

É neste cenário que encontramos Virgil Hawkins. Antes do acidente, ele já navegava as complexidades da sua identidade: um estudante exemplar, fã de histórias em quadrinhos e aficionado por ciências e tecnologias que precisa lidar com o *bullying* na escola e com os perigos das ruas do seu bairro. A aquisição de poderes eletromagnéticos não o transforma num ser messiânico, pelo contrário, amplifica os conflitos que já vivia. A sua jornada como Super Choque é uma constante aprendizagem sobre responsabilidade, poder e, fundamentalmente, sobre o lugar que ele ocupa no mundo como um jovem negro subitamente dotado de uma agência extraordinária. Eis, pois, a genealogia deste corpo herói negro, que culmina numa pirotecnia da resistência nas telas.

3 A heterotopia de Dakota: audiovisualidade, espaço e representação

A cidade de Dakota, palco das aventuras de Virgil Hawkins, transcende a função de mero cenário para se constituir como um personagem central, um espaço discursivo complexo. Para analisar a sua construção, é profícuo mobilizar o conceito de heterotopia, desenvolvido por Michel Foucault (2013). Diferente da utopia (um não-lugar), a heterotopia é um espaço real, um “contraespaço” que existe dentro da sociedade, mas que funciona sob regras próprias, simultaneamente espelhando, contestando e invertendo os outros espaços (Foucault, 2013). Dakota pode ser

lida como uma grande heterotopia: um lugar real no mapa da animação, mas que condensa e expõe as contradições, as tensões e as relações de poder do espaço urbano contemporâneo.

É através da audiovisualidade, conceito central para esta análise, que a heterotopia de Dakota ganha corpo e sentido. Em “Super Choque”, a esfera discursiva da audiovisualidade (Milanez, 2019) é meticulosamente construída para dar vida a Dakota. Visualmente, a cidade é um organismo de contrastes: arranha-céus espelhados que refletem o poder corporativo de figuras como Edwin Alva coexistem com os bairros periféricos, retratados com evidente descaso estatal (Figura 3).

Figura 3: Contraste urbano da cidade de Dakota



Fonte: “Super Choque”, Denys Cowan, 2000

Essa construção visual do espaço ganha uma nova camada de profundidade quando analisada a partir da obra de Stuart Hall, um dos fundadores dos Estudos Culturais e pensador central para a compreensão das relações entre cultura, poder e representação. A importância de Hall reside em sua insistência de que

a mídia não é um mero transmissor de informações, mas um campo de luta onde os sentidos sobre o mundo são produzidos e disputados. É nesse contexto que sua análise sobre o conceito de representação se torna uma ferramenta poderosa. Para Hall (2016), a representação não é um espelho da realidade, mas um processo ativo de construção de significados.

A forma como Dakota é desenhada não está apenas mostrando uma cidade, mas está “dizendo” algo sobre ela. Ao invés de retratar os bairros negros apenas como lugares de carência e vulnerabilidade, a audiovisualidade oferece outra realidade, dando destaque às quadras de basquete e os centros comunitários como espaços de sociabilidade e pertencimento. A série, portanto, utiliza seus recursos visuais para construir um contradiscurso à representação estigmatizada dos guetos, um ponto central na luta política sobre os sentidos, como discute Hall (2016).

Este contradiscurso visual estende-se de forma eloquente ao vestuário dos personagens, que funciona como um potente marcador de identidade e pertencimento cultural. Longe de serem genéricas, as roupas de Virgil e de seus amigos estão profundamente enraizadas na moda urbana e na cultura hip-hop do início dos anos 2000: moletons largos, calças cargo, bonés e tênis compõem um guarda-roupa que os situa numa temporalidade e num espaço social específicos, como é demonstrado nas vestimentas de Virgil no primeiro episódio (Figura 4).

O próprio traje do Super Choque reflete essa subjetividade desde seu lançamento em revista em quadrinhos ao mostrá-lo com um boné, reforçando o discurso de um herói conectado com suas raízes “afro-urbanas”, como ilustrado na Figura 1. Em sua transposição para a TV, seu traje mantém a mesma junção do funcional e moderno com o improvisado e urbano, apresentando óculos chamativos, sobretudo, calça folgada e tênis, se afastando dos uniformes militarizados ou pouco realísticos de outros he-

róis, reforçando sua imagem como um protetor que emerge organicamente da sua comunidade (Figura 5).

Figura 4: Os trajes de Virgil Hawkins

Figura 5: A apresentação do primeiro traje do Super Choque



Fonte: “Super Choque”, Denis Cowan, 2000

A atenção dada a essa materialidade do corpo enquanto veículo discursivo encontra eco na proposição de Nilton Milanez (2019), para quem o corpo é o ponto de ancoragem do discurso audiovisual. Como afirma o autor, “As práticas do ouvir e do ver no que tange o corpo são o suporte e o volume fundamental para que possamos situar o corpo no campo discursivo das audiovisualidades” (Milanez, 2019, p. 24). Portanto, a forma como um corpo é mostrado, visto e ouvido define sua posição no campo discursivo. Nesse sentido, a indumentária opera como uma tecnologia visual que inscreve discursos diretamente na pele dos

sujeitos, tornando-os legíveis dentro da heterotopia de Dakota. O vestuário, portanto, não é um acessório, mas a própria materialidade discursiva que dá visibilidade a uma subjetividade negra afirmativa, que se constrói e se enuncia através de escolhas estéticas que são, em sua essência, atos políticos.

A dimensão sonora é igualmente crucial nesta construção, funcionando como a pulsação da heterotopia de Dakota. A identidade musical da série é anunciada desde o princípio, com temas de abertura que, ao longo das temporadas, mesclam o rap e o R&B, estabelecendo de imediato o universo cultural em que a narrativa se insere. Essa escolha não é um mero adereço, mas uma decisão discursiva que ancora a série numa tradição cultural afro-estadunidense específica, validando-a como elemento central da subjetividade de Virgil. As batidas que embalam tanto as cenas de ação quanto os momentos de descontração produzem um sentimento de pertencimento e autenticidade, funcionando como um dos principais vetores para o que Milanez (2019) descreve como o engajamento do espectador em um processo de construção identitária e cultural.

A importância da música transcende a trilha sonora e se infiltra no próprio enredo de alguns episódios, que usam a indústria fonográfica como pano de fundo para discutir temas como a fama, a exploração de artistas e a rivalidade. É nesse contexto que surge o vilão Homem-Elástico, um *big baby* que usa seus poderes para se vingar de um produtor musical que roubou sua obra. Essa abordagem reforça como as sonoridades organizam o discurso da série, indo além da representação para se tornarem o motor da própria narrativa. Como aponta Milanez (2019), “a delimitação do campo sonoro em sua especificidade musical se torna o cenário da realização de uma musicalidade única, que nunca vai se repetir, ainda que uma mesma música retorne em filmes diferentes” (Milanez, p. 22, 2019). Em “Super Choque”,

essa “musicalidade única” não apenas dá o tom, mas também cria os próprios conflitos que o herói precisa resolver.

Outro ponto de destaque é a representação do heroísmo de Super Choque e a personalidade extrovertida de Virgil. Os seus poderes eletromagnéticos são visualmente espetaculares, mas a sua maior arma é, frequentemente, a inteligência e a criatividade com que ele manipula o próprio espaço urbano. Tampas de bueiro tornam-se plataformas de voo (Figura 6), grades de lojas viram objetos de contenção de inimigos e a própria manipulação das ondas eletromagnéticas em cabos telefônicos servem como rádios improvisados.

Figura 6: Super Choque planando em cima de uma tampa de bueiro



Fonte: <https://pin.it/3yx3d7UHP>

Super Choque não é um herói que paira acima da cidade, mas um que emerge dela, que a conhece e utiliza sua infraestrutura como extensão de seu próprio corpo e poder. Esta caracterização subverte o estereótipo do homem negro associado apenas à força física, valorizando a primazia do intelecto sobre o corpo. Para além disso, a imagem de um jovem afrodescendente – historicamente alocado na base da pirâmide social – pairando em cima da tampa de um bueiro – sucata urbana fincada ao chão – suscita a imagem simbólica do corpo negro rompendo com a lógica social hegemônica para alçar voo e galgar patamares mais elevados. Um contradiscurso que potencializa a agência de uma minoria subalternizada, esquecida e “pisada”.

Através da articulação complexa de sua audiovisualidade, “Super Choque” transforma Dakota num espaço que é, ao mesmo tempo, lugar de opressão e palco para a emergência de novas formas de agência e resistência. A materialização de uma heterotopia em funcionamento e a materialização da representação, não como espelho, mas ato constituinte de saberes e subjetividades.

4 Micropolíticas do poder: racismo, resistência e a invenção de si

É na abordagem de temas sociais espinhosos que “Super Choque” revela a sua faceta mais corajosa e politicamente consciente. A série opera como um campo de batalha discursivo, onde narrativas hegemônicas sobre raça e classe são abertamente confrontadas. Isso ocorre tanto por meio de enredos que tematizam diretamente o preconceito, quanto por uma cuidadosa política de representação que constrói contradiscursos de forma mais sutil. Em um dos seus episódios mais emblemáticos, “Filhos dos Pais”, Virgil descobre que o pai de seu melhor amigo é racista. O mérito do episódio reside em sua recusa a uma resolução sim-

plista, explorando a dor e a complexidade do conflito. Ao fazê-lo, a série ilustra a capilaridade do poder, como teorizado por Foucault (1979): o racismo não é retratado apenas como uma força institucional distante, mas como um discurso que se espalha e se materializa nas relações mais íntimas, forçando os personagens e o público a confrontarem sua natureza difusa e perturbadora.

A crítica da série, contudo, expande-se do interpessoal para as estruturas que governam a vida em seu conjunto. Para tal, é preciso regressar a Foucault (1995) e à sua noção de biopoder. Este conceito designa uma tecnologia de poder que emerge na modernidade, voltada não mais para o indivíduo (como o poder disciplinar), mas para a população como um corpo biológico. O biopoder visa gerir, otimizar e controlar a vida em larga escala através de mecanismos como a estatística, a saúde pública e o planeamento demográfico. Seu objetivo é potencializar a vida da população considerada útil e produtiva. Trata-se de uma forma de governar que se debruça sobre o sujeito, regulando nascimentos, mortalidade, doenças e longevidade, transformando a vida em objeto de cálculo político.

É precisamente nesta cesura, nesta divisão entre as vidas que devem ser potencializadas e as que podem ser abandonadas, que o conceito de necropolítica de Achille Mbembe (2018) se ancora. Mbembe argumenta que, em contextos racializados, o biopoder se inverte, transformando-se em seu negativo: a necropolítica, o poder de ditar quem deve morrer para que outros possam viver. Se o biopoder gera a vida, a necropolítica administra a morte, seja pelo assassinato direto, seja pela criação de zonas de precariedade onde populações inteiras são expostas a um risco constante. O “*Big Bang*”, evento fundador da série, é a materialização exata dessa lógica: a decisão (ou a negligência) de expor jovens marginalizados a uma substância letal, em nome do controle e

da ordem, revela quais vidas são consideradas dispensáveis no cálculo do poder estatal e corporativo.

Essa dinâmica necropolítica é aprofundada no episódio “Congelando”, que aborda a população em situação de rua de Dakota. A trama expõe a indiferença social e estatal como uma forma de “deixar morrer”, uma tática central na gestão de populações consideradas indesejadas. A vilã, com poderes criocinéticos, é apenas a catalisadora de uma crise já existente, a materialização fantástica de uma violência sistêmica que já condenava pessoas à morte pelo descaso estatal. O heroísmo de Super Choque, neste contexto, transcende o combate à supervilã, pois ele percebe que o verdadeiro algoz não é a jovem Maureen Connor e sim o descaso do estado frente aos problemas sociais que relegam uma parcela de seus cidadãos à extrema vulnerabilidade. Sua luta é contra a própria lógica necropolítica, um ato de insurreição que afirma o direito à vida e à dignidade daqueles que o sistema definiu como matáveis, forçando a visibilidade de corpos que o poder buscava apagar.

A série, contudo, não se furta a explorar outras manifestações dessa lógica de morte, como no episódio “Jimmy”, que trata da violência armada no ambiente escolar. Nele, um colega de Virgil, sofrendo *bullying* constante, leva uma arma para a escola, resultando em uma situação de extremo perigo. A resolução não é simples e o episódio termina com um tom sombrio, mostrando as consequências trágicas e irreversíveis da violência. Ao trazer essa temática para o centro da narrativa, a animação aponta para as condições sociais que produzem tais atos, mostrando como ambientes de assédio e exclusão podem se tornar “mundos de morte” (Mbembe, 2018) em potencial, onde a vida é colocada em risco não por um supervilão, mas pelas falhas da própria comunidade em proteger seus membros mais vulneráveis.

O mais potente contradiscurso da série, no entanto, opera no nível da representação, no que Stuart Hall (2016) chamaria de

uma ativa “política dos significados”. “Super Choque” engaja-se deliberadamente na construção de personagens negros que escapam das caricaturas redutoras historicamente perpetuadas pela mídia. A personificação desse esforço é o próprio Virgil Hawkins, cuja identidade como adolescente é construída com notável profundidade. Longe de qualquer arquétipo unidimensional, Virgil é apresentado como um jovem curioso e inteligente, um autodeclarado *nerd* apaixonado por ciência, quadrinhos e videogames. Essa caracterização funciona como uma intervenção direta, oferecendo uma representação complexa da juventude negra que valoriza o intelecto, o humor inteligente e a sensibilidade, em oposição a discursos que historicamente limitaram a imagem de jovens negros a estereótipos de marginalidade ou performance atlética.

Essa profundidade na construção do personagem se estende à sua identidade heroica. Como Super Choque, o talento de Virgil não se manifesta apenas em sua capacidade de controlar a eletricidade, mas, fundamentalmente, em como ele o faz. Sua paixão pela ciência se traduz em sua maior arma: o raciocínio. Inúmeros confrontos são resolvidos não pela força bruta, mas pela aplicação criativa de princípios da física e do eletromagnetismo, transformando objetos mundanos do cenário urbano em ferramentas de combate improvisadas. Ao apresentar um herói, cujo poder principal é a inteligência e não sua habilidade de controlar energias eletromagnéticas, a série reforça o contradiscurso, celebrando um tipo de masculinidade negra que é cerebral, estratégica e inventiva, uma imagem raramente vista no panteão dos super-heróis.

Essa política de representação atinge o seu ápice na figura de Robert Hawkins, o pai de Virgil. Viúvo e diretor de um centro comunitário, Robert encarna uma resposta direta aos discursos que atacam a masculinidade negra. Bell hooks, em sua obra “A gente é daora: homens negros e masculinidades” (2019), analisa como

o patriarcado capitalista e supremacista branco nega aos homens negros o acesso a papéis de provedores e protetores, empurrando-os para uma performance de masculinidade predatória e dominadora como única via de poder. Historicamente, essa dinâmica gerou o estereótipo do pai negro ausente ou disfuncional, uma imagem que a mídia hegemônica explorou exaustivamente. A série, ao construir Robert Hawkins, oferece um contraponto a essa narrativa e um modelo positivo de masculinidade negra.

Robert é a materialização dessa masculinidade negra propositiva, firmada em outros valores. Ele é presente, afetuoso, estabelece limites claros e oferece uma bússola moral para seus filhos, Virgil e Sharon. Sua autoridade não vem da dominação, mas do cuidado, do diálogo e da responsabilidade comunitária que exerce como diretor do centro social. Ele é o pilar que ancora a série numa visão de família e comunidade negras estruturadas no afeto e na resiliência. Ao fazê-lo, a animação não apenas reage ao racismo, mas, como propõe hooks (2019), engaja-se no trabalho crucial de imaginar e construir modelos de masculinidade que permitam aos homens negros serem inteiros e amorosos. Robert Hawkins não é apenas um personagem de apoio, é um projeto político, um modelo de paternidade e de homem negro que a série oferece como possibilidade real e desejável.

Considerações finais

Retomar “Super Choque”, mais de duas décadas após a sua estreia, é um exercício de leitura discursiva foucaultiana (Borges, 2023), a qual possibilita fazer o diagnóstico do presente para entender quem somos nós na atualidade, o que revela a duradoura ressonância da sua proposta discursiva.

Não posso deixar de destacar a noção de leitura que venho defendendo, a partir do que Foucault desenvolve com a noção de diagnóstico. Penso a leitura como prática que permite respondermos à questão “quem somos nós?”, pois a partir desta prática discursiva fazemos um diagnóstico da realidade e de nós mesmos, respondendo sobre que sujeitos têm voz e visibilidade, quais discursos circulam, quais são silenciados, como estas leituras nos afetam e produzem subjetividades (Borges, 2023, p. 8).

A série não foi apenas um marco na representatividade em animações, como também se constitui como um sofisticado artefato cultural e ainda se constitui, como defendido neste trabalho, numa audiovisualidade, operando na produção de subjetividades, marcando o lugar do corpo enquanto discurso produzido historicamente. Destacamos que há, de certa forma, um viés de natureza educativa, tendo oferecido a uma geração inteira um olhar crítico sobre as relações de poder que estruturam a nossa sociedade. A análise aqui empreendida buscou desvelar os mecanismos pelos quais este discurso se constrói e os efeitos que ele produz.

É perceptível que a animação funciona como uma formação discursiva que, ao mesmo tempo em que entretém, educa o olhar do seu espectador para as complexidades da vida social. Ela materializa as redes capilares do poder, mostrando como o racismo e a desigualdade operam não apenas em grandes eventos, mas nos gestos, nos olhares e nas palavras do cotidiano. E, de forma crucial, ela encena a possibilidade da resistência, não como um ato grandiloquente, mas como uma prática diária de invenção de si e de cuidado com a comunidade.

Para os Estudos do Discurso, um objeto como “Super Choque” reafirma a necessidade de olharmos para além dos textos canônicos, investigando as produções da cultura de massa como espa-

ços privilegiados de produção e disputa de sentidos. Desse modo, a análise de uma animação como “Super Choque” transcende o mero estudo de caso, revelando como esses produtos, muitas vezes relegados a uma categoria menor do entretenimento, são, na verdade, campos férteis onde saberes são disputados, subjetividades são produzidas e contradiscursos são articulados. Eles não apenas refletem a sociedade, mas ativamente a ensinam sobre si mesma, traduzindo complexas dinâmicas sociais em narrativas acessíveis e de amplo alcance, que moldam o imaginário coletivo de forma duradoura.

Nesse sentido, a série se torna um exemplo notável de como conceitos teóricos densos podem ser observados em ação, tornando-se visíveis e compreensíveis para um público vasto. “Super Choque”, portanto, funciona como uma ponte, um elemento mobilizador que permite deslocamentos, aguça um olhar mais analítico, que considera os sentidos e subjetividades produzidos na dispersão histórica, não apenas ilustrando a teoria, mas a performando, demonstrando o potencial da cultura pop como ferramenta para um letramento crítico sobre as estruturas de poder que nos governam.

Reside neste lugar, finalmente, a sua imensa importância pedagógica, um ponto caro à proposta desta obra. Levar a análise de “Super Choque” para a sala de aula, seja na educação básica ou na formação de professores, é um gesto potente. É convidar os estudantes a desenvolverem um letramento crítico da comunicação social, a reconhecerem os saberes e as relações de poder inscritas nos produtos que consomem. É fornecer-lhe um repertório para discutir temas como racismo, justiça social e cidadania de uma forma que dialoga diretamente com o seu universo cultural. O bordão de Virgil Hawkins, “vou dar um choque no seu sistema”, portanto, continua a ressoar em sua função enunciativa, não apenas como a memória afetiva de um desenho animado,

mas como um anúncio de um discurso contra-hegemônico que emerge para desestabilizar os saberes instituídos e produzir subjetividades mais conscientes e insurgentes.

Referências

BORGES, Carla Luzia Carneiro. Uma leitura discursiva de corpos infames: a diversidade que mora nas ruas. **Revista Prolíngua** - ISSN 1983-9979. Volume 18 – Número 1 – jan/jul de 2023.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **O Corpo Utópico, As Heterotopias**. São Paulo: n-1 edições, 2013.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

hooks, bell. **A gente é daora**: masculinidade negra e raça. São Paulo: Elefante, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MILANEZ, Nilton. **Audiovisualidades e educação**: (des) territorializações do pensamento. Campinas: Pontes Editores, 2019.

ORWELL, George. **1984**. Londres. Penguin Books, 2008.

“Só queria jogar futebol” Discursos racistas e o governo das emoções de Vinícius Júnior em *posts* no X

Matheus Rodrigues da Silva¹

Luciana Fernandes Nery²

Considerações iniciais

As mídias sociais se tornaram um meio essencial para a expressão pública e a difusão de ideias e opiniões. No entanto, manifestações de preconceito e discriminação também têm ocorrido neste ambiente digital, revelando aspectos obscuros da sociedade moderna. Com o X³ não é diferente. Esta rede social é usada por muitas pessoas, normalmente, utilizando perfis supostamente *fakes*, para disseminar discursos de ódio e propagar o racismo. Estes discursos não são apenas um modo de violência simbólica, também criam dinâmicas de poder e resistência. Ao serem disseminados e internalizados, tais discursos interferem

1. Graduado em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

2. Doutora em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente do curso Letras – Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

3. Rede social conhecida anteriormente como Twitter, passou a ter esse nome em julho de 2023 após ser comprada pelo empresário Elon Musk.

nas interações sociais e influenciam a percepção e o tratamento dispensados aos sujeitos, como tem acontecido com o jogador de futebol Vinicius Júnior em estádios de futebol e nas redes sociais.

O jogador surgiu como um talento promissor nos gramados e ganhou destaque internacional no time do Real Madrid, por suas habilidades e ascensão no futebol. No entanto, junto com o sucesso, Vini Júnior passou a ser perseguido pelas torcidas adversárias na Espanha, que faziam gestos imitando um macaco e entoavam cânticos de *mono*⁴ com seu nome nos estádios. Bromberger (2020, p. 604) destaca que “o estádio é, portanto, o lugar de um “descontrole controlado das emoções”, que liberta dos freios impostos, nas interações sociais ordinárias, pela “civilização dos costumes”. Esses ataques direcionados ao jogador brasileiro não ficaram apenas no campo, mas também se estenderam ao âmbito virtual.

Os gestos e sons de macaco proferidos contra o jogador durante as partidas podem ser considerados como uma forma de desumanizar e animalizar os sujeitos negros. De acordo com Kilomba (2008, p.19), esses processos de desumanização e animalização “têm a função de afirmar a inferioridade de uma identidade através da condição animal”. As agressões sofridas por Vinicius Júnior reforçam e comprovam a existência do racismo estrutural. O modo como esses ataques afetam o jogador fica visível quando, em entrevista, se mostra abalado, chegando até a chorar. Além disso, *posts* em sua própria conta no X mostram o incômodo pela violência racial que sofre.

A liberdade de expressão, enquanto direito fundamental garantido em diversas democracias, é, comumente, utilizada como argumento para legitimar a propagação de discursos, inclusive aqueles que podem ser percebidos como ofensivos ou discrimina-

4. *Mono* traduzido do espanhol para o português significa macaco.

tórios. No contexto das mídias sociais, observa-se com frequência a instrumentalização desse princípio para justificar manifestações racistas. Tal fenômeno ocorre, em grande medida, devido à interpretação equivocada da liberdade de expressão como um direito absoluto, levando à crença de que qualquer tipo de manifestação verbal, independentemente de seu conteúdo, deva ser permitido e isenta de questionamentos.

Há vários fatores para o crescimento dessa discussão sobre a liberdade de expressão irrestrita, como a ascensão da extrema direita no mundo, a perseguição de políticos às minorias, o engajamento que esse tema gera nas mídias sociais, dentre outros aspectos. Todavia, existe uma diferença entre liberdade de expressão e discurso de ódio. Barreto (2023, p. 60) afirma que “a legislação brasileira distingue a liberdade de expressão da prática do crime de ódio. Adotamos, portanto, o entendimento que o discurso de ódio não está, de forma alguma, amparado pelo entendimento de liberdade de expressão”. Portanto, quando essa barreira for quebrada, o agressor deve ser devidamente punido. A referida autora também afirma que:

[...] a internet foi recebida, sem dúvidas, como um espaço inovador. Em se tratando de tecnologia da informação, um mercado interativo de ideias que permite ao homem externar livremente pensamentos, opiniões, escolhas e muito do seu próprio eu. Ao mesmo tempo, tornou-se um espaço livre para conteúdo ofensivo e propagação de ódio (Barreto, 2023, p. 60).

Comungando com as palavras da autora, destacamos que a internet é uma inovação tecnológica essencial, reconhecida por ser um espaço dinâmico e interativo onde as pessoas podem trocar ideias e se expressar, permitindo que os usuários compartilhem livremente seus pensamentos, opiniões e aspectos de sua identidade pessoal. No entanto, essa mesma característica de liberdade

e abertura que a torna um ambiente fértil para a comunicação e a disseminação de informações também resulta em desafios, uma vez que se configura como um espaço propenso à propagação de conteúdos ofensivos e discursos de ódio. Dessa forma, Barreto (2023) ilustra a dualidade da internet, pois, enquanto promove a democratização da expressão e a interatividade, também enfrenta problemas relacionados à regulamentação e à ética, exigindo uma análise crítica dos seus impactos sociais e tecnológicos.

Diante disso, o presente artigo⁵ tem como objetivo analisar como os discursos racistas contra Vinicius Júnior publicados na plataforma X afetam no governo das suas emoções. O *corpus* de pesquisa é constituído por 4 *posts* da plataforma X. A escolha se deu pelo fato de tais enunciados abordarem o racismo sofrido por Vinicius Júnior, as práticas de combate e resistência e o governo das emoções do jogador. Além disso, as postagens são públicas e atingiram um grande número de visualizações, sendo facilmente encontradas na plataforma X. Nossa pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa de cunho descritivo-interpretativista, ancorada no método arqueogenealógico dos Estudos Discursivos Foucaultianos (1998, 2008, 2014). Além disso, nos fundamentamos teoricamente em Kilomba (2019), Fanon (2022), Theodoro (2022) e Carneiro (2023), para abordar o racismo estrutural, estratégias de resistência e combate; Barreto (2023) para falar sobre os discursos de ódio contra negros nas mídias sociais; Camps (2011), Corbin, Courtine e Vigarello (2020) e Piovezani, Curcino e Sargentini (2024) para tratar sobre o governo das emoções.

É importante destacar que o futebol, enquanto fenômeno global, transcende o mero campo esportivo e assume papel de desta-

5. Este artigo trata-se de um recorte de um trabalho de conclusão de curso (TCC) desenvolvido no curso de Letras – Língua do Campus Avançado de Patu da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, sob a orientação da professora Dra. Luciana Fernandes Nery, no ano de 2024.

que na constituição de discursos culturais e sociais. No entanto, essa visibilidade traz à tona problemas enraizados na sociedade, como o racismo. No cenário atual, casos de discriminação racial têm se tornado frequentes, revelando tensões que são ampliadas pelas atuações das mídias sociais. Essas plataformas, ao mesmo tempo em que possibilitam uma reação imediata e massiva, também funcionam como arenas em que os discursos racistas são intensificados e, por vezes, perpetuados.

Relações de saber-poder no futebol e o dispositivo da racialidade

A junção entre futebol e mídias sociais expõe a complexa relação de saber-poder. Os discursos que emergem nesse espaço virtual evidenciam a produção e a circulação de saberes que legitimam ou contestam posições de poder. Desse modo, as plataformas digitais tornam-se, portanto, campos de disputa em que a voz de torcedores, jogadores e instituições se entrelaçam, moldando narrativas e estabelecendo quem tem o direito de falar e sobre o que pode falar. Assim, o racismo no futebol revela-se não apenas como uma questão social, mas também como um fenômeno discursivo, em que a construção do outro se dá pela lógica da exclusão e da inferiorização.

Portanto, ao analisar o racismo no futebol contemporâneo, é fundamental considerar a rede de relações que envolve as dinâmicas de poder e o governo das emoções a partir do dispositivo midiático. Para Foucault (2014), o conceito de “dispositivo” refere-se a uma configuração estratégica que organiza e regula as relações de saber-poder em uma sociedade, no qual a distribuição do olhar e a organização social possibilitam um ambiente de constante visibilidade, conduzindo os indivíduos à autovigilância e, conseqüentemente, à disciplina. Esse dispositivo permite que

o poder seja exercido de forma automatizada e despersonalizada, dependendo mais da estrutura arquitetônica e da vigilância ininterrupta do que de uma figura de autoridade específica. Dessa maneira, o dispositivo representa uma tecnologia de poder que estrutura a sociedade e regula o comportamento dos sujeitos a partir de normas e vigilância.

Para se referir ao tratamento que era dado aos detentos nas prisões no século XVIII e XIX, Foucault (2014) apresenta como o dispositivo de punição é utilizado para disciplinar e controlar corpos. Segundo o referido autor:

O poder sobre o corpo, por outro lado, tampouco deixou de existir totalmente até meados do século XIX. Sem dúvida, a pena não mais se centralizava no suplício como técnica de sofrimento; tomou como objeto a perda de um bem ou de um direito. Porém castigos como trabalhos forçados ou prisão — privação pura e simples da liberdade — nunca funcionaram sem certos complementos punitivos referentes ao corpo: redução alimentar, privação sexual, expiação física, masmorra. Consequências não tencionadas, mas inevitáveis da própria prisão? Na realidade, a prisão, nos seus dispositivos mais explícitos, sempre aplicou certas medidas de sofrimento físico (Foucault, 2014, p. 19).

Foucault (2014) destaca que embora as práticas de punição tenham se transformado ao longo do tempo, o sofrimento físico imposto ao corpo nunca desapareceu totalmente. A partir do século XIX, a ênfase na punição passou do suplício, que consistia em tortura extrema, para a privação de direitos, como a prisão e o trabalho forçado. No entanto, mesmo essas formas de pena, que se baseiam na perda de liberdade, mantêm aspectos de controle e sofrimento sobre o corpo, como a restrição de alimentos e a privação sexual. O referido autor questiona se essas práticas são consequências inevitáveis da prisão ou se constituem um dispositivo punitivo intencional para exercer controle físico sobre os indivíduos.

Baseado na noção de dispositivo estabelecido por Foucault (2014), Carneiro (2023) desenvolve a concepção de um dispositivo da racialidade, que segundo a autora, age como um mecanismo de poder, estabelecendo um sistema de exclusão e subjugação que marginaliza pessoas negras e indígenas. Esse processo de construção do “não-ser” fundamenta-se em práticas coloniais e racistas que historicamente desumanizam certos grupos para garantir a supremacia do “ser”, ou seja, da identidade dominante. Dessa forma, a identidade racial é imposta para limitar o acesso ao reconhecimento pleno e aos direitos, consolidando desigualdades estruturais.

A referida autora ressalta que as práticas de racialização não são apenas atos individuais, mas sim um sistema institucionalizado de controle e opressão que molda a sociedade e define quem é plenamente reconhecido como humano. Dessa forma, o dispositivo da racialidade aborda a construção de identidades raciais a partir da hierarquização do ser, em que certos grupos são posicionados como “não-ser”. Este dispositivo opera na estrutura social para definir o “outro” como inferior, sustentando a dominação de um grupo branco hegemônico, tido como superior e instaurando na sociedade um racismo estrutural, que se refere a padrões e práticas institucionais que criam desigualdades com base na raça, perpetuando injustiças e privilégios ao longo dos tempos.

O racismo estrutural está enraizado em políticas e normas que discriminam grupos raciais minoritários, limitando suas oportunidades de acesso a recursos, educação, emprego e saúde, entre outros. No entanto, há quem conteste a realidade do racismo, instrumentalizando a negação para sustentar um paradigma elitista que reivindica os privilégios associados à branquitude. Esse grupo tende a criminalizar e subordinar qualquer segmento marginalizado da sociedade invertendo os valores da realidade. Para Kilomba (2019):

No racismo, a negação é usada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão racial: “Elas/es querem tomar o que é Nosso, por isso Elas/es têm de ser controladas/os”. A informação original e elementar – “Estamos tomando o que é Delas/es” – é negada e projetada sobre a/o “Outra/o” – elas/es estão tomando o que é Nosso” -, o sujeito negro torna-se aquilo a que o sujeito branco não quer ser relacionado. Enquanto o sujeito negro se transforma em inimigo intrusivo, o branco torna-se a vítima compassiva, ou seja, o opressor torna-se oprimido e o oprimido, o tirano (Kilomba, 2019, p. 34).

Para a referida autora, a negação do racismo é usada para perpetuar e legitimar estruturas de exclusão racial violentas. Através dessa negação, há uma inversão da realidade, em a culpa e a ameaça são atribuídas aos grupos racialmente marginalizados, enquanto os privilégios e a virtude são reivindicados pelos brancos. Essa dinâmica distorce a percepção social, transformando o sujeito negro em um “outro” indesejável e intrusivo, ao passo que o sujeito branco é representado como uma vítima compassiva injustiçada. Isso cria uma narrativa, na qual os papéis são invertidos, obscurecendo a verdadeira dinâmica de poder e perpetuando a marginalização racial.

A branquitude é, frequentemente, associada a um privilégio que estabelece um mundo estruturado pelos efeitos da colonialidade, dividindo a sociedade em dois polos distintos: os opressores e os oprimidos, como foi visto anteriormente com Kilomba (2019). Neste modelo, os detentores de poder utilizam-se das forças de segurança como meios de repressão contra aqueles que questionam ou desafiam o sistema estabelecido. A subsistência do oprimido, muitas vezes, depende da conformidade silenciosa, evitando a rebelião para assegurar a própria sobrevivência. Essa dinâmica é exacerbada no contexto do sistema capitalista, em que a acumulação desigual de riqueza intensifica as disparidades

de poder entre tiranos e marginalizados. A concentração significativa de recursos econômicos nas mãos de um reduzido grupo, predominantemente composto por homens brancos, reforça e perpetua essas desigualdades estruturais na sociedade contemporânea. Diante disso, percebe-se que:

O mundo colonizado é um mundo dividido em dois. A linha divisória, a fronteira, é indicada pelos quartéis e delegacias de polícia. Nas sociedades de tipo capitalista, o ensino, religioso ou laico, a formação de reflexos morais transmitidos de pais para filhos, a honestidade exemplar de operários condecorados depois de cinquenta anos de bons e leais serviços, o amor incentivado pela harmonia e pela prudência, essas formas estéticas do respeito pela ordem estabelecida, criam em torno do explorado um clima de submissão e inibição que ameniza consideravelmente o trabalho das forças de segurança pública (Fanon, 2022, p. 34).

O autor mencionado explica a dinâmica de poder em sociedades colonizadas sob estruturas capitalistas, nas quais as instituições de controle como quartéis e delegacias delineiam uma divisão entre colonizadores (opressores) e colonizados (oprimidos). A socialização através do ensino e instituições religiosas ou seculares perpetua reflexos morais e comportamentais que sustentam a ordem estabelecida, promovendo a submissão e inibição entre os explorados. Valores como a honra pelo trabalho e o amor harmonioso são incentivados, criando um clima que facilita o controle social e reduz a necessidade de intervenção direta das forças de segurança pública, sustentando assim a estabilidade social sob o domínio colonial. Desse modo,

Ao longo desse século, foi contestada a interpretação liberal-conservadora de que as desigualdades sociais e econômicas seriam funcionais e legítimas, pois decorrentes de desigualdades naturais – físicas, intelectuais ou morais. O fortalecimento da cidadania avançou da ideia da

igualdade e com a participação e a ação redistributiva das políticas sociais. No entanto, o aumento da desigualdade social estaria promovendo uma fratura nas sociedades modernas. Nesse debate sobre a questão social, a análise da desigualdade racial vem progressivamente ganhando densidade, junto ao reconhecimento da necessidade de mobilizar instrumentos distintos, mesmo que complementares, no enfrentamento dos dois fenômenos (Theodoro, 2022, p. 54).

O referido autor contesta da interpretação liberal-conservadora que justifica as desigualdades sociais e econômicas como naturais e legítimas, atribuídas a supostas diferenças físicas, intelectuais ou morais entre os sujeitos. Em contraste, destaca o avanço do conceito de cidadania baseado na igualdade, com ênfase na participação cívica e nas políticas redistributivas. No entanto, a crescente desigualdade social é vista como um fator que fragmenta as sociedades contemporâneas. Nesse contexto, a análise ganha relevância, destacando a necessidade de abordagens específicas e complementares para lidar tanto com as desigualdades sociais amplas quanto com as raciais, reconhecendo suas intersecções e particularidades. Não obstante, há indivíduos que marginalizam a questão da desigualdade racial, valendo-se de meios de comunicação para desacreditá-la, notadamente através das mídias sociais. Neste cenário, muitos sujeitos, comumente, utilizam suas redes sociais para difundir discursos racistas, perpetuando assim ataques direcionados à comunidade negra.

No campo dos estudos discursivos, o racismo também se configura como um importante objeto de análise. Em sua obra *Genealogia do Racismo*, Foucault (1998) propõe uma leitura histórica pautada na narrativa de conflitos, reinterpretando os processos históricos a partir das lutas entre povos, etnias e raças, nas quais a guerra aparece como um princípio organizador das relações sociais. Nesse contexto, o autor evidencia que o racis-

mo se articula diretamente às formas modernas de exercício do poder, sobretudo ao biopoder e às estratégias de gestão da vida implementadas pelos Estados. Assim, o racismo passa a operar como um dispositivo biopolítico, na medida em que permite ao Estado estabelecer distinções no interior da população, hierarquizando vidas e legitimando práticas de exclusão, abandono e morte em nome da proteção e do fortalecimento do corpo social. Desse modo, a racionalidade racista torna-se um mecanismo que autoriza a eliminação simbólica ou material de determinados grupos, sob o argumento da preservação da saúde, da pureza e da segurança da população. Para o referido autor:

[...] A partir do século XVII, expressou-se a ideia de que a guerra constitui o enredo ininterrupto da história. Esta ideia aparece de forma precisa: a guerra que não para de se desenvolver por trás da ordem e da paz, a guerra que trabalha a nossa sociedade e a divide de forma binária é, no seu cerne, a guerra das raças. Os elementos fundamentais que tornam sempre possível a guerra e garantem a sua manutenção, a sua continuação e o seu desenvolvimento são identificados muito rapidamente. Mais do que de conquista e escravização de uma raça por outra, estamos subitamente a falar de diferenças étnicas e linguísticas; de diferenças de força, vigor, energia e violência; de diferenças de ferocidade e barbárie. No fundo, o corpo social está articulado em duas raças (Foucault, 1998, p. 55).

A obra “*Genealogia do racismo*” discute como a noção de “raça”, inicialmente vista como uma diferença cultural evoluiu no século XIX para um conceito biológico, influenciado por teorias evolucionistas e degenerativas. O referido autor examina como os discursos científicos e políticos são usados como ferramentas de poder para controlar populações e como as instituições disciplinares (como prisões, escolas, hospitais) são mecanismos de controle biopolítico. Para Foucault (2014), a biopolítica pode ser

entendida como uma extensão do biopoder, e visa aumentar a qualidade de vida da população para conseguir corpos dóceis e úteis por mais tempo.

Nesse cenário, a plataforma X torna-se um espaço privilegiado de disputa discursiva, no qual usuários comentam, avaliam e reconfiguram os acontecimentos. Assim, compreender como esses discursos são produzidos e compartilhados nesse ambiente digital torna-se fundamental para analisar de que modo eles participam da construção e da regulação das emoções associadas à figura de Vinícius Júnior, questão que será explorada no tópico seguinte por meio da análise de posts publicados na plataforma.

Os discursos racistas e o governo das emoções em posts da plataforma X contra o jogador Vinicius Júnior

O racismo pode desencadear uma série de respostas emocionais negativas. Sujeitos que são alvos de racismo, frequentemente, vivenciam essas emoções em decorrência de discriminações, agressões e exclusão social. Ademais, o racismo internalizado pode resultar em sentimentos de baixa autoestima e auto aversão, impactando profundamente o bem-estar emocional. Outro sentimento que pode emergir é a raiva. Sujeitos negros, exaustos pelo preconceito que enfrentam, podem desenvolver uma ira e um desejo de vingança contra aqueles que praticam o racismo.

Para Camps (2011, p. 154) “a raiva provoca desejo e sede de vingança; o irado espera poder compensar o desprezo de que é objeto”. A raiva é uma emoção intensa que, muitas vezes, gera um impulso para ações retaliatórias, na tentativa de restaurar uma percepção de justiça ou dignidade. Quando uma pessoa se sente desprezada, a raiva pode emergir como uma resposta emocional primária. Este sentimento de desprezo, que pode ser entendido como uma forma de desvalorização ou humilhação social, pro-

voca um desejo de vingança, ou seja, a vontade de infligir dor ou sofrimento equivalente ao perpetrador da ofensa. A expectativa do sujeito irado é que, ao buscar vingança, conseguirá reequilibrar a relação de poder ou recuperar a autoestima prejudicada pelo desprezo sofrido. Dessa forma, a raiva não é apenas uma resposta emocional, mas também uma motivação comportamental com a finalidade de compensar a sensação de desrespeito ou inferioridade percebida.

O racismo estabelece e perpetua estruturas de poder desiguais que influenciam profundamente as experiências emocionais de diversos grupos raciais. Em um ambiente de trabalho onde o racismo é prevalente, trabalhadores pertencentes a minorias raciais podem sentir-se constantemente em estado de alerta e insegurança, afetando negativamente sua capacidade de expressar emoções de maneira saudável. Ademais, a representação midiática e cultural dos diferentes grupos raciais pode moldar significativamente as expectativas emocionais e os comportamentos dos sujeitos tanto dentro quanto fora desses grupos.

No campo dos estudos discursivos, um ponto crucial de análise é a correlação entre discurso e emoção, visto que o discurso não é meramente um conjunto de palavras organizadas, mas uma prática social que carrega e transmite sentimentos. A articulação entre os discursos e as emoções desempenha um papel fundamental na maneira como significados são construídos e, conseqüentemente, como relações de saber-poder e identidades são estabelecidas. Nesse sentido, a produção discursiva não se limita a transmitir informações, mas também evoca emoções que influenciam a forma como o público compreende e reage ao que é enunciado.

Conforme apontam Piovezani, Curcino e Sargentini (2024, p 50), “a maior ou menor presença e ausência de foco nas emoções atuantes nos discursos e promovidas pela discursividade decor-

rem justamente da produção de diferentes discursos sobre as relações entre emoções e a fala humana”. Esse excerto ilustra a complexidade das interações entre discurso e emoção, sugerindo que a intensidade e o foco emocional presente em um discurso não são arbitrários, mas dependem das práticas discursivas específicas que moldam a interpretação dos sentimentos expressos. Assim, o estudo das emoções nos discursos não é apenas uma investigação sobre o que é dito, mas também sobre como é dito e, mais importante, sobre o efeito que essa forma de dizer pode causar no interlocutor. Em última instância, essa relação revela-se essencial para compreender como os discursos podem influenciar comportamentos e sustentar determinadas formas de percepção social.

A interferência do racismo no governo das emoções constitui um fenômeno profundamente enraizado nas estruturas sociais. Este impacto não se limita à saúde mental das vítimas, mas também perpetua ciclos de exclusão e desigualdade que são difíceis de romper. Nesse sentido, a violência virtual, que se manifesta por meio de discursos de ódio e comentários ofensivos, não apenas fere diretamente as vítimas, mas afeta a percepção pública e contribui para a normalização de estereótipos raciais, como no caso de Vinícius Júnior. Para um jovem jogador que representa seu país, a humilhação pública e o desrespeito diário não afetam apenas seu desempenho em campo, mas sua autoimagem, segurança emocional e bem-estar geral.

Comentários racistas não se limitam a ofensas pessoais, reverberam em comunidades inteiras e alimentam uma narrativa estigmatizante que associa pessoas negras a aspectos depreciativos. Esse tipo de discurso reforça preconceitos arraigados e contribui para que estereótipos sejam internalizados, tanto por quem os sofre quanto pela sociedade como um todo. Esse impacto cultural revela-se nocivo, especialmente, para as novas gerações, que

crecem expostas a um ambiente em que o racismo ainda é amplamente tolerado, em vez de condenado de forma inequívoca.

A violência racial direcionada a Vinicius Júnior evidencia como o racismo é ampliado pela visibilidade proporcionada pelo esporte e pelas plataformas digitais, expondo o atleta a uma pressão emocional constante. Assim, o caso do jogador ilustra como o racismo transcende o âmbito esportivo e afeta o governo das emoções de quem é alvo. Diante disso, o *post* a seguir (figura 1), é um *print* feito de um vídeo postado no perfil da página “choquei” da plataforma X. Em uma partida do Real Madrid contra o Valência no estádio *Mestalla*, Vinicius Júnior discute com um torcedor adversário ao ser chamado de macaco e ter gesto associados ao animal feitos em sua direção. Após o ocorrido, que paralisou a partida por oito minutos e meio, o jogador brasileiro foi expulso por ter se envolvido em confusão com os jogadores do time adversário.

Figura 1: *Post 1*



Fonte: <https://x.com/choquei/status/1660355120855482371>⁶

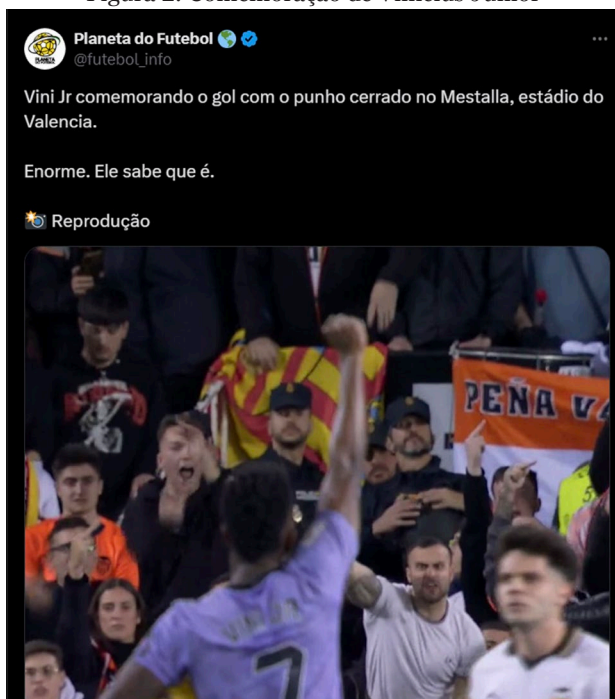
6. Acesso em 10 de novembro de 2024.

No enunciado, evidencia-se o momento em que o jogador Vinicius Júnior aponta ao árbitro da partida o torcedor que praticou um ato racista contra ele. Tal atitude reflete a tentativa do atleta de responsabilizar o agressor pelo crime cometido. Nesse contexto, o jogador demonstra emoções de indignação e revolta, comumente, manifestadas por vítimas de ataques racistas. Camps (2011, p. 153) afirma que, “a ira gera um desejo, o desejo de se vingar de quem se mostrou depreciativo”. No caso do jogador, essas emoções ficam evidentes diante da percepção de impunidade, frequentemente, associada a tais condutas. Dessa maneira, o jogador acaba sendo prejudicado tanto emocionalmente, quanto no esporte, já que após o ocorrido acabou sendo expulso da partida. A expulsão do jogador, nesse contexto, simboliza a inversão de culpabilidade imposta às vítimas de racismo, pois além de lidar com a violência racial explícita, o jogador enfrenta a ausência de medidas eficazes para coibir tais atos. A falta de uma resposta contundente por parte das instituições envolvidas amplia o sentimento de desamparo.

Ao voltar ao estádio *Mestalla* após esse ocorrido, Vinicius Júnior foi decisivo na vitória do Real Madrid contra o Valência. Após marcar seu segundo gol na partida, o jogador brasileiro comemorou na frente da torcida adversária com o punho direito erguido e cerrado (figura 2), um símbolo mundial da luta contra o racismo.

Ao celebrar diante da torcida adversária, Vinicius Júnior reforça sua postura de combate e resistência ao racismo utilizando o punho fechado erguido, símbolo da luta antirracista diante das estruturas de opressão racial. Historicamente associado a movimentos de afirmação da identidade negra e de defesa dos direitos civis, o gesto sintetiza a mobilização política contra o racismo e a reivindicação por igualdade e reconhecimento social, mas também manifesta uma espécie de “vingança simbólica”. Tal

Figura 2: Comemoração de Vinicius Júnior



Fonte: https://x.com/futebol_info/status/17640339401788296107

ato ganha ainda mais significado diante do contexto, pois, embora os responsáveis pelos atos racistas ainda não tivessem sido judicialmente punidos na época (posteriormente foram), o jogador brasileiro conseguiu uma vitória no campo desportivo. Desse modo, o atleta brasileiro conseguiu superar a expulsão sofrida na partida anteriormente realizada naquele mesmo estádio.

No enunciado, é possível ver as reações da torcida adversária à comemoração de Vinicius Júnior, gestos como mostrar o dedo do meio, a raiva escancarada nos rostos, deixando evidente suas emoções. Bromberger (2020, p. 613) explica que o futebol “é um esporte valorizado pelas classes populares e pelas novas gera-

7. Acesso em 10 de novembro de 2024.

ções, ambas manifestam geralmente com gestos e palavras suas reações e emoções”. Dessa forma, o racismo que estes torcedores cometem no estádio é algo que está em seu âmago, porém, no calor da partida, emoções frequentemente reprimidas ou restritas na vida cotidiana podem ser externalizadas de maneira intensa.

Essas dinâmicas de poder-saber em que o racismo está presente estão diretamente ligadas ao campo das emoções. Courtine e Piovezani (2024, p. 170) explicam que “há constâncias e conservações emocionais, mas elas derivam de condições históricas e sociais diversas. Por isso, os afetos em distintos tempos e espaços e em diferentes classes, grupos e sujeitos sociais”. Sendo assim, quem sofre com ataques racistas carregam consequências que perpassam anos e os afetam de várias formas. A partir desse sofrimento, pode surgir diversos sentimentos como o medo, a ansiedade, a falta de autoestima e a sensação de não pertencimento.

Os sentimentos de Vinicius Júnior também se tornam evidentes quando o atleta manifesta sua emoção ao chorar, devido a crueldade sofrida nos ataques criminosos vividos, durante a coletiva de imprensa realizada antes de um amistoso entre a Seleção Brasileira e a Seleção Espanhola (figura 3), ocorrido em Madrid. O evento teve como propósito promover o combate ao racismo, motivado pelos ataques racistas direcionados ao jogador brasileiro.

Como pode ser visto no enunciado, apresentado na figura 3, ao se emocionar publicamente, Vinicius Júnior evidencia a violência que ultrapassa o corpo físico e invade o emocional, demonstrando um esgotamento mental, conforme pode ser percebido através do excerto “*é visível que ele tá esgotado mentalmente*”. Este esgotamento é resultado de emoções como o medo, a raiva, a ansiedade, decorrentes do enfrentamento contínuo a episódios de racismo. Courtine e Piovezani (2024, p. 173) afirmam que “a condição humana é inseparável do medo” e definem a ansiedade como o “medo contemporâneo de ter medo”. Deste modo, o

Figura 3: post 2



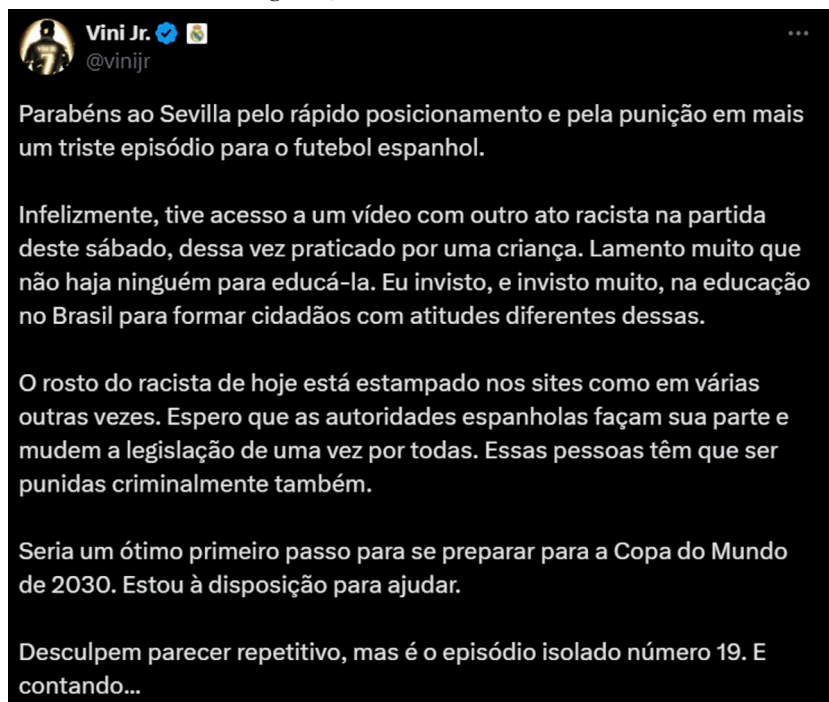
Fonte: <https://x.com/CR7Brasil/status/1772285025720918168>⁸

choro de Vinicius Júnior, funciona como um ato de resistência que denuncia a naturalização da discriminação racial e os efeitos devastadores que exercem sobre o jogador.

Esse esgotamento mental é demonstrado quando Vinicius Júnior, após sofrer mais um caso de racismo, desta vez cometido por uma criança que chama o jogador de macaco, enquanto a mãe, que estava ao seu lado, não faz nada para repreendê-lo. O fato ocorreu em uma partida contra o Sevilla. Após isso, o jogador brasileiro publicou em sua página do X um texto desabafando sobre o ocorrido (figura 4).

8. Acesso em 10 de novembro de 2024.

Figura 4: Post de Vinicius Júnior



Fonte: <https://x.com/vinijr/status/1715851887428214814>⁹

No enunciado acima, a cobrança para que as autoridades espanholas “façam sua parte” refletem a busca por uma resposta institucional que vá além das palavras e se concretize em ações efetivas contra o racismo. Esse pedido não carrega o desejo de vingança, mas, como sugere Camps (2011), busca uma reparação legítima e equitativa, que combata a impunidade e desestimele novos atos de discriminação. O contexto repetitivo evidenciado por Vinicius Júnior, ao mencionar o “*episódio isolado número 19*”, ressalta a gravidade da situação. Este número não apenas evidencia a frequência dos ataques, mas também expõe a falta de medidas preventivas e punitivas eficazes. Ao pedir desculpas

9. Acesso em 10 de novembro de 2024.

pelo tom repetitivo, o jogador transmite a exaustão emocional e o desgaste psicológico que acompanha a exposição constante a situações de injustiça. Essa repetição revela não apenas a insistência de Vinicius em clamar por justiça, mas também a incapacidade do sistema de responder de maneira eficiente e transformadora, perpetuando um ciclo de violência e dor.

Atualmente, Vinicius Júnior é amplamente reconhecido como um dos principais expoentes no combate e resistência contra o racismo no futebol. Suas ações têm se tornado uma poderosa fonte de inspiração para outros sujeitos negros, sejam jogadores de futebol ou não, incentivando-os a combater essa realidade que persiste há séculos e continua a causar danos físicos e emocionais à comunidade negra.

Diante das análises realizadas, percebemos que os ataques racistas sofridos por Vinicius Júnior desencadearam um conjunto de emoções negativas. No entanto, tais experiências também contribuíram para que o jogador brasileiro desenvolvesse uma maior empatia, incentivando-o a engajar-se na luta por uma causa que beneficia toda a comunidade negra em nível global.

Considerações finais

O racismo tem sido constante na sociedade ao longo de diversas décadas, resultando na marginalização, segregação e opressão de grupos raciais. Nesse cenário, as mídias sociais emergem como um espaço de disseminação significativa de discursos racistas, ampliando o alcance e a visibilidade dessas manifestações discriminatórias. Além de ser enraizado em relações históricas de saber-poder, o racismo perpetua-se por meio de estruturas que privilegiam a raça branca em detrimento de outras. Esse processo contribui para a permanência de desigualdades raciais e inflige danos emocionais duradouros aos indivíduos marginali-

zados, cujas experiências de opressão são transmitidas por gerações, afetando profundamente a subjetividade e o bem-estar da população negra.

A análise que desenvolvemos neste trabalho revelou que estratégias discursivas direcionadas a Vinicius Júnior como a animalização, a desumanização, a marginalização e a tentativa de deslegitimar sua luta e suas raízes, bem como culpar seu comportamento pelos ataques sofridos são propagadores de atitudes racistas. Esse racismo, por sua vez, é sustentado por relações de poder-saber que privilegiam determinados grupos, os quais se aproveitam dessa hierarquia para punir, segregar e agredir os sujeitos marginalizados.

Nesse cenário, torna-se urgente a implementação de medidas mais rigorosas por parte das plataformas digitais, além da criação e aplicação de legislações para a responsabilização de crimes de ódio. Embora algumas redes sociais já disponham de ferramentas para denunciar os conteúdos abusivos, a resposta, muitas vezes, é lenta e ineficaz, o que alimenta a sensação de impunidade. É crucial que os algoritmos sejam aprimorados para identificar comportamentos racistas e que as denúncias sejam atendidas com prioridade, visando um espaço online mais seguro.

Referências

BARRETO, Luciana. **Discursos de ódio contra negros nas redes sociais**. Rio de Janeiro: Pallas editora, 2023.

BROMBERGER, Christian. Paixões Esportivas. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História das Emoções**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. p. 604-621.

CAMPS, Victoria. **El gobierno de las emociones**. Barcelona: Herder, 2011.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo da racialidade:** a construção do outro como não ser fundamentado do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023

COURTINE, Jean-Jaques; PIOVEZANI, Carlos. Discursos do medo na era da ansiedade. *In:* PIOVEZANI, Carlos; CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice (org.). **O discurso e as emoções:** medo, ódio, vergonha e outros afetos. São Paulo: Parábola, 2024. p. 163-190

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Tradução de Ligia Fonseca Ferreira, Regina Salgado Campos. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugurada no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber.** Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Genealogia del racismo.** Argentina: Caronte Ensayos, 1998.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1:** A vontade de saber. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra; 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 42 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda, 2014.

KILOMBA, Grada, 1968. **Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano.** Grada Kilomba. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cabogó, 2019.

PIOVEZANI, Carlos; CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice (org.). **O discurso e as emoções:** medo, ódio, vergonha e outros afetos. São Paulo: Parábola, 2024.

SARGENTINI, Vanice; BRAGA, Amanda. Discurso e afetos políticos: o ressentimento e a indignação. *In:* PIOVEZANI, Carlos; CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice (org.). **O discurso e as emoções:** medo, ódio, vergonha e outros afetos. São Paulo: Parábola, 2024. p 111-130.

THEODORO, Mário. **Racismo e branquitude na formação do Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

Fala eficaz e pregação neopentecostal no discurso político brasileiro

Sandson de Souza Costa¹

Carlos Piovazani²

Introdução

São raros, ao longo da história da fala pública, os momentos em que a política se desenvolveu inteiramente dissociada da religião ou à margem de prescrições de fé. Essa imbricação é de tal ordem que seus efeitos ressoam até a contemporaneidade, a despeito das múltiplas transformações históricas atravessadas pelas sociedades ocidentais e pelo próprio espaço democrático. Embora a modernidade, impulsionada pelos ideais iluministas, tenha inaugurado um movimento de “desencantamento do mundo” e uma crescente demanda pela separação entre as esferas política e religiosa, culminando na concepção do Estado laico, no Brasil contemporâneo, observa-se um “refluxo” que desafia essa tendência histórica: uma inegável ascensão da pregação neopen-

1. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, bolsista CNPq.

2. Professor Doutor associado do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos e pesquisador CNPq.

tecostal no campo político nacional, particularmente marcante na extrema-direita.

Com efeito, as formas de enunciação política, assim como os modos de escuta que lhes correspondem, não podem ser compreendidos apenas por meio de uma genealogia da retórica ou dos atos de fala. A rigor, exigem uma análise que considere a dimensão material e performática da palavra, o corpo e a voz do orador, bem como suas condições de emergência histórica e a recepção de um público sempre heterogêneo. Nessa perspectiva, a história da fala política tampouco poderia ignorar os deslocamentos sucessivos que substituem a “fala diálogo” pela “fala eficaz” (Detienne, 2006), orientada menos pela deliberação que pela eficácia pragmática do discurso religioso em sua apropriação da cena política. Essas noções de Detienne serão tratadas na sessão seguinte deste capítulo.

Com maior frequência do que podemos acompanhar, um processo de “sacralização” da fala política está em pleno funcionamento. Essa sacralização se expressa na constante redistribuição entre os usos possíveis e efetivos do discurso, atravessados por uma oposição duradoura entre o registro secular e o registro religioso, que atribui ao pregador a força de conduzir, persuadir e mobilizar, ao passo que associa ao campo laico a fragilidade do consenso e a precariedade da deliberação. Desse contraste, portanto, emergem sujeitos de autoridade que, falando “em nome de Deus”, reivindicam um poder oratório que se fundamenta na persuasão pela verdade divina lhes atribuída, contraposta ao debate democrático e à mediação dialógica, em formas de racionalidade que

vão da cabeça real aos pés paupérrimos do corpo místico do Estado, tudo isto e o mais presta-se *maravilhosamente* bem à deliberação exata: pregação que descobre e ordena o futuro, ato de discurso que levanta os arranjos provi-

denciais dispendo as coisas do mundo, arte a fazer saltar em frases de impacto as supra-razões que se acumulam na sem-razão do que ocorre (Pécora, 2016, p. 269).

É a partir dessa clivagem – entre a autoridade do discurso sagrado e a deslegitimação das vozes seculares – que este capítulo se inscreve. Nosso objetivo é analisar, a partir de noções e postulados da Análise do Discurso, uma série de enunciados produzidos no Brasil contemporâneo que materializam a relação entre pregação neopentecostal e discurso político. Proferidos em arenas distintas – parlamentos, mídias digitais, campanhas eleitorais ou púlpitos – esses discursos ora reforçam a pretensa superioridade da fala religiosa na cena política, ora encontram os meios pelos quais realizam *teovisões*, nas vozes que denunciam a “corrupção moral” do mundo, colocando em crise o espaço democrático. Mais especificamente, busca-se demonstrar que, apesar das mudanças históricas e da diversidade de campos e gêneros em que circulam, o deslocamento da “fala diálogo” para a “fala eficaz” permanece operante, legitimando lideranças religiosas no campo político e produzindo exclusões daqueles que não se inscrevem nesse regime de verdade.

Sob o prisma discursivo, compreendemos que a história e a sociedade se constituem em meio a lutas de sentido, em que discursos materializam ideologias, produzem sujeitos e transformam a forma como nos relacionamos com as realidades sociais. Como lembra Pêcheux (1995), as palavras e enunciados não carregam sentidos fixos, mas adquirem valor em função das formações discursivas em que se inscrevem, podendo se opor, se equivaler ou se deslocar conforme o jogo das condições históricas de produção. A essa concepção, soma-se a noção foucaultiana de que os discursos são regulados por procedimentos de controle, seleção e redistribuição, que delimitam o que pode ser dito, quem pode dizer, de

que maneira e em quais circunstâncias (Foucault, 2014). O discurso, nesse quadro, é uma prática rarefeita, na medida em que resulta da tensão entre a potência ilimitada da língua e a materialização concreta dos enunciados em condições históricas específicas.

Por um lado, os discursos sacralizados funcionam como materialização das disputas sociais, pois difundem ideologias que reforçam a autoridade religiosa no espaço público; por outro, constituem práticas de poder que organizam e hierarquizam o direito de fala. Como afirma Foucault (2021), não há exercício do poder sem uma economia do discurso, porque nele se disputa legitimidade e, sobretudo, a própria possibilidade de enunciação. No Brasil contemporâneo, essa disputa se evidencia na sobreposição entre pregação e política, em que discursos religiosos tendem a adquirir maior difusão e permanência do que discursos democráticos ou seculares. Esse funcionamento, sustentado por uma *condução das almas* da razão pastoral (Foucault, 2008), torna pertinente uma análise crítica das formas pelas quais a pregação neopentecostal se inscreve na política, substituindo a lógica do diálogo pela lógica da eficácia e redesenhando os limiares do que pode ser dito e legitimado no espaço público.

De todo modo, uma análise da constituição histórica, formulação linguística e circulação social (Orlandi, 2001) desses discursos possibilita melhor compreensão dos fenômenos envolvidos nas relações entre religião e política. Para tanto, neste capítulo, faremos um breve panorama genealógico dessa relação na fala pública ocidental, num movimento de afunilamento para a presença de aspectos da teologia do domínio na constituição histórica da pregação no discurso político brasileiro contemporâneo, materializados em passagens transcritas da ex-ministra e pastora Damares Alves (Republicanos) e do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Na sessão seguinte, para analisar uma amostra desses dados, iremos reproduzir um pronunciamento do Senador e

pregador Magno Malta (PL), com o objetivo de demonstrar que, considerando as profundas transformações históricas nas condições de emergência de discursos no Ocidente, essa atual relação constitutiva entre política e religião representa certo refluxo no “desencantamento do mundo” e reconfigura padrões oratórios do discurso político, substituindo a *fala diálogo* pela *fala eficaz*.

Dos mestres da verdade à pregação neopentecostal: uma genealogia da fala eficaz

Um fenômeno de enorme magnitude ocorreu no final da Grécia arcaica. Marcel Detienne (2006), em *Mestres da Verdade na Grécia Arcaica*, identifica ali o processo histórico de “laicização”, no qual a “fala eficaz” foi progressivamente perdendo espaço para a “fala diálogo”, até ser suplantada por esta última. Nesse contexto, a fala eficaz, proferida por *aedos*, adivinhos e soberanos, consistia naquela que não se limitava a descrever a realidade, mas que tinha força performativa, ou seja, capacidade de realizá-la. Sua eficácia, portanto, não era produto de um debate racional, mas de uma autoridade mágico-religiosa, derivada da condição desses mestres da verdade, de porta-vozes privilegiados dos deuses. Além disso, a consulta aos oráculos era um ato político fundamental, no qual a palavra sagrada orientava as decisões de reis e assembleias.

Em a *Odisseia* (2014a) de Homero, a título de ilustração, Telêmaco convoca uma assembleia dos cidadãos de Ítaca para discutir a situação dos pretendentes que consomem os bens de sua casa. Ao tomar a palavra, recorre a uma invocação aos deuses para justificar sua fala e reforçar sua autoridade: “Invoco Zeus Olímpico e Têmis, que convoca e dissolve assembleias” – esperançoso que seus malfeitores “sejam punidos por Zeus” (Homero, *Odisseia*, Canto II, vv. 16-18). Da mesma forma, na *Ilíada* (2014b), a auto-

ridade do rei é apresentada como uma glória concedida por Zeus, tornando a rebeldia contra o soberano um ato de desafio à ordem divina. Atena apela à autoridade – dádiva divina – do rei para dissuadir Aquiles da rebeldia contra o soberano, “porque sempre toca por sorte mais honras ao rei que o cetro detém, a quem Zeus conferiu glória imensa” (Homero, *Ilíada*, Canto I, vv. 175-178).

Essa interdependência entre poder soberano e forças divinas é explorada de forma dramática por Eurípedes em *As Bacantes* (2005). Na peça, a recusa do rei Penteu em reconhecer a divindade de Dionísio o torna um governante ilegítimo aos olhos dos deuses e do povo, culminando em sua exclusão e morte. O coro louva: “Venha a justiça resplandecente, venho do gládio portadora e fira de morte a garganta do ímpio sem deus, sem leis, sem justiça, vergôntea de Equión, pela terra gerado!” (Eurípedes, *As Bacantes*, 4º Estásimo). Isso demonstra que a retórica grega estava intrinsecamente ligada a estruturas míticas que davam sentido e validade às ações governamentais. Em *Édipo Rei* (2005), de Sófocles, o governante de Tebas busca a salvação de sua cidade assolada pela praga enviando um mensageiro para consultar o oráculo de Apolo. Disse o sacerdote: “se o concurso dos deuses te valeu, outrora, para nos redimir do perigo, mostra, pela segunda vez” (Sófocles, *Édipo Rei*, [429 da era comum]2005, p. 7). Édipo prontamente responde: “Creonte, foi por mim enviado ao tempo de Apolo, para consultar o oráculo sobre o que nos cumpre fazer para salvar a cidade”, provando ao povo que suas ações são resolvidas com orientação dos deuses. Em todos esses exemplos, a eficácia e a autoridade da palavra do governante dependiam de sua ancoragem em princípios sagrados.

Com efeito, essa fala eficaz estava profundamente enraizada no horizonte mítico. Com o lastro dos mitos, os mestres arcaicos da verdade impunham suas decisões e vontades a partir de um poder divino, sem deliberação ou consenso. A persuasão (*Peithó*) não estava ausente, mas sua ação servia e sucumbia à “verdade”,

à *Alétheia*, exclusividade de seus mestres: “a fala eficaz era um instrumento de poder divino e de realização, não de deliberação humana”³ (Detienne, 2006, p. 77).

Contudo, a história da fala pública testemunha uma irrupção gradativa, que rompe com toda essa concentração de poder: o surgimento da “fala diálogo”. Este novo paradigma discursivo, cuja emergência ocorre com os guerreiros micênicos e cuja consolidação acontece nas cidades-estado, é intrinsecamente humano e laico, dialógico e democrático. Diferentemente da fala eficaz, dotada de forças ilocucionária e perlocucionária que provinham de poderes transcendentais e que estavam reservadas aos mestres da verdade, a fala diálogo baseia sua eficácia na “concordância do grupo sob a forma de aprovação ou reprovação” (Detienne, 2006, p. 78). Nesse contexto, a persuasão desempenha um papel fundamental: ela emana da capacidade de argumentação e convencimento no debate e não mais da autoridade divina. O orador não mais impõe verdades pré-determinadas, mas busca construir consenso nesse novo ambiente da fala diálogo. Desse modo, a *isegoría* (igualdade de direito à palavra) e a *iseconomía* (igualdade perante a lei) tornam-se os pilares desse novo discurso, onde a palavra se democratiza, deixando de ser privilégio de poucos.

O processo de laicização é, portanto, indissociável dessa transição. À medida que o discurso se afasta do universo mítico, torna-se objeto de reflexão autônoma e dá origem às primeiras segmentações ocidentais da linguagem verbal e, em seguida, à retórica e à filosofia (Desbordes, 1989). No próprio cerne dessa profunda transformação de padrões oratórios, surge um conjunto de valores democráticos, nos quais a deliberação e o debate substituem progressivamente a imposição da fala eficaz pela construção da fala diálogo.

3. Tradução nossa.

Na Roma Antiga, no entanto, a articulação entre o discurso mágico-religioso e poder na enunciação política consolidou-se com o advento do Império, especialmente sob Augusto (27 antes a 14 depois da Era comum). Após a queda da república e dos debates e deliberações no fórum e no senado romano, que praticamente se confunde com a conquista popular do tribunate da plebe (Lanfranchi, 2015), entre outras, promoveu-se uma espécie de fala eficaz augustina. Isso mostra que, apesar das transições da eficácia para o diálogo, novas formas discursivas de manuseio da verdade continuam a surgir, como veremos ao longo da história do Ocidente. Voltando a Augusto, o imperador cultivou cuidadosamente sua imagem semidivina, o que lhe permitiu ser proclamado *divi filius* (filho de deus) e, postumamente deificado pelo Senado através da *apotheosis* – a elevação do governante ao *status* divino. No capítulo III de *Res Gestae Divi Augusti* ([v. 9-12], 1967), Augusto, em seu discurso, enuncia: “Eu fui pontífice máximo, augur, integrante do Colégio dos Quinze para celebrar os Ritos Sagrados [...] em cinquenta e cinco ocasiões o Senado decretou ações de graças aos deuses imortais por causa dos sucessos”. Beard (2015), sobre esse período, afirma que a produção do caráter imperial, mediada por ritos, arquitetura monumental e inscrições religiosas, estava rigorosamente filiada à sacralização do soberano, movimento que o reconfigura em objeto de culto e instrumento de coesão político-moral.

Essa prática foi intensificada por Constantino (272-337 depois da Era comum, doravante dec.), cuja conversão ao cristianismo marcou uma considerável inflexão. Eusébio de Cesareia, em sua *Vita Constantini* (337 dec.), retrata o imperador como escolhido por Deus para instaurar a paz e a “verdadeira fé cristã”, articulando uma autoridade que fundia o carisma imperial ao mandato de ordem divina. O Edito de Milão (313 dec.) assegurou liberdade religiosa ao cristianismo, lançando as bases para sua legitimidade

como religião do Estado e para a sacralização da figura imperial: o poder político é integrado ao poder religioso (Macmullan, 1984).

Com a chegada da Idade Média, a pregação emergiu como uma das formas privilegiadas de governo sacro-político, ao articular discursos religiosos com a produção e legitimação do poder. A partir do século XII, com a ascensão das ordens mendicantes – franciscanos e dominicanos – a pregação da palavra divina cedeu lugar a sermões estruturados, baseados em manuais como o *Ars Praedicandi* e tratados teológicos (Zink, 1976). Esses textos ensinavam o conteúdo juntamente com os modos de composição e performance da palavra sagrada. Os sermões eram proferidos em púlpitos, praças públicas, cruzadas e eventos de coroação, nos quais eram adaptados ao público e à finalidade moral e política. Desse modo, o sermão tornou-se um dispositivo de formação subjetiva e controle social, pelo qual os pregadores transmitiam sua doutrina e organizavam um regime de verificação cristão sobre o mundo. A escuta da palavra, por sua vez, era um ato político que disciplinava a atenção, a repetição e o arrependimento público. Zink (1976) sustenta que o sermão medieval, especialmente o dominicano, seguia uma retórica precisa (divisão em partes, uso de exemplos, autoridades e analogias).

Ainda nesse período, Foucault (2008), em suas formulações sobre o poder pastoral, diagnostica que a Igreja desenvolveu uma forma específica de governar: um poder que individualiza, que se interessa, paradoxalmente, por cada sujeito em sua interioridade, mas que também objetiva a condução do rebanho, em que a ovelha se reconhece como tal: antes de estar baseada na razão de Estado, a racionalidade política “se enraizou na ideia do poder pastoral” (Foucault, 2008, p. 385). Essa forma de exercício do poder servia, portanto, como uma condução das almas com a pretensão de salvá-las – com a promessa de levá-las ao paraíso cristão, mas, por meio da produção de diversas tecnologias de

poder voltadas para o controle das condutas aqui mesmo nessa vida. Isto, considerando que

o pastorado começa com certo processo que, este sim, é absolutamente único na história e de que sem dúvida não encontramos nenhum exemplo em nenhuma outra civilização: processo pelo qual uma religião, uma comunidade religiosa se constitui como Igreja, isto é, como uma instituição que aspira ao governo dos homens em sua vida cotidiana a pretexto de levá-los à vida eterna no outro mundo (Foucault, 2008, p. 196).

Santo Agostinho, em *De Doctrina Christiana* explicita o papel do pregador e do rei cristão como guias morais e espirituais legitimados através da lei divina e da obediência à fé. Ele diz: “É necessário que o pregador seja sábio, não eloquente; contudo, a eloquência, se empregada, deve servir para ampliar a propagação da verdade, e não para enganar os ouvintes” (Agostinho, [Livro IV, cap. 11, seção 18] 1996). Mais ou menos da mesma forma, Tomás de Aquino, em *Suma Teológica*, afirma que

Cabe ao rei, instruído pela lei de Deus, promover para o seu povo uma vida que conduza à bem-aventurança – tanto temporal quanto eterna – e, tanto quanto possível, proibir o que a impede. Aprendemos do livro de Deuteronômio (17:18-19) que, após assumir seu trono, o rei deve copiar para si mesmo o livro da lei, conforme apresentado pelos sacerdotes da tribo de Levi, e deve lê-lo todos os dias de sua vida, para aprender a temer a Deus e guardar suas palavras e cerimônias” (Aquino. [II-II, Questão 104, artigo 4] 1981).

A pregação, assim, ultrapassava os liames do campo da espiritualidade e passava a ser agenciada para justificar guerras e hierarquias sociais e consolidar uma racionalidade teopolítica – entendida aqui como uma forma de articulação entre religião e

poder político, na qual elementos religiosos, especialmente simbólicos e discursivos, são mobilizados para legitimar e exercer a autoridade estatal (Carrilho, 2015).

Na Reforma Protestante, a pregação adquiriu novas especificidades na sua relação com a política, notadamente na obra de Martinho Lutero (1483-1546). Em seu tratado *Da Autoridade Secular: até que ponto se deve obedecer ao poder secular* ([1523] 2000), Lutero fundamenta a obediência às autoridades na Escritura, citando Romanos 13:1-2 (1 Toda alma esteja sujeita às autoridades superiores; porque não há autoridade senão de Deus; e as autoridades que há são ordenadas por Deus. 2 Por isso, quem resiste à autoridade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos a condenação) para estabelecer que toda autoridade provém da ordenação divina. Com efeito, quem resiste à autoridade resiste à ordenação de Deus, e os que resistem trarão sobre si mesmos a condenação. Todavia, essa submissão não se funda numa lógica de dominação arbitrária, mas na função específica que lhe é conferida: a espada secular foi instituída para punir os maus e proteger os piedosos, operando assim na manutenção da ordem temporal. A autoridade terrena exerce-se na dualidade de castigar o mal e salvaguardar o bem, sem que tal competência se confunda com o governo espiritual da Igreja. Essa retórica protestante reitera a conexão entre fé e legitimação política, mantendo a regularidade ao legado medieval da política impregnada por cosmovisões cristãs como estratégia de manutenção da ordem sacro-política. Contudo, a concepção luterana introduz tensões que prenunciam o papel público da religião na modernidade. Uma de suas teses defendia que o pecado original inviabilizava o discernimento humano entre bem e mal, de modo que “Deus enviaria o rei para orientar o povo, reinando por direito divino e dispensando a autoridade papal” (Hansen, 2015, p. 121). Assim, a imagem do governante era modulada por

códigos religiosos e a verdade manifesta tornava-se critério de legitimidade política.

Em contrapartida, o Concílio de Trento (1545-1563) reorganizou a pregação católica como ferramenta da Contrarreforma, com vistas a reafirmar a autoridade da Igreja. Com isso, a doutrina e decretos tridentinos foram declarados leis em reinos como Portugal e passaram a ser ensinados pela Companhia de Jesus. A eloquência sacra, por sua vez, “passou a ter a função política de levar os súditos a subordinar seus interesses particulares ao ‘bem comum’” (Hansen, 2015, p. 122). Nesse contexto, jesuítas, como Luís de Granada e Francisco Suárez, consolidaram a pregação como veículo de uma razão religiosa que garantiu a presença ativa da Igreja na fala pública e na constituição de subjetividades governáveis, ao inserir princípios morais com fundamentos do sujeito cristão, mesmo diante dos primeiros ventos da modernidade.

Com o advento da modernidade, impulsionado pelo Iluminismo no século XVIII, irrompem profundas transformações na relação entre religião e política: o *Século das Luzes* defendia a razão como ferramenta primordial para compreender e solucionar os problemas sociais, em oposição à fé e à tradição religiosa que havia dominado o antigo regime. Essa valorização da razão e do pensamento científico gerou uma crítica contundente aos privilégios do clero e da Igreja, bem como a defesa da separação entre os interesses do Estado e da Igreja (Zilles, 2008). Alguns iluministas, nesse percurso, propunham o fim da Igreja como instituição, enquanto outros, reconhecendo o poder da religião na formação humana, defendiam a distinção entre as esferas religiosa e estatal.

Contudo, mesmo com a forte crítica à religião, sua influência na esfera política não desapareceu completamente, mas foi reconfigurada e, em alguns casos, instrumentalizada para os fins do Estado, como no modelo do Despotismo Esclarecido. Nesse

regime, monarcas adotavam ideias iluministas, como a limitação da influência da Igreja, sem, no entanto, abdicar de seu poder absoluto. Em todo caso, a despeito da força da fé relativamente preservada e das dificuldades para estabelecer plenamente o Estado laico no contexto pós-revoluções do final do século XVIII, desde então, o movimento de “desencantamento do mundo” e a crescente demanda por separação entre política e religião consolidaram-se aparentemente de forma inédita.

No Brasil contemporâneo, entretanto, observa-se um preocupante “refluxo” dessa tendência iluminista. A recente ascensão da pregação neopentecostal no campo político nacional, especialmente na extrema-direita, parece restituir poderes e privilégios da “fala eficaz”. Longe da “fala diálogo” que busca o consenso em um espaço público laico, a “fala eficaz” neopentecostal, com sua pretensão de verdade absoluta e sua capacidade de “realizar” uma realidade teocrática, pode ser interpretada como um movimento de deslaicização do Estado. Essa reintrodução de um discurso que não se submete ao debate racional e à pluralidade de opiniões, mas que se impõe por sua suposta autoridade divina, produz modificações em padrões da fala política contemporânea e coloca em estado de crise os valores democráticos. Analisaremos, portanto, alguns dados que materializam esse processo.

Mesmo com todas as dispersões discursivas e descontinuidades históricas que marcaram o Brasil nas últimas décadas – desde a redemocratização até a consolidação de instâncias públicas plurais de deliberação – os discursos que fundem religião e política em registro sacralizante permanecem assiduamente presentes e atuantes no espaço público contemporâneo. Com isso, as lutas travadas pela afirmação do Estado laico, os avanços institucionais no reconhecimento de direitos civis e políticos, bem como a emergência de práticas discursivas comprometidas com a diversidade e com o diálogo democrático, não tiveram força para

disputar em condições equivalentes a persistência de um padrão oratório que, em vez de abrir espaço para o contraditório, o reduz pela via da proclamação, de estratégias discursivas na invocação de valores transcendentais.

No caso brasileiro recente, a teologia do domínio e a pregação política neopentecostal se atualizam em procedimentos discursivos que: a) reinterpreta o princípio constitucional da laicidade, relativizando-o em favor da hegemonia cristã, seja pela formulação, seja pela divinização da maioria; b) espiritualizam a disputa eleitoral, deslocando o conflito político para o plano de uma batalha escatológica entre bem e mal, em que opositores são identificados com o abominável; c) legitimam projetos de poder totalizantes a partir da leitura literal das escrituras, convocando passagens bíblicas para justificar a dominação das esferas sociais e políticas; d) mobilizam a gramática bíblica como mecanismo de seleção e distinção de sujeitos, autorizando alguns a guiar e relegando outros à condição de inimigos ímpios; e) transformam palanques, plenários e redes sociais em púlpitos, de onde se proclamam verdades indiscutíveis e se modulam subjetividades, consolidando a indissociabilidade entre religião e política sob uma lógica de poder pastoral.

Dito de outro modo, essas discursividades produzem o sentido de uma fala pública cuja força não reside na troca argumentativa nem na negociação de diferenças, mas, de outro modo, na sua eficácia performativa, ou seja, em pregações que instituem verdades no ato mesmo de enunciar e que, ao fazê-lo, restringem o espaço da pluralidade e do dissenso.

Pereira (2023) toma a *teologia do domínio* como chave de interpretação do avanço neopentecostal na política brasileira. Essa teologia prega a dominação do mundo pelo cristianismo ultra-conservador e serviu como fundamento – pelo menos enquanto leitura literal das escrituras – para provocar o poder político no

Brasil e se manifestar em atos públicos. Numa breve genealogia, encontramos seus inícios nos movimentos evangélicos dos Estados Unidos das décadas de 1970 e 1980. Esse movimento, aplicado à política, gera crises democráticas (Pereira, 2023) e no contexto brasileiro, encontra espaço amplo e proliferador na extrema direita bolsonarista, no qual a pregação se torna um artifício que atualiza tecnologias de exercício de poder de tipo pastoral. O dominismo encontra no relato da criação sua principal fundamentação bíblica, sobretudo no mandato conferido em *Gênesis 1:26–28*:

Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; domine ele sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais domésticos, sobre toda a terra e sobre todos os répteis que se arrastam sobre a terra (26). Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, as aves do céu e todo animal que se move sobre a terra (28).

Estes versículos são frequentemente interpretados como uma ordem para que os cristãos exerçam autoridade não apenas sobre a natureza, mas também sobre as esferas sociais e políticas. Outros textos, como *Salmos 8:6*, *Mateus 28:18–20*, *Apocalipse 5:10*, *Deuteronômio 28:1,13*, *Apocalipse 11:15* e *Daniel 7:27*, também são convocados como respaldo, compondo um conjunto de passagens lidas como legitimação para que os “santos” governem sobre as nações e assumam posição de supremacia cultural e espiritual.

De todo modo, na extrema-direita brasileira contemporânea, a pregação tornou-se uma das formas privilegiadas de fala pública no campo político. Ela está presente e atuante em palanques, plenários e redes sociais, onde líderes políticos assumem a figura do pastor que guia seu rebanho. Nessas circunstâncias, eles têm direito à palavra autorizada e autoritária da verdade, de modo

que praticamente qualquer contestação passa a ser tomada como manifestação do mal. Nesse sentido, a pregação política neopentecostal não está limitada à transmissão da mensagem sacra, mas – na medida em que o exercício do poder se materializa em seus fins – numa forma de modulação de subjetividades, na produção de certos comportamentos e na legitimação de um projeto político-ideológico a partir da leitura dominista da Bíblia.

A vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 à presidência da República e seu mandato são o ponto de chegada da bem-sucedida ascensão da teologia do domínio. A difusão de suas formulações promoveu uma enorme adesão a ideologias hegemônicas e concorreu para elevar o bolsonarismo a movimento de massa. No bojo de seu pensamento, reside a crença de que é preciso dominar todas as esferas da sociedade para estabelecer um reino de Deus na terra, para justificar a intervenção religiosa na política e a construção de um projeto de poder totalizante. Isso se materializa tanto em seus sermões na defesa de pautas conservadoras radicais quanto em práticas próprias da esfera política: na nomeação de figuras religiosas para cargos estratégicos e na utilização de simbologias religiosas em eventos públicos; na criação de propostas para inserção de conteúdos religiosos em agendas escolares; e na aprovação de projetos de lei baseados em princípios cristãos neopentecostais. Esses projetos frequentemente promovem a deslegitimação de direitos e posições divergentes, como no caso da criminalização do aborto, da repressão a manifestações religiosas não cristãs, da oposição a políticas de gênero e sexualidade, do incentivo a discursos armamentistas e punitivistas, da negação de pautas de direitos humanos e da desqualificação do conhecimento científico (Almeida; Toniol, 2018).

Segundo Passos (2020, p. 1117-8), “a conjuntura do governo [Bolsonaro] exhibe uma visão explícita de teocracia, ou seja, de exercício do poder em nome de Deus”, “com sujeitos que pensam

a coisa pública do ponto de vista religioso e com poderes de gestão distribuídos entre igrejas”. Essa visão teocrática transparece no discurso e nas intenções do governo. Bolsonaro é referido como o “ungido” (“Messias”) de Deus para cumprir uma missão divina, uma batalha do bem contra o mal. Isso intensifica o perigo do autoritarismo, visto que, ao invés de encarar os opositores como parte do marco plural democrático, são identificados como abomináveis, ou seja, aqueles que devem ser exterminados (Passos, 2020).

Ainda na condição de candidato à presidência da República, em setembro de 2018, Bolsonaro fez a seguinte declaração: “Não tem essa historinha de Estado laico não. O Estado é cristão e a minoria que for contra que se mude. Vamos fazer um país para as majorias [...] as minorias se adequam ou simplesmente desaparecem”. Esse enunciado produz um efeito não só de objetividade, por haver apenas uma única marca de primeira pessoa, mas de afirmação taxativa e absoluta, na qual a posição divergente, alçada à condição de inimiga, é projetada de forma jocosa, sob a forma do diminutivo desrespeitoso. Nessa violenta negação da diversidade e do pacto democrático, a intransigência é acompanhada pela ameaça manifesta: mudança e adequação significam adesão à posição bolsonarista, enquanto o desaparecimento pode indicar a imposição de abdicar da participação no espaço público, de autoexílio ou ainda de sanções violentas e eliminações. Manifesta-se na materialidade o procedimento redistribuição pela atribuição diferenciada dos papéis de fala: a maioria como sujeito do dizer verdadeiro, as minorias como destinatárias do silêncio imposto. Esse pertencimento absoluto compreende uma desumanização dos que dele estão excluídos: o verbo “desaparecer” tem ali uma carga semântica extrema, é aplicado a sujeitos indeterminados, mas identificáveis – as minorias – às quais cabe assimilação ou silenciamento, e produz uma ação “espontânea” de desaparecimento, uma vez que não há referência alguma a

agentes que irão processá-la. Não há espaço algum para diálogo e debate com o divergente, mas uma divisão e uma oposição fundamentais: de um lado, os que podem viver, falar e agir, e, de outro, os que devem mudar ou desaparecer. A divinização da maioria e a demonização da minoria produzem, conjuntamente, um regime de verdade, ou seja, um mecanismo de enunciação que determina quem pode falar, o que é dizer verdadeiro e quem está condenado ao silêncio (FOUCAULT, 2014), que sacrifica a alteridade, em nome de uma unidade religiosa.

Essa mesma perspectiva está materializada no discurso de posse como ministra do governo Bolsonaro de Damares Alves (Republicanos/DF, Pastora e pregadora da Igreja do Evangelho Quadrangular), em 3 de janeiro de 2019. Nessa ocasião, a então ministra afirmou: “O Estado é laico, mas essa Ministra é terrivelmente cristã”. Mais adiante, na 77^a Assembleia Geral da ONU, em 2022, Bolsonaro tornaria a reproduzir esse mesmo discurso. O paralelismo lexical e argumentativo entre os dois discursos evoca uma memória compartilhada que reposiciona o princípio constitucional da laicidade: em ambos os casos, ele é reinterpretado como um dado circunstancial submetido à hegemonia cristã e não como garantia de neutralidade estatal. Dessa forma, a regularidade discursiva se instala justamente nessa articulação entre “laico, mas não laicista” e “separação, mas maioria cristã” pelo procedimento de controle de exclusão dos enunciados laicos do campo legítimo: um mesmo movimento de relativização que esvazia a universalidade democrática do conceito e o reinscreve sob uma lógica particularista, que por sua vez é sustentada pela centralidade dos valores cristãos, valendo-se da seleção da verdade cristã como única admissível.

Num comício das eleições presidenciais de 2022, após a então primeira-dama, Michele Bolsonaro, afirmar que “o Brasil é do Senhor. Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor e o Deus é o Deus

do nosso Brasil! Aleluia!”, a ex-ministra, postou esta mensagem numa rede social: “Nesta guerra contra o mal, os filhos de Deus se levantam como sal e luz do mundo. Com toda certeza, esta eleição será a mais importante do planeta!”. Manifestamente, a disputa política torna-se ali uma “guerra” espiritual. A oposição religiosa entre o bem e o mal é elementar ao poder pastoral cristão, nos termos foucaultianos (2008): um poder que governa por meio do cuidado das almas, que opera pelo confronto entre a salvação e a perdição, pureza e regeneração, de um lado, e a impureza e a degeneração, de outro. Trata-se, portanto, de uma fórmula que despolitiza o conflito eleitoral, ao espiritualizá-lo, e desloca a racionalidade política para o plano da batalha escatológica.

A expressão “os filhos de Deus se levantam como sal e luz do mundo”, tomada diretamente da escritura bíblica (Mt 5:13-14), promove uma convocação comunitária que legitima uma elite espiritual engajada. Nessa retórica, o “sal” e a “luz” funcionam discursivamente como marcas de seleção e distinção dos sujeitos aptos a agir, configurando uma forma de condução dos condutores: o fiel é convocado a cuidar, a guiar, a testemunhar e a interceder. Desse modo, faz-se uma triagem entre quem pode guiar, quem pode ser guiado e quem, como inimigo ímpio, não merece estar com os eleitos. Além disso, a política não é de modo algum negócio terreno nem as eleições, algo nacional: a definição do pleito brasileiro é alçada não só a evento político de escala planetária, mas, sobretudo, de alcance sobrenatural.

A pregação, nesse funcionamento, manifesta-se na apresentação de uma cosmovisão onde a política é um campo de batalha moral, e o governo se posiciona como defensor dos “valores cristãos” contra as “ameaças” seculares. Com efeito, a esfera política é transformada em um campo de pregação, onde a defesa desses valores se torna justificativa para ações governamentais e para a demonização de pautas progressistas, enquadro e disputa políti-

ca dos sentidos e da própria instância – ela mesma que permite o falar religioso – em batalha entre bem e mal e configuração do que seria o povo brasileiro ou nação brasileira.

Deus Levanta um Líder: o sermão da providência

Como vimos, a pregação neopentecostal constitui – e é constituinte – de uma espécie de *nacionalismo neopentecostal*, no qual seus representantes, que ocupam essa posição sujeito de pregador-político, discursivizam seus posicionamentos em defesa de uma nação que segue, que obedece à doutrina da fé cristã. Essa fé, (entenda-se, sua leitura sobre os acontecimentos sociais tendo como chave de interpretação, algumas passagens bíblicas específicas sob a ótica do dominismo) essa visão de mundo encantado, entre outras coisas, é mobilizada para instituir certos regimes de verdade, dos quais, uma população nacional com imensa maioria cristã e com forte crescente no número evangélicos neopentecostais, opera sob uma dupla linha de possíveis efeitos mais gerais: por um lado, os políticos-pastores conseguem angariar votos, por outro, os fiéis que se veem representados por essa concepção de mundo, acabam por se sentir acolhidos, seja por serem a favor de uma nação onde vigore o mandamento divino como lei suprema, seja por se posicionarem contra a esquerda progressista que “ameaça” seus valores mais íntimos. Nesse duplo funcionamento, percebe-se o caráter bélico evocado, como por exemplo, nas materialidades até então analisadas: o propósito político de vencer eleições e gerir o país via *moral cristã* com a justificativa de que há uma necessidade de derrotar as “forças malignas” que querem tomar conta da nação.

No dia 9 de fevereiro de 2022, em Jardim de Piranhas no Rio Grande do Norte, ano de eleições presidenciais, ao lado do Presidente Bolsonaro em pré-campanha para sua reeleição, Magno

Malta (Senador do PL/MG, no período em questão, não estava eleito; pastor, cantor e orador da Igreja Batista) faz este discurso:

Quando Deus se levanta, a terra será conquistada por quem Deus levantou. Eu chego até Jair Bolsonaro. A multidão me diz “mataram Jair Bolsonaro”. Eu fiquei desesperado, cego, porque nós estamos juntos, sempre, lutando a luta das crianças, contra a erotização dos nossos filhos, a favor da vida, contra o aborto com a ideologia de gênero, contra a corrupção e criminalidade. [...] Já há alguns anos eu oro com o Jair Bolsonaro, toda semana, para o Brasil, pelo Brasil. O Brasil tá órfão. Eu entrei na UTI (desculpe a minha emoção) [...] Ele tava anestesiado nos braços da morte, nos braços da morte. Deus resgata esse homem dos braços da morte pra cumprir uma missão nesse país. [...] e Jair Bolsonaro é o homem que Deus levanta contra tudo, contra todos. É coisa espiritual, não é coisa de homem. [...] Tem uma narrativa mentirosa contra este homem que Deus levantou pra comandar a nação brasileira. Jair tava anestesiado e eu disse “Deus, a morte não pode levar esse homem”. Esse cara foi esfaqueado: só o escolhido de Deus é que faz e pode fazer estas coisas. [...] Se eu não me reeleger é porque fui cumprir uma missão junto com o Jair Bolsonaro pra libertar o Brasil das garras da esquerda desgraçada que assaltou, que desmoralizou essa nação. [...] Como sempre foi a nossa luta contra o *kit gay* nos corredores da Câmara do Senado em frente ao Ministério da Cultura, os enfrentamentos que fizemos, eu nunca lhe faltarei porque a minha amizade a você, ela é lealdade à pátria, minha amizade a você é lealdade aos princípios. [...] Deus não tem compromisso com frouxo, veio a tal pandemia que engoliu tudo [...] e Bolsonaro mandou o dinheiro: 17 bilhões pro meu estado [...]. Quem comprou a vacina e pagou foi o governo Jair Messias Bolsonaro. Eu quero encerrar dizendo uma coisa: nós precisamos reconduzir esse homem ao poder, a reeleição e depois dele um outro conservador, depois dele outro conservador, porque quem quer se tornar Venezuela levante a mão, quem quer se tornar Argentina levante a mão, quem quer ficar debaixo de um regime chinês que levante a mão. Mas aquele cidadão que governou o país foi preso por assalto, tá declarando, todos os dias. Ele faz as

suas preces à Mao Tsé-Tung. Tem crente aí, levante mão. A igreja católica foi invadida. A salva de palmas que nós vamos dar é uma salva de palmas aos católicos do Paraná. Pastores, pastoras, evangélicos, amanhã vai ser a nossa igreja. A nossa liberdade não tem preço. Um homem sem liberdade, ele é um vegetal e ser vegetal não é viver, nós não vamos fazer o país vegetar, nós queremos a nossa liberdade. Levanta a mão, diga comigo “nós queremos a nossa liberdade, por ela lutaremos até a morte. Deus está conosco”. Deus te arrancou das unhas da morte para que se cumprisse esse momento. Os discípulos perguntaram a Jesus “o que houve com o pai dele e a mãe? Por que é que nasceu cego?”. Ele disse: “nada, nasceu cego para que se cumprisse a glória de Deus. Ele te [referência à Bolsonaro] tirou das garras da morte para que se cumpra no Brasil a glória de Deus (Trecho transcrito do vídeo *Magno Malta chora e diz: Deus levantou Bolsonaro/o Presidente chorou!!*, Malta, 2022).

O senador e ex-deputado federal Magno Malta participou de uma série de pronunciamentos públicos durante eventos políticos e religiosos, com ampla circulação em plataformas digitais e redes sociais. Malta, conhecido por seu alinhamento com setores neopentecostais e por seu discurso de defesa de valores conservadores, articulou em seus enunciados elementos de pregação religiosa com narrativa política, conferindo uma dimensão messiânica à sua intervenção. Ele se dirige a plateias marcadas por forte religiosidade, polarização política e alguma expectativa de intervenção moral sobre o destino do país. Em diversos trechos de seus discursos, o senador recorre a recursos típicos da pregação neopentecostal – como apelos diretos à plateia, invocação de Deus como agente providencial e dramatização de conflitos – prática que configura um gênero híbrido, uma mistura de homilia e *sermão político* na mobilização dos afetos.

O que, desde o início, se destaca neste enunciado e se apresenta, pelo menos mais notadamente, como seu fundamento princi-

pal, consiste na relação que o orador pretende estabelecer entre a sobrevivência de Bolsonaro após o atentado e sua designação como escolhido por Deus para governar o Brasil. Os termos selecionados e as construções linguísticas utilizadas não só confirmam a convicção acerca dessa relação, como também sublinham sua ligação supostamente intrínseca entre a trajetória política do presidente e a providência divina: “anestesiado nos braços da morte” e “livre da morte”; “escolhido de Deus” e “missão”; “Deus se levanta” e “contra tudo e contra todos”. Pode-se, inclusive, afirmar que o foco nesse sentido visa, antes de tudo, gerar um efeito de transcendência e sacralização, que se esforça em ser desfocado pela forma testemunhal, na insistência de expressões como “eu fiquei desesperado” ou “eu oro com Jair Bolsonaro, toda semana”. Do mesmo modo, o emprego de paralelismos e repetições (“quem quer se tornar Venezuela levante a mão, quem quer se tornar Argentina levante a mão”) atua para dramatizar e convocar, mais do que argumentar, inserindo o discurso na cena própria da pregação. Dito de outro modo, trata-se de uma oratória cuja força não reside em explicitar razões políticas, mas em transfigurar o campo eleitoral em campo espiritual, convertendo o ato de votar em gesto de fé e de resistência contra forças percebidas como demoníacas.

Observa-se uma regularidade e considerável fixação nas análises acerca das relações que Magno Malta traça entre os acontecimentos políticos e a intervenção divina, sobretudo quando narra o episódio do atentado contra Jair Bolsonaro. Regularidade essa que é concomitantemente combinada com uma preocupação ínfima, de parte do próprio orador e de seus apoiadores, de que se trata de uma leitura ancorada em práticas discursivas hegemônicas do campo religioso e não no que se espera: a deliberação sobre necessidades e preocupações sociopolíticas. Apesar disso, sabemos que esse tipo de articulação entre os eventos exteriores

da vida pública – o atentado, a eleição, a pandemia, a disputa com a esquerda – e o interior de uma experiência espiritual – a fé, a oração, a missão – teve significativa presença e efeito em distintos momentos da história política brasileira recente. De fato, é provável que essa conexão entre essas duas dimensões, entre o visível dos fatos políticos e o invisível da providência divina, tenha se configurado como uma constante nas formas pelas quais segmentos religiosos interpretam a política, produzindo nela sentidos transcendentais que excedem a dimensão estritamente institucional do poder.

Num parêntese sobre o atentado sofrido pelo então presidente Jair Bolsonaro, ele é apresentado como evidência incontestável de sua eleição divina, e sua recuperação física torna-se prova da intervenção de Deus. O orador lembra que na corrida eleitoral de 2018, Bolsonaro teria sido esfaqueado em meio à multidão. A partir desse acontecimento, começam a surgir enunciados – produzidos por seus eleitores evangélicos – como “ele derramou sangue por nós”, ou até mesmo “ele se sacrificou por nós”, na tentativa de relacionar o sacrifício de Jesus ao Presidente em sua empreitada política na defesa dos valores cristãos. Correlatamente, iniciou-se também a campanha “Meu país é o Brasil” em memória dos dizeres que estavam na camisa que Bolsonaro vestia no momento do atentado. A coragem que Malta exalta do “Messias” emana do efeito que se cria: a necessidade que “o pastor tem de estar disposto, no sentido temporal da expressão, a morrer de morte biológica se as ovelhas estiverem expostas, tem de defendê-las contra seus inimigos temporais, mas também no sentido espiritual, ou seja, o pastor tem de expor sua alma pela alma dos outros” (Foucault, 2008, p. 226). O atentado, com efeito, não era somente contra Bolsonaro, era também, segundo sua justificativa, ao próprio país, à integridade do povo brasileiro e, sobretudo, aos valores cristãos.

Desse modo, o ponto de partida de sua retórica encontra-se em práticas amplamente estabelecidas de percepção e experiência com o mundo e são nessas práticas consolidadas que o discurso de Magno Malta adquire sua força persuasiva e sua eficácia mobilizadora. Isto porque o sermão político poderia, simultaneamente, ganhar maior credibilidade e, sob essa ótica, maior relevância, já que não seria difícil que os receptores fossem guiados por uma estrutura do discurso baseada em dicotomias como: vida e morte, humano e divino, corrupção e santidade, esquerda e desgraça, direita e salvação. Dessa forma, retoma-se e perpetua-se um discurso tradicional e amplamente consolidado, ou seja, o que materializa a ideia de que os acontecimentos históricos e políticos apenas encontram sentido último quando inscritos na providência de Deus. Complementando essa linha de pensamento somam-se elementos próximos, como esse de que “ser escolhido” equivale a ter autoridade espiritual e política, ou de que sobreviver ao atentado é sinal de missão divina, uma vez que ela trata de Bolsonaro, visando concentrar-se em um objetivo de maior importância e abrangente: o projeto de poder de um conservadorismo religioso que se apresenta como guardião da liberdade, da pátria e da moral contra os inimigos identificados como “esquerda”, defensores do “*kit gay*” ou amigos “China”.

Para além da imbricação entre religião e política, na qual a suposta comprovação da legitimidade política se apoiaria na intervenção divina, observa-se um enunciador que combina efeito emotivo com uma certa forma de comunicação violenta, como na escolha pelo uso de expressões como “esquerda desgraçada” ou “Deus não tem compromisso com frouxo”. Quanto a esse aspecto da comunicação, podemos destacar que, ao iniciar um sintagma com o determinante definido, cria-se um efeito de evidência em relação ao referente mencionado, isto é, uma vez reiterado, seja concretamente ou em termos imaginários no âmbito do discurso

religioso e político, ele se cristaliza como algo conhecido e aceito. Este efeito é precisamente o que se verifica presente em expressões como “a narrativa mentirosa contra este homem”, em que não haveria dúvida de que tal narrativa existe; ou como “os enfrentamentos que fizemos contra o *kit gay*”, em que igualmente não haveria dúvida quanto à centralidade desse embate.

Um dos mecanismos discursivos, nessa fala em análise, que habilita quem fala a moldar sentidos de modo a influenciar seu ouvinte para que se sinta integrado à causa defendida consiste em isentá-lo de falhas ou fracassos, esses atribuídas exclusivamente aos adversários políticos. Com isso, cria-se uma sensação de pertença tanto aos princípios cristãos quanto ao objetivo político que representa essa formação discursiva. Isto, necessariamente, para que a culpa dessas falhas ou fracassos não recaia sobre o público, o orador afirma que “a nossa luta” é contra forças externas – “a esquerda desgraçada”, “a corrupção”, “a ideologia de gênero” – mas, de modo algum, contra os que ali estão. Com efeito, sustenta ainda que esse coletivo, ao se posicionar como igreja, pátria e povo de Deus, é chamado a uma missão especial, de defesa da vida e da liberdade. Desse modo, o interlocutor é também investido de uma dignidade acrescida, podendo eventualmente integrar-se ao grupo dos escolhidos e dos que lutam ao lado de Bolsonaro. De toda forma, o consenso sobre a ilegitimidade e a imoralidade da esquerda, sua responsabilidade pela “desmoralização da nação” e sua incapacidade de governar é intensificado.

A imagem corporal de Bolsonaro também é dramatizada para enaltecer sua missão e legitimar sua liderança. O sujeito enunciatador apresenta apenas opiniões disfarçadas de leitura espiritual: “nos braços da morte”, “anestesiado”, “arrancado das unhas da morte”. A cena da facada e da internação hospitalar é narrada sob essa chave sagrada, convertendo um episódio médico em sinal inequívoco da escolha divina. Sob essa mesma perspectiva, os

ataques políticos e midiáticos, aqui designados como “narrativa mentirosa contra este homem”, são interpretados de modo que a crítica pública não aparece como debate democrático, mas como afronta à providência de Deus. Isto porque se amparam no entendimento amplamente aceito de que a sobrevivência diante da morte é prova de eleição espiritual em que se sustenta a condição de Bolsonaro como “o escolhido”, na qual a dor, sofrimento e superação convertem-se em indícios da glória de Deus e em prova inquestionável de autoridade política.

Nesse sentido, para o bolsonarista e providencialista, Bolsonaro não apenas sobreviveu à morte, como fala e age sob a inspiração divina, estando preparado para conduzir a nação. O líder, portanto, não se pronuncia, “proclama a palavra de Deus”, ora com emoção, ora com autoridade. Além da narrativa da salvação e da missão divina, acompanham sua fala elementos performativos de legitimidade moral e religiosa, tais como invocação contínua de Deus, referência à luta contra o *kit gay* ou a ideologias adversárias, e repetidas afirmações de lealdade à pátria e aos princípios conservadores. De toda forma, o juízo de valor moral e religioso é categórico: quando Bolsonaro se apresenta como vulnerável, como nas menções à morte ou à UTI, revela-se humano, mas eleito; quando se mostra firme, seguro e combativo, confirma a escolha divina e a missão de salvaguardar a nação. Um político adversário ou secular, ainda que competente, dificilmente seria lido dessa forma, pois a articulação entre vulnerabilidade, coragem e providência divina sustenta um efeito retórico exclusivo do discurso providencialista e conservador materializado em formas de sermão sacro-político.

Mostrando-se, à primeira vista, em oposição à postura que exalta a competência de Bolsonaro como expressão de missão divina, emerge essa perspectiva em que se inscreve o discurso que apresenta Bolsonaro como um político em ação concreta, e não

apenas como instrumento de Deus. Por exemplo, ao relatar sua atuação durante a pandemia ou na condução de políticas públicas, o enunciado enfatiza ações efetivas e decisões governamentais, não apenas a dimensão espiritual de sua liderança. Nesse tipo de narrativa, os verbos escolhidos, como “mandou”, “comprou” ou “pagou”, contrastam com os de enunciação performativa religiosa, o que aponta para uma outra forma de legitimação, a saber: a competência administrativa e a capacidade de ação política. Além disso, tais escolhas léxicas implicam uma atribuição de agência direta ao sujeito, desviando o foco da intervenção divina e situando Bolsonaro como protagonista das medidas adotadas, ainda que sua base retórica continue a se apoiar na fé e na moral neopentecostal. Dessa maneira, a fala produz efeitos de concretude, de impacto prático, enquanto ainda dialoga com a percepção de liderança e autoridade, criando uma tensão entre a dimensão espiritual e a efetividade política.

Enfim, no discurso de Malta, percebe-se que o enunciador se inscreve em uma posição ideológica clara e altamente hierarquizada, na qual a autoridade de Bolsonaro decorre de um mandato divino. A fala, por essa razão, performa poder e eficácia, mobiliza emoções e estabelece um vínculo de lealdade com o público, construindo uma comunidade imaginária de crentes e aliados no interior dos regimes de verdade aí gerenciados. Mais ou menos de mesmo modo, a hierarquia entre orador e ouvintes é marcada pela referência constante à vontade de Deus, à escolha do líder e à missão espiritual a ser cumprida. Funcionamento que confere legitimidade absoluta às palavras proferidas. Nesse contexto, gestos, entonações, pausas dramáticas e apelos emotivos funcionam como instrumentos que amplificam a sensação de urgência, perigo e necessidade de ação e investe na ideia de que a proteção e a continuidade do país dependem da obediência àquele que foi “levantado por Deus”. Essa obediência decorre da premissa em

que “o cristão se põe nas mãos do seu pastor para as coisas espirituais, mas também para as coisas materiais e para a vida cotidiana” (Foucault, 2008, p. 232). Desse modo, a relação entre um indivíduo que é dirigido e outro que o dirige, não é uma questão de condição, mas é um elemento basilar da obediência no cristianismo (Foucault, 2020). A retórica aqui articula dimensões corporais, afetivas e discursivas para consolidar uma autoridade transcendente, na qual a fala e o pensamento do líder se confundem com um mandato espiritual inquestionável.

No discurso de Malta, podemos observar mecanismos discursivos comparáveis na forma como certos eventos são enfatizados e detalhados para produzir efeitos de grande magnitude: ao relatar a recuperação de Bolsonaro e o contexto em que se deu seu resgate, por exemplo, Malta, além de narrar o fato, acrescenta detalhes sobre a gravidade da situação, a intervenção divina e a missão espiritual atribuída ao líder. Esses acréscimos funcionam como elementos de intensificação para destacar o caráter grandioso e sobrenatural da experiência. Não à toa, para efeito de fim de seu discurso, Malta faz uma menção a João 9:1-3 para associar Bolsonaro a eventos bíblicos nos quais se pode evocar a memória do sagrado que escolhe aqueles que aparentemente são acometidos por alguma deficiência, mas que por esse mesmo motivo, numa quebra de expectativa, Deus os usa.

O episódio analisado se insere, assim, nas tradições históricas e sociais que moldam a pregação como prática de poder e autoridade no espaço público. A aparente força e convicção do pregador não eliminam a surpresa de parte do público diante da assertividade e da intensidade do discurso, evidenciando como certas formas de mobilização espiritual ainda são interpretadas sob a lógica das expectativas conservadoras sobre quem pode falar e de que modo. Essa continuidade do preconceito ou da subestimação evidencia como práticas de enunciação sacro-política

são constantemente avaliadas segundo normas sociais e políticas hegemônicas. Em contrapartida, surgem pregadores e pregadoras que, ao articularem fé, poder e retórica, tensionam essas normas, produzindo efeitos de autoridade, mobilização afetiva e legitimação política. É nesse contexto que se manifesta uma produção discursiva transformadora, capaz de impor vozes no espaço público, redefinir hierarquias de poder e questionar padrões estabelecidos de persuasão e liderança, através de atualizações e manutenções do uso da fala eficaz.

Nesse processo de *reencantamento* neopentecostal do mundo, as falas dos políticos desse segmento têm construído o efeito de que são veículo privilegiado de verdades transcendentais e o de que eles próprios desempenham o papel de guias morais diante de questões sociais e políticas. Suas concepções e seus usos da pregação atualizam a fala eficaz da Grécia Arcaica. Por seu intermédio, eles buscam impor uma verdade inquestionável e forjar uma realidade específica, em detrimento da fala diálogo, que pressupõe o debate, a deliberação e a construção de consensos em um espaço público laico. Uma das consequências mais preocupantes desses e de outros efeitos análogos é a legitimação de um projeto autoritário de sociedade e a perseguição a formas plurais de existência, o que corresponde a um risco para qualquer experiência democrática.

Considerações finais

A análise desenvolvida permite observar como a pregação, convertida em ato político, alcança uma força e uma estabilidade que atravessam diferentes espaços sociais e institucionais. Essa inscrição do religioso na arena política não se dá de maneira episódica ou lateral, mas como uma regularidade discursiva capaz de se renovar e de se adaptar a distintas conjunturas, nas quais

pode sempre reiterar um mesmo núcleo de sentidos: o de que a vida coletiva e a própria ordem política estariam submetidas a uma instância transcendente.

No entanto, como procuramos indicar, esse funcionamento e sua abrangência não excluem a emergência de deslocamentos internos, ora se manifestando em tons moderados de apelo moral, ora em formulações mais agressivas que convocam a guerra espiritual como metáfora e horizonte da vida pública. Em todos os casos, o que se reitera é a atualização de um imaginário teológico-político no qual o enunciador se apresenta como profeta, intérprete autorizado da vontade divina e, ao mesmo tempo, combatente de inimigos reconstruídos a cada novo embate discursivo. Desse modo, o exercício analítico aqui demonstra tanto o poder quanto o risco que se concentram na ordem da pregação política. De um lado, ela mostra a eficácia de uma forma de dizer que mobiliza afetos, convoca coletividades e constrói efeitos de verdade a partir de um regime discursivo religioso. De outro, evidencia a persistência de esquemas simbólicos que naturalizam antagonismos e simplificam o debate público sob a chave da batalha espiritual. Nesse sentido, a análise também alerta para a necessidade de observar com detalhe as inflexões ideológicas e as diferenças entre os vários modos pelos quais a pregação é apropriada na política, sob pena de reduzir a um bloco homogêneo aquilo que, na prática, se diversifica e se ajusta a circunstâncias específicas.

Assim, se os discursos de sujeitos pregadores-políticos materializam a persistência e maior ou menor estabilidade de um modo de articular religião e política que se perpetua no espaço público brasileiro, eles também tornam visíveis as ambiguidades e tensões internas que os sustentam. É nesse entremeio – entre permanências e deslocamentos, entre a força do já-dito e a plasticidade das reatualizações – que se produz a eficácia da pregação política e se consolidam as estratégias discursivas que a

mantêm viva e operante na cena contemporânea, na operação de novas formas direcionadas de técnicas pastorais de condução das almas, através de interpretações doministas das escrituras sagradas, de modo a garantir uma fala eficaz e, consequentemente, perpetuar o processo de deslaicização da fala política.

Com efeito, compreender a pregação como técnica de poder e como forma de fala eficaz permite perceber que o processo de reencantamento neopentecostal do mundo implica também uma invasão e um desejo de dominação do espaço público e redefinir as condições do dizer através de um regime de veridicção em que somente o portador da “verdade divina” pode falar legitimamente. Dinâmica essa que reintroduz, na experiência democrática brasileira, uma forma de soberania teológica que ameaça o princípio mesmo da deliberação e da pluralidade. A pregação neopentecostal, desse modo, na pretensão de salvar almas, arrisca condenar a palavra e, com ela, as possibilidades de diálogo que sustentam o comum e o consenso.

Referências

ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo. **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

ALVES, Damares. **Nesta guerra do bem contra o mal, os filhos de Deus se levantam como sal e luz do mundo...** 2022. 41seg. Disponível em: <https://x.com/DamaresAlves/status/1551288038231314432>. Acesso em: 19 ago. 2025.

ALVES, Damares. **‘O Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã’**. 2019. 1min. e 47seg. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NB4TEdkgfDo>. Acesso em: 19 ago. 2025.

AUGUSTUS, Emperor. **Res Gestae Divi Augusti**. Translated by Dragoslav M. Milanovic. Cambridge: Cambridge University Press, 1967.

BÍBLIA, Português. **Bíblia de estudo Palavra-chave Hebraico e Grego**. Tradução de Degmar Ribas Júnior, Maria Helena Pereira Aranha, Marcelo Silva. Gonçalves, Marcus Aurélio Braga, Paulo Sérgio Gomes, Valdemar Kroker. Rio de Janeiro: CPAD, 2020. Cap. 3, vers. 12.

BOLSONARO, Jair. **Jair Bolsonaro em campanha diz que o estado não é laico mas sim um estado cristão**. 2018. 52seg. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6gdyPzothJc>. Acesso em: 19 ago. 2025.

CARRILHO, Leonardo. Raízes teológico-políticas da modernidade constitucional. **Revista Publicum**, v. 1, n. 1, p. 140–186, dez. 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/publicum/article/view/20220>. Acesso em: 26 jul. 2025

DESBORDES, Françoise. Les idées sur le langage avant la constitution des disciplines e La rhétorique. In: AUROUX Sylvain. **Histoire des idées linguistiques**. Tomo 1. Liège/Bruxelas: Pierre Mardaga, 1989. p. 149-185.

DETIENNE, Marcel. **Les Maîtres de Vérité dans la Grèce archaïque**. Librairie Générale Française, 2006.

EURÍPIDES. **As Bacantes**. Tradução de Haroldo de Campos. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FERREIRA, Nikolas. **O cristão e a política**: descubra como vencer a guerra cultural. 2 ed. Guarulhos, SP: Editora Vida, 2023.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade IV**: as confissões da carne. Tradução de Heliana de Barros Conde Rodrigues, Vera Portocarrero. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização de Roberto Machado. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HANSEN, João Adolfo. Política católica, instituição retórica e oratória sacra no Brasil colonial. In: COURTINE, Jean-Jacques; PIOVEZANI, Carlos. (Orgs). **História da fala pública: uma arqueologia dos poderes do discurso**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, p. 118-153.

AUGUSTINE, of Hippo. **De doctrina Christiana**. Edited and translated by Robert Philip Henry Green. Oxford: Clarendon Press, 1996. 293 p. (Oxford Early Christian Texts).

HOMERO. **A Odisseia**. Tradução de Christian Werner. São Paulo: Cosac Naify, 2014a.

HOMERO. **A Ilíada**. Tradução de Frederico Lourenço. São Paulo: Penguin Companhia, 2014b.

LANFRANCHI, Thibaud. **Les tribuns de la plèbe et la formation de la République Romaine**. Roma: École Française de Rome, 2015.

LUTERO, Martinho. Da autoridade secular: até que ponto se deve obedecer ao poder secular. In: BONI, Luis Alberto de (Org.). **Escritos seletos de Martinho Lutero, Tomás Müntzer e João Calvino**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 82-129.

MACMULLAN, Anne. **Christianizing the Roman Empire: A.D. 100–400**. New Haven; Londres: Yale University Press, 1984.

MALTA, Magno. **MAGNO MALTA CHORA E DIZ; DEUS LEVANTOU BOLSONARO/O PRESIDENTE CHOROU!!**. 2022. 10min. e 15seg. Disponível em: <https://web.facebook.com/magnomalta/posts/852638615587801/>. Acesso em: 19 ago. 2025.

ORLANDI, Eni. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2001.

PASSOS, João Décio. Uma teocracia pentecostal? Considerações a partir da conjuntura política atual. **Horizonte**, v. 18, n. 57, set./dez. 2020, p. 1109-1136. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/horizonte/article/view/23152>. Acesso em: 28 set. 2025. DOI: 10.5752/P.2175-5841.2020v18n57p1109.

PÉCORA, Alcir. **Teatro do Sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antonio Vieira**. Coimbra, Portugal:

Imprensa da Universidade de Coimbra; São Paulo: Editora da UNICAMP; São Paulo, SP: EDUSP – Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Orlandi et al. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

PEREIRA, Eliseu. Teologia do domínio: uma chave de interpretação da relação evangélico-política do bolsonarismo. **Projeto História**, São Paulo, v. 76, pp. 147-173, Jan.-Abr., 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/370576214_Teologia_do_Dominio_Uma_chave_de_interpretacao_da_relacao_politica_evangelico-bolsonarista. Acesso em: 10 set. 2025. DOI:10.23925/2176-2767.2023v76p147-173.

SÓFOCLES. **Édipo Rei**. Tradução de Trajano Vieira. São Paulo: Perspectiva, 2005.

TOMÁS DE AQUINO, São. **Suma Teológica**. Tradução de Alexandre Corrêa. 2 ed. Caxias do Sul, RS: Livraria Sulina, 1981.

ZILLES, Urbano. A crítica da religião na Modernidade. **Interações - Cultura e Comunidade**, v. 3 n. 4 / p. 37-54 / 2008. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/interacoes/article/download/6707/6134/25365>. Acesso em: 10 jun. 2025.

ZINK, Michel. **La prédication en langue romane avant 1300**. Paris: Honoré Champion, 1976.

Narrativas de mulheres catadoras do Lixão Vila Princesa em Porto Velho/RO: Diagnóstico do presente

Maria da Glória da Costa de Farias¹

Jefferson Campos²

Maraisa Daiana da Silva³

Introdução

A realidade das mulheres catadoras de materiais recicláveis no Brasil revela camadas profundas de exclusão, invisibilidade e precarização social. Em diferentes regiões do país, essas mulheres vivem e trabalham em condições extremas, tendo no lixão não apenas um espaço de sobrevivência, mas também de resistência cotidiana. No caso da Vila Princesa, localizada em Porto Velho, Rondônia, a catação de resíduos ultrapassa o caráter de subsistência e torna-se um campo de disputa simbólica e política, onde se forjam identidades e se produzem modos singulares de

1. Mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Rondônia (PPML).

2. Doutor em Letras e docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Rondônia (PPML).

3. Doutora em Letras e docente da Universidade Estadual de Maringá e no Centro Universitário Cidade Verde.

existência. A territorialidade construída nesse espaço é atravessada por relações de gênero, classe, raça e poder, configurando uma experiência amazônica urbana marcada pela desigualdade estrutural e pela luta por reconhecimento.

Nesse contexto, a Amazônia urbana abriga dinâmicas sociais frequentemente invisibilizadas, nas quais comunidades marginalizadas buscam afirmar-se como sujeitos históricos. Entre essas dinâmicas, a comunidade da Vila Princesa expressa de modo emblemático o entrelaçamento entre vida, trabalho e exclusão. Em 10 de novembro de 2023, o lixão foi oficialmente desativado em cumprimento à Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, doravante PNRS. Embora esse fechamento se alinhe às diretrizes ambientais contemporâneas, ele provocou rupturas significativas na vida das catadoras, cuja identidade, redes de sociabilidade e economia cotidiana estavam profundamente vinculadas ao espaço do lixão.

Compreender essa realidade implica analisar como o poder e o saber se articulam na constituição das subjetividades, produzindo tanto sujeições quanto possibilidades de resistência. Inspirados em Michel Foucault (1976, 2008), entendemos que o discurso não se limita a comunicar significados, mas constitui-se como dispositivo de poder que define o que pode ou não ser dito, quem pode falar e em que condições. Assim, as mulheres catadoras são atravessadas por discursos institucionais e sociais que as colocam em posições subalternizadas, negando-lhes voz e visibilidade. Contudo, é no próprio ato de narrar-se que elas exercem práticas de resistência, disputando o direito de dizer e de se reconhecer como sujeitos de sua história.

Nesse sentido, as narrativas de si tornam-se um espaço privilegiado para observar os processos de subjetivação e resistência. A partir da perspectiva interseccional proposta por Carla Akoti-rene (2019), reconhecemos que as experiências dessas mulheres

são moldadas por múltiplos marcadores sociais, como gênero, raça e classe, que operam de forma entrelaçada, produzindo formas específicas de vulnerabilidade e exclusão. Trata-se, portanto, de um processo de exclusão múltipla, em que as catadoras da Vila Princesa, em sua maioria negras e pobres, são inseridas em uma lógica de descarte que as torna socialmente invisíveis.

Além disso, a análise dessas narrativas convoca o debate sobre vozes subalternas e legitimidade discursiva. Gayatri Chakravorty Spivak (1999) questiona se o sujeito subalterno pode falar e, sobretudo, ser ouvido dentro das estruturas hegemônicas de poder. Ao problematizar as condições de escuta e enunciação, Spivak evidencia que a fala subalterna só se torna audível quando atravessa os dispositivos que a controlam. Nesse contexto, o documentário “*Do lixo ao lixo: o desabafo das catadoras da Vila Princesa*” (REC/UNIR, 2023) emerge como dispositivo de visibilidade, abrindo fissuras nas estruturas discursivas que historicamente silenciaram essas mulheres.

A partir desse material, neste capítulo, fruto da dissertação de mestrado *Do lixo ao lixo: processos de subjetivação das mulheres catadoras da Vila Princesa em Porto Velho - RO na prática discursiva documental*, desenvolvida no âmbito dos trabalhos do Grupo de Estudos sobre Discurso e Cultura da UNIR (GE-DisCA/UNIR/CNPq), buscamos compreender de que modo as narrativas das catadoras revelam relações de poder, práticas de resistência e processos de subjetivação, configurando um diagnóstico do presente no sentido foucaultiano. Como lembra Foucault (1984), diagnosticar o presente é interrogar as formas pelas quais somos conduzidos a pensar e agir, problematizando as condições históricas que nos constituem. Assim, ao analisar os discursos dessas mulheres, pretendemos problematizar as condições de emergência das suas falas e as estruturas de saber-poder

que as atravessam, sem perder de vista as possibilidades de liberdade que se inscrevem no ato de narrar-se.

Por fim, reconhecemos que essas experiências estão situadas em um cenário mais amplo de desigualdades estruturais e políticas públicas insuficientes. A PNRS, embora represente um marco normativo importante, ainda não assegura condições dignas de trabalho e inclusão social efetiva para catadores e catadoras. Como observa Achille Mbembe (2003), as sociedades contemporâneas produzem zonas de descarte, onde certas vidas são consideradas menos dignas de proteção e cuidado. A Vila Princesa, localizada em Porto Velho/RO, simboliza, nesse sentido, uma dessas zonas: um espaço de produção de exclusão e, simultaneamente, de reexistência.

Dessa forma, este capítulo propõe refletir sobre as narrativas das mulheres catadoras da Vila Princesa como práticas discursivas que desafiam as formas de sujeição e instauram modos outros de existência. Ancorados nos Estudos Discursivos Foucaultianos e em diálogo com os estudos culturais, feministas e decoloniais, com o intuito de demonstrar as tensões entre saber/poder e resistência, produzindo uma leitura crítica do presente e das condições que o sustentam.

I Fundamentação teórica: discurso, subjetivação e resistência

Partimos do entendimento de que os processos de subjetivação constituem um eixo analítico central para apreender como sujeitos historicamente subalternizados se inscrevem no campo do discurso e produzem sentidos sobre si e sobre o mundo. No caso das mulheres catadoras da Vila Princesa, tais processos assumem contornos específicos, atravessados por gênero, classe, raça e território, em diálogo tenso com estruturas históricas de exclusão, sendo que, as narrativas de si que elas produzem não

apenas descrevem a precarização material, mas configuram práticas discursivas de afirmação de existência e de reposicionamento político, pelas quais emergem sujeitos que resistem e rearticulam suas condições de vida.

Inspirados em Michel Foucault (1976; 2008; 2010; 2014), compreendemos que o sujeito não é uma essência prévia, mas o efeito sempre provisório de relações de saber-poder e das resistências que as atravessam, além disso, em termos foucaultianos, o discurso não representa simplesmente uma realidade já dada; ele é uma prática que forma sistematicamente os objetos de que fala (Foucault, 2013). Assim, as narrativas das catadoras não são meros relatos “sobre” o lixo, a pobreza ou o trabalho: elas produzem realidade, modelando posições de sujeito e reposicionando o próprio lixo como campo político e simbólico.

Desse modo, essa produção de sentido é indissociável dos jogos de poder, uma vez que, não há conhecimento neutro: até as “verdades” sobre modernização urbana, higiene ou sustentabilidade carregam escolhas normativas que definem quem pode falar, o que pode ser dito e com que efeitos (Foucault, 1996). Assim, os saberes das catadoras (práticos, situados, cotidianos) foram longamente tratados como “saberes sujeitados”, marginalizados frente ao saber institucionalizado. Contudo, ao narrar-se, elas introduzem deslocamentos discursivos que tensionam posições subalternizadas, abrindo brechas para novos modos de existência.

Esse movimento implica recolocar a questão da voz subalterna. Dessa forma, com Gayatri Chakravorty Spivak (1999), interrogamos as condições de enunciação que tornam certas falas audíveis e outras, inaudíveis. O problema não é simplesmente “falar ou não falar”, mas ser ouvido em espaços regulados por dispositivos de legitimação. Por essa razão, materiais como o documentário *Do lixo ao lixo: o desabafo das catadoras da Vila Princesa* (REC/UNIR, 2023), eleito para as reflexões aqui dispostas, ope-

ram como dispositivos de visibilidade: eles atravessam circuitos de circulação do sentido e reconfiguram as condições de escuta das narrativas produzidas por essas mulheres.

Para compreender as manobras que conectam discursos, leis, instituições e práticas, mobilizamos o conceito foucaultiano de dispositivo: uma rede heterogênea de elementos (ditos e não ditos) que se articula historicamente e produz efeitos de saber-poder (Foucault, 1996). No caso em estudo, reconhecemos um dispositivo de gestão dos resíduos e da “limpeza” urbana que combina racionalidades governamentais (erradicação de lixões), instrumentos legais (PNRS), saberes especializados (engenharia sanitária, sustentabilidade) e práticas administrativas. A noção de governamentalidade (Foucault, 2008) ajuda-nos a ver como tal dispositivo oferece suporte a condutas e administrar riscos ambientais e urbanos, definindo problemas “legítimos”, soluções “aceitáveis” e perdas sociais toleradas, entre elas, a invisibilização das catadoras e de seus meios de vida.

Contudo, é preciso recordar que, segundo Foucault (1988), onde há poder há também resistência, pois ela não é exterior ao poder, mas atua no interior das próprias relações que busca desviar, interromper ou reorientar. No caso da Vila Princesa, as falas de denúncia, reivindicação e solidariedade podem ser lidas como formas de contra-conduta, conforme Foucault (2008), por meio das quais essas mulheres se reapropriam de si, contestam normatividades que as reduzem a “corpos descartáveis” e instituem práticas de si que reconfiguram o que podem ser e fazer.

A radicalização dessa disputa torna-se mais evidente quando incorporamos a interseccionalidade como operador analítico, compreendendo, de acordo com Carla Akotirene (2019), que gênero, raça e classe não atuam de forma isolada, mas de maneira entrelaçada, aprofundando as vulnerabilidades sociais. Em uma Amazônia urbana marcada por desigualdades, as catadoras, em

sua maioria negras e periféricas, enfrentam exclusão múltipla, que incide sobre corpos, trajetórias e expectativas de futuro. Aqui também ressoa os estudos de Lélia Gonzalez (2020), ao evidenciar a posição estrutural de subalternidade ocupada por mulheres negras no Brasil e a atualização contemporânea de heranças coloniais.

Embora o lixão seja comumente tratado como um “não-lugar”, para essas mulheres ele representa um espaço de vida, trabalho e luta. Nesse sentido, em consonância com Achille Mbembe (2003), compreendemos que certos territórios são constituídos como zonas de descarte, ou zonas de exceção, onde a proteção estatal se torna seletiva e a vulnerabilidade assume caráter estrutural. Ao formular o conceito de necropolítica, o autor dialoga criticamente com a noção foucaultiana de biopolítica, entendida como o poder de “fazer viver e deixar morrer”, para evidenciar que, nas formações contemporâneas marcadas pela colonialidade, pelo racismo e pelas heranças do escravismo, a soberania se exerce sobretudo como poder de decidir sobre a morte. Mais do que gerir a vida, trata-se de expor determinados grupos à precariedade extrema, à morte lenta ou à condição de vida inviável.

A necropolítica, assim, não se restringe à eliminação física direta, mas opera por meio da produção de espaços e populações consideradas descartáveis – territórios onde o abandono, a precarização e a ausência de políticas públicas funcionam como dispositivos de governo. São contextos em que certas vidas são consideradas menos dignas de luto, proteção ou investimento, configurando aquilo que Mbembe (2003) denomina “mundos de morte”, nos quais sujeitos vivem sob condições que os aproximam de uma existência socialmente anulada.

Nessa chave interpretativa, a Vila Princesa pode ser compreendida como um desses espaços de gestão diferencial da vida: um território amazônico periférico em que a modernização ambiental convive com a desproteção social. As mulheres catado-

ras, majoritariamente negras e empobrecidas, tornam-se alvo de uma racionalidade que regula o espaço urbano sob o signo da sustentabilidade, mas aceita como tolerável a precarização de suas existências. Narrar-se, nesse contexto, é romper com essa lógica necropolítica de invisibilização: é reivindicar humanidade frente a dispositivos que produzem morte social, é ressignificar o território como espaço de vida e luta, e é forjar um pertencimento insurgente que desafia a hierarquização das vidas.

No campo da análise do discurso, esta discussão se ancora prioritariamente nos estudos foucaultianos, compreendendo o discurso como prática que produz objetos, sujeitos e regimes de verdade em articulação com relações de saber-poder. Em diálogo com a tradição brasileira da Análise do Discurso, conforme Orlandi (2017), reconhecemos também que o discurso se inscreve em condições históricas de produção e circula atravessado por memórias e regularidades de sentido, o que contribui para explicitar como certos dizeres se estabilizam e outros são silenciados; os sentidos não preexistem, mas se produzem sob condições históricas de enunciação. A Vila Princesa, assim, torna-se um campo discursivo no qual se confrontam o Estado, a mídia, os saberes técnicos e as vozes dos próprios catadores. Nessa disputa, as narrativas das catadoras funcionam como práticas contra-hegemônicas, desnaturalizando a exclusão e reorientando o olhar sobre “lixo”, “limpeza” e “modernização”.

A dimensão performativa da fala, tal como discutida por Judith Butler (2019), reforça esse argumento: os corpos habitam e performam normas, mas ao performá-las podem também desestabilizá-las. Quando as catadoras se apresentam publicamente como trabalhadoras e cidadãs, deslocam expectativas de gênero, classe e moralidade que as situavam no silêncio, e instituem identidades que não cabem nas matrizes hegemônicas. Assim, a circulação dessas narrativas, seja por instituições midiáticas ou redes comunitárias, mobiliza, ainda, aquilo que Dijk (2012) descreve como a

capacidade dos discursos críticos de interferir nos dispositivos de reprodução das desigualdades, tencionando-os desde dentro.

Esses movimentos, contudo, não se dão ao acaso, marcos normativos como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Brasil, 2010) reconhecem a importância dos catadores, mas a implementação insuficiente mantém hiatos de inclusão produtiva, proteção social e infraestrutura. Ainda, relatos e diagnósticos de organizações como a Cáritas Brasileira (2023) evidenciam que a desativação de lixões, quando não acompanhada de alternativas concretas, intensifica a vulnerabilidade. Nesse cenário, as narrativas das mulheres não apenas denunciam a negligência estatal, mas exigem direitos.

Essas falas, por fim, tem uma dimensão coletiva e memorial, pois, como mostra Mari Aparecida Bartoli (2013), as organizações de catadores articulam dimensões econômicas, identitárias e políticas, produzindo memórias compartilhadas e redes de solidariedade. É nesse entrelaçamento que as narrativas de si operam como tecnologias políticas de subjetivação: constituem sujeitos e abrem horizonte para práticas de liberdade. Em termos foucaultianos, trata-se de um diagnóstico do presente que interroga as condições históricas que nos formam e, ao fazê-lo, cria brechas para viver de outro modo.

Diante disso, com esse arcabouço teórico, passamos, a seguir, à contextualização socio-histórica da Vila Princesa e, posteriormente, à análise das narrativas que compõem nosso corpus, mantendo o objetivo de produzir um diagnóstico crítico do presente à altura das vozes que o enunciam.

2 Vila Princesa e a Política dos Corpos Invisibilizados

A desativação do lixão da Vila Princesa, em Porto Velho, excede o registro técnico-administrativo da gestão de resíduos e inscreve-se num campo de forças em que poder, discurso e corpo

se entrelaçam. Amparada no léxico da modernização e da adequação ambiental, a decisão pública produziu efeitos diretos e desiguais sobre a vida de mulheres que, há décadas, habitam e trabalham naquele território. Embora a Política Nacional de Resíduos Sólidos, (PNRS) - Lei nº 12.305/2010, reconheça o papel socioambiental dos catadores, sua implementação local expôs um descompasso entre a promessa normativa de inclusão e a realidade da exclusão, como evidenciam diagnósticos que apontam a ausência de medidas compensatórias e de inserção produtiva efetiva após o fechamento (Cáritas, 2023).

Nesse sentido, ao regular o destino dos resíduos e das pessoas que deles viviam, o Estado reorganiza fluxos materiais e subjetividades, disciplinando o espaço urbano e “limpando” simbolicamente a cidade ao deslocar para a invisibilidade aqueles que desestabilizam a estética da modernidade. Nessa linha, a Vila Princesa aproxima-se do que Mbembe (2003) designa “zona de morte social”: não a eliminação física direta, mas a fabricação de condições precárias de existência e a recusa de reconhecimento, sob o selo de um suposto “avanço civilizatório”.

A política dos corpos invisibilizados aparece, então, como estratégia biopolítica de gestão da pobreza, sendo que o corpo da mulher catadora, negro, periférico, empobrecido, torna-se alvo preferencial de práticas que o normatizam e silenciam. Como argumenta Butler (2019), normas sociais e políticas definem quais vidas são reconhecidas e quais permanecem fora da inteligibilidade. Na Vila Princesa, tais corpos escapam à regra da cidadania neoliberal, ou seja, não performam o trabalhador formal nem o sujeito “ambientalmente correto” e, por isso, são desconsiderados das narrativas oficiais de sustentabilidade. Aqui, a lente interseccional (Akotirene, 2019) é decisiva: gênero, raça e classe co-constituem as formas de opressão, e a exclusão não é erro administrativo, mas padrão histórico.

Esse padrão se reforça por discursos oficiais e midiáticos que celebram o fechamento do lixão como conquista ambiental, e esses discursos, indo ao encontro de van Dijk (2012), que sustenta que o poder se reproduz também pelo controle da produção simbólica, ao associar “erradicar lixões” a “progresso”, apaga contradições e naturaliza a retirada de populações consideradas obstáculo ao desenvolvimento. Trata-se de um trabalho discursivo que transforma sujeitos em “resíduos humanos”, legitimando sua remoção do campo da visibilidade.

Diante desse cenário, temos o documentário *Do lixo ao lixo: o desabafo das catadoras da Vila Princesa* (REC/UNIR, 2023), que faz emergir narrativas que desafiam a representação oficial, reinscrevendo essas mulheres no espaço público. Na produção audiovisual, as catadoras da Vila Princesa denunciam os efeitos da desativação, reivindicam políticas inclusivas e afirmam sua humanidade, gesto que, na perspectiva de de Spivak (1999), desloca a fronteira entre falar e ser ouvida. Nessa medida, a visibilidade não é dada, mas conquista política, e o ato de narrar-se traduz contra-condutas (Foucault, 2008) que reorientam, desde dentro, os efeitos do governo de suas vidas.

Convém situar material e historicamente esse território. A Vila Princesa localiza-se na periferia de Porto Velho, cerca de 15 km do centro, e abrigava, em 2018, aproximadamente 400 famílias⁴. Constituída no fim dos anos 1990 com a chegada de trabalhadores migrantes após o declínio de garimpos e seringais, a comunidade estabeleceu-se em torno do aterro municipal (em operação desde 1993), formando moradias precárias e associa-

4. As informações relativas à localização, número aproximado de famílias (cerca de 400 em 2018), processo de formação da comunidade no final da década de 1990, vínculo com o aterro municipal (em operação desde 1993) e condições estruturais precárias, como ausência de asfalto, saneamento básico e água encanada, baseiam-se em reportagem de Gil Aléssi publicada no jornal *El País Brasil*, em 25 de março de 2018, intitulada “Vila Princesa, a favela onde 400 famílias vivem do lixo”.

ções de catadores. Persistem, no local, a ausência de asfalto, de saneamento básico e de abastecimento regular de água.

Vemos, assim, surgirem as condições de emergência dos discursos que analisamos: de um lado, enunciados institucionais que priorizam a modernização da gestão de resíduos, desconsiderando os sujeitos por ela marginalizados; de outro, falas de resistência das mulheres atingidas, que exigem visibilidade, reconhecimento e meios de vida dignos. Em um território amazônico periférico, atravessado por práticas de governo excludentes e por lutas cotidianas pela vida, as narrativas das catadoras reabrem o político, deslocando o senso comum sobre lixo, cidade e trabalho.

Ao articular as noções de governamentalidade, necropolítica e interseccionalidade, previamente discutidas neste capítulo, operamos uma leitura que se ancora em três matrizes teóricas complementares. De Michel Foucault (2008), mobilizamos a ideia de governamentalidade como racionalidade política que conduz condutas, administra riscos e organiza o espaço urbano segundo critérios de normalização. De Achille Mbembe (2003), incorporamos a noção de necropolítica, que evidencia a dimensão soberana do poder como capacidade de expor determinadas populações à precariedade extrema, produzindo “zonas de des-carte” e mundos de morte. E, a partir de Carla Akotirene (2019), compreendemos a interseccionalidade como operador analítico que permite apreender a co-constituição estrutural de gênero, raça e classe na produção dessas vulnerabilidades.

Essa articulação não se dá de modo justaposto, mas integrado, por meio do qual produzimos um diagnóstico do presente que recoloca a Vila Princesa em um espaço sociopolítico da modernização excludente. Nessa moldura, o corpo que o poder decide não ver torna-se sujeito que insiste em aparecer. Nesse sentido, na próxima seção, avançamos da contextualização à análise das narrativas de si das catadoras, examinando modalidades enunciativas e estratégias

de resistência que emergem de seus depoimentos e do documentário, em diálogo com o arcabouço teórico que vimos consolidando.

3 Discurso, resistência e visibilidade social

Entendemos o discurso como prática social que não apenas descreve, mas produz realidades, identidades e relações de poder e, no mesmo gesto, abre brechas de resistência. Em *Do lixo ao lixo: o desabafo das catadoras da Vila Princesa* (REC/UNIR, 2023), as falas das mulheres atingidas pela desativação do lixão tornam audível um conjunto de experiências historicamente silenciadas, reposicionando-as no espaço público e desestabilizando regimes de verdade que as reduziram à condição de sujeitas descartáveis. De acordo com Foucault (2014), o discurso é um campo de disputa que delimita o que pode ser dito, por quem está autorizado e tem legitimidade para dizê-lo, e com quais efeitos de sentido se busca produzir. Falar, e ser ouvida, torna-se, assim, um ato de resistência e de reinscrição no social.

Nesse sentido, as narrativas mobilizadas no documentário podem ser compreendidas como contra-condutas, na medida em que deslocam o senso comum e tensionam os modos oficiais de dizer e governar o social (Foucault, 2008). Elas se aproximam, ainda, do regime das narrativas de si, entendido como um dizer que irrompe em condições históricas específicas e faz aparecer outras possibilidades de significação do vivido. Nessa direção, ao discutir as narrativas de si, Campos (2021, p. 24), em diálogo com Foucault (2013), observa que se trata de um “dizer inesperado”, sustentado na premissa de que os discursos são feitos de signos cuja função não se reduz à simples designação, mas opera na produção de efeitos de sentido e na abertura de diferenças.

Ao ouvirmos Nizete afirmar: “Aqui era o meu trabalho, o meu sustento. Agora que acabou o lixão, ficou difícil. A gente não tem

pra onde ir.” (REC/UNIR, 2023, 03min42s), evidenciamos um confronto direto com o discurso oficial da modernização. O depoimento reinscreve no debate público saberes sujeitados conhecimentos práticos e situados que, embora desqualificados por regimes hegemônicos de verdade, expressam a materialidade da vida (Foucault, 1976). Não se trata de enunciar uma derrota, mas de nomear a continuidade precária e reconfigurada de uma existência que o enquadramento institucional tenta apagar.

O mesmo deslocamento temos no enunciado: “Ivani: A gente se acostumou a viver do lixo, mas também a tirar dali o que precisava. Agora querem tirar a gente daqui, como se a gente fosse lixo também.” (REC/UNIR, 2023, 06min10s). A metáfora da equiparação simbólica entre pessoas e resíduos evidencia a violência discursiva que transforma corpos em abjetos do urbano “limpo”. Em diálogo com Butler (2019), vemos que a inteligibilidade dos corpos é regulada por normas, assim, ao falar, Ivani reinscreve seu corpo no discurso e traz à luz o que o poder pretendia ocultar.

Ainda nesse sentido, a interpelação de Mariana: “Ninguém perguntou pra nós o que a gente queria. Só disseram que iam fechar. E pronto.” (REC/UNIR, 2023, 08min33s), revela o funcionamento biopolítico (Foucault, 2008), em que o Estado, ao gerir a população, define quem merece atenção e quem pode ser silenciado. Mariana desvela, com sua fala simples e direta, a violência do não reconhecimento — a exclusão disfarçada de governança. Diante disso, a questão de Spivak (1999), “pode o subalterno falar (e ser ouvido)?”, reaparece aqui como crítica às estruturas de enunciação que filtram e traduzem falas periféricas em termos aceitáveis ao poder. Quando essas mulheres tomam a palavra, elas deslocam o eixo da decisão técnica para a experiência vivida, expondo a violência do não reconhecimento.

As narrativas, contudo, não se esgotam na denúncia: produzem sentidos de pertencimento e dignidade. Cristina, por sua

vez, declara: “Aqui a gente aprendeu a ser forte. Aprendemos a trabalhar e criar nossos filhos com o que o povo jogava fora.” (REC/UNIR, 2023, 11min25s), aqui há uma reconfiguração de sentidos: o lixo, de signo de degradação, torna-se matriz de sobrevivência e solidariedade. O discurso opera como tecnologia de si, o sujeito refaz a relação com o mundo e com o próprio corpo, instituindo modos outros de existir.

Essa dimensão coletiva do dizer é decisiva, pois, como já discutido, os estudos sobre organização de catadores (Bartoli, 2013) mostram que associações e cooperativas articulam economia, identidade e política, o que revela que em Vila Princesa, laços de solidariedade persistem e ganham força. Referente a isso, Cleide-mar, liderança comunitária, sintetiza: “A gente não quer esmola, a gente quer trabalho. O lixão acabou, mas a gente não acabou, não.” (REC/UNIR, 2023, 14min02s). Nessa enunciação, o discurso do fim - “acabou” - é ressignificado como persistência. O sujeito afirma-se contra a narrativa do desaparecimento, construindo uma política da existência. Essa inversão simbólica é central para compreender o discurso como campo de resistência: o poder tenta silenciar, mas o sujeito reaparece em novas formas de dizer e de agir.

Quando observamos os depoimentos em conjunto, emergem três camadas de ruptura provocadas pelo fechamento do lixão - econômica, social e subjetiva - entrelaçadas por um quarto vetor, o do descaso público. Primeiro, a ruptura econômica: perda abrupta da fonte de renda e inexistência de alternativas imediatas (“Ficamos sem sustento”). Segundo, a ruptura social: temor pela dispersão de famílias, agravamento de fome e violência, desmonte de redes de apoio. Terceiro, a ruptura subjetiva: sentimentos de desamparo diante da retirada não apenas do trabalho, mas do sentido de utilidade associado a ele. Por fim, a denúncia do abandono estatal: as mulheres nomeiam a experiência de terem

sido “jogadas no lixo” junto com o aterro desativado, expondo a assimetria de poder que legitima o progresso sem inclusão.

Ao mesmo tempo, ouvimos a afirmação de dignidade e identidade coletiva: “Não queremos esmola, queremos trabalhar.” Essa contra-narrativa recusa o estigma de “viver do lixo” e reinscreve as catadoras como trabalhadoras úteis à cidade e ao ambiente, deslocando a regra do assistencialismo para a da cidadania e do direito ao trabalho. Nessa tessitura, cada depoimento singular ecoa um “nós, catadoras”, performando um sujeito coletivo politizado. Aqui a resistência se dá no discurso, como produção de saber (Navarro, 2021) que desarma a narrativa oficial do “progresso sustentável” sem sujeitos.

Essa visibilidade insurgente é prática política e simbólica. Gonzalez (2020) enfatiza que o feminismo afro-latino-americano nasce da experiência das mulheres negras que, historicamente, foram marginalizadas tanto pelo racismo quanto pelo patriarcado. As catadoras da Vila Princesa, em sua maioria negras e periféricas, encarnam essa dupla opressão e, ao mesmo tempo, essa dupla força de resistência. Suas falas constituem uma política do cotidiano, um enfrentamento à colonialidade que as define como “restos”. Ao narrar suas vidas e seu trabalho, elas reivindicam o direito de existir com dignidade, inscrevendo-se em uma genealogia de mulheres que falam a partir das margens.

Butler (2019) aponta que tornar-se visível é expor-se ao risco do risco da violência, do julgamento e da captura pelo discurso dominante. As catadoras, ao se colocarem diante da câmera e do público, enfrentam esse risco: seus corpos, antes confinados ao espaço do lixão, agora circulam nos meios acadêmicos, institucionais e midiáticos. Essa exposição é ambígua ao mesmo tempo em que possibilita o reconhecimento, pode também levar à fetichização da pobreza. Por isso, a resistência discursiva das catadoras é, acima de tudo, um exercício de autoria: elas narram suas

vidas com suas próprias palavras, recusando a tradução imposta pelos outros. Também territorializam a memória: “Podem até ter fechado o lixão, mas ele mora dentro da gente, porque foi ali que a gente aprendeu a viver.” (Ana Beatriz, REC/UNIR, 2023, 17min11s). O território, removido como espaço físico, persiste como inscrição subjetiva, e essa permanência é, já, resistência.

Em síntese, os discursos das catadoras operam em dois vetores complementares: (i) configuram atos de resistência, ao nomear injustiças, rejeitar a passividade e exigir escuta; (ii) engendram processos de subjetivação e empoderamento, ao produzir um espaço discursivo no qual podem se ver e se apresentar como sujeitas de direitos e agentes de suas vidas. Ao desafiar a lógica do silenciamento, essas narrativas abrem brechas para novas formas de visibilidade e reconhecimento, compondo um diagnóstico do presente, um saber situado que nos convoca a rever as condições históricas que sustentam a exclusão.

Considerações finais

Ao retomarmos o percurso reflexivo desenvolvido neste capítulo, compreendemos que a história das mulheres catadoras da Vila Princesa não é apenas a narrativa de um grupo social marginalizado, mas a expressão de processos complexos de poder, resistência e subjetivação. A análise, conduzida sob a lente foucaultiana, permitiu reconhecer como, no interior de práticas discursivas situadas, essas mulheres constroem-se como sujeitas de enunciação e, nesse gesto, reconfiguram os regimes de verdade que as mantinham sob a condição de corpos descartáveis.

A desativação do lixão de Vila Princesa, legitimada pelo discurso técnico da modernização ambiental, revelou contradições profundas entre o ideal de sustentabilidade e a realidade da exclusão. O fechamento do espaço físico não significou apenas o

encerramento de uma atividade econômica, mas a ruptura de um território de vida, memória e pertencimento. A partir dessa experiência, as catadoras narram não apenas a perda de seu sustento, mas também a violência simbólica de uma política pública que, ao tentar “limpar” a cidade, apaga pessoas e silencia vozes.

O documentário *Do lixo ao lixo: o desabafo das catadoras da Vila Princesa* (REC/UNIR, 2023) surge, nesse contexto, como possibilidade de resistência e espaço de visibilidade. Nele, o ato de narrar-se constitui um gesto ético e político: falar é existir, e existir é resistir. Ao enunciar suas experiências, essas mulheres rompem o silêncio imposto pela governamentalidade excludente e transformam o que Foucault (1976) denominaria “saberes subjugados” em saberes de resistência, reabrindo o campo discursivo para perspectivas outrora desconsideradas.

As falas de Nizete, Ivani, Mariana, Cristina, Cleidemar e Ana Beatriz, entre outras, expressam múltiplas dimensões do sofrimento e da luta: a perda material, o desamparo institucional, mas também a reafirmação da dignidade, o orgulho pelo trabalho e a solidariedade comunitária. Suas palavras desvelam a potência política da voz subalterna, nos termos de Spivak (1999), e a complexa articulação entre corpo, norma e visibilidade, como propõe Butler (2019). Ao resistirem à condição de invisíveis, essas mulheres se tornam autoras de si mesmas, e, ao inscreverem-se no espaço público, produzem um saber situado, enraizado na experiência concreta da exclusão amazônica.

Constatamos que a resistência que emerge dessas narrativas não se limita à denúncia: ela é também criação e invenção de novos modos de vida. No cotidiano, as catadoras forjam práticas de liberdade, pequenos gestos, redes de solidariedade, insistências na existência, que tensionam as fronteiras entre sujeição e autonomia. O discurso, nesse sentido, opera como instrumento de transformação simbólica: o lixo, antes metáfora de degradação,

é resignificado como símbolo de sobrevivência e saber prático, como espaço onde a vida insiste e se reinventa.

O diagnóstico do presente, a partir de Foucault (1984; 2008), nos conduz a reconhecer que o caso da Vila Princesa exemplifica o modo como as políticas de sustentabilidade podem reproduzir estruturas de desigualdade, quando não consideram as vidas concretas sobre as quais incidem.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010), embora avance juridicamente, falha em assegurar condições dignas de inclusão. Essa contradição expõe uma racionalidade governamental que administra riscos e espaços, mas governa pela omissão, produzindo, como em Mbembe (2003), zonas de morte social e vidas precárias.

Entretanto, o silêncio não é total. As narrativas de si das catadoras irrompem como contra-discursos, afirmando que ainda é possível produzir sentido e visibilidade mesmo nas margens da cidade e do poder. Essas vozes desestabilizam o discurso do progresso e nos convidam a repensar a própria noção de sustentabilidade: não aquela que se mede apenas por indicadores ambientais, mas aquela que reconhece e preserva a dignidade humana.

Em suma, este estudo revelou que as mulheres da Vila Princesa transformaram a dor em discurso e o esquecimento em memória, constituindo um campo de resistência discursiva que transcende o espaço físico do lixão. O documentário e suas narrativas tornam-se testemunhos vivos de uma luta que é simultaneamente individual e coletiva, local e universal: a luta por reconhecimento, por voz e por direito à existência.

Referências

ALÉSSI, G. Vila Princesa, a favela onde 400 famílias vivem do lixo. **El País**, Brasil, 25 mar. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/22/politica/1521727362_047016.html. Acesso em: 30 out. 2025.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

BARTOLI, M. A. **Processos de organização de catadores de materiais recicláveis: lutas e conformações**. Katályses, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 248-257, jul./dez. 2013.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos**; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 18 abr. 2025.

BUTLER, J. **Corpos que pesam**: sobre os limites materiais e discursivos do 'sexo'. Belo Horizonte: n-1 Edições, 2019.

CAMPOS, Jefferson Gustavo dos Santos. **A emergência do intelectual específico em práticas discursivas de transgressão**: relatar a si mesmo como aleturgia no documentário resgates. 2021. 137 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021. Disponível em: https://ple.uem.br/jefferson-gustavo-dos-santos-campos_tese.pdf. Acesso em: 02 nov. 2025.

CÁRITAS. **Relatório sobre os impactos sociais e econômicos da desativação do lixão de Vila Princesa**. Porto Velho: Cáritas Brasileira, 2023.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 38 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 26 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2014b.

FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

IBAMA. **Relatório de Impacto Ambiental do Lixão de Vila Princesa**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2018.

IBGE. **Censo Demográfico 2021**. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2003.

NAVARRO, F. **Discursos e poder em Foucault**: uma introdução. Rio de Janeiro: Vozes, 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO. **Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos**. Porto Velho: Secretaria de Meio Ambiente, 2023.

REC/UNIR — GRUPO DE PESQUISA E EXTENSÃO RÁDIO, EDUCAÇÃO E CIDADANIA. **Do lixo ao lixo**: o desabafo das catadoras da Vila Princesa [documentário]. Porto Velho: REC/UNIR, 2023. Disponível em: <https://youtu.be/TBmzYuSc5VI>. Acesso em: 20 out. 2025.

SPIVAK, G. C. Pode o subalterno falar? In: LANDRY, D.; MACLEAN, G. (orgs.). **Teorias pós-coloniais**: uma introdução crítica. Campinas, SP: Unicamp, 1999. p. 307–336.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2012.

“GORDA SIM!”

Modos de subjetivação e estratégias de resistência de mulheres gordas no *Instagram*

Izaías Serafim de Lima Neto¹

Notas introdutórias

Para iniciarmos, é preciso que exercitemos um gestor de leitura sobre as materialidades abaixo dispostas: a primeira é um excerto de um blog pessoal localizado no domínio do Medium.com, publicado em 27 de outubro de 2017 por Mariana Zambon Braga, dentro da página Fale com Elas; a segunda é uma charge, postada no perfil @desenhosdonando no Facebook, que retrata a ativista digital Maira Garrido em situação de rechaço a piadas gordofóbicas; a terceira, por sua vez, é uma pintura do francês Pierre-Auguste Renoir, feita entre 1918 e 1919, em que se vê mulheres nuas banhando-se em um rio:

[...] Meu corpo não existe para ser reduzido. Nem fisicamente, nem verbalmente. Encarando a realidade de frente: quando uma mulher gorda assume seu corpo e prefere não tentar mais reduzir o peso, ela deve estar pronta para travar batalhas constantes com a sociedade. Querendo ou

1. Doutor em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Docente Adjunto da Universidade Federal do Amapá (UFPA/Campus Binacional de Oiapoque/AP).

não, a patrulha estará sempre a postos, indicando novas técnicas, médicos que prometem milagres, dietas inconsequentes. O corpo gordo é uma afronta à mentalidade “no pain, no gain”. Ser gorda é ser um lembrete ambulante dos medos dos outros — como se a pior coisa que pudesse acontecer a um corpo fosse acumular gordura. [...] (Mariana Zanbon Braga, 2017).

Figura 1: Charge do desenhista @desenhosdonando



Fonte: Facebook

Figura 2: Pintura As banhistas, de Renoir (1918)



Fonte: Site História da Arte

O exercício de leitura que pretendemos incitar deve tomar como norte a problemática do corpo de mulheres em nossa sociedade e, mais fulcralmente, *corpos de mulheres gordas*. A rede de saber que permite nossa incursão na temática irrompe de três instâncias, superficializadas nas materialidades acima: i) gênero enquanto um problema de saber-poder no Ocidente, isto é, as mulheridades serem recortadas a partir de um certo número de domínios do corpo, perpassando desde as peles, os pelos até o tecido adiposo; ii) o corpo da mulher enquanto superfície em que se inscrevem os arquétipos estéticos do seu presente histórico, visto que corpo feminino manifesto nos enunciados acima responde (e duela) com os estigmas, as estimas e os processos de objetivação e subjetivação característicos de sua historicidade; iii) as mídias como condição de possibilidade para a emergência de resistências aos saberes e aos intentos de condução dos corpos vigentes.

A pintura dos corpos femininos, de Renoir, datada do início do Século XX, faz aparecer gorduras, dobras, volumes que, em nossa sociedade biopolitizada, farolam no campo da dissidência, do patológico, do anormal. Houve, compreendemos, um deslocamento entre o que era passível de visibilidade nas pinturas de mulheres na Europa do século passado para as aparições dos corpos em nossa atualidade. Enquanto o ideal de saúde e beleza no período em que *As Banhistas* fora produzida estava atrelado ao poder aquisitivo (incluindo a abundância ou o acesso aos alimentos) e ao volume físico sinalizando riqueza, as expectativas estéticas e de saúde do Século XXI estão no rol dos problemas do controle das populações e da produção constante de verdades sobre o corpo individual e sua potência de performance.

A magreza é o tino da aceitabilidade enquanto a gordeza emerge como aspecto de cisão, defeito, passível de interdição. Todo um rol de saberes é erigido para contornar essas curvas e

pô-las em IMC's (Índice de Massa Corporal) abaixo de 24,9². Por seu turno, o sujeito que escreve a si mesma no blog do Medium o faz com vistas a produzir certa fissura no ideário de que um corpo gordo, em tempos de **no pain, no gain**, sofre por ser o que é e intenta mudar-se a si mesmo, refazer-se pela estética do aprimoramento físico como aperfeiçoamento subjetivo. “Meu corpo não existe para ser reduzido” vocifera um projeto de si mesma que não se calca no discurso fitness, mas numa experiência de cisão dessa rede de saber.

Na charge, que alude a acontecimentos corriqueiros de gordofobia em shows de stand-up comedy no Brasil (vide noticiários), põe em questão o riso em torno dos corpos gordos, viabilizado por um conjunto histórico de manifestações televisivas de gordofobia em programas humorísticos, em revistas e demais mídias (inclusive no domínio da cultura popular, por meio de piadas veiculadas diuturnamente em rádios e no *boca-a-boca*). O terreno midiático permite o tensionamento desses saberes e a produção de novas estéticas de si. Desloca-se, por meio desses discursos, a rede que incide sobre mulheres gordas e suas formas de escreverem a si mesmas. Os arquétipos estéticos e os ditames de saúde são interrogados na sua capilaridade, no teor psicologizante e normativo.

Então, a partir desse terreno teórico-crítico, este estudo debruça-se sobre postagens de mulheres gordas brasileiras, feitas na rede social *Instagram*, nas quais se possa verificar práticas de si, tal qual discutiu Michel Foucault em sua robusta produção filosófica. Nos enunciados mencionados, os sujeitos buscam deslocar as forças que intentam submeter seus corpos a padrões

2. O Índice de Massa Corporal (IMC) é um padrão internacional de cálculo peso – altura dos indivíduos estipulado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). O IMC propõe que indivíduos em que o cálculo $\text{peso} \times \text{altura}^2$ dê valores acima de 24,9 estão em sobrepeso, produzindo uma métrica de saudabilidade internacional para corpos gordos, obesos, magros e as suas variações. O ideal proposto pela OMS normatiza os corpos por meio de saberes matemáticos, fisiológicos e de estética.

estéticos aliançados a discursos do universo da medicina e da estética. O corpo gordo, neste caso específico da mulher, é alvo de uma série de investidas por parte dos saberes da medicina, da estética e, em muitos casos, da mídia digital, que incidem na tentativa de normatizar e normalizar os corpos pelo ideário estético da magreza.

Por isso, nosso objetivo principal é investigar quais práticas de si são operadas na constituição de discursos sobre o corpo gordo de mulheres brasileiras no Instagram. A questão que nos orienta é, pois, como constituem a si essas mesmas mulheres gordas que enunciam sobre seus corpos gordos na rede social *Instagram*? Para realizar tal pesquisa, nos aliamos aos estudos discursivos foucaultianos, especialmente para tratar sobre a ética do sujeito na atualidade e as redes de saber e poder que se afixam no estreitamento entre o indivíduo e seus processos identitários, os quais passam, peremptoriamente, em nosso presente pelo, corpo enquanto totem da subjetividade.

Ainda, buscamos lampear problematizações a partir do escopo teórico das críticas feministas ao corpo e aos discursos que se digladiam por normatizar e normalizar os sujeitos mulheres em arquétipos estéticos, performáticos e subjetivos – dentre os quais a magreza ou a gordeza são importantes matizes de leitura da beleza e feminilidades destes corpos. Então, nossa investigação mescla o pressuposto arqueogenalógico com o amparo dos estudos feministas que dele bebem em certa medida.

Visto isso, a pesquisa é notadamente bibliográfica, no sentido de que lida com ampla leitura filosófica e de estudos discursivos para amparar o diagnóstico a que nos propomos; e qualitativa, pois trata de apreciar de maneira interpretativa e descritiva os enunciados sem observá-los na sua quantificação ou estruturação por si só. O conjunto de operações de análise são um entrever dos pesquisadores frente aos discursos, dando a estes o status

de objeto enredado na história, produzido em meio a disputas e jogos de verdade e modos de subjetivação dos sujeitos que se constituem a partir deles.

Metodologicamente, os enunciados foram coletados através dos seguintes critérios: 1) o uso da hashtag #gorda no *Instagram* por mulheres: ao inserir essa hashtag na barra de pesquisa da rede social, pudemos nos deparar com milhões de postagens que possuíam esse termo em sua materialidade verbal. Ocorreu, então, um segundo procedimento de seleção: 2) a escolha de perfis pessoais: para nossa pesquisa, não interessavam enunciados produzidos por páginas de grande alcance ou celebridades da internet. O foco foi coletar enunciados em perfis de mulheres anônimas, com menos de cinco mil seguidores e pouquíssimo engajamento.

O terceiro recorte seria 3) relatos de si: as postagens dessas mulheres precisavam ser sobre si mesmas, isto é, não poderiam ser enunciados falando de experiências de outrem ou elucubrações gerais. O recorte final de seleção era que houvesse uma escrita de si, um trabalho flagrante do sujeito mulher sobre si mesma por meio daquela postagem. A partir desses recortes, pudemos selecionar três materialidades discursivas a serem analisadas. Importa informar que as imagens das mulheres na rede social *Instagram* foram suprimidas, mas seus identificadores (IG) não, e analisaremos tão somente a materialidade verbal dos enunciados.

O processo de construção de nossa problematização não separará tópicos teóricos de analíticos, visto que o modo de operacionalizar nosso exame é arqueogenealógico: há que se ver o enunciado em sua singularidade e a rede de sua aparição atual. O jogo analítico é tanto descritivo quanto problematizador, o que nos impede de incorrer numa separação de teoria e análise.

Notas sobre biopolítica: “não faço apologia à obesidade, faço apologia à felicidade”

Uma das mais prementes discussões do rol foucaultiano é a que se debruça sobre o biopoder e as estratégias biopolíticas. Tal temática aparece no que chamamos de genealogia do poder de Michel Foucault, cujos lampejos datam de meados dos anos 60 e 70 do século XX. Inicialmente, a problemática que se colocou foi a questão do trânsito paulatino do corpo enquanto item biológico para objeto anátomo-político. Esse trânsito, conforme Foucault (2010a), deu-se no entremeio de transformações radicais de nossa cultura, com o refino dos estratagemas disciplinares em prol da emergência do problema das populações como questão de estado e de poder. Um saber inteiramente voltado às questões do indivíduo agrupado, ou agrupamento de seres vivos, é a base para se pensar o biopoder e as biopolíticas.

Ocorre que o biopoder faz irromper uma preocupação estatal que ganha, em nossa atualidade, contornos cada vez mais refinados: a saúde dos indivíduos. As questões relativas à saudabilidade dos corpos, sequenciados e apartados em populações, formam o que nos atrevemos a chamar dispositivo. O dispositivo da saúde é um conglomerado formado, tal qual nos elucidam as proposições de Deleuze (1996), por linhas de enunciabilidade/dizibilidade (as condições de que se possa dizer o que se diz), visibilidade (condições de aparição de um determinado objeto dado a ver e ser visto dentro do dispositivo), subjetivação/objetivação (as possibilidades de produzir sujeitos e de que sujeitos possam se produzir a si mesmos) e força/fratura (as linhas de poder que conduzem as condutas dos sujeitos e as possibilidades de cindilas por meio de práticas de resistência).

Nesse sentido, pensamos o dispositivo da saúde como arquetipicamente produtivo daquilo que pode ser enunciado e visto dentro dos seus contornos, isto é, aquilo que se pode dizer sobre a saúde dos corpos, bem como quais desses corpos serão alvos de visibilidades específicas – quer seja para normatizar e normalizar, quer seja para promover exercícios de resistência a esses ditames. O dispositivo também é o terreno de aparição de modos de ser, de produção de saberes e sujeições. Nesse sentido, dentro do dispositivo de saudabilidade, indivíduos são conduzidos a práticas de si por meio de saberes que os capturam e enredam. Esses saberes objetivam os corpos tornando-os alvos de processos de verificação da saúde, de forças estatísticas e probabilidades. Por outro lado, o dispositivo faz emergir modos de ser dos sujeitos que, amparados pelas forças de normatização, normalização e fratura, operam sobre si mesmos exercícios de escrita de uma ética de si calcada nos duelos propostos pelas forças do dispositivo. Importa esclarecer que o dispositivo não está formado tão somente pelos itens discursivos, como documentos, enunciados, escrituras, mas é fincado no não-discursivo das arquiteturas, das manifestações imagéticas e também nas operações materiais de nossa cultura.

Para pensar isso, abaixo trazemos uma materialidade discursiva recolhida do site *BebêMamãe*, do ano de 2020, em que a influenciadora digital Thais Carla aparece nua, apenas com pinturas corporais parecidas com as feitas nos corpos das dançarinas e modelos que performam o *Globeleza* da rede Globo de televisão durante o carnaval.

A influenciadora Thais Carla surgiu na mídia brasileira no ano de 2008 como dançarina do Programa *Legendários*, apresentado por Marcos Mion na Rede Record de Televisão. À época, causou profundo alvoroço nas redes sociais e televisão por ser uma mulher obesa que demonstrava aptidão às acrobacias da dança. Seu

Figura 3: Thais Carla surge de Globeleza aos oito meses de gravidez



Fonte: Site *BebeMamãe* (2020)

corpo, imaginado socialmente como incapaz de dançar e realizar ginástica, destoou da expectativa e cindiu aquele modo de objetivá-la. Nessa superfície, emerge o sujeito e o que se diz do corpo, o corpo que se dá a ver, os modos de produzir a si mesma e também as rupturas e intencionalidades de normatização.

O dispositivo da saúde, desde 2008, visa capturar o corpo de Thais Carla não pela sua individualidade, mas por sua potência de ser um sujeito numa população. A partir de sua aparição, infinitas enunciabilidades foram operadas, descrevendo-a, categorizando-a, buscando produzir sobre ela uma verdade. Não uma verdade sobre *Thais*, mas sobre *o corpo Thais*. As visibilidades se multiplicaram, ao ponto de ter ela se tornado influenciadora nas redes, tomando como pauta principal o autoamor, a aceitação e a defesa irrestrita de um modo de vida calcado no apelo ao corpo

gordo como forma de resistência. Na materialidade acima, vemos um corpo de uma mulher obesa que se dá à nudez para resistir ao ideário de que somente corpos magros podem ser vistos nus e ocupar a posição de Globeleza. No dispositivo da saúde, as chances de resistir e operar sobre si mesma a partir da inscrição de saberes voltados à fricção e fratura das normatividades são poucas, mas existem, e o sujeito visível, enunciado, objetivado e resistente do enunciado acima se subjetiva por meio da aparição e da escrita de si nas redes sociais como simulacro das possibilidades do autoamor frente às investidas das forças biopolíticas sobre os corpos.

Passando, então, ao exame das materialidades selecionadas para este artigo – tomando como parâmetro o que discutimos na materialidade anterior – temos o *Enunciado 1*, publicado 12 de fevereiro de 2022. Operaremos a análise do que foi escrito pelo sujeito e também das hashtags utilizadas, tomando-as como marcadores de pertencimento e engajamento das redes sociais:

Figura 4: Enunciado 1: *printscreen* perfil pessoal no Instagram

totoza_unica Gorda Sim, bem resolvida também, não faço apologia a obesidade, faço apologia a felicidade independente do seu biotipo. Pq ser gorda não te impede de nada muito menos de ser feliz!
Chega de ficar se escondendo nas sombras porque o Sol nasceu para todos!

Ame seu corpo

#chegadegordofobia #gordabemresolvida
#sougordinhasim #plussize #plussizefashion #plus
#gordinhas #gordinha #modelagem #modelplussize
#plusmodels #bbw #ssbbw #bbwaddic #amorlivre
#orgulho #pridelove #mulherãodaporra
#empoderamento #empoderamentofeminino
#bodypositive #corpolivre #mulhergorda #curva
#mulhergrande

12 de fevereiro de 2022 • [Ver tradução](#)

Fonte: Instagram (2022)

É flagrante que o enunciado ressoa diferentes discursos, dentre os quais podemos destacar: i) o discurso da autoestima: “Gorda sim, bem resolvida também”; “Pq ser gorda não te impede de nada muito menos ser feliz!”; “Ame seu corpo”; ii) discursos do âmbito da saúde: “não faço apologia à obesidade, faço apologia a felicidade independente do seu biotipo”; iii) discursos de resistência às opressões estéticas: “Chega de ficar se escondendo nas sombras porque o Sol nasceu para todos!”; “Ame seu corpo”. Ao discutir sobre a historicidade do corpo feminino, Perrot (2019) traz considerações que aqui nos são preciosas: i) o corpo das mulheres foi massivamente associado à docilidade ou a uma espécie de angelicalidade necessária ao bom comportamento social, logo, esse corpo não pertencia ao sujeito em si, mas aos parâmetros sociais que intentavam docilizá-lo e discipliná-lo; ii) esse processo de tomada do corpo feminino configura um *roubo* que é, a nosso ver, também subjetivo. Assim, o sujeito que enuncia palavras de autoestima sobre o corpo e demarca condições emocionais para que esse processo seja visível aos demais (*‘bem resolvida’/ o Sol nasceu para todos!*) produz a si mesmo como autogestor. Há, assim, uma cisão das forças normatizadoras e o roubo deste corpo e dessa subjetividade perde forças.

É flagrante a regularidade entre o que o sujeito enuncia na escrita de si e os processos discursivos que empreende nas hashtags, tais como #chegadegordofobia #empoderamento #sougordinhasim #gordabemresolvida, as quais ilustram processos de subjetivação aliançados ao *bodypositive*. Esse movimento, surgido no final da década de 90 nos Estados Unidos,

[...] tem o objetivo de promover a autoaceitação e equidade de todos os tipos de corpos, independentemente de tamanho, peso, cor, marcas ou limitações. Isso tudo através da aceitação, da recuperação da beleza natural, e da mudança de percepção das características atribuídas à feiura

pela sociedade. O movimento surgiu a partir das questões levantadas sobre beleza, aceitação corporal e autoestima (Martins, 2021, p. 12).

Podemos, então, inferir que as possibilidades de subjetivar-se pela resistência aos ditames da beleza e as normatizações biopolíticas são flagrantes na escrita de si do sujeito no Enunciado 1. Aos voltarmos nosso olhar para o Enunciado 2, é preciso que nos amparemos numa definição mais acurada do que é biopoder e biopolítica. O quadro abaixo intenta essa didatização porque está organizado em quatro eixos da exposição sobre biopolítica, pensando-a na esteira foucaultiana. Importa esclarecer que o poder para Foucault (2010a) existe e se exerce no nível da estratégia, do crivo bélico das relações, nos espasmos de forças que se coadunam e coorientam em prol de efeitos de condução de condutas. Os meios e os modos de exercício do biopoder vão deslizando nas superfícies da nossa atualidade produzindo corpos e subjetividades governáveis e (auto)governantes, daí que pensar em biopolítica é pensar, por associação, em governamentalidades possíveis dentro do dispositivo da saúde:

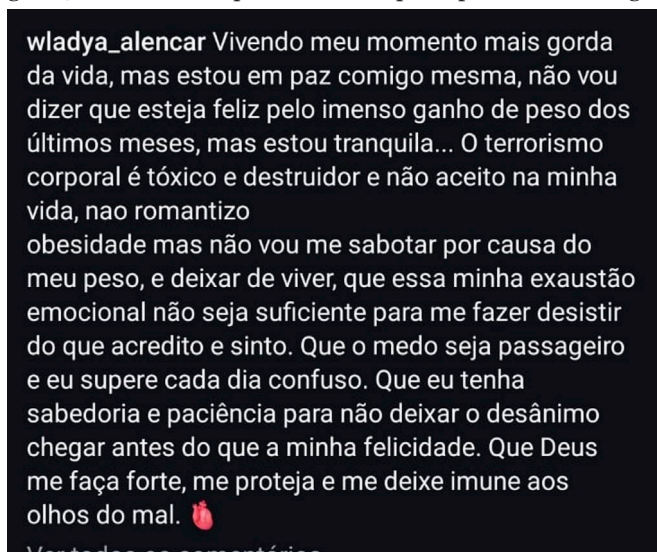
Quadro 1: O biopoder e as estratégias biopolíticas

O alvo	O objetivo	Os meios	Os efeitos
O corpo dos indivíduos – o corpo biológico	Produzir saudabilidade individual	Campanhas de saúde advindas das instituições de seguridade social (higienistas, demográficas, ambientais etc.) / uso de mídias digitais ou analógicas, impressas, audiovisuais.	Constituição de subjetividades fincadas no cuidado com o corpo e com a saúde para a garantia de vida longa e saudável / Condução das condutas individuais dos sujeitos
O corpo dos indivíduos em um grupo organizado segundo critérios de semelhança física, de gênero, etária, regional/ ambiental.	Produzir saudabilidade grupal/ populacional e preservar as dinâmicas biológicas da espécie	Campanhas de saúde advindas das instituições de seguridade social (higienistas, demográficas, ambientais etc.) / uso de mídias digitais ou analógicas, impressas, audiovisuais.	Constituição de subjetividades conduzíveis e conduzidas à operacionalização dos anseios da saudabilidade do grupo e preservação das relações corpo/mente/ saúde para manutenção da espécie/ Governo das condutas na modalidade populacional

Fonte: Autoria própria

O quadro demonstra, de maneira simplificada, pelo menos quatros esteiras dos estudos do biopoder e das estratégias biopolíticas, tomando como norte os seus alvos possíveis, os objetivos e pretensões das estratégias, os meios e ferramentas que tornam exequíveis os estratagemas biopolíticos, bem como os efeitos pretendidos. Nesse artigo, há que se ver nos enunciados analisados uma quinta camada: as possibilidades de resistência. Para isso, passamos ao Enunciado 2:

Figura 5: Enunciado 2: *printscreen* de perfil pessoal do Instagram



Fonte: Instagram (2025)

O sujeito inicia seu relato com “*Vivendo meu momento mais gorda da vida, MAS estou em paz comigo mesma*”. Linguisticamente, opera com jogos de oposição entre ser gorda e, no entanto, estar em paz marcados pela conjunção adversativa “mas”. O sujeito se subjetiva a partir de uma suposta quebra de expectativas entre o corpo gordo e a paz, a tranquilidade. Vê-se um jogo discursivo que põe a gordura corporal como item de perturbação em nossa sociedade, visto que é arquétipo do campo da saúde e, em uma sociedade biopolitizada, a saudabilidade do corpo é coeficiente da própria segurança da vida em sociedade. A obesidade, em nossa sociedade, é atravessada por estigmas diversos, dentre os quais acessibilidade e o bullying que expressa a gordofobia. Na acepção de Jimenez (2020, p.147), há em nossa sociedade um pavor recente (advindo do século XX) a engordar e:

Esse ódio e pavor é denominado de gordofobia. É uma discriminação que leva à exclusão social e, consequente-

mente, nega acessibilidade às pessoas gordas. Essa estigmatização é estrutural e cultural, transmitida em muitos e diversos espaços e contextos na sociedade contemporânea. O prejudgamento acontece por meio de desvalorização, humilhação, inferiorização, ofensa e restrição dos corpos gordos de modo geral.

Em prosseguimento à análise, no Enunciado 2 o sujeito age sobre si mesmo por meio de uma prática de resistência marcada por “*o terrorismo corporal é tóxico e destruidor e não aceito na minha vida, não romantizo obesidade mas não vou me sabotar por causa do meu peso*”. Saberes concorrem nessa prática de resistência, a saber, os que advêm da psicologia calcada no *bodypositive* (que engendra discursos em torno de uma aceitação ou atenuação das noções em torno de corpo gordo e adoecimento ou questões estéticas) e o que refere à “romantização da obesidade” em torno do qual emergem enunciados especializados que categorizam o *bodypositive* como prática nociva à saúde dos sujeitos porque desincentiva mudanças drásticas nas dietas e hábitos alimentares em prol de uma produção subjetiva da aceitação do corpo como modo de fazer a si mesmo gestor da própria autoestima.

Assim, há um empreendimento de governo de si que utiliza os discursos em prol do emagrecimento como tóxicos e nocivos e os relativos à autoaceitação como pertinentes. Contradiscursos que, a nosso ver, articulam uma rede intrincada de forças subjetivadoras que ora tensionam os saberes da saúde, ora os reforçam e refinam. Essas disputas de verdade em torno da saúde fazem parte das linhas de força e fratura que Deleuze (1996) menciona ao falar de dispositivos. Entendemos que tais linhas não são simplesmente destacáveis, pois é mais pertinente pensar o dispositivo como um novelo de fios profundamente entrecruzados que como uma colcha visível e retilínea de discursos. Seguindo nossa análise, temos abaixo o Enunciado 3:

Figura 6: Enunciado 3: *printscreen* de perfil pessoal do Instagram

osi.monteiro_oficial Meu objetivo hoje era esfregar na cara da sociedade que existe gorda feliz SIM! Que tem sonhos, objetivos, planos, que ri, que chora, que ama que é amada ... assim como qualquer pessoa!
Quero hoje INCENTIVAR outras meninas que não se encaixam no padrão imposto pela sociedade, por vestir um número Grande "Plus Size" a se amarem 💜
PERMITA -SE
AME-SE
Você pode se sentir linda por que você É!
Você pode se sentir Gostosa por que você É... você PODE ser feliz e se sentir bonita hoje com o corpo que tem hoje !

Fonte: Instagram (2023)

No enunciado é importante destacar os seguintes excertos: 1) “existe gorda feliz SIM!”; 2) “assim como qualquer pessoa!”; 3) “PERMITA-SE AME-SE” 4) “Você pode se sentir linda por que você É! Você pode se sentir Gostosa por que você É... você PODE ser feliz e se sentir bonita hoje com o corpo que tem hoje!”. Ao analisarmos os excertos do enunciado separadamente é possível flagrar em 1) um exercício de si baseado no uso da própria experiência como referente geral e como ato destoante da normatividade. O sujeito pleiteia para si este lugar de cisão no ideário sobre corpos gordos, qual seja, de que mulheres gordas são reiteradas vezes infelizes. A quebra que o sujeito promove, por meio do empoderamento de sua individualidade, enreda-se no saber de toda uma comunidade de corpos organizados na população de mulheres gordas que, agora, tem um referente para resistir aos ditames da infelicidade previamente associada ao peso. Importa notar que esse discurso de resistência se faz ver também no âmbito da população gorda, visto que movimentos grupais de autoafirmação e celebração da própria experiência corpórea, es-

tética e subjetiva surgem no Brasil, tais como o Movimento Gorda, São Paulo sem Gordofobia, dentre outros.

Em seguida, em 2) o sujeito inicia um procedimento subjetivo baseado na própria experiência de si: o governo dos outros. O uso de sentenças imperativas com grafia em letras maiúsculas simula uma exortação às mulheres gordas que verão a postagem, chamamento este voltado ao governo das condutas. Ao pensarmos essa possibilidade governamental, recorreremos ao que Foucault (2010b) nos fala sobre a hermenêutica do sujeito: é possível entrever que os processos subjetivos e subjetivantes entrecruzam-se visto que desde a Grécia Antiga a temperança, o autocontrole, o governo de si é peremptório ao governo dos outros. Um sujeito que consegue produzir a si mesmo em regimes de autogestão refinados consegue e deve ser simulacro do que os demais devem ser. A condução de si, no caso de nossa análise, está na aparição de modos de ser muito fincados na autoestima e na superação da norma biopolitizante do corpo magro. Esse exercício produz uma conduta serena ante as investidas normatizantes dos saberes médicos e, por isso, funciona como norte aos demais sujeitos gordos que não se aliam aos processos de constrangimento de seus corpos antes os ditames estéticos vigentes.

É perceptível que esse enunciado possui efeitos de sentido advindos dos saberes da psicologia, essencialmente daquela voltada à produção de condutas de autoestima baseadas na positividade e autoapreciação. Os verbos permitir e amar circulam e produzem sentidos voltados ao campo subjetivo dos sujeitos, dos sentimentos e emoções. Logo, o processo de condução das condutas empreendido por meio desse enunciado é notadamente emotizante, pois visa acessar à estrutura emocional do sujeito e produzir efeitos de adesão ao discurso *bodypositive*.

Nos excertos 3) e 4) ressoam efeitos de sentido do campo do coaching. Tomamos Ruiz (2019) e sua pesquisa sobre narrativas

de autoaceitação na internet como norte dessa nossa consideração. A pesquisadora com quem ponderemos investiga em que medida discursos, assim matizados na esfera coaching, podem produzir efeitos nocivos aos sujeitos gordos. Ao vermos nos excertos 3) e 4) o uso de imperativos e de sentenças categóricas tais como “AME-SE” e “você PODE ser feliz”, argumentamos que é inescapável perceber um sujeito intentando conduzir outros sujeitos por meio da emotização da experiência da autoestima.

Ao pensarmos as considerações de Foucault (2004) sobre as práticas divisoras e os modos de constituir-se do sujeito, inferimos que essas estão fincadas em um poder positivo e não naquilo que se tem em termos de violência, coerção ou repressão, mas de produtividade, estratégia e, enfim, governo. Governo das condutas, como disse o filósofo francês: produzimo-nos em relações multilaterais de poder, pois, ao passo que nos produzimos no enredamento de diversos saberes e poderes que nos capturam, intentamos agir sobre as possibilidades de ação dos demais sujeitos com vistas a conduzi-los, como a nós, também.

Nos excertos que analisamos, há que se ver a regularidade da psicologia como matriz de saber orientando as práticas do sujeito sobre si e sobre os demais. Há nessa dispersão de discursos a potência de se flagrar linguajar comum, quase uma gramática de autoestima que flerta com discursos coachings. Os modos de aparição de discursos *bodyposite* obedecem, ao nosso ver, uma regularidade: os corpos tidos como fora da norma, anormais, formam um conjunto de sujeitos – população – que precisam ser conduzidos à uma proatividade (do corpo e dos sentimentos). O biopoder se exerce também no nível da autoestima, da percepção estética de si. O controle das emoções é também do feitio biopolítico e por isso as ações normatizadoras e normalizadoras se não fincam seus fios no biológico, o fazem na subjetividade por meio de discursos de autoestima.

Considerações finais

Neste estudo, buscamos examinar os modos de subjetivação de mulheres gordas em perfis pessoais do *Instagram*. Esse exame pretendeu flagrar as relações de saber e poder que se embrenham na constituição de sujeitos na internet e das narrativas/escritas de si ali presentes. Para tal, nos apoiamos na arqueogenealogia de Michel Foucault e nas suas discussões sobre sujeito, biopoder e biopolítica e estratégias de resistência. Ao averiguar-mos três materialidades discursivas retiradas de perfis pessoais no *Instagram*, selecionadas por critérios temáticos outrora apresentados, pudemos notar que os sujeitos constituem-se a partir dos discursos de autoestima, *bodypositive* e de estratégias de condução da própria conduta e dos demais.

Manifestam-se estratégias de resistência que têm por meio palavras de autoajuda, geralmente no modo imperativo dos verbos com tom de exortação, e elogios que deslizam entre o si e o outrem. Os efeitos dessas estratégias visam alcançar a conduta dos sujeitos mulheres gordas por meio da autoaceitação e pertencimento à comunidade que, atualmente, existe em associação à emergência de grupos contra gordofobia e com foco em outras pautas de gênero, sexualidade e raça. São flagrantes, então, que os sujeitos analisados nos enunciados e suas narrativas de si farolam na internet como âncoras de autoestima para demais sujeitos que sofrem as investidas normatizantes da sociedade biopolitizada.

Referências

BRAGA, M. Z. Gorda para sempre: meu corpo não existe para ser diminuído. **Site Medium**. 27 de outubro de 2017. Disponível em: <https://medium.com/fale-com-elas-e-sobre-elas/gorda-para-sempre-898e1ead331e> Acesso em 23. Mar, 2026.

- DELEUZE, G. **O mistério de Ariana**. Lisboa: Veja – Passagens, 1996.
- FOUCAULT, M. **O nascimento da biopolítica**. Lisboa: Edições 70, 2010a.
- FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2010b.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 231-249.
- JIMENEZ, M.L.J. Gordofobia: injustiça epistemológica sobre corpos gordos. **Epistemologias do Sul**. v.4; n.1; p-144-161, 2020. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2643/2534> Acesso em: 10.abr, 2025.
- MARTINS, V.M.P. Body Positive como ferramenta estratégica: uma análise da utilização do movimento para a construção do self da marca. **Dissertação de Mestrado** – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. - 2021. 134.p.
- PERROT, M. **Minha História das Mulheres**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2019.
- RUIZ, J.E. “Comece a se amar em 31 dias”: A narrativa testemunhal sobre gordofobia e o discurso de autoestima nos vídeos do canal “Alexandrismos”. Rio de Janeiro, 2019. **Monografia** (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo), Escola de Comunicação – ECO – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.
- STUPIELLO, B. Thais Carla surge de Globeleza aos oito meses de gravidez. **Site bebemamãe**. Disponível em: <https://bebemamae.com/mamae/thais-carla-surge-de-globeleza-aos-oito-meses-de-gravidez/> Acesso em: 20.jul.2025

10

Audiovisual, memória e território: A cartografia do projeto TV de Rua em Meruoca, Ceará

José Augustiano Xavier dos Santos¹

Liliane Luz Alves²

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo observar os modos como o território de Meruoca, no Ceará, constitui-se como objeto de saber-poder e de visibilidade a partir das práticas discursivas mobilizadas nas produções audiovisuais realizadas pelo Instituto Tapuia de Cidadania, Cultura, Meio Ambiente e Turismo. Para isso, compreendemos o território não apenas como delimitação geográfica, mas como construção social, simbólica e política: estruturado por memórias, relações de força e formas de resistência. Assim, centrado na Serra da Meruoca, situado a 260 quilômetros da capital de Fortaleza, a cidade de Meruoca faz parte da região metropolitana de Sobral, e é conhecida por sua diversidade cultural, historiográfica e ambiental. A cidade também constitui um

1. Doutor em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC).

2. Doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PRO-LING) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

microcosmo excepcional para o exame das tensões e articulações entre às formações discursivas e a contemporaneidade, sobretudo sob os dispositivos da comunicação e produção audiovisual.

Nesse contexto, partindo da compreensão de que Meruoca, no Ceará, é considerada uma cidade rural, embora tenha uma população de aproximadamente 15.157 habitantes, sua localização na zona fisiográfica do Sertão Centro-norte do Estado e a predominância de atividades ligadas ao campo a caracterizam como um município com forte aspecto rural, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) e o estudo do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Meruoca está situada em uma região semiárida e possui características típicas de cidades do interior, com destaque para a agricultura e a pecuária, além disso, a própria origem do nome, que significa “morada das moscas” em tupi, pode remeter a um ambiente mais natural e menos urbanizado, torna-se relevante refletirmos sobre essa relação entre campo e cidade, para avançarmos nos objetivos da pesquisa.

Assim, a região carrega práticas culturais enraizadas, como o reisado, manifestações religiosas, saberes artesanais e trabalho comunitário, que vêm articulando com aspectos de desenvolvimento econômico e turismo ecológico e preservação do meio ambiente. Nas últimas décadas, Meruoca vem-se constituindo como um território onde a memória e a identidade se apresentam como eixos de lutas políticas por reconhecimento e valorização, sobretudo porque, como será visto mais adiante, essas comunidades locais reivindicam suas singularidades em um mundo que replica suas imagens conforme padrões de homogeneização oriundas do e para o contexto da globalização.

É nesse contexto que surge o Instituto Tapuia de Cidadania, Cultura, Meio Ambiente e Turismo. Criado em 2019, o Instituto realiza ações focadas em audiovisual, cultura e cidadania, como o Festival de Cinema de Meruoca (Cine Meru) e o projeto TV de

Rua, que envolvem a comunidade e promovem a economia criativa. O Instituto também apoia projetos de artesanato, como as Caretas da Mestra Nazaré, e seminários para empreendedores do audiovisual. O coletivo atua na valorização do patrimônio cultural e ambiental por meio de ferramentas contemporâneas de comunicação que possibilitam o mapeamento, registro e divulgação de práticas, narrativas e sujeitos da identidade local. Nesse quadro, a produção não é restrita e, assim, os produtos audiovisuais têm estratégias que vão além da documentação que medeia a ressignificação dos discursos em território e práticas culturais.

A investigação, portanto, se fundamenta em debates teóricos sobre espaço, saber-poder sociedade e territorialidade, estabelecendo diálogos com autores como Harvey (1992), Santos (2006), Simmel (1967) e Foucault (2008), que permitem compreender como relações de poder, dinâmicas sociais e processos históricos se materializam em narrativas sobre o lugar. Para tanto, realizamos uma cartografia das narrativas audiovisuais presentes nos documentários *Filhos da Terra* (2018), *Desafios do Empreendedorismo* (2023), *Raízes das Lavadeiras de São Gonçalo* (2023) e *Reisado do Distrito de Anil – Meruoca/CE* (2023).

Adotamos como abordagem metodológica a cartografia, compreendida como um modo de acompanhar processos e rastrear sentidos em construção, e não como mera descrição fixa de objetos (Deleuze; Guattari, 1995; Rolnik, 2006). A cartografia, aplicada aos estudos de comunicação e cultura, busca mapear fluxos, afetos, discursos e práticas que emergem nos territórios, articulando dimensões materiais e simbólicas.

O processo cartográfico envolveu três movimentos interdependentes: Imersão no campo – reconhecimento das narrativas audiovisuais, de seus contextos de produção e das territorialidades representadas; Acompanhamento dos fluxos – observação de como memórias, identidades e práticas culturais se articulam

nos documentários, produzindo sentidos sobre Meruoca e seus sujeitos; Construção de mapas analíticos – sistematização dos registros e rastreamento dos sentidos emergentes, compreendendo as obras como territórios narrativos. O corpus da pesquisa foi constituído pelos documentários: *Filhos da Terra* (2018), *Desafios do Empreendedorismo* (2023), *Raízes das Lavadeiras de São Gonçalo* (2023) e *Reisado do Distrito de Anil – Meruoca/CE* (2023). Essa abordagem possibilitou compreender cada produção audiovisual como um “mapa vivo” (Rolnik, 2006), no qual práticas culturais, memórias e identidades se entrelaçam, reconfigurando o lugar e revelando processos de resistência, permanência e transformação cultural.

Em suma, o coletivo Tapuia tem utilizado as práticas comunicacionais vinculadas ao audiovisual para propor novos olhares sobre a memória e seus sujeitos, colaborando para a cultura local ao fomentar as práticas sociais historicamente estabelecidas. Nesse sentido, ao registrarem as experiências dos documentários, os realizadores não apenas documentam, mas ao mesmo tempo, também significam, reiterando a primazia da cultura sobre a construção da territorialidade. Portanto, Meruoca não é apenas o território de fundo, mas o sujeito de um processo no qual memória, identidade e resistência permeiam a construção de um espaço simbólico.

I Fundamentação teórica

I.1 Os sujeitos e as metrópoles

Trazemos uma reflexão sobre o comportamento que os sujeitos terão na metrópole, analisando como esse comportamento irá se materializar, buscando compreender também esse comportamento pela ótica psicológica (Simmel, 1967), que vai ser construída ao

longo da vida desses sujeitos na cidade. Ao fazer essa escolha, teremos um repertório robusto para refletirmos teoricamente os fenômenos em curso no Instituto Tapuia de Cidadania, Cultura, Meio Ambiente e Turismo. Aqui, também será trabalhada a perspectiva de comparação entre a vida urbana e a vida rural, com o objetivo de destacar suas perspectivas sobre a vida mental dos que moram na metrópole, como propõe Simmel (1967).

O contexto vivenciado durante o século XVII foi marcado pela especialização funcional do homem. Esse movimento, de acordo com Simmel (1967), chamado de especialização, vai marcar a dinâmica da vida na metrópole, alterando as relações sociais e o comportamento no mercado de trabalho, como aponta o autor. “O século XVIII conclamou o homem a que se libertasse de todas as dependências históricas quanto ao Estado e à religião, à moral e à economia. A natureza do homem, originalmente boa e comum a todos, devia desenvolver-se sem peias” (Simmel, 1967, p. 12).

Os sujeitos que estão na cidade ou na metrópole têm forte característica de pessoas individualistas e com forte traço de pessoas autônomas. Esses aspectos, segundo o autor, vão colaborar, de algum modo, nos seus pensamentos e reflexões. Por outro lado, Simmel (1967) ressalta que o homem rural vai se fixar nas camadas mais inconsistentes do seu pensamento. Ou seja, esses indivíduos terão uma vida marcada fortemente pelo sentimento e pela emoção. Para Simmel (1967), o sujeito metropolitano terá uma vida marcada cada vez mais por pontualidade, calculabilidade e exatidão.

Já em “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento urbano no meio urbano” de Robert Ezra Park (1967), teremos acesso às reflexões sobre o que seria a cidade. Dessa forma, torna-se fundamental pensar a chamada “Ecologia Humana” como forma de organizar as forças que perfazem a vida na comunidade urbana. De acordo com Robert Ezra Park (1967)

essas forças vão se reconhecendo e se agrupando por meio das instituições, por exemplo. Esse aspecto, por sinal, nos faz observar essa dinâmica em curso na Meruoca, por meio das ações do Instituto Tapuia de Cidadania, Cultura, Meio Ambiente e Turismo. É possível, por exemplo, refletir sobre o quão esse espaço foi se moldando, se organizando ou reorganizado a partir dos agrupamentos ocorridos e vivenciados, ao longo do tempo. Para Park (1967), a cidade não vai ter só como perspectiva uma ideia geográfica, mas terá que ser pensada nessa perspectiva trazida pela “Ecologia Humana”. Mobilidade e concentração dos sujeitos são algumas questões importantes na reflexão da organização ecológica da metrópole, uma vez que serão esses fatores que irão moldar essas cidades. A cidade é compreendida como um lugar onde a organização econômica será percebida por meio das atividades de trabalho e suas divisões. Em Meruoca, por exemplo, organização econômica, tem forte relação com o turismo e a agricultura, conforme ressalta Soares (2012, p.75),

A economia de Meruoca tem base também no turismo de Serra, na agricultura de subsistência com cultivo de milho, feijão e na horticultura. O turismo é incipiente e pouco explorado, pois há pouca interferência do poder público na melhoria dos atrativos, a não ser por visitantes que buscam na Serra refúgio nos finais de semana e feriados. Há forte interferência de empresários que expandem negócios na Serra trazendo melhorias para Meruoca. Ainda assim, esses negócios são privados, há falta de parcerias entre o poder público e os empresários. O poder público pouco tem feito para que estes empreendimentos sejam complementares ao desenvolvimento e aproveitamento da atividade turística em Meruoca, a não ser os atrativos naturais como as pequenas cachoeiras e trilhas ecológicas existentes.

Buscando avançar na reflexão sobre como o direito à cidade e ao território podem ser observados nas atividades desenvolvi-

das pelo Instituto Tapuia de Cidadania, Cultura, Meio Ambiente e Turismo, como esse território é construído também por meio de seus habitantes, trazemos algumas questões relativas a esses aspectos, nos próximos tópicos.

1.2 O direito à cidade, o território e a territorialidade

Nesse tópico, buscaremos refletir brevemente sobre alguns aspectos presentes na discussão referente ao direito à cidade e os conceitos em torno do território e da territorialidade. Lefèbvre (2010), ao desenvolver uma crítica ao Estado, o aponta como principal agente responsável pela segregação social, por meio de um sistema que será imposto à sociedade. Assim, o autor destaca que o tecido urbano foi se alterando em um espaço marcado por diferenças de classes, onde muitos não possuem o direito de morar com dignidade.

Para Lefèbvre (2010), a cidade será um espaço marcado por diversas ações que ocorrem cotidianamente nela, por meio de seus habitantes. Dessa forma, nesse movimento de construção, criam-se signos, linguagens, agregam valores, o que vai tornando o espaço cada vez mais dinâmico, já que constroem redes urbanas por meio deste movimento. Será, nesse sentido, a partir do momento em que as cidades apresentarem crescimento populacional e desenvolvimento, por meio do avanço industrial, que surgirão diversos problemas sociais.

Mongin (2009) chama atenção para o crescimento desordenado das cidades e para a importante necessidade de se pensar ou refletir sobre a construção de uma Cultura Urbana dos limites. Nesse aspecto, irá destacar que a urbanização não terá relação com a cidade, e que a vivência de um território passa, inevitavelmente, por uma antropologia do próprio corpo, onde cada cidade e território têm o seu. Para Haesbert (2002), o território envolve,

ao mesmo tempo, a dimensão espacial concreta das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o imaginário geográfico que também move as relações.

Somos levados, mais uma vez, a buscar superar a dicotomia material/ideal, o território envolvendo, ao mesmo tempo, a dimensão espacial concreta das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o “imaginário geográfico” que também move essas relações (Haesbert, 2002, p. 46).

De acordo com o autor, dependendo de bases tecnológicas dos grupos sociais, sua territorialidade ainda pode ser carregada de marcas profundas de uma ligação com a terra, no sentido físico do termo. Há certa desterritorialização natural da sociedade – na medida em que fenômenos naturais como vulcanismo e terremotos são responsáveis por mudanças radicais na organização de muitos territórios. Efeitos da desterritorialização são muitas variáveis de acordo com as condições sociais e tecnológicas das sociedades.

Nesses contextos, encontramos uma variedade de espaços apropriados: casas de campo, vilarejos, praças, monumentos e ruas, entre outros. Ainda assim, entender como, por quem e para quem esses espaços foram apropriados não é uma tarefa fácil. A apropriação desses locais ocorria de forma orgânica e diversificada, refletindo as complexas relações sociais e culturais da época.

Henri Lefebvre (1999b) menciona a sociedade urbana ou pós-industrial como um novo jeito de viver que começa a se formar nos primórdios da história da sociedade moderna. Ainda assim, antes de apontar o momento em que esse processo começa a surgir na linha do tempo, é fundamental compreender o contexto e as transformações que impulsionaram essa mudança.

Lefebvre (2000) destaca que, entre os séculos XV e XVI, ocorre uma mudança significativa: a terra rural começa a dar lugar

à riqueza móvel, simbolizada pelo capital e pelo dinheiro, que se torna a lógica predominante. Esse fenômeno reflete o crescente impulso de urbanização na sociedade. Contudo, não existe uma data específica que registre essa transformação, pois é um processo que se inicia e se desenvolve de maneira gradual. Essa mudança altera, aos poucos, o modo de produção e a organização da sociedade pré-capitalista que existia. Já os espaços rurais, como estrutura espacial e sistema de relações, não desapareceu. Ainda assim, na contemporaneidade, está fortemente relacionado pela lógica urbana. Embora ainda mantenha diversas dinâmicas próprias e distintas, essas estão, em grande parte, sujeitas às imposições e condicionamentos que vêm da urbanização. Essa interação constante entre o rural e o urbano cria um cenário onde as características tradicionais do campo são continuamente moldadas pelas expressões da vida urbana.

Para Lefebvre (1978), o crescimento da urbanização e a lógica que o acompanha não significam a eliminação total das formas anteriores de organização. Na verdade, esse crescimento leva à reconfiguração dessas formas, resultando em uma transformação. É um processo que combina o abandono de certos valores com a continuidade e a reprodução de muitos outros, criando uma mistura de resistência e submissão. Michel Foucault, em seu livro: *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1977-1978), lançado em 2008, fala que “a cidade é o espaço onde o saber e o poder se entrelaçam, portanto o espaço torna a cidade mais segura e controlada, influenciando as dinâmicas sociais que existem nela”.

Ao reconhecer a relevância das contribuições do espaço rural, temos a possibilidade de enriquecer o debate sobre o desenvolvimento social e econômico, promovendo uma integração mais harmoniosa entre o rural e o urbano. Assim, podemos sonhar com um futuro onde as diferenças entre esses espaços sejam

menos marcantes e mais complementares, beneficiando toda a sociedade. Nesse contexto, podemos observar, por meio de uma significativa apropriação do território, que os sujeitos inseridos no Município de Meruoca, a partir da construção de elos e vínculos - alimentados pelos desafios e possibilidades, são a representação desta perspectiva de Haesbert (2002), sobre o território, uma vez que se nota, essa reprodução dos grupos sociais, vinculado às relações sociais.

Esse aspecto pode ser observado por meio das produções audiovisuais, desenvolvidas pelo Instituto Tapuia de Cidadania, Cultura, Meio Ambiente e Turismo, por meio do projeto TV de Rua. Assim, é possível observar o uso das imagens e representações que irão, de algum modo, nos permitir refletir sobre essas relações sociais que permeiam o território. O uso dessas possibilidades comunicacionais tem colaborado para que seja projetado diversas lutas e bandeiras de coletivos, além de reforçar as relações dos sujeitos com seus territórios. O avanço tecnológico, por exemplo, trouxe maior possibilidade de produção e reprodução desses olhares, pois avançar teoricamente sobre esses aspectos é a proposta do próximo tópico, uma vez que nos ajudarão nesse processo de reflexão sobre as produções audiovisuais do projeto TV de Rua, realizado pelo Instituto Tapuia de Cidadania, Cultura, Meio Ambiente e Turismo.

1.3 Imagens, representações e imaginários

Conforme destacamos mais acima, diante dos fenômenos comunicacionais, em curso no Município de Meruoca, conduzidos pelo Instituto Tapuia de Cidadania, Cultura, Meio Ambiente e Turismo, torna-se relevante avançarmos sobre as representações, os modos de produção e a busca por representações e imaginários. De acordo com Ferrara (2015), na contemporaneidade,

marcada por uma profunda realidade tecnológica, irão ocorrer variações múltiplas de percepções que irão se misturar com diversos dispositivos tecnológicos, a fim de reduzirem a comunicação em processos tecnológicos da informação.

Em alguma medida, segundo Ferrara (2015), esse processo acaba por banalizar o território, por não aprofundar certezas e ufanismos comunistas, que colaboram para insegurança nas possíveis relações sociais provenientes da sociedade da comunicação. Contudo, reforça que serão essas tecnologias que apresentem grande potencial cultural e cognitivo de diversas dimensões que vão colocar em cena os processos de tradução que interligam as distinções entre mediações e interatividade, e que colabora para se rever a diminuição do comunicar à mediação organizada para eficiência do meio técnico.

Para Canclini (2014), na sociedade da informação, há uma proposta de criação das cidades do conhecimento. Essas cidades serão impulsionadas, cada vez mais, pelo processo de renovação digital e da informação, onde todos os processos da vida em sociedade terão que passar por trabalhos de inteligência. Essas cidades são desenvolvidas, de acordo com o autor, para assegurar um modelo econômico voltado para o conhecimento científico, tecnológico avançado de informação e em uma estreita interconexão global.

Segundo Santos (2006), a cidade se revela como um objeto heterogêneo e inacabado, algo que está sempre em processo de mutação e transformação. Assim, sujeitos a diversos impactos culturais, presentes nas sociedades, esses espaços vão assumindo diferentes características, frutos de conflitos, disputa de poder e das necessidades socioculturais. A cidade é, desse modo, vista por Santos (2006) como lugar de mediação de lutas entre sujeitos que sistematicamente travam disputas por seus espaços. De acordo com Yi-Fu Tuan (1977), pensar o lugar enquanto conceito

está ligado, dentre várias definições, à perspectiva de se pensar em um espaço ou objeto estável que, de algum modo, vai chamar a atenção dos sujeitos que tiverem contatos com o mesmo. Esse contato, de acordo com a leitura, pode ter diversas nuances, como por exemplo, o tempo de observação pode ser um fator que contribua ou impeça de ver as questões participares.

A partir dos achados de Foucault (2008), diversos espaços e lugares não possuem sentidos fixos ou naturais; ao contrário, são atravessados por discursos que produzem e organizam os modos pelos quais são percebidos e experienciados. Esses significados não são apenas individuais ou emocionais, mas resultam de relações de poder-saber que definem quais percepções ganham legitimidade em determinados contextos históricos e sociais. Nesse aspecto, Yi-Fu Tuan (1977) ressalta a visibilidade íntima como uma das funções que marcaram a arte literária e, porque não dizer, os lugares. Assim, as esculturas, por exemplo, podem construir ou formular diversas sensações de um lugar apenas pela sua presença física nesse espaço.

Os bairros urbanos não são compreendidos ou vistos pela população, que os reside, como espaço marcado por características físicas, sociais e econômicas bem consolidadas. Mesmo sendo assim conceituados por urbanistas, os sujeitos integrantes desse contexto, desse lugar, constroem relações mais íntimas com esse processo. Dessa forma, o conceito vai ser marcado pelas experiências construídas. Contudo, não tem uma relação tão marcada com essas questões.

A unidade maior, o bairro, é um conceito. O sentimento que se tem pela esquina da rua local não se expande automaticamente com o passar do tempo até todo o bairro. O conceito depende da experiência, porém não é uma consequência inevitável da experiência (Yi-Fu Tuan, 1977, p. 189).

A cidade é um lugar, um lugar que precisa ser compreendido também como um centro de significados. Essa deveria ser a questão fundamental no processo de discussão e compreensão sobre a cidade. Neste lugar, há diversos símbolos, a cidade é um grande símbolo, e os sujeitos estão inseridos nesse processo que permeia essa construção simbólica.

2 Resistências e “novos” paradigmas urbanos

O começo do século XXI mostrou-se um momento marcado pelo surgimento de profundas reflexões teóricas relativas às significativas transformações sociais, culturais e econômicas, acompanhadas e sentidas por todo o mundo. Segundo Seldin (2015), será a partir do final dos anos 1980 que as ciências sociais das mais diferentes áreas irão se dedicar sobre uma possível crise dos tempos, oriunda de diversos novos comportamentos e tendências globais e que já direcionava para, dentre outros aspectos, o encurtamento das distâncias, a ruptura das fronteiras e o declínio das ideias modernas de “Estado-Nação”.

Para Leite e La Rocca (2010), observa-se uma nova perspectiva de se pensar, construir e vivenciar a cidade, marcada, por exemplo, por outras maneiras de se compreender a arquitetura como processo simbólico, por meio das práticas de vivenciar os lugares, pelo modo como serão combinadas as dinâmicas socioespaciais e sua relação com o avanço das tecnologias da comunicação e informação. Acreditam que a apropriação das tecnologias da informação e comunicação pelos sujeitos sociais, corroborou para o processo de redefinição dos lugares.

Diante destas questões, podemos considerar que se por um lado muitos vão compreender, e ter acesso, às diversas possibilidades de produção e reprodução, para outros estão atravessados por outras questões que vão além de um olhar teórico, uma vez

que há um intenso desejo de insistir em existir. O movimento em curso no território da Meruoca nos instiga a refletir sobre aquele território e quais relações sociais estão sendo travadas ali, e como os processos comunicacionais serão ou não, importantes aliadas nesse processo. Compreender melhor como as políticas culturais estão colaborando para esse movimento, é um caminho necessário.

3 Resultados e discussão: o território de Meruoca nas produções audiovisuais

Neste tópico, examinamos as produções audiovisuais vinculadas ao projeto TV de Rua, compreendendo-as como dispositivos de construção territorial. A análise privilegia os modos pelos quais as obras articulam memória, identidade e pertencimento, evidenciando processos de produção simbólica do espaço. Sob uma perspectiva cartográfica (Deleuze; Guattari, 1995; Rolnik, 2006), os documentários são tratados como territórios narrativos em que materialidade e experiência se entrelaçam, revelando dinâmicas de visibilidade, resistência e reconfiguração do lugar. Esta abordagem dialoga com Harvey (1992), ao reconhecer que o espaço é um produto histórico e social, constantemente reformulado através das relações de poder e modos de apropriação da vida. Nessa gramática, a perspectiva cartográfica mostra que o audiovisual não apenas dá algumas pistas sobre as realidades, mas, inclusive, produz territorialidades, articulando memórias coletivas, identidades locais e formas de resistência cultural.

Nosso percurso cartográfico buscou olhar: a) como o território de Meruoca é narrado e representado pelas obras, b) como os sujeitos locais emergem enquanto protagonistas que reconfiguram seus papéis sociais e políticos e c) quais práticas discursivas e estéticas transparecem as resistências, permanências e transfor-

mações culturais. Essa escolha metodológica proporciona conhecer os documentários enquanto não há registros em neutro.

Essa escolha metodológica possibilita a cartografia dos documentários, não como testemunhos neutros, mas sim como “mapas vivos” (Rolnik, 2006), favorecendo ambientes tensionais nas relações de saber-poder, ampliação de vozes historicamente marginalizadas e reconfigurações nas formas de ver e habitar no espaço. Ao problematizarmos a cartografia, tomamos o território como um “espaço vivido” (Santos, 1996), onde a materialidade e o simbólico se entrelaçam na produção das identidades e na apropriação coletiva do espaço. Nos documentários analisados, ela se realiza sob diferentes modos concretos: em *Filhos da Terra* (2018), realça-se a memória coletiva das lutas políticas e sociais da comunidade de Santo Elias. As narrativas audiovisuais tecidas ao redor dos relatos dos moradores compõem um “espaço de resistência” (Harvey, 1992), onde passado e presente dialogam em estímulos na produção de um pertencimento e mobilizações comunitárias. *Desafios do Empreendedorismo* (2023) mostra o território como espaço produtivo e relacional, na qual o protagonismo feminino, marcado por um perfil empreendedor, converte adversidades cotidianas em estratégias de inovação social, revelando, assim, práticas que tensionam desigualdades estruturais e apontam novas territorialidades, junto à ideia de Simmel (1967) na qual as interações sociais são forças criadoras de formas espaciais.

Em *Raízes das Lavadeiras de São Gonçalo* (2023), a cartografia revela a íntima conexão entre trabalho, memória e espiritualidade. O território aparece em uma cartografia que revela a íntima associação entre trabalho, memória e espiritualidade. O território aparece, então, como extensão do corpo feminino e da vida comunitária, com os rios e as paisagens naturais assumindo centralidade simbólica. A obra traduz, portanto, a ideia de espa-

ço enquanto “acontecimentalização”³, no qual o vivido e o material se entrelaçam, alinhando-se à concepção de Santos (1996) sobre o espaço como indissociável da prática social. As pesquisas de *Reisado do Distrito de Anil - Meruoca/CE* (2023) mapeiam a resistência cultural pela via da tradição popular do reisado, sendo a festa apresentada como prática viva de intercâmbio intergeracional, conformando o território como espaço ritual e de memória compartilhada. Esta dimensão simbólica e ritualística referida remete às reflexões de Foucault (2008) acerca do espaço como campo de disputa e de exercício do poder, mas também de criação de novas formas de subjetividade.

As análises revelam que os documentários do Instituto Tapuia desempenham o papel de dispositivos de visibilidade (Foucault, 2008), desestabilizadores das narrativas hegemônicas e expandidores dos modos de representação do território de Meruoca. Cada filme não apenas representa práticas culturais, mas cria novos sentidos de lugar, ligando a materialidade do espaço à historicidade e espaço das suas vozes.

Desse modo, os documentários atuam como instrumentos de cartografia social e cultural que trazem à tona as múltiplas territorialidades de Meruoca e potencializam as identidades locais em resposta às dinâmicas globais. Filmes como *Filhos da Terra* (2018), *Desafios do Empreendedorismo* (2023), *Raízes das Lavadeiras de São Gonçalo* (2023) e *Reisado do Distrito de Anil – Meruoca/CE* (2023) formam um mosaico narrativo que escrevem memórias, práticas culturais e resistência nos mapas sim-

3. Foucault (2000, p. 291) afirma que “O próprio acontecimento era basicamente visível, mesmo se ocorria não se dispor de documentos para estabelecê-lo de uma forma inquestionável. A história serial permite de qualquer forma fazer aparecer diferentes estratos de acontecimentos, dos quais uns são visíveis, imediatamente conhecidos até pelos contemporâneos, e em seguida, debaixo desses acontecimentos que são de qualquer forma a espuma da história, há outros acontecimentos invisíveis, imperceptíveis para os contemporâneos, e que são de um tipo completamente diferente.”

bólicos do território. Portanto, as produções audiovisuais analisadas permitem ler o audiovisual como instrumento de disputa pelo espaço e pela memória, na medida em que revelam as camadas de significação onde a cultura local se expressa enquanto força política, pedagógica e resistência cultural.

Considerações finais

O trabalho mostra que as produções audiovisuais do projeto TV de Rua, promovido pelo Instituto Tapuia de Cidadania, Cultura, Meio Ambiente e Turismo, configuram essas produções audiovisuais como práticas discursivas que tornaram o território de Meruoca (CE) um objeto de conhecimento e de visibilidade social.

A utilização da cartografia como abordagem metodológica possibilitou compreender, para cada documentário, um mapa vivo em que se entrelaçam memória, identidade, práticas culturais e formas de resistência, confirmando assim a dimensão dinâmica, relacional e histórica do território (Harvey, 1992; Santos, 1996). A apropriação de ferramentas de tecnologia de comunicação, como câmeras, microfones e softwares de edição, tornou possíveis as narrativas que não captaram apenas a paisagem natural de Meruoca, mas, sobretudo, as histórias de vidas e das práticas cotidianas de seus habitantes.

Esse gesto comunicacional expande as fronteiras do visível, transformando os sujeitos locais em protagonistas de suas histórias e evidenciando a dimensão do “espaço vivido” que resulta, segundo Santos (1996), da articulação entre materialidade e experiências sociais. Os documentários analisados – *Filhos da Terra* (2018), *Desafios do Empreendedorismo* (2023), *Raízes das Lavadeiras de São Gonçalo* (2023) e *Reisado do Distrito de Anil – Meruoca/CE* (2023) – revelam que a narrativa audiovisual não é apenas um instrumento de registro, mas um ato de produção

territorial, capaz de tensionar relações de poder e ampliar vozes historicamente silenciadas. Tal perspectiva dialoga com Foucault (2008) ao indicar que o espaço não é neutro, mas atravessado por relações de força e disputas simbólicas, e com Simmel (1967), ao reconhecer as interações sociais como forças que criam novas formas de espacialidade.

Ademais, as entrevistas e declarações presentes nos filmes oferecem uma visão afetiva e plural das memórias locais, gerando empatia e reforçando o sentimento de pertencimento. Essa dimensão afetiva, alinhada aos pensamentos de Robert Ezra Park (1967) e de Haesbaert (2002), confirma que o território é feito pelas relações cotidianas que se constituem entre pessoas, espaços e histórias. Outro ponto importante foi o uso de plataformas digitais para a circulação dos filmes, o que ampliou o alcance das narrativas e trouxe visibilidade global para as experiências locais, reforçando a identidade cultural de Meruoca e inscrevendo-a em um circuito mais amplo de reconhecimento e intercâmbio.

Desse modo, concluímos que a produção audiovisual realizada pelo Instituto Tapuia, além de documentar práticas e paisagens, atua como um instrumento político, pedagógico e cultural, contribuindo para consolidar o audiovisual como forma de cartografia social e cultural. Ao tornarem visíveis vozes e práticas historicamente marginalizadas, estes documentários reafirmam que o território é um processo em contínua construção, resultado de lutas, memórias, resistências e criações coletivas.

Referências

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Linguagem jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2001.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

FASANELLO, Marina Tarnowski et al. **O documentário nas lutas emancipatórias dos movimentos sociais do campo**: produção social de sentidos e epistemologias do Sul contra os agrotóxicos e pela agroecologia. Rio de Janeiro: ICICT, Fundação Oswaldo Cruz, 2018.

GONÇALVES, Glauciene Angélica Oliveira. **Plantando memórias**: o audiovisual como ferramenta de ensino-aprendizagem, de construção e valorização da memória coletiva e de difusão patrimonial. 2019. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

GREGOLIN, Maíra; SACRINI, Marcelo; TOMBA, Rodrigo Augusto. **Web-documentário**: Uma ferramenta pedagógica para o mundo contemporâneo. Trabalho de conclusão de curso desenvolvido sob orientação do professor Celso Bodstein, para obtenção do título de graduação do curso de Comunicação Social–Jornalismo da PUC–Campinas, 2002.

GUATTARI, Félix, ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: As cartografias do desejo. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo; Niterói: Contexto; EdUFF, 2002.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992

PARK, Robert E. **On Social Control and Collective Behavior**. Chicago: University of Chicago Press, 1967

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina. Editora da UFRGS, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2006.

SILVA, Antonio Henrique; FOSSÁ, Maria Ivete. Trevisan. **Análise de Conteúdo:** Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos. IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade - ENEPO. Brasília – DF, 03 a 05 de 2013. Disponível em <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/enepq_2013/2013_EnEPQ129.pdf>, acesso em 27 de dez.2015.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. *In:* VELHO, Otávio Guilherme (org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

VENTURA, Magda Maria. **O estudo de caso como modalidade de pesquisa.** Revista SoCERJ, 20(5), 2007, p. 383-386.

YIN, Robert Kuo-zuir. **Estudo de Caso:** Planejamento e métodos. Bookman editora, 2015.

II

Leitura como prática discursiva: contribuições foucaultianas para o ensino de Língua Portuguesa na educação básica

Douglas de Oliveira Domingos¹

Laurênia Souto Sales²

Introdução

De certa forma, parece clichê declarar que, nos últimos anos, com o desenvolvimento e a expansão das redes digitais para diversos territórios mundo afora, a população com acesso à internet é bombardeada por múltiplas e incontáveis informações diariamente, mesmo que elas sejam consumidas de maneira fragmentada e superficial devido à estrutura e à função dos gêneros discursivos nos quais se circunscrevem. Também reside em um lugar comum, ao menos nos campos acadêmicos e em outras searas de reflexão intelectual, a ideia de que as inúmeras informações com as quais interagimos chegam a nós, no espaço

1. Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (Proling/CCHLA/UFPB). Docente de Língua Portuguesa na Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (SEE-PB) e na Secretaria de Educação do Município de João Pessoa (SEDEC-JP).

2. Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (Proling/CCHLA/UFPB). Docente da Universidade Federal da Paraíba – Campus IV. Docente, na modalidade Educação a Distância, no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFPB Virtual.

digital, pela intermediação dos algoritmos, responsáveis por nichar públicos, filtrar conteúdos e erguer aquários, valendo-nos de uma metáfora de outros tempos criada pelo historiador francês Paul Veyne (2009). Dentro do próprio aquário, os sujeitos sociais nutrem a ilusão de que aquele ambiente limitado é todo o mundo possível e as experiências vivenciadas nele fortalecem essa crença. Assim fazem os algoritmos e, nesta década do século XXI, isso é tão óbvio quanto a existência e a persistência do racismo estrutural no Brasil, arraigado em nossa sociedade e em tantas outras do Ocidente por um período de colonização escravocrata, com a exploração de pessoas pretas transportadas à força, pelos horizontes marítimos, para longe de seus lares e de suas famílias. Não esqueçamos que logicamente esse racismo se expressa não apenas através de apelidos e falas pejorativas, como também por meio da marginalização dos negros no mercado de trabalho, na educação, na habitação, na política; da violência física e simbólica a que essa população é submetida dia a dia.

Após essa exposição de obviedades, vale um questionamento, no mínimo, curioso, tanto pela sua estrutura coesiva quanto pelo seu valor semântico: *para quem essas obviedades são óbvias? E mais: o que é óbvio na sociedade para aqueles que não consideram as ideias supracitadas como óbvias?* O óbvio seria acreditar que o consumo das informações das redes digitais caracteriza alguém como bem informado? Seria alimentar a convicção de que todas as verdades do mundo se encontram no seu *feed* do *Instagram*, do *X* ou do *TikTok*? Seria imaginar que o racismo se restringe apenas a pessoas que manifestam declaradamente sua aversão ao preto como cor de pele? Pode ser que sim.

Diante dessas indagações, urge a necessidade de pensarmos com Michel Foucault, filósofo que oferece fartas contribuições para os estudos do discurso, e considerarmos o exercício de destruir certas verdades, ou seja, de mostrar às pessoas “que elas to-

mam por verdade, por evidência alguns temas que foram fabricados em um momento particular da história; e que essa pretensa evidência pode ser criticada e destruída” (Foucault, 2012, p. 288). E retornamos à primeira questão, acrescentando um advérbio de negação: para quem aquelas obviedades do primeiro parágrafo *não* são óbvias? Provavelmente para sujeitos que não exercitam uma leitura discursiva dos enunciados e das práticas não verbais que os circundam, isto é, uma leitura atenta às relações de saber e poder que constituem a linguagem e fazem das suas materialidades acontecimentos efetivamente inseridos na história.

Muitos desses sujeitos frequentam a escola e se vinculam, portanto, à educação básica. Dados da última edição do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) demonstram que 42% dos estudantes que concluíram os anos finais do ensino fundamental em 2023 estão em níveis abaixo do adequado em leitura e análise linguística/semiótica. O índice diminuiu em relação a 2013, quando marcou 54%, porém ainda assim é preocupante (Brasil, 2024). Se consideramos que a matriz de referência dessa avaliação nacional data de 2001 e se vale de habilidades envolvendo, entre outros aspectos, reconhecimento de informações explícitas e implícitas, identificação de tema, finalidade, tese e argumento, e localização do conflito gerador do enredo, concluímos que, se uma matriz de referência discursiva, contendo habilidades que valorizem o pensamento crítico, fosse utilizada em 2023, haveria elevação dos níveis abaixo do adequado, já que o parâmetro avaliativo exigiria atividades cognitivas e linguísticas mais complexas.

Além disso, outro ponto relevante que justifica a necessidade de uma leitura discursiva na escola é o fato de que muitos jovens não ingressam na educação superior, momento em que as reflexões sobre o ser humano e a sociedade são intensificadas. Dos concluintes do ensino médio em 2022, apenas 27% ingressaram na educação superior em 2023 (Inep, 2024). Isso significa que os

outros 73% se engajaram em atividades nas quais eventualmente haverá estímulo ao pensamento crítico, o que demonstra que aulas, discussões e debates que provoquem a reflexão sobre a sociedade, inclusive no tocante à linguística, não devem se restringir às universidades.

Com base nesses apontamentos iniciais, este capítulo tem como principal finalidade apresentar uma proposta didática de leitura discursiva que pode ser aplicada em uma aula de Língua Portuguesa no 9º ano do ensino fundamental. Tal proposta se pauta tematicamente no combate ao racismo estrutural, sobretudo no tocante à violência racial que associa sujeitos negros ao estereótipo da “bandidagem”, com vistas à reflexão sobre os processos discursivos e históricos que enraizaram o racismo na nossa sociedade, sobre como ele se mantém em enunciados efetivamente produzidos ao passo em que é criticado por meio de práticas de resistência. Nosso trabalho se ampara teoricamente nos postulados de Michel Foucault, no que concerne às contribuições do filósofo para a área da linguística, a fim de subsidiar a compreensão acerca do funcionamento da linguagem como processo constituído de saber, poder e resistência. Também nos alicerçamos em pesquisadores cujos empreendimentos intelectuais abordam as relações étnico-raciais. Com esses diálogos, prezamos pelo entrelaçamento entre o escopo dos estudos discursivos de vertente francesa e dos pressupostos decoloniais, os quais lançam luz sobre pesquisas desenvolvidas por representantes dos povos minorizados ao longo dos séculos de colonização em África e na América.

Ressaltamos dois pontos indispensáveis antes de prosseguirmos. Primeiro: nosso intuito não é levar categorias teóricas detalhadas para os estudantes da educação básica, mas amparar o professor com uma teoria de alta aplicabilidade social e didática, demonstrando quais textos, itens avaliativos e debates podem

compor uma aula de Língua Portuguesa que promova a leitura, a interpretação e a potencialização do pensamento crítico sem necessariamente ensinar aos educandos quem foi Michel Foucault e quais são suas categorias de análise. Segundo: costuramos, junto à proposta, breves análises discursivas dos enunciados selecionados, uma vez que este capítulo se destina a pesquisadores e docentes, sujeitos para os quais precisamos explicar e reforçar o funcionamento da linguagem, concretizado nos enunciados. Afinal, a academia prolonga sua vida na troca de experiências e conhecimentos entre intelectuais; aquilo que parece óbvio para algumas pessoas também precisa ser dito, repetido e cada vez mais consolidado.

I Algumas ferramentas de Michel Foucault para o exercício da leitura discursiva

Pensar em uma leitura discursiva implica marcar o lugar do discurso no processo de interpretação de textos³. Conforme assevera Coracini (2005), há diversas concepções de leitura na linguística e na literatura, que focalizam elementos diferentes dessa interação: o autor, o texto e o leitor. Embora possa ser relevante em determinadas situações, não pretendemos dissertar aqui sobre a intenção do autor, nem sobre o texto como estrutura fechada e completa em si mesma, nem sobre o leitor como agente autônomo capaz de conceder sentidos múltiplos àquilo que lê. A leitura discursiva se baseia na percepção de que o texto é a materialidade do discurso, ou seja, a concretização das disputas travadas na sociedade e inscritas

3. Neste capítulo, tomamos os termos “enunciado” e “texto” como sinônimos. Michel Foucault não cita o termo “texto” em suas obras. Ele propõe analisar enunciados, a função enunciativa das materialidades discursivas. Na educação básica, a palavra “enunciado” comumente nomeia o comando de itens avaliativos. Não daremos esse tratamento simplista a tal palavra. Aqui, texto e enunciado são as materialidades do discurso, isto é, a sua concretização verbal, não verbal ou multissemiótica.

na história. Compreendido assim, o texto não surge ao acaso, mas emerge segundo condições de possibilidade específicas, em um momento histórico determinado por relações de saber e poder que o constituem e que impõem uma questão imprescindível: “por que esse enunciado e não outro em seu lugar?”. O texto não é completo e autônomo, mas se localiza em uma rede de outros textos com os quais dialoga, distanciando-se, aproximando-se, deslocando-se, silenciando, retomando, digladiando e realizando outras ações conforme os discursos que os mobilizam.

No livro *A Arqueologia do Saber* (1969), Michel Foucault define o enunciado e explica seu funcionamento em relação ao discurso e à história. Essa obra reserva ao filósofo um território particular na linguística, explorado no Brasil por diversos pesquisadores desde a década de 1990. Isso permitiu a ascensão do que se chama atualmente de estudos discursivos foucaultianos. Sousa, Fernandes Júnior e Pires da Paixão (2023) exploram essa noção de enunciado e entendem, assim como nós, que a leitura discursiva é uma oportunidade de enriquecer as aulas de Língua Portuguesa na educação básica. De acordo com os autores,

O espaço acadêmico e a escola são locais de leitura e de perceber que não é possível dizer qualquer coisa em qualquer época e lugar. Talvez seja esse um dos caminhos para a formação de alunos autônomos e, por consequência, claro, após um bom tempo, cidadãos mais independentes na busca pelas regras históricas que possibilitaram a existência daquilo que é dito (Souza; Fernandes Júnior; Pires da Paixão, 2023, p. 95).

Nesse sentido, o desafio produtivo que se coloca para o professor de Língua Portuguesa da educação básica, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, é provocar nos estudantes a inquietação diante dos textos, conduzindo-os à percepção de que eles não são neutros, por mais que suas características

linguísticas denotem objetividade e impessoalidade. Os jovens devem indagar *que condições históricas permitiram a elaboração daquele texto e sua circulação em determinado espaço social, que instituições amparam essa circulação, quais saberes legitimados (científico, jurídico, político, econômico etc.) os sustentam, quais práticas de poder ou de resistência possibilitam sua emergência e quais derivam dele, se esse texto teria o mesmo efeito caso compartilhado por outro sujeito, com que textos e discursos ele se relaciona, se seria aceito em outro momento histórico...* São vários os questionamentos eficazes em uma leitura discursiva, a qual convoca o leitor a operar um movimento cognitivo de análise. Para Foucault (1995, p. 126),

A análise enunciativa é, pois, uma análise histórica, mas que se mantém fora de qualquer interpretação: às coisas ditas, não pergunta o que escondem, o que nelas estava dito e o não-dito que involuntariamente recobrem, a abundância de pensamentos, imagens ou fantasmas que as habitam; mas, ao contrário, de que modo existem, o que significa para elas o fato de se terem manifestado, de terem deixado rastros e, talvez, de permanecerem para uma reutilização eventual; o que é para elas o fato de terem aparecido – e nenhuma outra em seu lugar. [...] aquilo a que nos dirigimos está na evidência da linguagem efetiva.

Para evitarmos a abstração e complexidade das elucubrações, prossigamos com a compreensão do conceito de texto / enunciado em uma leitura discursiva por meio do exemplo concreto de um *post* antirracista publicado na rede social X pelo ex-deputado federal David Miranda, falecido em 2023. A partir desse exemplo, também explicitamos algumas categorias teóricas, ferramentas que Michel Foucault nos oferta para, através da análise das materialidades, enxergarmos os discursos que as compõem. As categorias com que trabalharemos na nossa proposta são as seguintes: *saber, poder, resistência e regularidade discursiva*.

Figura 1: *Post* antirracista do ex-deputado federal David Miranda



Fonte: https://www.facebook.com/MidiaNINJA/posts/pois-%C3%A9via-david-miranda/1213774622114014/?locale=pt_BR.
Acesso em: 14 out. 2025

Para Foucault (1995), a noção de *saber* é demasiado importante para entendermos a formação dos discursos. A constituição de campos do saber, principalmente daqueles que, ao longo dos séculos, revestiram-se de prestígio social, como o científico, o filosófico, o jurídico, o político, o religioso e o midiático, possibilita a emergência de determinados enunciados e práticas que se amparam nas suas formulações de conhecimento. No *post* reproduzido acima, David Miranda faz referência a falas racistas de humoristas, as quais não surgem aleatoriamente, mas obedecem a determinadas regras históricas de formação discursiva amparadas em campos do saber. O estereótipo do “negro bandido e pobre” se associa às repercussões dos saberes insituídos pela branquitude no período escravocrata e reforçados por grande parte da mídia até a contemporaneidade.

Parte dos intelectuais da criminologia tratou de substanciar o racismo científico, atrelando o sujeito negro a atributos inatos

que o tornariam mais propenso a cometer crimes. Uma das teorias mais conhecidas é a do italiano Cesare Lombroso, que foi professor de psiquiatria e medicina forense entre os séculos XIX e XX. Para esse criminologista, o tamanho dos crânios dos seres humanos denotava a que raça pertenciam e seria possível ainda classificar a evolução das raças com base no mesmo critério. Lombroso considerava que “homicidas possuiriam pômulos largos, cabelos crespos e escuros [...]. Ladrões tinham narizes achatados. Estupradores, pálpebras e lábios grossos. A pessoa negra poderia facilmente esconder sua imoralidade, já que sua pele escura não ficava rubra de vergonha” (Ferreira, 2007, p. 161). Ou seja, os criminosos, de acordo com essa teoria, tinham características fenotípicas dos povos africanos.

Mesmo que os humoristas citados no *post* provavelmente nem saibam da existência de Cesare Lombroso e do racismo científico, esse saber e outros que justificaram a escravização e a marginalização dos negros contribuem com a construção de discursos excludentes e colonialistas, os quais se materializam em notícias e reportagens de vários veículos de comunicação quando estes retratam com adjetivações diferentes duas pessoas que cometem o mesmo crime (“jovem de classe média” ou “traficante”, por exemplo). Esse imaginário, por sua vez, concretiza-se em falas preconceituosas como as enfatizadas por Miranda. Para Foucault, uma das atividades mais importantes na análise enunciativa é a *arqueologia do saber*, ou seja, a escavação na história com o fito de encontrar os saberes que possibilitaram a emergência do enunciado analisado. Os elementos do saber consistem, portanto, “na base a partir da qual se constroem proposições coerentes (ou não), se desenvolvem descrições mais ou menos exatas, se efetuam verificações, se desdobram teorias” (Foucault, 1995, p. 204).

O saber não está isolado na sociedade, mas se alinha a técnicas de *poder* que servem a interesses hegemônicos, uma vez

que “não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (Foucault, 2014, p. 31). Dessa maneira, uma análise enunciativa também visa a investigar quais as reverberações materiais dessas relações de saber-poder nos sujeitos. Em outras palavras, refletir sobre como um texto tem a capacidade de, em conjunto com outros e com os discursos que permitem sua concretização, conduzir condutas, incitar determinados comportamentos, provocar silenciamentos, controlar ações, segregar, minorizar e violentar grupos de pessoas. Além disso, é preciso atentar para a realização cotidiana desse processo, no microcosmo das interações entre os sujeitos. Afinal, embora se respaldem muitas vezes em instituições legitimadas, as relações de saber-poder acontecem na microfísica dos diálogos travados diariamente na escola, na família, na igreja, no restaurante, na praça, no plenário legislativo, nas redes digitais, enfim, nos espaços de convivência não necessariamente iluminados pelos holofotes (Foucault, 2017).

As associações racistas feitas pelos humoristas perpetuam estereótipos e exclusões, incitam comentários de apoio às ideias propagadas e provocam a naturalização dos discursos que relegam ao negro uma posição subalternizada, seja no crime, seja na pobreza. Convocam, assim, posturas problemáticas como a de um segurança que observa com bem mais atenção um jovem negro em um shopping ou a de pessoas que confundem uma mãe com uma babá em um restaurante. Entretanto, como onde há poder, há resistência (Foucault, 2017), insurgem enunciados que assumem uma postura antirracista de crítica aos estereótipos. Muitas vezes, os sujeitos partem de expressões ou discursos hegemônicos colonialistas para ressignificá-los, apoderar-se deles e valorizar as próprias subjetividades. Isso é o que Bispo dos Santos (2023, p. 13) chama de “guerra das denominações”,

a qual consiste no “jogo de contrariar as palavras coloniais como modo de enfraquecê-las”. Exemplo disso é a palavra “favelado”, usada comumente de maneira pejorativa e ressignificada pelos próprios moradores da favela, que assumem essa adjetivação com orgulho de pertencer a um lugar de luta, persistência e resiliência. No *post*, Miranda se refere aos humoristas e, logo depois, critica-os de maneira sarcástica, destacando sua atitude preconceituosa. Esse é, portanto, um texto que concretiza relações de saber, poder e resistência.

Por fim, como já é perceptível, os enunciados não são solitários, mas se encontram em uma teia discursiva e histórica na qual estabelecem entre si relações de diversas ordens. Essa perspectiva relacional recebe o nome de domínio associado. Segundo Foucault (1995, p. 112),

Qualquer enunciado se encontra assim especificado: não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo; ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja.

Assim, uma análise enunciativa implica também vislumbrar as *regularidades discursivas* presentes nos textos, isto é, quais as suas semelhanças e distinções no que concerne aos discursos de que se constituem. Na teoria bakhtiniana dos gêneros discursivos, muito presente na educação básica, é comum analisar o diálogo entre os textos por meio dos conceitos de intertextualidade e interdiscursividade (Marcuschi, 2002). Entretanto, é necessário adotar a perspectiva da regularidade discursiva para além da compreensão de que dois textos tratam de um mesmo tema. Devemos também nos aprofundar indagando qual especificidade sobre determinado tema é destacada por um conjunto de enun-

ciados, de quais outros enunciados ele se distingue ou a quais ele se opõe.

Na próxima seção, os conceitos de *saber*, *poder*, *resistência* e *regularidade discursiva* são postos em prática por meio da proposta de uma leitura discursiva de enunciados pertencentes a três gêneros textuais diferentes, a saber: conto literário, *post* em rede social e charge.

2 Proposta de leitura discursiva e antirracista em aulas de Língua Portuguesa

Nossa proposta didático-pedagógica pode ser realizada ao longo de quatro ou cinco aulas de Língua Portuguesa do 9º ano do ensino fundamental ou das três séries do ensino médio. Algumas etapas da sequência permitem supressão ou adaptação de acordo com o perfil das turmas.

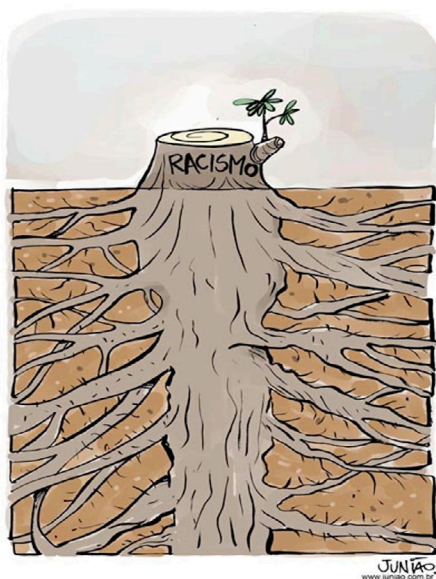
2.1 Predição: racismo no Brasil e suas raízes históricas

Embora nosso trabalho não assuma uma perspectiva psicolinguística, é interessante estabelecer uma ponte com essa área no que concerne à estruturação das aulas. A predição leitora se caracteriza como um momento em que o professor incentiva os estudantes a expressarem seus conhecimentos prévios acerca da temática em foco (Pereira, 2012). Por meio de algumas perguntas disparadoras, frases, trechos de música ou textos imagéticos, o docente sonda a que saberes, sejam científicos, sejam populares, seus educandos têm acesso acerca da relação entre racismo e violência, pensando especificamente no nosso empreendimento. Com base nessa sondagem, o professor toma determinadas decisões na condução da aula, observando a necessidade de contextualizar melhor o tema, ser mais ou menos profundo na sua abordagem, utilizar

um vocabulário técnico ou comum e até mesmo analisar quais os limites para a explicitação do seu posicionamento crítico, uma vez que, em certos contextos escolares, alguns aspectos hierárquicos podem interferir na prática docente, provocando censura ou outras consequências danosas para o profissional.

No momento de predição, a charge a seguir possibilita aos estudantes uma breve reflexão sobre a noção de racismo estrutural e a construção histórica das práticas de violência que se materializam nas relações sociais contemporâneas.

Figura 2: Charge sobre racismo estrutural



Fonte: Junião. Disponível em: <https://juniao.com.br/tag/mulher-negra/>.
Acesso em: 13 out. 2025

Algumas perguntas disparadoras para este momento são estas:

- *Será que existe racismo no Brasil?*
- *Quais os discursos racistas que circulam na nossa sociedade?*

- *Como esses discursos se manifestam nas relações entre as pessoas no cotidiano?*
- *Será que esses discursos racistas podem levar a violências e exclusões?*

Mesmo que já promovam o movimento inicial de uma leitura discursiva, as questões devem ser acessíveis aos estudantes da educação básica no que tange às escolhas vocabulares. A ideia de que há discursos racistas e de que eles se manifestam nas relações entre as pessoas, gerando violências e exclusões, atrela-se à noção de prática discursiva em Foucault e das relações de poder que se imbricam a elas (Foucault, 1999). Em diálogo com a charge, percebe-se que tais discursos não são novos nem surgem ao acaso, mas se constroem no curso da história e fincam sua estrutura de maneira muitas vezes imperceptível para sujeitos que não exercitam a consciência crítica. Essa construção histórica é metaforizada pelas raízes. Escavar os saberes e acontecimentos que ofereceram o substrato para o crescimento dessas raízes se caracteriza como um dos trabalhos inerentes à leitura discursiva, a qual será desenvolvida nas próximas etapas desta proposta.

Além disso, o texto não verbal analisado já aponta para estratégias de resistência: cortou-se o tronco da árvore do racismo numa provável tentativa de combatê-lo. Entretanto, um novo galho desponta discretamente, o que indica a pouca utilidade do corte. Considerando essa interpretação, o professor, munido da essência do pensamento foucaultiano, precisa instigar os estudantes a olhar para as raízes e explicar que atingi-las é a maneira mais efetiva de exterminar o racismo. Para atingi-las, porém, é imprescindível enxergá-las e compreender seu funcionamento. Como destaca a filósofa Djamila Ribeiro (2019, p. 9), para “falar sobre racismo no Brasil [...] é fundamental trazer a perspectiva histórica e começar pela relação entre escravidão e racismo, mapeando suas consequências”.

2.2 Literatura e sociedade: a violência racial no conto *Maria*, de Conceição Evaristo

Conceição Evaristo (2016) é uma das escritoras mais conhecidas do campo literário contemporâneo, principalmente no tocante à valorização da negritude e à crítica ao racismo. No conto *Maria*, que compõe o livro *Olhos d'água*, lançado em 2014, a autora lança luz sobre a problemática da violência racial através do relato ficcional de um episódio fatal envolvendo a protagonista, que dá nome ao texto. Ela é uma mulher negra e trabalhadora doméstica que, após um longo dia de serviço, espera o ônibus levando para casa os restos da festa da patroa para dar aos filhos. Durante o trajeto, ela reencontra um antigo companheiro, pai de seu primeiro filho, que agora participa de um assalto dentro do ônibus. Mesmo sem envolvimento algum no crime, Maria é acusada pelos passageiros de estar “de coleio” com os assaltantes. As ofensas racistas (“negra safada e atrevida”) rapidamente se transformam em violência física. A multidão, movida pelo preconceito, lincha-a brutalmente, ignorando os apelos de quem tenta defendê-la.

Após a leitura do conto na íntegra, cabe ao professor dialogar com os estudantes sobre as seguintes questões, que podem ser respondidas oralmente em uma discussão coletiva ou individualmente por escrito:

- *Qual a situação financeira e social de Maria?*
- *Por que Maria é acusada tão rapidamente, sem prova alguma?*
- *Que tipo de “poder” as palavras das pessoas que acusam Maria exercem sobre ela?*

- Quais personagens falam e são ouvidos no conto? E quais não têm voz ou são silenciados?

- O que isso nos ensina sobre quem tem o “direito de falar” e ser acreditado em nossa sociedade?

É recomendável que o docente conduza os estudantes a justificar suas respostas com base em fragmentos do conto e referências a outras situações reais em que haja uma regularidade discursiva. Nesse sentido, vale destacar que 92% das pessoas que exercem trabalho doméstico no Brasil são mulheres; desse universo, mais de 65% são mulheres negras, boa parte trabalhando na informalidade (Agência Gov, 2024). Uma escavação na história mostra que esses números, dos quais Maria faz parte, são consequência de um passado escravocrata, o qual já pode ser citado para os educandos no sentido de que compreendam as relações de saber-poder pautadas no colonialismo, as quais persistem na sociedade contemporânea. De acordo com Lopes (2006, p. 57),

uma das justificativas para a histórica subalternização e desvalorização do emprego doméstico no Brasil (além do quase universal desprestígio sociocultural do mesmo no mundo por ser um serviço de mulher e não-produtivo), está vinculado à questão racial, isto é, em função do elo de continuidade que o emprego doméstico representa entre a sociedade colonial e a contemporânea, levando à desvalorização social do trabalho doméstico e daquelas que o realizam – predominantemente mulheres, pobres e em sua maioria negras e pardas – por meio da manutenção e transmissão de representações sociais negativas – algumas apenas reelaboradas – referentes à natureza do trabalho doméstico – servil, sujo, aviltante, etc. - e de quem o desempenha – acomodado, burro, etc. - passadas de geração a geração, de dominantes para dominantes, vividas e sentidas por gerações de dominados.

Ademais, é necessário prosseguir com a discussão refletindo sobre os instrumentos de tortura utilizados no período escravocrata (o açoite, o tronco, as máscaras de flandres), os quais eram legitimados como forma de castigo à “rebeldia” dos escravizados. A naturalização da violência direcionada a esses povos perdurou mesmo após a abolição, quando os negros foram abandonados à própria sorte, perseguidos por mecanismos jurídicos baseados em saberes como os disseminados por parte da criminologia. O comportamento acusador e agressivo dos passageiros do ônibus se alicerça em um imaginário que lê o negro como “bandido”, uma vez que eles constituem a maioria da população das favelas e das periferias urbanas, onde os índices de violência são altos em razão da atuação intensa do crime organizado aliado à vulnerabilidade social ocasionada pela pobreza. Vale recordar ainda que a ocupação desses espaços marginalizados se iniciou após a abolição da escravatura, justamente em decorrência da falta de assistência do Estado a esse grupo social.

Outro aspecto importante do conto se associa às últimas perguntas elencadas. Maria tenta se defender dizendo que não fez nada; junta-se a ela um passageiro e o motorista do ônibus. Mesmo assim, a maioria dos passageiros não se convence. Quando a protagonista continua a tentativa de defesa expressando sua raiva e que “não devia satisfação a ninguém”, o homem acusador “que acordou a coragem de todos” a chama de “atrevida” e, logo em seguida, desfere-lhe o primeiro tapa (Evaristo, 2016). Desse diálogo, entendemos que, como assevera Foucault (1999, p. 9), ao definir um procedimento de exclusão chamado de interdição, “não se tem o direito de dizer tudo, não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, qualquer um, enfim, não pode falar qualquer coisa”. No conto, as falas de Maria e dos que tentam defendê-la são interditadas por um discurso racista baseado em ideias colonialistas que veem o negro como rebelde, revoltado e

perigoso em potencial, principalmente em virtude das lutas por liberdade travadas na escravização. Sob essa perspectiva, eles também não podem reivindicar seus direitos, uma vez que deveriam permanecer no lugar de inferioridade e subalternização (Moura, 2022).

2.3 Relações de saber e poder em posts racistas no X

Nesta etapa, é interessante que o professor apresente, além dos *posts* racistas publicados por personalidades públicas, fotografias, dados estatísticos e fragmentos de documentos históricos que dialoguem com os enunciados selecionados, mostrando assim a teia interdiscursiva do racismo estrutural, tanto as raízes históricas de que falamos nas páginas anteriores quanto o tronco e os galhos que reverberam na atualidade.

Figura 3: *Posts* racistas veiculados na rede social X



Fonte: <https://x.com/?lang=pt>

Com exceção do *post* de Marcelo de Carvalho, todos os outros se valem do humor, praticando o que Moreira (2019) chama de racismo recreativo. Para o autor, o riso provocado por uma atitude racista promove satisfação psicológica a algumas pessoas

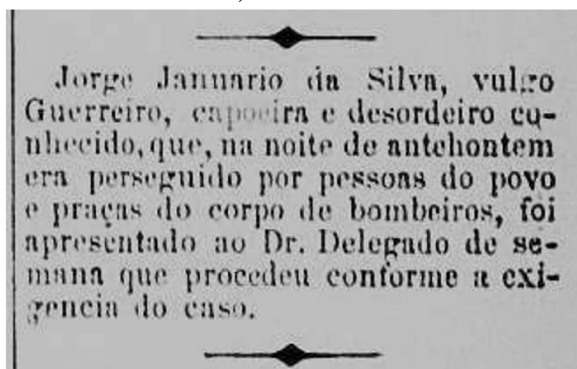
brancas, nutrindo um sentimento de superioridade em relação às negras. Os textos supracitados devem ser analisados pelos alunos, de início, com o objetivo de identificar o sarcasmo específico de cada *post* e que inferências se pode fazer desse recurso linguístico. Por exemplo, a publicação de Rodrigo Fernandes compara o filho de Will Smith a um “flanelinha”. Por que essa comparação é possível? Estatísticas apontam que a taxa de pobreza entre negros é duas vezes maior em relação à de brancos (Agência Brasil, 2023). Esse dado também encontra justificativa no processo de marginalização enfrentado pela população negra após a abolição da escravidão. Provocar esse pensamento nos educandos é um passo considerável para a efetivação da leitura discursiva.

Algumas questões capazes de fomentar a discussão sobre as relações de saber-poder neste momento são as seguintes:

- *Os posts se baseiam em quais discursos sobre a população negra?*
- *Pense em pessoas brancas famosas no lugar de Mbappé, de Mano Brown e do filho de Will Smith. Seria possível criar o mesmo texto com essas pessoas brancas? Os posts fariam sentido?*
- *Que consequências textos como esses podem gerar para a população negra na sociedade atual?*

Neste momento, convém apresentar aos estudantes fragmentos de textos do século XIX e XX que criminalizam o candomblé, a capoeira, os quilombos e o desemprego, os quais compunham a realidade de grande parte dos negros da época. Esses textos que contribuem com a criminalização, respaldada pelas instituições, constituem campos do saber que reforçam o racismo (Moura, 2022).

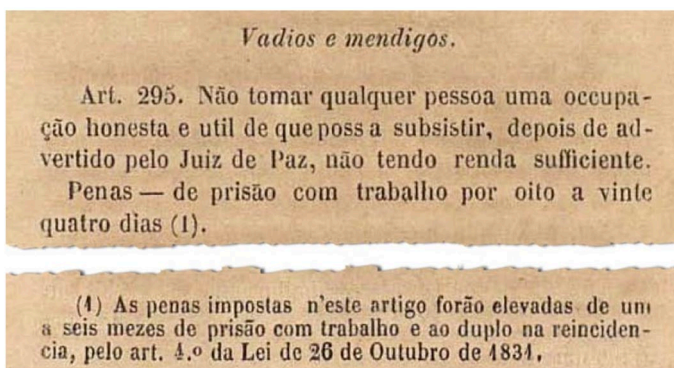
Figura 4: Fragmento do jornal *A Folha Nova*, do Rio de Janeiro, de 18 de dezembro de 1882



Fonte: <https://tokdehistoria.com.br/2012/07/30/a-primeira-lei-especifica-contra-a-capoeira/>.

Acesso em: 14 out. 2025

Figura 5: Fragmento do Código Criminal de 1830, no Império



Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/09/delito-de-vadiagem-e-sinal-de-racismo-dizem-especialistas>. Acesso em: 14 out. 2025

Até mesmo no século XX, a maioria dos “vadios” eram negros, uma vez que foram libertos sem que houvesse políticas públicas para sua inserção no mercado de trabalho. Vale ressaltar que ainda hoje o delito de “vadiagem” consta da Lei de Contravenções Penais.

Outra conexão produtiva pode ser estabelecida através da representação das pessoas negras nas mídias, a qual, por muito tempo, esteve atrelada majoritariamente à violência ou a posi-

ções desfavorecidas na pirâmide socioeconômica. Segundo Westrup (2015, n. p.), os programas policiais são responsáveis por “reproduzir os jargões mais preconceituosos que acabam entrando no gosto popular, virando piadas e formas de abordagem que não só reproduzem o preconceito, mas, de forma proposital, distorcem a realidade de violência que jovens negros e negras vivem diariamente”. Na teledramaturgia, até o final dos anos 2000, poucos personagens negros estrelavam as produções; a maioria deles participava das histórias no trabalho doméstico, na pobreza ou na criminalidade.

Pensando especificamente nos *posts* selecionados e partindo da clássica pergunta “por que esse enunciado e não outro em seu lugar?”, concluímos também que, se os referentes fossem pessoas brancas, o sentido das publicações seria outro, desprovido de humor devido à sua incoerência. A interpretação do enunciado está circunscrita ao nosso contexto social, às condições de possibilidade desses enunciados. Ela reside justamente no preconceito, na estereotipação, em um racismo que, de tão estrutural, leva-nos a atribuir coerência, por mais cruel que ela seja, às publicações. A emergência desses enunciados só ocorre porque discursos racistas respaldam a sua concretização.

Após essas reflexões, é importante orientar os estudantes a analisarem as repercussões desses discursos para a população negra, potencializando neles a consciência de que a linguagem é constituída de poder. O índice de jovens, pertencentes a essa população, que morrem por causas externas (violências, acidentes, confrontos armados, entre outros) é de 73% (G1, 2025). Parte desse número se deve à violência institucional, quando se cumpre um mandado ou se realiza uma operação de maneira distinta em uma favela de como ocorreria em um condomínio de luxo. Outra parte significativa se explica pelo envolvimento com a criminalidade, em grande medida por questões de vulnerabilidade

social que conduzem os adolescentes ao tráfico de drogas. Em ambas as situações, por ação ou omissão, o Estado tem responsabilidade sobre a continuidade dessa violência. O filósofo camaronês Achille Mbembe (2018, p. 18), em diálogo com o conceito foucaultiano de *racismo de Estado*, destaca que,

Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, ‘este velho direito soberano de matar’. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é ‘a condição para a aceitabilidade do fazer morrer’.

Mbembe cunha o termo “necropolítica” para se referir a essa política da morte a partir da qual o Estado permite que determinados grupos, os marginalizados e minorizados, morram. Entender as consequências danosas e trágicas dos discursos racistas materializados nos *posts* é essencial para que os estudantes observem o funcionamento das estratégias de resistência aos poderes hegemônicos.

2.4 Resistência à violência racial em charges de Junião

As charges a seguir foram produzidas pelo cartunista Antônio Junior, mais conhecido como Junião. Muitas das suas obras criticam fortemente a violência racial. Por ocupar esse lugar de resistência, em 2020, uma das suas ilustrações despertou a atenção da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, que pediu “esclarecimentos” quanto à utilização da charge em uma prova do 8º ano do ensino fundamental em uma escola privada no município de Natal. Para a PM, o texto distorcia “a real imagem da instituição” (Ponte, 2020). Os textos selecionados nesta proposta buscam se opor à violência racial sem tecer uma acusação tão direta às insti-

tuições estatais, uma vez que devemos considerar também que a escola é um ambiente disciplinar onde batalhas ideológicas ocorrem, muitas das quais podem atingir o professor e prejudicá-lo.

Figura 6: Charge 1 de Junião



Fonte: <https://juniao.com.br/>. Acesso em: 14 out. 2025

Figura 7: Charge 2 de Junião



Fonte: <https://juniao.com.br/>. Acesso em: 14 out. 2025

Figura 8: Charge 3 de Juníão



Fonte: <https://juniao.com.br/>. Acesso em: 14 out. 2025

Figura 9: Charge 4 de Juníão



Fonte: <https://juniao.com.br/>. Acesso em: 14 out. 2025

O gênero textual charge é bastante produtivo para explorar múltiplas interpretações. Para começar, semelhantemente ao que se fez nos *posts* da seção anterior, os estudantes devem observar o efeito de humor de cada enunciado. Dessa vez, embora haja sarcasmo, este se contrapõe aos discursos racistas, pondo em debate a violência contra pessoas negras. Para a leitura da última charge, necessita-se referenciar a tipografia do texto verbal

“Os dias eram assim”, que estampa a abertura de uma novela da Rede Globo exibida em 2017, cuja temática principal foi a Ditadura Militar.

Dessa forma, algumas questões que podem direcionar a discussão neste momento são estas:

- *Qual a principal associação entre as quatro charges?*
- *De que maneira essas charges contribuem para o combate ao racismo?*
- *Que relação existe entre as charges e os posts?*

Segundo Foucault (2017), se não houvesse práticas de resistência, a História não avançaria. Nos séculos passados, alcançou-se a abolição da escravidão por meio de muitas lutas contra os dominadores. Atualmente, as lutas continuam, em outro formato, para combater os resquícios daquele terrível período. A produção de textos como os de Junião concretizam esse movimento.

Neste momento, é importante fazer referência a manifestações sociais contemporâneas que incitaram transformações efetivas em determinadas políticas sociais. Exemplo disso é o Programa Olho Vivo, que consiste no uso de câmeras corporais pelos policiais militares de São Paulo. Apesar de agentes do Estado já virem estudando experiências de outros países, o estopim para a criação e execução do Programa foi uma operação que levou à morte de nove jovens na comunidade de Paraisópolis. Ou melhor, o ponto de impacto para a tomada de decisão foi a pressão da população contra a alta letalidade da Polícia Militar do Estado de São Paulo (Mendonça, 2023). Toda essa análise requer também o abandono de generalizações, como as que tacham todos os policiais como violentos e corruptos.

Ao final desta etapa, os estudantes precisam entender que as charges são recursos de crítica ao racismo, contudo não funcio-

nam isoladamente. Elas se inserem em uma teia discursiva de enunciados, instituições e práticas de resistência. Entre as organizações e movimentos, Ribeiro (2019, p. 50) cita os seguintes: “a Iniciativa Negra, a Rede de Proteção e Resistência Contra o Genocídio, o projeto Movimentos, o Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entre outros”. Envolver na discussão setores da sociedade e acontecimentos factíveis demonstra que a leitura discursiva se destina não só a interpretar os textos selecionados, mas a enxergar neles a instância da história e, por conseguinte, as relações de saber, poder e resistência que nos constituem como sujeitos sociais.

2.5 Regularidades discursivas nos textos / enunciados socializados

Ao final de todas as etapas, sugerimos que o professor solicite aos estudantes um breve comentário crítico individual por escrito, a fim de fechar as discussões e consolidar a noção de *regularidade discursiva*, segundo a qual, pensando com Foucault (1995), os enunciados se articulam em uma teia discursiva em razão da sua aproximação temática, mesmo que os posicionamentos veiculados sejam diferentes e, por vezes, opostos. Nesse comentário crítico, eles podem responder a este questionamento: *O que se pode perceber de comum e de diferente em todos os textos lidos, ou seja, quais são as relações interdiscursivas entre eles?*

É interessante que os estudantes socializem seus comentários, lendo-os em voz alta para a turma. Dessa maneira, o docente pode retomar algum conceito ou etapa da leitura discursiva, no intuito de ressaltar aspectos que aparentemente não foram compreendidos pela maioria dos educandos.

Considerações finais

Neste capítulo, apresentamos uma proposta de leitura discursiva e antirracista baseada nas formulações de Michel Foucault no que concerne às relações de saber, poder e resistência que permeiam o funcionamento dos enunciados, em si mesmos e em interação com o seu domínio associado. A especificidade temática da violência racial foi abordada por meio de diversos textos. Consideramos que outras perspectivas antirracistas podem ser desenvolvidas em propostas que também contemplem a leitura discursiva, sobretudo no que diz respeito à valorização das negritudes. Para tanto, é importante manter a essência do pensamento foucaultiano, analisando os enunciados selecionados, no curso da história, a partir dos campos de saber que propiciaram suas condições de emergência e das práticas de poder e resistência atreladas a eles.

Ressaltamos a relevância da abordagem de temas sociais na escola e enxergamos as recentes mudanças no currículo, com a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de outros documentos e normativas, como movimentos de reforço à inclusão, à democracia e à diversidade. Como destaca Gomes (2021, p. 437),

As mudanças que poderão advir de uma tomada de posição, na formação de professoras e professores sobre a questão racial e o combate ao racismo, fazem parte do processo de descolonização das mentes e do currículo, tão necessário à escola básica e à universidade em que cada vez mais vem crescendo o número de estudantes, docentes e familiares que se orientam pelo fundamentalismo religioso e o conservadorismo político.

Assim, apesar da não explicitação direta das categorias teóricas de Michel Foucault aos estudantes da educação básica, a sis-

tematização de uma leitura discursiva cumpre um papel extremamente pertinente na escola ao desenvolver o pensamento crítico, não abandonando habilidades básicas que garantem proficiência leitora, como a identificação do tema de um texto ou a inferência de informações implícitas. Caracteriza-se, pois, como um exercício possível de desconstrução de verdades e de obviedades.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. Taxa de pobreza de pretos é duas vezes maior em relação à de brancos. **Agência Brasil**, 12 dez. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2023-12/taxa-de-pobreza-de-pretos-e-duas-vezes-maior-em-relacao-a-de-brancos>. Acesso em: 14 out. 2025.

AGÊNCIA GOV. Trabalhadoras domésticas: categoria vulnerável a violações de direitos humanos. **Agência Gov** | via MDH, 27 abr. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202404/perfil-de-trabalhadoras-domesticas-expoe-vulnerabilidade-social-da-categoria-a-violacoes-de-direitos-humanos>. Acesso em: 14 out. 2025.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. Semear palavras. In: BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora; PISEAGRAMA, 2023.

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. Concepções de leitura na (pós)modernidade. In: PASCHOAL LIMA, Regina Célia de Carvalho (Org.). **Leituras: múltiplos olhares**. Campinas, SP: Mercado de Letras; São João da Boa Vista, SP: Unifeob, 2005.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.

FERREIRA, Hemerson Josias da Silva. **Razões da escravidão: história, historiografia e mitos**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Passo Fundo, Passo Fundo, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. Ética, sexualidade, política. **Ditos e escritos V**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 6 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP). **Painel Educacional**: Sistema de Avaliação da Educação Básica. Brasília, DF: INEP, 2024. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojOGZmMjNmOGQtOGFIYyooY2NhLWI4NmUtMGViZjAwNGJiNTAwIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWtNGlXZSo5NzhmLWVhNGMwNzcoMzRiZiJ9>. Acesso em: 3 jun. 2025.

INEP; MEC. MEC e Inep divulgam resultado do Censo Superior 2023. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; **Ministério da Educação**, 3 out. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-da-educacao-superior/mec-e-inep-divulgam-resultado-do-censo-superior-2023>. Acesso em: 11 out. 2025.

G1. Jovens negros representam 73 % dos óbitos por causas externas, aponta estudo da Fiocruz. **G1**, 25 ago. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2025/08/25/jovens-negros-representam-73percent-dos-obitos-por-causas-externas-aponta-estudo-da-fiocruz.ghtml>. Acesso em: 14 out. 2025.

GOMES, Nilma Lino. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. **Revista de Filosofia Aurora**, vol. 33, no. 59, 2021.

LOPES, Ana Maria D´Ávila. Gênero: fator de discriminação na teoria e prática dos direitos fundamentais das mulheres. **Nomos**, v.11, p.54, fev. 2006.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Ângela Paiva. et al.(org.) **Gêneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 19-36.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MENDONÇA, Jeniffer. O que foi o Massacre de Paraisópolis. **Ponte**, 30 nov. 2023. Disponível em: <https://ponte.org/o-que-foi-o-massacre-de-paraisopolis/>.

MOREIRA, Adilson José. **Racismo recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Dandara, 2022.

PEREIRA, Vera Wannmacher. A predição na teia de estratégias de compreensão leitora. **Confluência**. Rio de Janeiro: Instituto de Língua Portuguesa. v. 1, 2012, p. 81-91.

PONTE. PM pede esclarecimento a colégio por usar charges críticas à polícia em prova. **Ponte**, 5 set. 2020. Disponível em: <https://ponte.org/pm-pede-esclarecimento-a-colegio-por-usar-charges-criticas-a-policia-em-prova/>. Acesso em: 14 out. 2025.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOUSA, Kátia Menezes de; FERNANDES JÚNIOR, Antonio; PIRES DA PAIXÃO, Humberto. (2023). A noção de enunciado na análise discursiva foucaultiana e a possibilidade de uma concepção de leitura outra. **Letras em Revista**, 14(01). Disponível em: <https://letrasemrevista.uespi.br/index.php/inicio/article/view/33>. Acesso em: 11 out. 2025.

VEYNE, Paul. **Foucault: o pensamento, a pessoa**. Lisboa: Texto & Grafia, 2009.

WESTRUP, Ana Carolina. Na tevê e nas ruas, gatilho contra jovens é disparado todo dia. **Carta Capital**, São Paulo, 19 mai. 2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/na-televisao-e-nas-ruas-o-gatilho--contra-jovens-negros-e-disparado-todo-dia-700/>. Acesso em 14 out. 2025.

Relações de saber-poder nos discursos sobre o sujeito gay indígena: Um olhar sobre o perfil do Instagram de Gilmar Mendes Guajajara

Giordan Victor Santos Costa¹

Rafaela Cláudia dos Santos²

Antonio Genário Pinheiro dos Santos³

Introdução

Nas condições históricas do presente, a emergência de sujeitos indígenas LGBTQIAPN+ no espaço digital tem desestabilizado fronteiras históricas que oscilam entre o apagamento e a resistência. As redes sociais, em especial o Instagram, vêm se configurando como arenas discursivas, espaços de visualidades e discursividade em que identidades dissidentes são performa-

1. Mestrando no Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (PPgEL) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

2. Doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (Proling) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB/bolsista CAPES).

3. Doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente do Curso de Letras da Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó (Feles), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

das, entram em rotas de evidência e são assim ressignificadas. No contexto brasileiro, marcado por uma trajetória colonial de silenciamentos e de controle, a aparição pública de indígenas gays representa a inscrição de corpos historicamente interditados e, ao mesmo tempo, um gesto político que desafia as estruturas normativas de gênero, sexualidade e etnicidade.

No escopo dessa problemática, o presente estudo busca oportunizar a reflexão acerca dos discursos sobre sexualidade, gênero e etnicidade que abordam o universo dos sujeitos indígenas, considerando a performatividade na rede social Instagram. Busca-se dizer da existência e do imbricamento de relações de saber-poder que atravessam as práticas discursivas, produzindo modos de vida indígenas dissidentes, especialmente no que respeita à experiência de ser indígena e gay. Para tanto, a fundamentação teórica e metodológica está ancorada nos estudos discursivos foucaultianos, a qual sustenta a análise linguístico-discursiva do perfil @gilmar_mendes_guajajara e que dá suporte à seguinte questão central: como os discursos sociais e institucionais produzem e regulam a identidade do sujeito indígena gay, e de que modo esse sujeito reinscreve sentidos por meio de práticas discursivas digitais?

A escolha metodológica pelo procedimento arqueogenealógico, conforme Foucault (2005, 2009), permite examinar, sob o prisma da descrição e interpretação, a discursividade que assegura os atravessamentos históricos da violência colonial contra corpos “anormais” (Foucault, 2001), além dos modos atuais de subjetivação e resistência do sujeito indígena. A partir desse método, busca-se compreender as contingências históricas e sociais, refletidas em condições de possibilidade, que fazem emergir determinadas práticas discursivas ligadas à evidência e também ao silenciamento de dizeres e sentidos. Com vinculação aos postulados foucaultianos, parte-se da investida de descrever um para-

digma de poder com vistas a observar de que maneira os corpos, as condutas do dia a dia, os comportamentos sexuais e o desejo são construções históricas constituídas e perpassadas por discursos científicos e teóricos que, por sua vez, se ligam e se atrelam a muitos sistemas de poder, eles próprios, atravessados e alimentados entre si (Foucault, 2006).

Nesse percurso, são articulados conceitos de dispositivo de sexualidade (Foucault, 2023a), objetivação e subjetivação (Foucault, 2009), colonialidade do poder (Quijano, 2005) e colonialidade do gênero (Lugones, 2008), além das contribuições atreladas às reflexões de Bento (2006), Munduruku (2021) e Krenak (2019). Dessa forma, a presente discussão vem ressaltar as negociações entre tradição e performatividade, ratificando como a presença digital de sujeitos indígenas gays desloca narrativas coloniais e contemporâneas que oferecem espaços e modos de subjetivação, bem como lugares discursivos segundo os quais são dicotomizados o “ser indígena” e o ser “LGBTQIAPN+”. Ao tomar o perfil de Gilmar Mendes Guajajara como objeto de análise, pretende-se compreender como práticas de resistência, inversões e novas formas de existência se inscrevem no espaço digital, transformando o Instagram em uma arena de visibilidade, de trânsito de saber-poder, bem como de disputa e reinvenção de modos de vida na sociedade.

No tocante à sua disposição e organização, após a apresentação desses nortes de pesquisa que introduzem o percurso investigativo, este capítulo mobiliza três momentos de reflexão teórica a partir dos quais se discorre (i) sobre a subjetividade e objetividade do sujeito indígena, (ii) sobre a arqueogenealogia da violência colonial e a questão da resistência LGBTQIAPN+, e (iii) sobre a performatividade de gênero via dispositivo da sexualidade com especial destaque para o surgimento dos corpos dissidentes. Na sequência, tem-se a reflexão sobre a problemática das reminis-

cências do sujeito gay indígena à luz do gesto de leitura linguístico-discursiva que subsidia a análise do perfil @Gilmar_Mendes_Guajajara. Por fim, nas considerações finais, retoma-se o objetivo do trabalho e as direções epistemológicas trazidas à baila. Nessa parte, são pontuadas as contribuições do trabalho e seu fomento para estudos e pesquisas afins.

I Discurso, objetividade e subjetividade: a sexualidade indígena no escopo da mídia

Neste estudo, toma-se o discurso como instância de positividade, compreendendo-o enquanto lugar de produção de sentidos, capaz de mobilizar subjetividades e instaurar regimes de verdade. Nesse enquadramento, torna-se fundamental reconhecer a natureza, simultaneamente apriorística e histórica, que lhe é constitutiva. Assim, observa-se que:

O discurso não é, portanto, o fundo interpretativo comum a todos os fenômenos de uma cultura. Fazer aparecer uma forma não é uma maneira desviada (mais sutil ou mais ingênua, como se queira) de dizer alguma coisa. Naquilo que os homens fazem tudo não é, no fim das contas, um ruído decifrável. O discurso e a figura têm cada um, seu modo de ser; mas eles mantêm entre si relações complexas e embaralhadas. É seu funcionamento recíproco que se trata de descrever (Foucault, 2000, p. 78).

Desse modo, ao compreender o discurso como prática que não apenas representa, mas produz realidades, torna-se possível apreender que sua materialidade está intrinsecamente implicada nas relações de poder que atravessam o tecido social. Não se trata, portanto, de buscar sentidos ocultos por trás do que é dito, mas de analisar as condições de possibilidade que fazem emergir determinados enunciados em detrimento de outros, bem como

os efeitos que produzem nos modos de ver, dizer e existir. É nesse entrelaçamento entre discurso, sentidos, saber, poder e vontades de verdade que se delineiam processos de objetivação e subjetivação, por meio dos quais os sujeitos são constituídos historicamente, evidenciando o caráter dinâmico e difuso dessas relações.

Em *Microfísica do Poder*, Foucault (2009) enfatiza que o poder não é algo fixo, mas circula, é dinâmico, difunde-se, propagando-se pelas instituições, objetivando e subjetivando os sujeitos ao atravessar e perfazer suas vidas, assim como os modos de existência. Esse movimento de objetivação/subjetivação consiste em transformar os indivíduos em objetos de saber, de intervenção e de classificação, processo que historicamente incidiu sobre os povos indígenas por meio de instituições como o Estado, a Igreja, a escola, a ciência e, mais recentemente, a mídia. Somando-se a esse cenário, na sociedade de hoje, as redes sociais operam de forma potente produzindo e fazendo circular discursos que organizam e regulam os modos de vida, funcionando como arenas em que a objetividade e a subjetividade se entrecruzam. É nesse espaço midiático que se atualizam os enunciados coloniais sobre a sexualidade indígena, ora reforçando silenciamentos e estigmas, ora abrindo frestas de resistência e reinvenção.

Nessa perspectiva, Lisboa e Neves (2023) analisam o dispositivo da colonialidade no tocante ao imbricamento de relações de poder e de saber que ele suscita. Os autores abordam o dispositivo da colonialidade como um conjunto de práticas repressoras que, desde o início da invasão europeia, buscaram controlar a existência indígena em todas as suas dimensões. Aqui não se trata apenas de interpretar a sexualidade como uma esfera isolada, mas de incluí-la como elemento central dos processos de objetivação e subjetivação. A sexualidade é, como lembra Foucault, no conjunto de sua obra a *História da Sexualidade* (2023a, 2023b, 2023c, 2023d) um dos campos mais interditados do discurso, ao

lado da política, porque nela se inscrevem com maior intensidade os mecanismos de regulação e disciplinamento dos corpos. Neste ínterim, é preciso considerar que o imaginário colonial, ao impor uma matriz heteronormativa e cristã no ocidente, objetivou as formas de viver indígenas e interditou práticas dissidentes, classificando-as como anormais, pecaminosas ou criminosas. A execução de Tibira do Maranhão⁴, no século XVII, é um exemplo desse processo de objetivação repressiva, na medida em que a homossexualidade indígena foi criminalizada em nome da moralidade cristã e da colonização dos corpos.

Contudo, a resistência indígena mostra que tais mecanismos não se impuseram de forma absoluta. Há mais de cinco séculos, os povos originários têm reinventado estratégias de existência frente à colonialidade, transformando os próprios dispositivos de poder em espaços de resignificação. É nesse ponto que a reflexão de Courtine (2023, p. 22) se torna fundamental: “todos os corpos são constituídos por marcas de raça e de classe, de sexo e de gênero, de tempo e de espaço”. Isto é, ao incluir a sexualidade como marca constitutiva e não acessória, compreende-se que os corpos indígenas não são apenas alvos da dominação, mas suportes materiais nos quais se inscrevem múltiplas camadas históricas e sociais, atravessadas pela violência colonial, pela racialização, pela performatividade de gênero e pelas temporalidades de suas culturas.

Bento (2006) observa que a regulação dos corpos dissidentes não se separa das hierarquias raciais, pois a sexualidade no

4. Tibira do Maranhão foi a primeira vítima fatal documentada da homofobia no Brasil. Sua execução aconteceu em 1614, motivada por sua sexualidade. Tibira é o termo tupi para se referir a um homossexual. Pertencente à etnia Tupinambá, sua existência foi perseguida pelo projeto do Estado Colonial. Tibira do Maranhão ficou conhecido como Mártir indígena gay. Cf. *A dissidência de gênero no contexto indígena do Brasil colonial protagonizado pela personagem Tibira do Maranhão* (Oliveira e Dias, 2025). Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/norteamentos/article/view/13403/9393>. Acesso em: Set. 2025.

Brasil sempre foi atravessada pelo racismo estrutural e pelo pacto da branquitude, que define quais corpos são inteligíveis e quais permanecem abjetos. Nesse sentido, o corpo indígena gay é interditado por desafiar normas de gênero e sexualidade e, de igual modo, por carregar marcas raciais que o situam em posição de subalternidade em relação à norma branca, heterossexual e cristã. A colonialidade, portanto, atua como uma tecnologia de exclusão que articula raça, gênero e sexualidade em um mesmo campo de poder, reforçando a marginalização enquanto nega a pluralidade das existências indígenas.

Pensar a sexualidade indígena nesse escopo implica compreender que o corpo do sujeito indígena gay carrega marcas da colonização e de seus interditos, mas se reinscreve como território de luta e memória. Nas redes sociais, esses corpos performados tornam-se visíveis e deslocam os discursos normativos, mostrando a permanência dos mecanismos coloniais de controle ao mesmo tempo em que descortinam práticas de subjetivação que ressignificam as marcas deixadas pela história e afirmam novas formas de existir.

Nesse ponto, a subjetividade se mostra como lugar de enfrentamento. Foucault (2023a) entende a subjetivação como o processo pelo qual os sujeitos se constituem em relação a práticas normativas, podendo internalizá-las ou ressignificá-las. No caso da sexualidade indígena, observa-se um movimento em que sujeitos indígenas LGBTQIAPN+ utilizam as redes sociais para performar suas identidades, inscrevendo seus corpos e afetos em uma cena pública marcada por disputas. A mídia, que muitas vezes objetifica e folcloriza a figura do indígena, constitui-se também como espaço de resistência, onde se produzem contra-discursos e sentidos em luta e visibilidades insurgentes. Nessa arena, o corpo indígena gay não aparece apenas como objeto de estudo ou de estigma, mas como sujeito ativo que reinscreve sua presença no espaço social.

Diante disso, torna-se necessário situar essas práticas de visibilidade e resistência em uma trama histórica mais ampla. As disputas em torno das sexualidades indígenas não são fenômenos recentes, mas estão imbricadas em processos de violência, normatização e silenciamento, inscritos e tomados em acontecimentos histórico e discursivos, produzidos desde o período colonial. Nesse sentido, o tópico a seguir mobiliza uma perspectiva arqueogenealógica para examinar a constituição dessas violências e as formas de resistência indígena LGBTQIAPN+.

2 Arqueogenealogia da violência colonial e a resistência indígena LGBTQIAPN+

O caso de Tibira do Maranhão se destaca como um marco inaugural na genealogia da violência colonial contra corpos e sexualidades dissidentes no território que hoje corresponde ao Brasil. Em 1614, no contexto da colonização francesa no Maranhão, Tibira, indígena do povo Tupinambá, foi executado sob a acusação de sodomia. O frade capuchinho Yves d'Évreux registrou o episódio como exemplar da aplicação da moral cristã aos costumes bárbaros dos nativos, articulando a conversão religiosa à punição física. Esse registro não é neutro: opera como documento-colonizador, fixando a narrativa europeia como a única versão legítima do fato, ao mesmo tempo em que silencia a voz e a cosmologia do sujeito indígena sentenciado.

Séculos depois, Luiz Mott (1993) resgatou e nomeou a vítima como Tibira, termo que, no tupi, carregava conotação depreciativa para designar homens que mantinham relações sexuais com outros homens, e que mais tarde foi transformado em símbolo da resistência indígena LGBTQIAPN+. Esse resgate não é apenas historiográfico, mas constitui um ato político e epistêmico que confronta o que Quijano (2005) denomina colonialidade do

poder, sistema de hierarquização racial, de classe, de gênero e de sexualidade que sustenta o projeto moderno-colonial.

Maria Lugones (2008), ao desenvolver a noção de colonialidade do gênero, explicita como o processo colonial destruiu sistemas de organização social que reconheciam múltiplos gêneros e sexualidades, impondo a matriz binária ocidental e heteronormativa como norma universal. Essa imposição não se limitou a leis e instituições: incidiu diretamente sobre corpos e subjetividades, criminalizando práticas que escapavam ao modelo cristão-europeu e reconfigurando o imaginário social dos povos originários. Nesse contexto, a execução de Tibira pode ser compreendida como parte de um dispositivo de controle colonial voltado à erradicação das diferenças em nome da civilização. Trata-se, neste caso, de um exemplo do uso da violência sexual como instrumento de materialização da prática de genocídio cultural indígena, conforme defende Smith (2005).

Vale mencionar que, antes da colonização, diversas sociedades indígenas no território americano reconheciam papéis sociais e identidades múltiplas, hoje compreendidos como expressões LGBTQIAPN+. No contexto norte-americano, o conceito de *Two-Spirit*, analisado por Driskill (2016), tem sido mobilizado para recuperar memórias de pessoas que ocupavam funções espirituais, sociais e políticas fora do binarismo ocidental, articulando sexualidade, gênero e espiritualidade como dimensões inseparáveis. Embora o termo não seja aplicável de forma direta aos povos originários do Brasil, ele oferece uma chave comparativa para compreender a diversidade presente nas cosmologias indígenas do Sul Global, frequentemente suprimidas ou reinterpretadas sob a ótica missionária.

Contudo, é importante considerar que, no Brasil, a escassez de registros sobre tais experiências não significa nulidade ou inexistência, mas sim o resultado de um processo de apagamento sis-

temático. Como ressalta Bento (2006), a produção de narrativas dominantes sobre sexualidade sempre envolveu a patologização e a exclusão de corpos dissidentes, o que, no contexto colonial, se intensificou com a destruição de epistemologias indígenas. Esse apagamento é também denunciado por Munduruku (2021), ao afirmar que a colonização não apenas roubou territórios, mas também sequestrou modos de narrar e compreender o mundo.

Nas condições históricas da sociedade contemporânea, a retomada à Tibira como símbolo da resistência indígena LGBTQIAPN+ expressa uma ação insurgente de memória e reapropriação identitária. O Coletivo Tybyra⁵, criado em 2019 e composto por indígenas LGBTQIAPN+ de diferentes etnias, atua na intersecção entre gênero, sexualidade, território e ancestralidade, rompendo com a falsa dicotomia entre ser indígena e ser LGBTQIAPN+. Essa luta evidencia que a colonialidade não cessou com o fim formal do colonialismo: ela persiste no presente como violência epistêmica, ao negar a pluralidade dos modos de ser indígena e sexualmente dissidente.

Assim, recontar a história de Tibira é mais que revisitar um evento do passado: é inscrever no presente uma crítica à estrutura colonial que fundou o Brasil sobre sangue, silenciamento e exclusão. Como propõe Krenak (2019), trata-se de “adiar o fim do mundo” por meio da recriação de modos de vida alicerçados em cosmologias que não se pautam pela hierarquia, pela normalização e pelo extermínio da diferença. Nesse horizonte, a existência LGBTQIAPN+ indígena não apenas resiste ao preconceito contemporâneo, mas desafia a lógica mesma da modernidade/colonialidade, convertendo memória em projeto de futuro.

5. O coletivo Tybyra é considerado uma referência nacional na defesa dos direitos das pessoas indígenas LGBTQIAPN+. Seu principal objetivo é o acolhimento, visibilidade e promoção dos direitos indígenas dentro do recorte sobre gênero e sexualidade. Cf. *Articulação dos povos indígenas do Brasil*. Disponível em: <https://apiboficial.org/2025/04/09/coletivo-tybyra-realiza-ato-memoria-justica-e-resistencia-indigena-lgbtqia-no-atl/>

2.1 Corpos dissidentes: o sexo, a performatividade de gênero e o dispositivo da sexualidade

Os imbricamentos relativos ao gênero e à sexualidade atravessam as práticas sociais dos sujeitos, em atos linguísticos, biológicos e culturais de forma evidente ou velada. Desde os primórdios da categorização desses aspectos, nota-se que há a busca por uma essência que defina o sujeito nos pressupostos binários do sexo (masculino e feminino), assim como do gênero (homem e mulher) e da sexualidade (hétero e homossexual).

Em seu trabalho mais reconhecido, Simone de Beauvoir (2019a; 2019b) trata do feminino ante o masculino mediante uma dualidade inerente ao sexo e ao gênero, afirmando, em sua célebre frase, que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (2019b, p.11). Com esse postulado, Beauvoir rompe com o determinismo biológico relativo à categorização de homem e mulher que imperava na época, o qual representava, reconhecia e designava a *mulher* como tal por aparatos do sexo, isto é, critérios puramente biológicos.

No pensamento da autora, o gênero é construído. Logo, a mulher integra-se à esta categoria mediante práticas culturais que definem seu gênero. Para isso, no entanto, a autora pressupõe a mulher como o *Outro*, um ser linguisticamente e biologicamente marcado, enquanto o masculino não o era. Em suas palavras, “isso é o que caracteriza fundamentalmente a mulher: ela é o Outro dentro de uma totalidade cujos dois termos são necessários um ao outro” (Beauvoir, 2019a, p.16).

No entanto, lançando mão de uma nova acepção para o *gênero*, a autora Judith Butler (2022) faz uma crítica à percepção de Beauvoir, liquefazendo o determinismo cultural que levaria o sujeito a ser determinado a partir de sua cultura, resultando, por

sua vez, em práticas mais refinadas, imperceptíveis. Para a autora (2022), o gênero é um ato performativo que tem sido ensaiado exaustiva e discursivamente. Além disso, esses atos existem como execução de um roteiro que permeia as práticas discursivas e sociais do sujeito, o qual existe independentemente dos atores que o interpretam, mas que, ao mesmo tempo, precisa deles para ser constantemente atualizado e reproduzido como realidade (Butler, 2022).

Na leitura de Butler as relações culturais contribuem, portanto, para a formação e definição do gênero, de modo que coloca tal vocábulo como produto das relações humanas e não como uma essência inerente. Logo,

[...] o gênero não deve ser construído como uma identidade estável ou um *locus* de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma *repetição estilizada de atos*. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanentemente marcado pelo gênero (Butler, 2022, p. 242, grifos da autora).

Nessa perspectiva, a rigor, todos performam determinado gênero que se ausenta do espaço do binário e se choca com o plural, com outras definições. Portanto, nesses pressupostos, nenhum sujeito estaria desvinculado de tais práticas performativas. Assim, a regra que normatiza o gênero para a sociedade não indígena é a mesma que regulariza os indígenas, principalmente no escopo da mídia, uma vez que

Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são *performativos*, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são

fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos (Butler, 2022, p. 235, grifos da autora).

Com efeito, as práticas culturais que se circunscrevem no seio dos povos originários são performativas, mas não necessariamente idênticas à sociedade em geral. À vista disso, pode-se afirmar que os aspectos que incidem sobre os corpos dos demais sujeitos são os mesmos que incidem sobre os de Gilmar Mendes Guajajara. O influencer performatiza, em seu perfil do Instagram, aspectos que o ligam ao feminino, mas que não o tornam uma mulher, e sim um homem gay indígena afeminado. Isso se dá, especialmente quando o sujeito é visto dentro do aspecto midiático, pois sua imagem representa muito do sujeito indígena contemporâneo, que não se atrela somente ao estereótipo indígena estabelecido pelo saber colonial.

Isto posto, vale voltar à Butler a fim de encontrar o conceito de representação. Em suas palavras, a representação é “a função normativa de uma linguagem que revelaria ou distorceria o que é tido como verdadeiro sobre a categoria das mulheres” (2022, p.18). Nessa direção, sob o olhar do nosso objeto de análise, nota-se que a representação do sujeito indígena é, por vezes, posta em questionamento e suspeição, devido aos signos que o definem como tal e, neste caso, subvertem sua identidade e representação por aspectos do gênero e da sexualidade. Ademais, Gayle Rubin, no livro *O Tráfico de Mulheres: notas sobre economia política do sexo*, postula que o “gênero não é apenas uma identificação com um sexo; ele também supõe que o desejo sexual seja direcionado ao outro sexo” (1993, p.12). Esse discurso afirma que há uma estreita ligação do gênero com a sexualidade, sendo ambas as partes constituintes de um sujeito, que, nas palavras de Foucault, encontra-se no seio de uma dispersão de saberes e no batimento entre poderes determinados.

Vale destacar que não é comum abordar a sexualidade indígena fora dos padrões masculinistas heteronormativos. Assim sendo, no seio da evidência social, persevera a leitura de que os povos originários se constituem como os demais, em uma heteronormatividade compulsória (Butler, 2022). Há, no entanto, uma questão de representação, na qual Gilmar Mendes Guarajara se inscreve. Gilmar põe em relevo a questão da genericidade e da sexualidade de modo que sua simples existência é uma ruptura do que se compreende como esperado ou padrão nos moldes da tradição indígena.

Aqui, retoma-se Foucault (2023a) para quem a sexualidade não é um constructo natural e vinculado à essência, mas sim uma amálgama estabelecida a partir da relação de saberes e poderes que se manifestam através de instituições, documentos, sujeitos e discursos. Na perspectiva foucaultiana, a sexualidade mostra-se como uma prática social e histórica, haja vista que

[...] se é verdade que a “sexualidade” é o conjunto dos efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos, nas relações sociais, por um certo dispositivo pertencente a uma tecnologia política complexa, deve-se reconhecer que esse dispositivo não funciona simetricamente lá e cá, e não produz, portanto, os mesmos efeitos (Foucault, 2023a, p. 139).

Assim, os efeitos de uma sexualidade dissidente, tomando aqui a heteronormatividade como base das práticas sociodiscursivas, não estão somente em comunidades não indígenas, mas também se circunscrevem a práticas dos povos originários. A visão sobre esse dispositivo se emaranha de forma semelhante às pessoas não indígenas, uma vez que ambas as culturas condenam tais práticas subversivas, rotulam identidades e regularizam condutas. Foucault observa que a sexualidade outrora calada, muda, reservada ao quarto, agora abre-se de modo gradativo. Assim, cria-se o que

o autor denomina de *Dispositivo da Sexualidade*, o qual regula-
menta práticas e discursos acerca do sexo (Foucault, 2023a). Essa
regulamentação pode passar por permissão e/ou interdição dos
discursos, os quais são vistos nos dizeres de e sobre Gilmar Men-
des Guajajara, conforme apresenta o tópico a seguir.

3 As reminiscências do sujeito gay indígena à luz de Gilmar Mendes Guajajara

Gilmar Mendes Guajajara é um indígena gay pertencente à
etnia Guajajara, originária da região do Maranhão, Brasil. Seu
perfil no Instagram destaca-se como um espaço de visibilidade
e performatividade de sujeitos historicamente marginalizados.
Gilmar ganhou notoriedade recentemente ao participar do *Rea-
lity Show Rancho do Carlinhos Maia*, influenciador digital de
grande repercussão, o que ampliou significativamente sua pre-
sença nas mídias digitais. Atualmente, seu perfil conta com 527
mil seguidores, um número relativamente expressivo no contex-
to dos influenciadores digitais brasileiros.

O conteúdo produzido por Gilmar é majoritariamente com-
posto por *reels*, formato de vídeo curto e dinâmico que permite
interação rápida com os seguidores. Grande parte desses vídeos
surgem a partir de “caixas de perguntas”, ferramenta que pos-
sibilita aos internautas enviar dúvidas ou questionamentos so-
bre diversos aspectos de sua vida. As perguntas frequentemente
abordam sua sexualidade e identidade indígena, temas que Gil-
mar trata com humor e criatividade, criando um espaço de des-
construção de estereótipos e de negociação de normas sociais.

Sob uma perspectiva foucaultiana, o perfil de Gilmar pode ser
lido como um atravessamento de múltiplos dispositivos — co-
lonial, midiático, racial e sexual — nos quais atua de forma re-
sistente, utilizando o humor como estratégia. Ele expõe as ne-

gociações entre tradição, identidade étnica e performatividade sexual, ao mesmo tempo em que subverte os regimes de verdade impostos pela colonialidade, pelo racismo e pela heteronormatividade. A maneira como mobiliza o humor e a interatividade nas redes funciona como um mecanismo de fuga desses dispositivos, permitindo sua subjetivação e fazendo com que os seguidores se tornem participantes ativos na construção de sentido sobre sua vida, suas escolhas e sua corporeidade. Em outras palavras, o perfil atua como um espaço discursivo, no qual práticas de resistência e afirmação identitária são constantemente negociadas e produzidas, conforme disposto a seguir.

Figura 1: Print do perfil @gilmar_mendes_guajajara agradecendo a Carlinhos Maia



Fonte: Autores, 2025

Figura 2: QR Code para acessar o vídeo



Fonte: Autores, 2025

O *reel* analisado⁶ apresenta Gilmar Mendes Guajajara, por meio de recortes de vídeos, agradecendo a Deus e a Carlinhos Maia pela oportunidade de participar do referido *Reality Show*, que impulsionou a sua carreira como digital influencer. Nesse momento, é imprescindível analisar o movimento de sentidos e os efeitos então oportunizados para, via interpretação e descrição do discurso, ser possível alcançar as relações veladas emergentes mediante o discurso de agradecimento de Gilmar. Para tanto, vale ressaltar que o influencer Carlinhos Maia convida para o seu *Rancho* somente aquelas figuras que, segundo ele, possuem potencial, habilidades de comunicação ou chamam a atenção do público por algum motivo, gerando engajamento, visualizações e repercussão para o *Reality Show*.

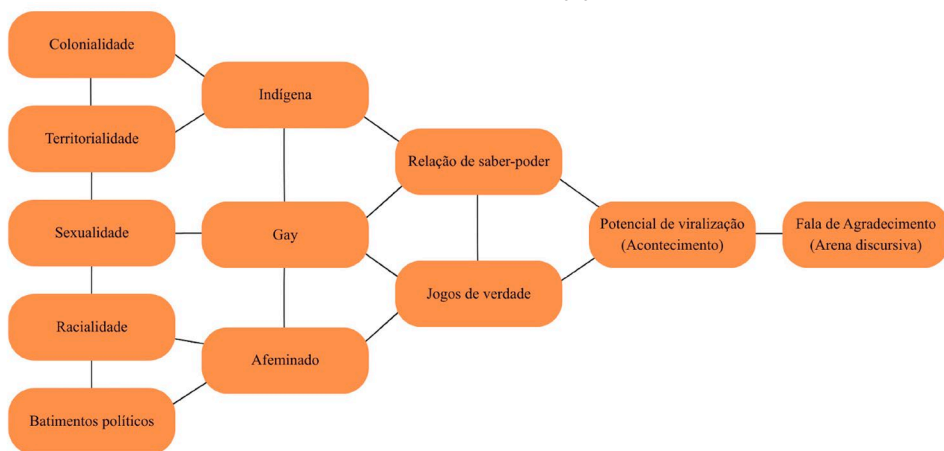
Logo, podemos entender a relação clara entre a participação de Gilmar Guajajara e seu ingresso no programa, que não foi um mero acaso, mas uma escolha com tramas e objetivos, que levam em consideração as principais excentricidades do comunicador social como elemento potencializador de audiência e repercussão. Sendo assim, a origem e as preferências sexuais do influencer, que o subjetivam, bem como suas vestimentas e modo de ser indígena gay influencer, são pontos cruciais, marcas e indícios que concorrem para sua posição de sujeito no *Rancho* e na mídia, uma vez que seus arquétipos e trejeitos são índices de uma subjetividade inscrita no jogo de visibilidade das redes sociais, capaz de chamar a atenção e prender o espectador nos stories, fazendo-o, assim, viralizar.

Pode-se inferir, portanto, que o agradecimento de Gilmar a Deus e a Carlinhos Maia revolver reminiscências acerca de sua história, colocando-o em destaque, visibilidade, validando sua identidade e tudo que vem junto a ela, como pode ser observado no

6. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DLm5G8qOfEN/?igsh=eWR1M3Z-zOWJzMDBy>. Acesso em 01 out. 2025.

esquema a seguir, que mimetiza a relação entre o ato de agradecer de Gilmar (conforme *reel* da figura 1) às relações veladas que o colocaram nesta posição de sujeito apto a verbalizar seu discurso.

Esquema 1 – Rede de imbricamentos no discurso de agradecimento de Gilmar Mendes Guajajara.



Fonte: Autores, 2026

Neste tocante, o discurso de agradecimento de Gilmar Mendes Guajajara é constituído numa complexa rede de relações que retoma a constituição histórica de discursos sobre o sujeito indígena, seu posicionamento em redes de memória a partir do contexto brasileiro, os sentidos e modos pelos quais esse sujeito é dito e trazido ao escopo da visibilidade pública, via rede social. Tais nuances são consideradas no funcionamento de dispositivos que materializam relações de poder e de saber que vêm, portanto, determinar o que pode e deve ser dito sobre o sujeito indígena gay nas condições societárias do presente.

No respectivo discurso de agradecimento, o indígena menciona ainda que o dinheiro recebido está sendo investido na construção de sua casa, mostrando uma dimensão prática e cotidiana de sua vida, que só foi possível alcançar a partir da exposição do

conteúdo sobre sua identidade e sexualidade. O vídeo alcançou mais de um milhão de visualizações, ressaltando a grande repercussão de sua presença digital.

Entre os recortes do vídeo acima, destaca-se um enunciado que chama atenção: “Índigena maranhense viraliza nas redes sociais ao dizer que vai fechar rodovia entre Grajaú e Barra do Corda”. Esse recorte cria um efeito de viralização e choque midiático, conectando o cotidiano local às lógicas globais de consumo de conteúdo digital. Sob uma perspectiva foucaultiana, podemos relacionar esse episódio ao conceito de acontecimento: trata-se de um momento que rompe com a normalidade discursiva, gerando repercussões e desestabilizando as relações de poder, ao mesmo tempo em que mostra o caráter imprevisível das interações sociais e midiáticas. O enunciado funciona como catalisador de engajamento político de resistência, pois provoca reflexões sobre territorialidade, visibilidade indígena e disputas de poder simbólico.

Alcançado na materialidade fílmica do *reel* do Instagram, esse enunciado pode ser interpretado como um mecanismo de visibilidade e negociação de poder. É, ao agradecer publicamente e expor conquistas pessoais, que Gilmar movimenta-se em direção a sua subjetividade, no sentido de dialogar e ocupar a posição de sujeito que lhe foi reservada discursivamente e a partir da dizibilidade atrelada à rede social. Nessa operação, o sujeito encontra sua sexualidade dissidente, sua origem e etnia, que, de forma estratégica, mobilizando o humor, mesclam-se a questões do cotidiano e dão destaque às conquistas materiais a fim de construir uma narrativa de si, positiva e aspiracional. Assim, o conteúdo cria um espaço discursivo no qual normas sociais e estereótipos sobre indígenas e pessoas LGBTQIAPN+ são questionados, enquanto os seguidores se tornam participantes ativos, reagindo, comentando e compartilhando o vídeo.

O recorte polêmico sobre o fechamento da rodovia ressalta como colonialidade e curiosidade racializada influenciam a circulação de seu conteúdo. Gilmar articula elementos de sua ancestralidade, posição social e performatividade sexual, transformando a repercussão digital em um mecanismo de resistência simbólica e afirmação identitária, ao mesmo tempo em que evidencia tensões com os dispositivos de poder que historicamente limitam sujeitos dissidentes. Portanto, a atuação de Gilmar Mendes Guajajara, enquanto sujeito indígena gay, vincula-se à produção de saberes e à problematização das normas sociais no âmbito de sua presença digital.

Dessa forma, a discursividade atrelada ao *post* na rede social dá suporte e constitui um instrumento performativo, por meio do qual se articulam negociações entre tradição, visibilidade e resistência, consolidando Gilmar Mendes Guajajara como sujeito influente nas mídias digitais, capaz de impactar debates sobre identidade, ancestralidade, sexualidade, engajamento político e visibilidade indígena. Nesse sentido, o choque, o batimento com os poderes que o digital influenciar indígena provoca e oportuniza, não é aleatório; ele se sustenta na produtividade de seus conteúdos, que articulam sexualidade, humor e elementos do imaginário místico.

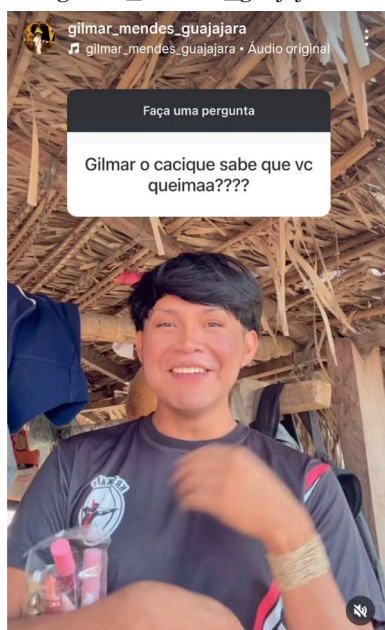
Como o próprio Foucault (2023a, 2023b) observa, a sexualidade, embora fortemente interdita, constitui um dos campos mais atravessados por discursos. A curiosidade em torno da figura de um indígena gay e da possibilidade de um sujeito indígena performar sua sexualidade fora das normas heteronormativas coloca em relevo o embate com os saberes e poderes historicamente engendrados pelo dispositivo colonial e pelo dispositivo da sexualidade. Além disso, é possível dizer que tal misticismo e os preconceitos que o atravessam são, em seguida, recodificados e intensificados pelo dispositivo midiático, instaurando um ciclo no qual a atenção dos internautas é capturada e mobilizada.

Nesse processo, o engajamento digital ultrapassa a simples viralização de conteúdos humorísticos ou cotidianos: ele resulta de um jogo de poder e visibilidade, em que a performance identitária de Gilmar Mendes Guajajara desdobra confrontos entre tradição, colonialidade e normatividade sexual, produzindo efeitos de resistência e de questionamento social.

Na continuidade da análise dos discursos atrelados ao perfil do influencer, é notório que a temática da sexualidade e do gênero representa tópicos bastante discutidos no conteúdo do criador, uma vez que esse assume diversas posições de sujeito, tais como indígena, gay, influenciador, sujeito afeminado etc.

Nessa direção, um outro vídeo foi escolhido, no qual traz a tônica do discurso em torno da sexualidade (o *print* pode ser visualizado abaixo, assim como o produto audiovisual através do QR code).

Figura 3: Print de um *reel* do perfil @gilmar_mendes_guajajara



Fonte: Instagram, 2025

Figura 4: QR Code para acessar o vídeo analisado



Fonte: Autores, 2025

O *reel* em questão é uma resposta a um internauta que, ao utilizar o recurso da Caixa de Perguntas do Instagram, de forma anônima, formulou o seguinte questionamento:

Questionamento:

Gilmar o cacique sabe que você queimaa????

Com o questionamento do seguidor acima, é possível retomar à célebre frase de Foucault (2014, p. 25) quando ele menciona que “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”. Assim, a significação do vocábulo “queima” associada a Gilmar enquadra-o na narrativa de um homem gay passivo, tendo em vista o contexto discursivo da sexualidade, reafirmando a recorrência do uso da expressão que designa aos homens gays, de forma frequente. Ademais, utilizando o humor como estratégia de subversão, percebe-se que tal questionamento possui o intuito de descredibilização ou de chacota com a imagem de Gilmar, sob o prisma do risível, diante de seus seguidores.

Tem-se, nessas condições, o jogo de memória que, pela retomada de dizeres e sentidos, no escopo da interdiscursividade, relaciona e caracteriza os indivíduos os quais, por terem assumido a passividade, são relacionados à mulher (Beauvoir, 2019a, 2019b), resguardando à figura do homem a posição canônica de sujeito ativo da relação.

Isto pode ser observado após assistir ao vídeo (figura 4), de modo que se identifica que Gilmar Guajajara performa, como expresso por Butler (2022), uma feminilidade excessiva, atrelando-a ao caricato, por meio de atos: o passar do batom vermelho e do gloss na boca e o delineador de cílios; gestos: o movimento do corpo e das mãos e os beijos enfáticos lançados ao público, realçados pela maquiagem; e atuações: o grito cantarolado. Essa performance, que desafia as fronteiras de gênero e a expressivi-

dade, explícita como determinadas formas de subjetivação ainda podem provocar deslocamentos, especialmente em contextos em que tais expressões não são socialmente comuns.

Embora muitos povos indígenas rompam com práticas impostas pela colonialidade, como a monogamia, o patriarcado e o modelo familiar nuclear, a performance de um sujeito identificado como gay, nos moldes da cultura ocidental, também não é comum nessas comunidades. Portanto, ainda que existam registros de práticas homoeróticas e de diversidade sexual entre povos como os Tupinambás, Bororos, Tikunas, Guaicurus, Xambioás e Nambiquaras (Fernandes, 2018), a categoria *homossexual* é, em si, uma construção moderna, produzida por discursos que organizam a sexualidade dentro de um regime de saber-poder. Assim, de acordo com Foucault (2023a), o dispositivo da sexualidade fabrica identidades e normaliza corpos e comportamentos, estabelecendo fronteiras do que é compreendido como aceitável. Desse modo, mesmo entre os povos indígenas, a figura de um sujeito que se reconhece e se expressa como “gay afeminado” pode provocar estranhamento e tensão cultural, pois remete a uma lógica identitária e classificatória própria da cultura ocidental, que nem sempre dialoga com os modos de viver e se relacionar desses povos.

Ainda na mesma publicação, há uma sequência de comentários que evidenciam a questão do gênero e da sexualidade, tornando-as balizas inconteste para a retomada dos efeitos de historicidade do binarismo ocidental e da respectiva validação social.

Comentário 1:

Se bobear o cacique até mete a lenha pro fogo ficar forte.

Considerando que o campo discursivo da sexualidade mobiliza confrontos de saber-poder e constitui narrativas acerca do sujeito, a partir do comentário, realizado por um homem não

indígena, vê-se que essas práticas identitárias não se formam apenas dentro da esfera privada, mas em uma arena de disputa simbólica, atravessada pelo dispositivo da sexualidade e pelo dispositivo colonial (Foucault, 2023a). Desse modo, ao analisar o uso do advérbio de inclusão *até*, surge a potencial ampliação ou intensificação do efeito da ação, indicando que a autoridade do cacique, figura de maior poder e saber da tribo, poderia, em certo grau, reforçar ou legitimar a visibilidade da performance de Gilmar, mas também expor o conflito entre normas culturais e identidades individuais.

Ao invocar a figura do cacique para desacreditar as comunidades LGBTQIAPN+ e indígenas de forma preconceituosa, o comentário atua como um mecanismo de classificação e julgamento, ameaçando a legitimidade social do sujeito e reproduzindo discursivamente normas externas que atravessam a etnia. Dessa forma, os discursos na seção de comentários externalizam e materializam vontades de verdade que representam valores e crenças que permeiam parte da sociedade brasileira e que se constituem por sujeitos outros com um imaginário colonial.

Já na sequência do segundo comentário, o qual pode ser visualizado abaixo, responde-se ao *comentário 1* com discursos que legitimam os modos de ser de Gilmar Mendes Guajajara, com certa ambiguidade, ironia e paradoxo, uma vez que o riso materializado pela sequência de “k” no primeiro comentário proporciona um efeito de reforço do preconceito, ao passo que também legitima, nessa dualidade discursiva, as práticas do digital influencer.

Comentário 2:

Filho do Cacique kkkk; Ele e filho de cacique; Ele sendo filho da chefe.

No último comentário, há ainda um efeito de ambiguidade causado pelo adjunto adnominal “da chefe”, que pode revelar, neste contexto, em resposta ao questionamento, uma visão preconceituosa sobre o cacique, normalmente atribuído a uma figura masculina de autoridade da tribo, o qual pode se referir ao homem, neste caso, o pai de Gilmar, que, assim como o filho, “queima”, fazendo alusão ao questionamento analisado anteriormente. Nota-se, portanto, mais uma vez a marcação de gênero, subjugando a feminilidade ao rebaixamento quando comparada à masculinidade, que está presente como critério de inferiorização do feminino. Isto mostra como o pensamento colonial, masculinista, heteronormativo e patriarcal se materializa nas vicissitudes dos discursos contemporâneos pulverizados em ambientes digitais.

Percebe-se que o ambiente digital não é neutro, sendo atravessado por questões sociais complexas que refletem o diagnóstico do presente por meio de estereótipos, apagamentos e preconceitos. Nesse espaço, manifestações relacionadas à sexualidade e à identidade indígena estão sujeitas a julgamentos e marginalizações, revelando como as plataformas digitais reproduzem, muitas vezes, normas sociais excludentes. Ao mesmo tempo, esses ambientes constituem um campo de visibilidade e resistência, em que sujeitos como Gilmar Mendes Guajajara podem negociar sua identidade, confrontar estereótipos e afirmar modos de ser que desafiam tanto as expectativas culturais hegemônicas quanto os dispositivos de poder que atravessam a sociedade.

Considerações finais

A discussão aqui empreendida seguiu o objetivo de abordar a performatividade dos discursos sobre sexualidade, gênero e etnicidade do sujeito indígena gay, considerando o imbricamento das relações de saber-poder materializadas no escopo do dispo-

sitivo midiático. Fundamentada nos estudos discursivos foucaultianos e buscando uma leitura linguístico-discursiva do perfil @gilmar_mendes_guajajara, na rede social Instagram, a investigação problematizou como as relações de saber-poder atravessam as práticas discursivas que produzem modos de vida indígenas dissidentes, especialmente no que respeita à experiência de ser indígena e gay.

Nessas condições, para além da oportunidade de problematizar discursos folclorizados sobre os povos indígenas, sob o prisma da retomada e ou reforço de discursos homogeneizantes e coloniais, tem-se que a performance de Gilmar Mendes Guajajara, na sua condição de sujeito indígena gay, articula-se à produção de conhecimento e à contestação de normas sociais em sua presença digital. À guisa dessa discussão, a partir da qual saberes e poderes são mobilizados e que fomentam a evidência que baliza o lugar social e a subjetividade do sujeito indígena, esse consolida-se como figura de destaque na cultura midiática contemporânea e nos debates sobre identidade, ancestralidade, sexualidade, visibilidade e resistência.

O trabalho exigiu retomar Foucault (2009), na sua análise do poder, ao considerar que ele - o poder - é agonístico, ou seja, ele se manifesta como um campo de disputa constante, no qual os sujeitos são chamados, como sujeitos da resistência, a pensar e agir diferentemente das imposições do poder, reconhecendo as miras de discursos e de regimes de saber que buscam sua objetivação e subjetivação. Nessa perspectiva, este texto aponta para a necessidade de o sujeito social explorar os espaços de liberdade que lhe permitem ser e agir de maneira diversa e de modo a criar espaços de autonomia e pluralidade na sua experiência social.

Inscrito no leque de outras investigações afins, esse capítulo contribui para o acirramento epistemológico de questões de natureza identitária, cultural, social, política e ideológica, em espe-

cial, aquelas relacionadas à constitutividade de direitos e ao reconhecimento de minorias e dos povos originários. Assim, a partir de sua vinculação teórico-metodológica, essa discussão buscou apresentar como os discursos sociais e institucionais produzem e regulam a identidade do sujeito indígena gay, oportunizando o olhar para a assertividade de discursos que objetivam esses sujeitos, por meio de normas, papéis e padrões, inscrevendo-os em processos de subjetivação e de ressignificação de identidades.

Dessa forma, são desveladas as negociações entre tradição e performatividade, ao mesmo tempo em que emergem práticas de resistência que tematizam a subjetividade de tais sujeitos e determinam o que sobre eles pode ser dito no escopo das mídias sociais.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução de Sérgio Milliet. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019a.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Tradução de Sérgio Milliet. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019b.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

COURTINE, Jean-Jacques. **Corpo e discurso: uma história de práticas de linguagem**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

DRISKILL, Qwo-Li. **Asegi Stories: Cherokee Queer and Two-Spirit Memory**. Tucson: University of Arizona Press, 2016.

FERNANDES, Estevão Rafael. Ser índio e ser gay: tecendo uma tese sobre homossexualidade indígena no Brasil. **Etnográfica**, v. 21, n. 3, p. 639–657, 2017. DOI: 10.4000/etnografica.5090. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/5090>. Acesso em: 11 out. 2025.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as imagens**. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 78-81. (Col. Ditos e escritos, vol. 2).

FOUCAULT, Michel. Poder e estratégias. *In*: Foucault, Michel. Estratégia, Poder-Saber. **Ditos e Escritos IV**. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2 ed. Rio de Janeiro Forense Universitária, 2006, p. 241-252.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1**: a vontade de saber. 15 ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2023a.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 2**: o uso dos prazeres. 12 ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2023b.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 3**: o cuidado de si. 10 ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2023c.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 4**: as confissões da carne. 6 ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2023d.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LISBÔA, Flávio Marinho; NEVES, Ivânia dos Santos; GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). **O governo da língua**: uma perspectiva discursiva sobre o lugar das línguas nas relações de poder no Brasil. Guarapuava: Unicentro, 2023.

LUGONES, Maria. **The coloniality of gender**. Worlds & Knowledges Otherwise, v. 2, 2008.

MOTT, Luiz. Tibira do Maranhão, o primeiro homossexual martirizado no Brasil. **Revista do Grupo Gay da Bahia**, 1993.

MUNDURUKU, Daniel. **O lugar de origem**. São Paulo: Selo Povo, 2021.

OLIVEIRA, Rubenil da Silva. DIAS, Eveline Gonçalves. A dissidência de gênero no contexto indígena do Brasil colonial protagonizado pela personagem Tibira do Maranhão. **Revista De Letras Norte@mentos**, 18(52), 244-259. Disponível em: <https://doi.org/10.30681/rln.v18i52.13403>. Acesso em: Set. 2025.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Revista do CESLA, v. 1, n. 1, p. 111-130, 2005.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**. Notas sobre a “Economia Política” do sexo. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993.

SMITH, Andrea. **Conquest: Sexual Violence and American Indian Genocide**. Durham: Duke University Press, 2005.

TYBYRA – Coletivo de Indígenas LGBTQIA+. Disponível em: <https://coletivotybyra.cab>. Acesso em: 8 ago. 2025.

Corpo na Análise de Discurso: acontecimento, discursos e sentidos

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho¹

Liliane Luz Aves²

A cultura popular se refere a uma tradição ligada às ruas, às crenças, às práticas e aos objetos que são compartilhados e, geralmente, transmitidos oralmente. Entre suas expressões, estão as músicas, as danças, os foguetões, os reisados, o artesanato e a culinária, sendo caracterizada pela participação ativa do povo. Trata-se de um aspecto importante para a preservação da diversidade cultural e para a construção da identidade coletiva. Segundo Luís da Câmara Cascudo (1954), o folclore pode ser compreendido como o conjunto de manifestações culturais populares – como costumes, crenças, festas, músicas e tradições – transmitidas entre gerações, constituindo um patrimônio coletivo dinâmico que expressa a identidade do povo brasileiro.

1. Doutor em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Docente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

2. Doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (Proling) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Por meio da transmissão de ensinamentos que perpassa gerações, a cultura popular carrega consigo um arquivo do passado, bem como pode ser de resistência, criatividade e pertencimento comunitário. Cascudo ressalta que o dinamismo do folclore não é um conjunto de tradições imutáveis, mas sim uma cultura que se adapta e se renova, respondendo às mudanças sociais, econômicas e políticas. Esta flexibilidade permite que o folclore continue sendo relevante e significativo para as pessoas, mesmo com todo o avanço tecnológico e o processo de urbanização nas cidades.

A celebração do Boi se configura como uma expressão da cultura popular, congregando música, dança, teatro e rituais de origem africana que foram ressignificados no contexto brasileiro. Como cultura popular, é um patrimônio vivo da população negra e das comunidades periféricas, transmitido oralmente e através da prática coletiva.

Ele reflete valores de solidariedade, resistência, religiosidade e identidade, funcionando como um espaço de afirmação cultural e social. As performances do Boi, com seus tambores, danças e vestimentas coloridas, são manifestações visuais e sonoras que fortalecem os laços comunitários e a memória histórica.

A festa do Bumba meu boi é a representação mítica da morte e ressurreição do boi. Essa celebração procede dos antigos cultos a divindades que propiciavam a fertilidade. A festa é um folguedo brasileiro. Para a autora Lélia Gonzalez (2024, p. 77), afirma que: “Os procedimentos dinâmicos de reinterpretação cultural o folguedo ao universo simbólico do povo brasileiro, recriando-o a partir de seus diversos componentes culturais”. De acordo com a autora, as festas de bois acontecem nas regiões nordeste e sudeste. Segundo o Instituto Do Patrimônio Histórico e Cultural – IPHAN, o Bumba meu boi do Maranhão (2011) surgiu no século XVIII e atualmente é considerado símbolo de identidade dos maranhenses, onde depois desse estudo a manifestação foi tombada como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.

O Bumba meu boi está estruturado em três pilares: a fé, a arte e a festa. Esses elementos estão intrinsecamente relacionados, de modo que o bem cultural pode ser interpretado como uma grande celebração na qual estão associadas formas de expressão e ofícios variados que constituem o Bumba meu boi como um complexo cultural permeado por crenças e mitos, onde religião católica e cultos de matriz africana são conciliados numa vivência harmônica partilhada pelos praticantes do Bumba meu boi. Tendo o Boi como figura central, a brincadeira mescla performances dramáticas, musicais e coreográficas com os ofícios artesanais dos bordados do couro do boi e a confecção de instrumentos musicais e de indumentárias dos brincantes, entre outros, resultando numa prática cultural onde a diversidade se destaca pela multiplicidade de elementos envolvidos, pelas variadas formas de brincar o Boi conforme a região de ocorrência e pelo grande número de grupos distribuídos pelo estado. (IPHAN, 2011, p.1).

Para o IPHAN, o sentimento de pertencimento contribui para a permanência da festa por todos esses anos, tornando-o, assim, uma brincadeira da região nordeste açucareira. O Bumba meu boi agrega indivíduos de todas as idades, etnias, gêneros, credo religioso e condição social, havendo respeito mútuo entre seus participantes por ser um espaço de sociabilidade onde a interação social é condição para que essa prática cultural se mantenha viva. Nessa grande celebração cultural, articulam-se várias formas de expressão e saberes, que fundem fé, festa e arte, em uma mistura de devoção, crenças, mitos, alegria, cores, dança, música, teatro e artesanato, entre outros elementos e trazem no centro gravitacional a figura do boi, o seu ciclo vital e o universo místico.

A festa ocorre principalmente entre junho e julho, culminando no São João, e é composta por diferentes “sotaques” (estilos) que podem ser vistos nos currais e praças. Segundo o site do Governo

do Maranhão, também o evento que marca a abertura oficial do São João do Maranhão, realizado pelo Governo do Estado.

O cortejo se destaca pela participação grupos de bumba meu boi dos sotaques de orquestra, matraca, zabumba e baixada, carregando não apenas suas indumentárias, mas seus bailados, ritmos e sincronias esbanjando orgulho por representar sua comunidade, seu bairro, sua história. (Governo do Maranhão, 2025).

Surgido entre os séculos XVIII e XIX, no contexto colonial, o Boi desenvolveu-se nas fazendas maranhenses como uma forma de resistência simbólica e de reafirmação identitária das populações negras escravizadas e dos povos indígenas, diante das estruturas de poder impostas pelo sistema escravista e patriarcal (Lima, 2002). A narrativa central gira em torno da história de Pai Francisco e Mãe Catirina, personagens negros que trabalham em uma fazenda. Catirina, grávida, manifesta o desejo de comer a língua do boi mais estimado do patrão. Para satisfazê-la, Pai Francisco mata o animal, provocando a ira do senhor. A partir daí, inicia-se um enredo dramatizado com a participação de índios, pajés, vaqueiros e curandeiros, que se mobilizam para resuscitar o boi. Ao final, o animal é trazido de volta à vida por meio de rituais, cantos e danças, simbolizando renascimento, perdão e abundância (Lopes, 2005).

Essa manifestação cultural, popular e de resistências tem a permanência da apresentação sendo predominante nos ciclos natalinos e juninos. Portanto, em São Luís a predominância das apresentações gira em torno do ciclo junino, em junho e julho, associando-se às festas de São João, São Pedro e São Marçal, em uma articulação entre devoção religiosa, festa popular e identidade afro-brasileira (Carvalho, 1995; IPHAN, 2011).

Segundo Gonzalez (2024, p. 79):

Apesar de terem em comum o fato de serem elementos presentes em quase todo território nacional, existe uma diferença básica entre um e outro: é a efetiva participação das classes populares que contribui para o brilho do bumba meu boi maranhense.

Os brincantes de classes populares constituem o núcleo vivo das manifestações culturais tradicionais brasileiras, sendo responsáveis por preservar, reinventar e transmitir saberes ancestrais por meio da performance, os brincantes encontram nas festas populares um campo de visibilidade e de afirmação identitária, transformando ruas e terreiros em espaços de enunciação cultural. Suas atuações não se restringem ao entretenimento: envolvem também formas de organização comunitária, produção de discursos políticos, manutenção de redes solidárias e transmissão oral de valores e histórias. Para Câmara Cascudo, que vê a cultura humana, segundo o duplo aspecto do popular e do aspecto adquirido nas escolas e nas universidades. A brincadeira do boi, é a elucidação da diversidade cultural das apresentações folclóricas que temos no Brasil, provém também da diversidade das linguagens existente em nosso país.

Neste artigo, iremos fazer uma análise imagética das apresentações dos brincantes, que ali se tornam indígenas, Cazumbás, vaqueiros, dono da fazenda, pai Francisco, mãe Catirina, amo do boi. A festa do Boi, nos revela um mundo encantado, cheio de beleza, luta, fartura, movimento de um povo de longe e ao mesmo tempo de tão perto, que chega a nos levar a questionar se esse povo não nos povoa. A rua é, portanto, o espaço para o exercício da liberdade e da criatividade. O filósofo francês, nos apresenta o conceito de Heterotopia através de sua oposição às utopias, que “são os posicionamentos sem lugar real, [...] que mantém com o

espaço real da sociedade uma relação geral de analogia direta ou inversa, [...] são espaços que fundamentalmente são essencialmente irreais” (Foucault, 2006, p. 415). A festa faz esta ruptura com o tempo e traz durante uma apresentação em outro tempo, um tempo que não existe mais, portanto está sendo lembrado e celebrado pelo tempo. As Heterotopias de passagem são “as Heterotopias que estão ligadas [...] ao tempo no que ele tem de mais fútil, de mais passageiro, de mais precário, e isso sob a forma da festa. São Heterotopias não mais eternizadas, mas absolutamente crônicas” (Foucault, 2006, p. 419). Nesses lugares-tempo, onde a pessoa pode ser quem deseja e quem sonha, o sujeito se torna mais um sem identidade, tratando de ocupar vários papéis diferenciados. A relação de espaço-tempo é indissociável. As fotos que compõem o nosso *corpus* são de arquivo pessoal do professor, pesquisador e fotógrafo Marcelo Nicomedes, e estão disponibilizadas em sua página digital Instagram.

Figura 1: O ritual da morte do Boi



Fonte: Arquivo pessoal Marcelo Nicomedes.

https://www.instagram.com/p/C_rHGEDOMr6/?img_index=5

Acessado em 13 de outubro de 2025

Na foto acima, temos o momento em que acontece o ritual da morte do Boi sendo o evento que marca simbolicamente o fim da temporada e a renovação da esperança de um renascimento do Boi para o ano seguinte. No ritual, primeiro o Boi, entendendo que o fazendeiro tem intenção de sacrificá-lo, foge e todos saem pela cidade em busca do novilho querido da fazenda. Depois de muita procura, o Boi é finalmente encontrado. Ele resiste ao seu destino fatal, relutando em ser capturado e conduzido ao Mourão. Ele corre atrás de todos que chegam perto para domá-lo, alguns são tombados pelo Boi em fúria, todos correm quando o veem chegando em sua direção. O dono da fazenda envia várias pessoas para capturarem o Boi, como vaqueiros, índias, índios, convidados que se encontram na festa, mas todos voltam ao patrão sem êxito. Por fim, o fazendeiro resolve domar o Boi e o conduzir ao seu destino derradeiro, ser sacrificado e todos comerem da sua carne e beber do seu sangue. Os índios derrubam o mourão onde o Boi foi sacrificado e o jogam longe da fazenda simbolizando a consumação do ato sacrificial.

Após compartilharem do sacrifício oferecido pelo fazendeiro, todos na fazenda se alegram e se confraternizam e, por fim, vem a renovação para o ano seguinte, as novas gerações abraçam a história de amor de Pai Francisco e Catirina, renovando as esperanças de um próximo ano ainda mais próspero que o que está se findando. Essa é a história de Pai Francisco, Catirina e o Boi queixo da fazenda do amo Lobato, para o ano que vem, esperamos todos reunidos dando louvores a São João, São Pedro e São Marçal, essa foi a história do Bumba meu boi, Bumba boi ou, simplesmente Boi!

Ao analisarmos este ritual sob a ótica dos Estudos Discursivos Foucaultianos, compreendemos que a morte do boi não se reduz a um fato histórico fixo ou a uma tradição estática. Trata-se do que Michel Foucault denomina acontecimentalização: um movi-

mento que rompe com a evidência linear dos fatos e questiona a naturalidade de práticas e discursos. Esse processo faz emergir as condições históricas, políticas e enunciativas que possibilitam que algo se constitua como um ‘acontecimento’ em determinado contexto (Foucault, 1995).

Já para a autora Lêda Maria Martins (2024, p. 96), trata-se de um “ritual sendo a palavra que fertiliza o ciclo vital, um consenso entre o divino, o humano e os ancestrais, aos vivos, os infames e o que ainda vão nascer. O repetir, é recriar e refazer”. Podemos pensar também, nos enunciados (Foucault, 1995) que se mantêm com os outros enunciados, laços de filiação, descontinuidade, transformação, e continuidade da história descontinua, sendo eles a materialização do discurso. O corpo do brincante é um corpo que transgressor, um corpo que precisa deixar acontecer, pois o corpo também é um discurso. Sendo ele um conjunto de regras que a prática discursiva emerge em um determinado momento e não em outro. Já o corpo, é uma superfície de acontecimentos, ligados ao espaço, poder, sujeito e subjetividade. O corpo é resistência e dança na praça um ritual, para saírem da invisibilidade e darem voz os corpos periféricos. Portanto, a acontecimentalização é a reverberação do ato, do ritual da festa.

Eles revelam um mundo encantado, cheio de beleza, luta, fatura, movimento de um povo de longe e ao mesmo tempo de tão perto, que chega a nos levar a questionar se esse povo não nos povoa. A rua é, portanto, o espaço para o exercício da liberdade e da criatividade. O filósofo Foucault, nos apresenta o conceito de Heterotopia através de sua oposição às utopias, que “são os posicionamentos sem lugar real, [...] que mantêm com o espaço real da sociedade uma relação geral de analogia direta ou inversa, [...] são espaços que fundamentalmente são essencialmente irreais” (Foucault, 2006, p. 414). As Heterotopias de passagem são “as Heterotopias que estão ligadas [...] ao tempo no que ele

tem de mais fútil, de mais passageiro, de mais precário, e isso sob a forma da festa. São Heterotopias não mais eternizadas, mas absolutamente crônicas” (Foucault, 2006, p. 419). Nesses lugares-tempo, como em dias de festejos, onde a pessoa pode ser quem deseja e quem sonha, o sujeito se torna mais um sem identidade, tratando de ocupar vários papéis diferenciados. A relação de espaço-tempo é indissociável. A festa do Bumba meu boi, faz esta ruptura com o tempo e traz durante a apresentação um outro tempo, um tempo que não existe mais, portanto está sendo lembrado e celebrado pelo tempo.

O tempo é a Heterotopia, um lugar de transmutação do espaço. Para Foucault (2006) há dois grandes modos de posicionamentos espaciais: as utopias e as Heterotopias. A festa do Bumba meu boi é Heterotópico, pois tudo é possível e permitido, durante esta festa, portanto é também utópico, pois ele representa uma realidade fantasiosa e ritualística, na qual é permitida a homens e mulheres uma liberdade que não é possível nos dias úteis.

Podemos verificar também que existe o poder de reunir ao mesmo tempo vários segmentos como o profano e o sagrado (Aganbem, 2007) mesmo sendo um espaço de cronologias diferenciadas do tempo qual viveram ou atuamos, pois, as personagens envolvidas na festa, existem indígenas, amo do boi, vaqueiro, Pai Francisco e Mãe Catirina.

No registro abaixo, temos a indígena carregando o seu cesto ancestral, um recorte de uma das cenas do auto representado pelo Bumba meu boi de Morros no ano de 2025; cena que remonta a uma toada que fala dos diversos povos originários ao longo das américas. A imagem também integra o arquivo pessoal do professor e fotógrafo Marcelo Nicomedes que desenvolve pesquisas junto ao grupo desde o ano de 2023. Os brincantes de Boi de Morros - MA, costumam usar cocares, pinturas corporais, arcos e flexas e o cesto como parte do figurino e da cenografia apresentada. Em

algumas encenações, o cesto pode também transportar elementos simbólicos ou sagrados como por exemplos: ervas, flores, sementes, oferendas. O cesto não é apenas um adorno e sim uma representatividade ancestral, simbologia, e uma conexão com os antepassados, com a natureza e com a resistência indígena.

Figura 2: Povos Originários



Fonte: Arquivo pessoal Marcelo Nicomedes.
https://www.instagram.com/p/C_rHGEDOMr6/?img_index=5
Acessado em 13 de outubro de 2025

O corpo das indígenas estar reservadas as personagens que realçam a sensualidade, a beleza, a docilidades e por vezes a exuberância do corpo. Do ponto de vista das feminilidades possíveis, isto demonstra como as mulheres aparecem nessas posições e como essas

feminilidades são variadas. Alguns personagens chamam a atenção nesse sentido. Na ala das índias, as mulheres aparecem com o corpo basicamente todo à mostra, a vestimenta acentua a nudez fazendo com que a sensualidade e a beleza sejam os atributos mais explorados com os corpos quase nua, as índias, cuja sensualidade se expressa através de um corpo concreto, sem trânsito ou fluidez.

Para Foucault, (2013, p. 11) “meu corpo está, de fato, sempre em um outro lugar, ligado a todos os outros lugares do mundo e, na verdade, está em outro lugar que não o mundo”. O figurino da ala dos índios, remete a quanto à quando os portugueses chegaram ao Brasil e encontraram pessoas despidas, coberta apenas com penas. As comunidades indígenas do lugar onde se deu o “achamento” do Brasil celebram a memória dos seus antepassados. Estão na avenida com lanças, que representam a guerra e a luta pelas terras que foram tomadas pelos portugueses. A pintura corporal é a demarcação social de qual povo ele pertence. Tal marcação corporal dos indígenas tem vários significados que vão desde espantar os maus espíritos a proteção espiritual e cura.

Portanto o corpo, como objeto de discurso, também se impõe às várias análises discursivas. Os corpos utópicos, os corpos das índias que desfilam, com suas indumentárias feitas de penas, onde não há disputas somente pelo melhor corpo, mas pelo melhor bailado, o melhor sorriso, enfim, a melhor performance extraída de um objeto simbólico que produz muitos efeitos de sentidos movimentando o imaginário da audiência. Que corpo é esse que se fantasia segundo postula Foucault (2013, p. 11), “para que eu seja uma utopia, basta que eu tenha um corpo”. Essa corporeidade utópica atualiza a história dos indígenas que representavam os primeiros habitantes da terra, que recebia os negros, que se associavam a eles nas lutas contra os europeus.

A dança também é um enunciado presente no desfile, pois os corpos dos sujeitos brincantes assumem uma posição imponente.

te, portanto, de conformidade e em outros momentos de leveza e espontaneidade. Desse modo, os sujeitos são agentes desses marcadores, a partir do momento em que pensam sobre as diferenças, eles elaboram novas vivências sociais, produzem teorias, criam sentidos simbólicos para materialidades e comportamentos.

Contudo, os corpos em disputa de sentidos não são somente os femininos; os masculinos movimentam o imaginário, principalmente, das mulheres nas apresentações. Quando há o anúncio do Boi de Morros nos arraiais, os gritos ecoam por toda a plateia, afinal, “os índios do Boi de Morros vem aí”, comentam!

Figura 3: Povos Originários



Fonte: Arquivo pessoal Marcelo Nicomedes
www.instagram.com/celonicomedes Acessado em 20 de outubro de 2025

Inseridos nas dinâmicas do poder, os corpos que apontam para um ideal de beleza que é movimentado pelo discurso capitalista e o biopoder. O termo, para Foucault, significa uma forma de poder exercido sobre a vida. Uma forma de controle, um po-

der que funciona na dualidade direito de “fazer morrer e deixar viver” vs. “fazer viver e deixar morrer”.

Trata-se de um poder que opera nos dias atuais com o limite imaginário que não atua somente na relação punir ou eliminar, mas ele passa a gerir, controlar e produzir um efeito de aprimoramento das vidas das populações que estão agindo esse sentido esse biopoder incide não apenas sobre os corpos individuais, mas também sobre os corpos coletivos, deslocando-se por diferentes espaços institucionais nos quais se articulam mecanismos de controle e disciplina sob esse controle. (Foucault, 1988, p. 129).

Em contrapartida, temos os corpos coletivos que são aqueles que estão sob a prática discursiva de políticas públicas, saúde, controle de natalidade, mortalidade, higiene, vacinação e, claro, de modelação do corpo como as academias.

Ou seja, pensar o biopoder (Foucault, 2008), a partir de nosso *corpus*, é compreender que existe um conjunto de mecanismos pelos quais o poder controle e gere a vida biológica de sujeitos, em nosso caso, os sujeitos índios do Boi de Morros. Sob a ótica foucaultiana, sujeitos que ostentam um ideal de corpo que não é alcançado pela maioria das pessoas, mas é fruto de desejo por conta do biopoder que regula, controla e estabelece uma relação de permissão e interdição desses corpos na produção do Bumba meu boi no sotaque de orquestra nos arraiais do Maranhão.

Muito além do imaginário, o atravessamento do discurso do corpo ideal afeta um sujeito que deveria, na ótica da canção musicada, dar forma a um indígena que é também da caça, da pesca e das dinâmicas que cercam os povos indígenas nas américas. Contudo, o que afeta esses corpos é o ideal do confronto, da disputa de poder, por mais espaço e conquistas; tudo isso afetado por essa relação de poder que transcende a representação do indígena que também é nativo da terra e não somente aquele que

representa um ideal de poder, dominação e confronto como determinado por um poder que modifica a forma de vida, molda e regula corpos e sujeitos.

Os Bois de Orquestra são conhecidos por terem em seus quadros pessoas com corpos muito bem alinhados com o ideal de corpo que alimenta o imaginário do índio forte, corajoso e destemido; construção do ideal romântico que passa pelo ideal de um herói nacional.

Desta forma, temos, pelo biopoder, um atravessamento de uma memória que retoma o indígena de Gonsalves Dias, também representado nas apresentações do Boi de Morros do ano de 2022/24. O índio que é “bravo e é forte, filho do norte”; na figura 3, o ideal de bravura, força e virilidade que o poema musicado e apresentado pelo Boi de Morro, em sua homenagem ao poeta maranhense Gonçalves Dias, anuncia.

No grupo de bumba meu boi, Boi de Morros, este controle exercido pelo biopoder incide, sobretudo, sobre corpos de índios e índias. Recai sobre esses sujeitos a obrigação de representar um ideal de beleza e um imaginário que remonta ao período do ‘achamento’: o indígena que resistia às investidas europeias. Essa resistência evoca, historicamente, o trágico destino de povos como os astecas, que sucumbiram à primeira forma de guerra biológica nas Américas, quando os espanhóis introduziram o vírus da varíola em comunidades sem qualquer imunidade biológica.

Considerações finais

A manifestação cultural bumba meu boi para os Estudos Discursivos Foucaultianos, pode ser compreendida, à luz dos estudos discursivos foucaultianos, como um acontecimento discursivo que produz e faz emergir saberes. Nesse sentido, as práticas que constituem o Bumba meu boi não deve ser entendido como ex-

pressões isoladas, mas como parte de uma rede de enunciados que emergem, circulam e se repetem, produzindo efeitos de sentido no interior de determinadas formações discursivas. Assim, o Bumba meu boi não se apresenta como um enunciado solto, mas como um conjunto de práticas discursivas e não discursivas que atravessam dimensões religiosas, comunitárias, corporais e festivas. É nesse entrelaçamento que se organizam saberes, memórias e posições de sujeito, revelando como essa manifestação cultural se constitui historicamente como um campo de produção e circulação de sentidos. cultural. “O enunciado não é uma unidade do mesmo tipo que a frase, a proposição ou o ato de linguagem; ele é antes uma função que permite a essas diferentes unidades existir e se relacionar em um campo de discursos.” (Foucault, 2008, p. 98).

De acordo com as leituras de Leda Maria Martins, o conceito de “Afrografia da memória” evidencia que a memória nas culturas de matriz africana não se encontra apenas na escrita, mas se inscreve no corpo e na performance, “sendo transmitida por meio de gestos, cantos, danças, vestimentas e rituais que atualizam saberes e experiências coletivas” (Martins, 2021, p. 84). Nesse sentido, a história e a permanência do Bumba meu boi pode ser compreendido a partir dessa perspectiva, uma vez que essa manifestação cultural se sustenta justamente na transmissão de saberes por meio da oralidade, da música, da dança, das indumentárias e dos rituais performáticos que compõem o cortejo. Assim, mais do que uma narrativa festiva, o Bumba meu boi constitui um espaço de atualização de memórias coletivas e de práticas culturais que atravessam gerações, inscrevendo no corpo dos brincantes e nas performances do grupo uma memória viva que articula tradição, identidade fazendo assim uma atualização da ancestralidade.

Pensar o CORPO NA ANÁLISE DE DISCURSO: acontecimento, discursos e sentidos sob a ótica dos estudos foucaultianos é

trazer à discussão temas que circulam à margem dos espaços enunciativos privilegiados que são dominados por questões de poder que exercem interdição de sujeitos que não têm seus discursos aceitos por não terem validade dentro dos espaços privilegiados onde circulam diversas formas de poder e biopoder.

O acontecimento enquanto instância daquilo que se renova por conta da movência dos sentidos e dos sujeitos, emerge como a inscrição de novas séries sobre aquelas que já existem. Uma mudança que passa da instância do acontecimento social para a ordem do discurso como aquilo que se interessa o analista de discurso de acordo espaço enunciativo onde o poder e o saber atravessam a materialidade discursiva irrompendo o discurso “velho” sob a máscara ou o efeito do discurso novo.

No âmbito deste estudo, o Bumba meu boi de Morros, oriundo do estado do Maranhão, pode ser compreendido como um acontecimento discursivo que se inscreve em uma determinada formação histórica. Na perspectiva foucaultiana, o acontecimento não se reduz a um fato isolado, mas corresponde à emergência de práticas e saberes que se materializam em uma rede de enunciados. Nesse sentido, o Bumba meu boi constitui-se como um campo no qual diferentes enunciados se articulam, se repetem e se transformam ao longo do tempo, produzindo efeitos de sentido no interior de determinadas formações discursivas. Assim, os discursos que atravessam essa manifestação cultural retomam memórias, narrativas e saberes já ditos, mas que reaparecem sob novas condições de possibilidade, atualizados pelas práticas sociais, culturais e históricas que os sustentam. Desse modo, o acontecimento discursivo que envolve o Bumba meu boi evidencia a circulação e a reorganização de discursos que, embora ancorados em tradições, são continuamente reconfigurados pelas condições históricas de sua emergência e pelas práticas que os fazem existir.

Desse modo, ao articular as contribuições foucaultianas com a noção de memória incorporada proposta por Leda Maria Martins, é possível compreender o Bumba meu boi também como um espaço de resistência discursiva, no qual sujeitos historicamente marginalizados produzem e legitimam seus próprios saberes. O corpo do brincante, nesse contexto, não é apenas suporte de inscrição, mas lugar de enunciação, onde se atualizam práticas que tensionam os regimes de verdade dominantes. Assim, a performance do Bumba meu boi instaura fissuras nas formas hegemônicas de produção de sentido, permitindo que outras narrativas por muitas vezes silenciadas consigam ganhar visibilidade e circulação. Trata-se, portanto, de um campo em que o discurso não apenas reproduz tradições, mas também reconfigura relações de poder, evidenciando que a cultura popular é um espaço ativo de produção discursiva, no qual memória, identidade e resistência se entrelaçam de forma dinâmica e historicamente situada.

Por fim, compreende-se que o Bumba meu boi, enquanto manifestação cultural e acontecimento discursivo, evidencia a potência das práticas culturais na constituição de sujeitos, saberes e modos de existência. Ao ser analisado sob a ótica dos estudos discursivos foucaultianos, revela-se não apenas como tradição, mas como um campo dinâmico de produção de sentidos que se (re)atualizam continuamente nas relações entre corpo, memória e história. Nesse horizonte, o Bumba meu boi reafirma-se como um espaço em que diferentes vozes e experiências se inscrevem, tensionando hierarquias discursivas e ampliando as possibilidades de enunciação. Assim, sua permanência ao longo do tempo não se deve apenas à preservação de uma herança cultural, mas à sua capacidade de se reinventar, produzindo novas formas de dizer, significar e existir no mundo.

Ao considerar o Bumba meu boi como prática discursiva em constante (re)construção, evidencia-se que sua força reside jus-

tamente na articulação entre continuidade e transformação. Tal manifestação não apenas preserva elementos da tradição, mas os reinscreve em novos contextos históricos e sociais, respondendo às demandas e tensões do presente. Nesse processo, os sujeitos envolvidos não são meros reprodutores de uma cultura cristalizada, mas agentes que atualizam, negociam e ressignificam os sentidos que circulam nesse campo discursivo. Assim, o Bumba meu boi configura-se como um espaço vivo de produção cultural e simbólica, no qual se entrelaçam práticas, saberes e experiências que reafirmam sua relevância enquanto lugar de enunciação, memória e criação contínua de sentidos.

Nessa perspectiva, torna-se possível afirmar que o Bumba meu boi, ao se constituir como prática cultural e discursiva, também atua como dispositivo de visibilidade para epistemologias outras, historicamente subalternizadas pelos discursos hegemônicos. Ao colocar em circulação saberes que emergem da oralidade, da corporeidade e da coletividade, essa manifestação desloca os centros tradicionais de legitimação do conhecimento, ampliando o campo do dizível e do pensável. Assim, o Bumba meu boi não apenas resiste, mas produz condições para a emergência de novos regimes de verdade, nos quais a experiência, a ancestralidade e a prática comunitária assumem centralidade. Desse modo, reafirma-se como um espaço político e simbólico de enunciação, no qual cultura, história e poder se entrecruzam na produção contínua de sentidos.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. Tradução de Selvino José. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Relatório Bumba meu boi Final**. [S. l.: IPHAN, 20-

-?]. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Relatorio_Bumba_meu_boi_Final.pdf. Acesso em: 9 out. 2025.

CARVALHO, Nascimento de. **O Bumba-meu-boi do Maranhão**. São Luís: Sioge, 1995.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso no Collège de France (1977–1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 edições, 2013.

FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: FOUCAULT, Michel. **Estética**: literatura e pintura, música e cinema. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 411-422.

GONZALEZ, Lélia. **Festas populares no Brasil**. Rio de Janeiro: Índex, 2024.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Dossiê de registro**: Complexo Cultural do Bumba meu boi do Maranhão. Brasília: IPHAN, 2011.

LIMA, Carlos de. **Bumba meu boi**: ritual e espetáculo no Maranhão. São Luís: Lithograf, 2002.

MARANHÃO (Estado). Governo do Estado. **Grupos de bumba meu boi fazem tradicional cortejo junino do São João do Maranhão 2025**. São Luís, 2025. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/noticias/grupos-de-bumba-meu-boi-fazem-tradicional-cortejo-junino-do-sao-joao-do-maranhao-2025>. Acesso em: 11 out. 2025.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar:** poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MUSEU AFRO BRASILEIRO (UFMA). **[Título da página/artigo consultado]**. São Luís, 2025. Disponível em: <https://museuafro.ufma.br/?p=5808>. Acesso em: 9 out. 2025.

A coragem da verdade e a violência doméstica: uma análise da *websérie* “Confessionários - Relatos de casa”

Anderson Sales da Silva¹

Rafaela Cláudia dos Santos²

Lúcia Helena Medeiros³

Introdução

Com o advento da pandemia do novo coronavírus – SARS-CoV-2, causador da Covid-19, e com a necessidade do isolamento social, no ano de 2020, as pessoas tiveram que permanecer por um tempo maior em seus lares para evitar a proliferação do vírus. Nesse sentido, para algumas famílias, o isolamento social foi positivo, pois oportunizou um maior contato entre pais, filhos e o núcleo familiar, proporcionando um fortalecimento afetivo mais intenso. No entanto, em outras famílias, o resultado desse isolamento não

1. Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem (PPCL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

2. Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É bolsista CAPES.

3. Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

demonstrou efeitos positivos, contribuindo para o aumento de casos de violência contra a mulher e de violência doméstica.

Dessa forma, quando nos referimos às mulheres que são violentadas por seus “companheiros”, observa-se que o período prolongado em seus lares transformou-se em verdadeiros momentos de horror, pois seus agressores mostravam-se cada vez mais estressados e, muitas vezes, utilizaram o isolamento social, a situação pandêmica e suas consequências como uma “válvula de escape” para manter, de forma mais recorrente, a prática da violência doméstica – que, frequentemente, não se restringe apenas à violência física, mas também abrange a violência moral, sexual e psicológica.

Durante o período da pandemia, as mulheres passaram a ser cada vez mais assujeitadas, entrando em confronto com seus agressores e, com isso, sofrendo ainda mais violências, muitas vezes sem coragem de denunciar, por se encontrarem aprisionadas em casa e obrigadas a conviver, dia após dia, com as agressões e com seus agressores.

No conjunto de produções discursivas que abordam essa temática, destaca-se a *websérie* “Confessionários – Relatos de Casa”, dirigida por Deborah Finocchiaro e Luiz Alberto, e encenada pelas atrizes Amanda Gatti, Arlete Cunha, Cibele Sastre, Dane de Jade, Danuta Zaghetto, Deborah Finocchiaro, Eleonora Prado, Graziela Pires e Laura Medina. A série apresenta relatos de mulheres que vivenciaram situações de violência doméstica antes e durante a pandemia. Nesse contexto, o primeiro episódio da referida produção audiovisual constitui o *corpus* de análise deste artigo, cujo objetivo é analisar discursivamente as manifestações dos conceitos de *parrhesia* e vontade de verdade nos relatos das mulheres participantes.

Para tanto, adotamos como aporte teórico os conceitos do filósofo francês Michel Foucault, em especial os de vontade de ver-

dade e *parrhesia*, bem como o método arqueogenealógico, que sintetiza seu pensamento central ao considerar que as práticas discursivas e suas análises devem partir de um viés histórico, levando em conta a singularidade de sua emergência.

Dessa forma, o capítulo estrutura-se em três partes. Na primeira, apresenta-se a perspectiva foucaultiana e o papel da arqueogenealogia na Análise do Discurso; na segunda, discutem-se os conceitos de vontade de verdade e *parrhesia*; e, por fim, realiza-se a análise do episódio da *websérie*, fundamentada no aporte teórico-metodológico.

Foucault e a Análise do Discurso: da *vontade de verdade* à *parrhesia*

O filósofo francês Michel Foucault desenvolveu um vasto conjunto de estudos sobre as relações entre saber, poder e subjetividade, formulando conceitos que ultrapassam os limites tradicionais da filosofia e dialogam com áreas como a Psicologia, a História, a Sociologia e, sobretudo, a Linguística, por meio da Análise do Discurso (AD). Suas reflexões deslocam o olhar do sujeito essencial e universal para uma compreensão histórica das formas pelas quais nos constituímos enquanto sujeitos de saber, de poder e de práticas éticas. Nesse sentido, o conjunto de noções e procedimentos analíticos elaborado por Foucault – frequentemente denominado “caixa de ferramentas” – possibilita investigar as condições históricas que tornam certos modos de pensar, agir e dizer possíveis em detrimento de outros.

Essa perspectiva tem se mostrado tão produtiva que, atualmente, é possível afirmar a consolidação de um campo próprio dos Estudos Discursivos Foucaultianos, voltado à análise das práticas discursivas, dos dispositivos de poder e dos processos de subjetivação que atravessam a linguagem e a vida social. Essa

abordagem oferece instrumentos potentes para compreender quem somos, como nos tornamos o que somos e de que forma podemos nos constituir de outro modo, evidenciando a atualidade e a força crítica do pensamento foucaultiano para os estudos da linguagem e das práticas de resistência.

Nesse contexto, compreende-se que não existe um sujeito pré-discursivo, mas sim pós-discursivo, pois, como afirma Gregolin (2015), parte-se do pressuposto de que as coisas não preexistem às práticas discursivas. Tal perspectiva implica reconhecer que os processos de objetivação e subjetivação são práticas que vinculam o sujeito à verdade, uma vez que “para Foucault, a verdade é da ordem do acontecimento; não é única nem atemporal, ela acontece sempre em um lugar e em um tempo. É, portanto, da ordem da história” (Gregolin, 2015, p. 192).

Em seus estudos, Foucault (2006, p. 255) destaca:

O que me interessa no problema do discurso é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. Isto é o que eu chamo de acontecimento. Para mim, trata-se de considerar o discurso como uma série de acontecimentos, de estabelecer e descrever as relações que esses acontecimentos – que podemos chamar de acontecimentos discursivos – mantêm com outros acontecimentos que pertencem ao sistema econômico, ou ao campo político, ou às instituições.

Assim, o discurso assume um papel central na AD, pois é compreendido como uma série de acontecimentos que estabelecem relações com outros acontecimentos que não são necessariamente discursivos, como, por exemplo, a arquitetura ou a organização da cidade. Ao afirmar que todo dizer é produzido em uma ordem do discurso (Foucault, 1996), compreende-se que, para que determinados discursos sejam aceitos em um contexto histórico específico, eles devem obedecer a racionalidades, vontades de

verdade e regras sociais, históricas e anônimas que a sociedade, em cada época, reconhece e acolhe como verdadeiras.

Assim, como explica Gregolin (2015), em cada fase dos estudos de Foucault a relação entre discurso, verdade e subjetividade apresenta suas especificidades e nuances. No primeiro momento, correspondente à sua fase arqueológica, o autor dedica-se a investigar as regras que regem as práticas discursivas, suas regularidades na produção de saberes e na constituição de vontade de verdade. No segundo momento, relativo à genealogia do poder, seus estudos voltam-se para as racionalidades das práticas sociais e para as relações de poder envolvidas nos processos de objetivação e subjetivação dos sujeitos. Já no terceiro momento, ao abordar as práticas e técnicas de si, Foucault apresenta o sujeito da ética que, além de ser constituído externamente pelas práticas que o objetivam e o subjetivam, também se volta sobre si mesmo pelo conhecimento de si e pelos processos de governamentalidade, que o vinculam à verdade (Gregolin, 2015, p. 193).

Nos caminhos dos estudos sobre o sujeito ocidental, Foucault observa que os sujeitos e os discursos estão sempre em correlação com a *verdade* estabelecida em cada época. Para ele, a verdade não é única nem universal, mas múltipla, variando conforme o tempo histórico e aqueles que legitimam o que é considerado verdadeiro. Assim, o filósofo francês pensa a partir do viés da *vontade de verdade*, isto é, aquilo que é acolhido como verdadeiro possui determinadas finalidades e está intrinsecamente ligado às relações de poder, como aponta:

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona

uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (Foucault, 1979, p. 10).

Compreender a existência da vontade de verdade, bem como suas ligações com as relações de poder, favorece a percepção de que aquilo que é dito – e que a sociedade decide acolher como verdadeiro – é atravessado por legitimidades, saberes e mecanismos que fazem circular o regime de verdade em cada contexto histórico. Trata-se das instâncias, instituições e procedimentos responsáveis por distinguir os discursos verdadeiros dos falsos e por sustentar aquilo que é reconhecido como *saber verdadeiro* em uma determinada época. Como observa Noto (2010, p. 23): “da mesma maneira que é a vontade de verdade, e não propriamente a verdade, que é histórica, são as condições de aceitabilidade de uma verdade que variam historicamente, e não as condições de adequação e coerência do discurso.”

Outro ponto relevante que Foucault destaca em relação à vontade de verdade é que ela se apoia em suportes institucionais, ou seja, no próprio sistema educacional, nos livros, nos saberes difundidos, no sistema de saúde sustentado pela biologia e pela racionalidade médica, bem como nas formações discursivas dos componentes familiares, que propagam vontades de verdade das mais diversas formas. A valorização e o reconhecimento concedidos pela sociedade fazem com que essa vontade de verdade, amparada por esses suportes institucionais, seja cada vez mais aplicada, distribuída e até mesmo atribuída (Foucault, 1971).

No terceiro momento de sua obra, correspondente ao período da ética, Foucault passa a apresentar uma noção de *verdade* vinculada à constituição do sujeito consigo mesmo e à forma como essa verdade pode também afetar outros sujeitos. Como enfatiza Noto:

A partir de A hermenêutica do sujeito, o dizer a verdade será apresentado não exclusivamente no sentido do dizer a verdade encontrado, por exemplo, no discurso verdadeiro de Platão ou no dizer a verdade de si mesmo de Cassiano. A noção grega parrhesíanos permite pensar em uma forma discursiva que, apesar de dizer a verdade, não se preocupa exclusivamente com ela; em uma forma discursiva que, mesmo estando no verdadeiro, não vê na verdade do que diz seu maior valor, mas sim na modificação que este dizer produz tanto naquele que fala quanto naquele a quem se fala (2010, p. 24).

A partir desse terceiro momento, obtemos o que Foucault denomina *parrhesia* – o dizer a verdade não por uma preocupação exclusiva com ela, mas pelos efeitos que pode provocar nos sujeitos. Ao tratar dos regimes de veridicção, Foucault interessou-se em estudar uma verdade corajosa, ou melhor, a coragem da verdade, que, na Antiguidade greco-romana, já era conhecida como *parrhesia*.

Nessa mesma fase, conhecida por muitos como a do “último Foucault”, o filósofo dedicou-se a estudar a constituição de um sujeito ético e a busca por uma estética da existência. Dessa forma, a *parrhesia* é compreendida como uma condução ética do sujeito, uma vez que o dizer direto, franco e sem ornamentos, proferido pelo *parrhesiasta*, refere-se a um dizer verdadeiro, considerado crível, embora enunciado de modo que insere o sujeito em uma posição de risco, já que a verdade proferida, muitas vezes, não corresponde ao que alguns desejam ouvir.

Foucault já afirmava, em *A ordem do discurso* (1971), que qualquer um não pode dizer qualquer coisa, em qualquer época ou em qualquer lugar. Assim, um dizer direto, como o da *parrhesia*, exige um sujeito corajoso, que se coloque em risco em nome da verdade em que acredita, apto a defendê-la, mesmo que isso implique arriscar a própria vida (como foi o caso de Sócrates).

Em seus últimos escritos, ao retomar os gregos, Foucault reflete sobre a necessidade do cuidado de si, da existência de práticas e exercícios que promovam um cuidado não apenas com o corpo, mas também com a alma, aproximando-se do que o filósofo denominou *estética da existência*. Nessa perspectiva, a *parrhesia* é compreendida como uma técnica de si fundamental, razão pela qual é pertinente ressaltar que ela – tal como tratada neste momento pelo autor – diz respeito a uma técnica positiva que “consiste em dizer a verdade, sem dissimulação, sem reserva nem cláusula de estilo, nem ornamento retórico que possa cifrá-la ou mascará-la” (Foucault, 2011, p. 11).

Nos entrelaçamentos dos conceitos foucaultianos, nos atermos, a seguir, a tratar de conceitos caros para a teoria do filósofo, que contribuem para a existência de discursos *parrhesiásticos*, como é o caso das discussões entre saber-poder, resistência e liberdade, voltadas para a nossa questão-alvo de discussão, que é a violência doméstica contra as mulheres. A seguir, abordaremos as relações de saber/poder e os movimentos de resistência que se apresentam por meio das ações dos sujeitos.

Saber/poder e resistência no discurso da violência doméstica contra a mulher

Inicialmente, é importante ressaltar que não há saber sem poder e vice-versa, são indissociáveis, já afirmou Foucault em sua obra *Vigiar e punir* “[...] o poder produz saber [...], não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (Foucault, 2002, p. 27).

Sendo assim, percebe-se como os saberes e os poderes são constituidores de discursos que conseguem alicerçar *vontades de verdade*, as quais são perpassadas dentro do ambiente social.

Nessa perspectiva, podemos observar que algumas *vontades de verdade* não são atestadas por determinados grupos de pessoas e é nessa linha de pensamento que surgem as *resistências*.

Dessa forma, observa-se que nos estudos de Foucault o poder não mais pode ser entendido como algo da ordem do pertencimento do Estado, ou como algo que se possa deter ou pertencer a um lugar, mas sim como alguma coisa dinâmica, permeado na sociedade, pulverizado no meio social, portanto, o pesquisador francês enfatiza a existência dos micropoderes. Sendo assim, conforme Foucault (2002, p. 12):

O poder passa a ser analisado a partir de suas práticas, das tecnologias de produção de poder desenvolvidas pela sociedade. Não mais o poder circunscrito ao Estado ou aos seus aparelhos, (...) explicar seu funcionamento comparando-o a uma rede que se estende ao corpo social, produzindo seus efeitos. O poder não mais localizável, mas multidirecional, espalhado como micro-poderes – grãos de podres na mesa social.

Assim, Foucault encaminha-se para discutir a questão da liberdade, pois o poder não pode pressupor o aprisionamento, isto é, um lugar de não liberdade. Pelo contrário, ele deve possibilitar a luta pela liberdade e a abertura à mudança. Consoante a isso, chegamos à noção de resistência, entendida em Foucault justamente como a possibilidade de confrontos de poder, nos quais se vislumbra uma perspectiva de libertação que sinaliza novos modos de existência – uma visão que conduz à compreensão do poder em sua dimensão positiva. Portanto, resistir é ter força para lutar por aquilo que se acredita ser necessário alcançar. É importante frisar, ainda, que as resistências são variadas e mutáveis (Foucault, 2006).

Dessa maneira, considerando os estudos foucaultianos, as relações de poder são necessariamente atravessadas pela liberda-

de, conforme afirma Foucault (2006, p. 276): “[...] só é possível haver relações de poder quando os sujeitos são livres. Se um dos dois estiver à disposição do outro e se tornar sua coisa, um objeto sobre o qual ele possa exercer uma violência infinita e ilimitada, não haverá relações de poder.”

A partir dessa perspectiva, compreende-se que as violências contra as mulheres rompem justamente essa condição de liberdade que torna possível o exercício relacional do poder. Quando a mulher é reduzida à condição de objeto – privada da possibilidade de agir, responder ou resistir – não há relação de poder no sentido foucaultiano, mas sim domínio, coerção e violência. As práticas de violência doméstica, portanto, configuram-se como formas de anulação da alteridade e de negação da liberdade do outro, expondo o funcionamento de dispositivos que operam não para produzir sujeitos livres, mas para subjugar e silenciá-los.

Nesse sentido, podemos considerar o percurso das mulheres uma história de resistência e de luta pela liberdade e equidade, como relata Perrot (2007) em *Minha história das mulheres*. Nessa obra, a autora permite compreender que, por muito tempo, as mulheres estiveram em posição inferior aos homens, vivendo sem liberdade ou direitos de escolha. Foram muitas as lutas, travadas de forma gradual, para que conseguissem ocupar seus espaços na sociedade e passassem a ter vez e voz nos âmbitos público e privado.

Nessa perspectiva, o machismo, reflexo de uma sociedade historicamente patriarcal, ainda permeia as relações sociais. Sendo assim, o poder nocivo dessa prática desencadeia diversas atitudes que podem até mesmo colocar em risco a vida das mulheres, como ocorre nos casos de violência perpetrada por homens contra suas companheiras ou ex-companheiras.

A violência contra as mulheres, sobretudo a violência doméstica, não é recente: é fruto de discursos que, por muito tempo,

foram perpetuados na sociedade. Esses discursos machistas, misóginos e preconceituosos vêm sendo combatidos pelos movimentos feministas, desde o século XVIII, no sentido de ajudar as mulheres não apenas a se defenderem dos abusos sofridos pelos companheiros, mas também a conquistarem o seu espaço – seja na família, no trabalho ou na sociedade em geral.

Uma prática tão corriqueira quanto a violência praticada contra a mulher, dentro de seu próprio lar, necessitava de um aparato jurídico específico para punir os responsáveis por tais atrocidades. Isso ocorre, finalmente, em 2006, quando o Brasil aprovou uma lei destinada a punir os agressores de violência doméstica e familiar contra as mulheres: a Lei nº 11.340, conhecida popularmente como Lei Maria da Penha.

A lei recebeu essa denominação em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, ativista e vítima de violência doméstica que não desistiu de lutar pela punição de seu agressor – o qual, após uma tentativa de assassinato, deixou-a paraplégica. O caso ganhou força com o apoio dos movimentos feministas e com sua ampla repercussão nacional e internacional, o que fomentou o debate entre os poderes Legislativo e Judiciário, bem como na sociedade civil, resultando na criação da referida lei⁴.

Maria da Penha lutou por justiça e pela criação de um instrumento legal que não deixasse impunes os crimes de violência contra as mulheres, os quais se tornam, a cada dia, mais corriqueiros. Assim como ela, muitas mulheres têm suas vidas profundamente devastadas por homens que se consideram no direito de puni-las sem motivo aparente, recorrendo à violência e destruindo suas vidas.

4. Informações disponíveis em: FUCKS, Rebeca. **Maria da Penha**: ativista brasileira. Disponível em: https://www.ebiografia.com/maria_da_penha/. Acesso em: 01 abr. de 2021.

A violência doméstica e familiar contra a mulher pode ser conceituada da seguinte maneira, segundo o Art. 5º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006: “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. Além disso, a lei, nesse mesmo artigo, estabelece que esse tipo de violência pode ocorrer tanto quando o agressor reside com a vítima quanto quando mantém com ela uma relação de convivência, afeto ou proximidade. Na Lei Maria da Penha, em seu Capítulo II – Das formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, Art. 7º, encontram-se os tipos de violência doméstica e familiar praticados contra as mulheres, a saber:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

O fenômeno da violência doméstica, como vimos, não é recente nem raro, e se manifesta de diversas formas, podendo ocorrer por meio da violência física, moral, psicológica, patriarcal ou sexual, ou ainda pela combinação entre elas. No entanto, as discussões promovidas por organizações não governamentais (ONGs) e por pesquisadores que se dedicam ao estudo das violências revelam que o número de denúncias ainda é muito inferior ao número real de casos de violência contra as mulheres – muitas vezes porque elas não têm coragem de denunciar seus agressores. Como se observa na versão do Atlas da Violência de 2019:

Apenas em 2017, mais de 221 mil mulheres procuraram delegacias de polícia para registrar episódios de agressão (lesão corporal dolosa) em decorrência de violência doméstica, número que pode estar em muito subestimado dado que muitas vítimas têm medo ou vergonha de denunciar. Considerando os altíssimos índices de violência doméstica que assolam o Brasil, a possibilidade de que cada vez mais cidadãos tenham uma arma de fogo dentro de casa tende a vulnerabilizar ainda mais a vida de mulheres em situação de violência (Cerqueira *et al.*, 2019, p. 42).

Nessa mesma linha de pensamento, o número de mulheres agredidas por homens – sejam eles companheiros ou pessoas de convivência próxima – continua alarmante e cresce a cada ano. De acordo com a 5ª edição da pesquisa do Fórum Brasileiro de

Segurança Pública (FBSP) e Instituto DataFolha (2025), 37,5% das mulheres brasileiras afirmaram ter sofrido algum tipo de violência física, sexual ou psicológica por parte de um parceiro íntimo no último ano. O mesmo relatório revela que, em 2024, o Brasil registrou 1.859 casos de feminicídio, número que reafirma a gravidade do cenário de violência de gênero no país.

Durante o período de isolamento social, a nota técnica do FBSP apontou que, embora o número de casos de violência doméstica tenha aumentado, o número de denúncias oficiais diminuiu, evidenciando as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para romper o silêncio e buscar ajuda. Nesse mesmo documento, são citadas as recomendações da ONU, que orientam os países a adotarem medidas para reduzir a violência doméstica e ampliar o apoio institucional às vítimas. Entre as principais medidas propostas, destaca-se a intensificação dos mecanismos de denúncia on-line, de modo a oferecer às mulheres mais alternativas seguras de comunicação e denúncia.

Com o advento das novas tecnologias e das aceleradas transformações do cotidiano, em um mundo cada vez mais informatizado, nossas práticas sociais vêm se modificando, e redes de apoio às mulheres têm sido criadas também em espaços virtuais. Gregolin (2015) nos alerta para o fato de que as mídias digitais estão cada vez mais presentes em nossas vidas. Se antes nos confessávamos em um confessionário privado, hoje é possível fazê-lo nos espaços da *web*, que a autora denomina *heterotopias na web*.

Muitas dessas redes de apoio oferecem espaços para que as mulheres relatem as violências sofridas e compartilhem suas experiências com outras, buscando encorajá-las a denunciar e, ao mesmo tempo, fortalecer uma rede de segurança feminina. Corpos heterotópicos, por vezes invisíveis, ocupam o espaço da mídia digital para disseminar a coragem da verdade, ao confessar as violências vividas.

Assim, ao confessar as violências sofridas, seja em redes sociais ou em outros espaços da *web*, as mulheres se colocam em uma posição de risco, visto que os agressores, muitas vezes, são pessoas de seu convívio diário. Essa condição as leva a necessitar do apoio de organizações não governamentais, de políticas públicas e de outros aparatos legais.

Nesse sentido, durante a pandemia da COVID-19, as iniciativas virtuais de redes de apoio a mulheres vulneráveis à violência, sobretudo à violência doméstica, precisaram ser intensificadas, tornando-se fundamentais. O apoio de grupos e ONGs, ainda que fisicamente distantes, manteve-se próximo das vítimas por meio de campanhas e da oferta de respaldo jurídico, além de outras formas de proteção às mulheres. O objetivo dessas ações é fazer com que se sintam apoiadas e seguras para denunciar os agressores, que, muitas vezes, estão com elas dentro de casa, cotidianamente.

Diante desse panorama de violências e resistências que emergem tanto nos espaços físicos quanto nos ambientes virtuais, é possível perceber como as práticas de dizer a verdade, mesmo em meio ao medo e à opressão, configuram-se como gestos *parrhesiásticos* – atos de coragem e liberdade. Nessa direção, as narrativas de mulheres que denunciam suas dores e rompem o silêncio tornam-se expressões potentes de resistência, pois desafiam os discursos que historicamente as mantiveram em posições de submissão e silenciamento.

É nesse contexto que se insere a *websérie* “Confessionários – Relatos de Casa”, que será discutida a seguir. A produção traz à cena relatos verídicos de mulheres que, em meio ao isolamento da pandemia, encontraram na fala e na exposição pública de suas experiências um modo de enfrentar a violência doméstica e de reconstruir-se enquanto sujeito de verdade. Assim, a análise dessa obra permite observar como o discurso audiovisual pode operar como um espaço de *parrhesia* contemporânea, em que o

ato de dizer o vivido se transforma em um gesto ético e político de resistência.

Para um efeito de análise

No primeiro episódio da *websérie* “Confessionário - Relatos de Caso” é apresentada a história da personagem Ana Paula, nome fictício dado a uma mulher magra, de cabelos grisalhos, que representa uma das personagens vítimas de violência doméstica. Ela relata que foi casada durante 31 anos e que tem uma filha de 13 anos. De início, diz que aceitou realizar a confissão pelo motivo de entender a importância deste ato no sentido de encorajar outras tantas mulheres a fazerem o mesmo e de mostrar que elas não estão sozinhas, aqui encontramos efeitos de um discurso *parrehsiástico*, porque não são todos os sujeitos que têm a coragem da verdade que Ana Paula teve. Em seu discurso, Ana Paula, demonstra uma vontade da verdade de que as mulheres podem ter suas vidas de volta, que elas não precisam viver assujeitadas por seus agressores, elas devem denunciar a violência sofrida.

Como essa *websérie* acontece no ambiente virtual denominado *YouTube*, rede social de fácil acesso e gratuita, o vídeo pode ser visto por qualquer sujeito, do mundo, que se interesse pelo tema, por isso, a intenção dela em abranger e encorajar mulheres que passem por essas vivências.

Dando continuidade à confissão, Ana Paula conta que com o advento da pandemia do COVID-19 e com o seu marido (à época) trabalhando no comércio e tendo uma filha com asma, de grupo de risco, começaram os conflitos de forma mais acentuada porque ele não cumpria com os protocolos de segurança e isso a incomodava, causando discussões entre eles. Dessa forma, a tensão emocional vivida em um momento de pandemia se eleva e Ana Paula relatou toda sua aflição em ter que conviver ainda

mais com a situação pandêmica e seu companheiro descarregando sua fúria por meio das diversas violências domésticas, desde pressões psicológicas até a agressão física. Assim, Ana Paula é apenas uma entre muitas mulheres que passaram a sofrer ainda mais violência no período do isolamento social em decorrência da Covid-19.

As vítimas, como Ana Paula – mães e vulneráveis – vivendo em meio a uma pandemia, ficam ainda mais expostas ao perigo, muitas vezes sem ter a quem recorrer nem como pedir ajuda, com o agressor cada vez mais próximo e a necessidade constante de proteger os filhos. Por meio desse relato, é possível compreender por que a violência doméstica aumentou durante a pandemia.

Ana Paula segue o vídeo contando sua experiência como esposa, e observa-se, em seu relato, as relações de saber/poder presentes no discurso do agressor, permeadas por enunciados machistas, misóginos e que retroalimentam o discurso patriarcal – o do homem como provedor da família e o da mulher como servidora e cuidadora do lar. No que se refere ao período pandêmico, a vítima em questão, assim como tantas outras, sentia-se ainda mais fragilizada quando o marido era o responsável por prover o sustento financeiro e garantir o alimento da família. Dessa forma, tais sujeitos acreditam possuir o direito de agredir e de exercer terror moral e psicológico sobre suas vítimas – como se observa nas “brincadeiras” e beliscões que o marido de Ana Paula fazia, os quais a deixavam roxa e com marcas de agressão.

Ainda no que se refere às relações de saber/poder do patriarcado e do machismo, observa-se, no caso de Ana Paula, que o marido também a traiu, valendo-se do discurso da virilidade, segundo o qual o homem pode adotar tais condutas diante da sociedade – saberes por muito tempo legitimados socialmente. Quando Ana Paula soube da traição, ele se aproximou com gestos de carinho, afirmando que nada havia ocorrido e, assim, a

manipulava. Desse modo, ela não reconhecia, inicialmente, essas práticas como formas de violência.

Ao longo do relato de Ana Paula, é possível identificar alguns enunciados que evidenciam os efeitos das relações de poder presentes na dinâmica da violência doméstica. Em determinado momento do depoimento, a personagem afirma: “Muita coisa eu não reconhecia, ou talvez tivesse medo de reconhecer”. Esse enunciado revela o processo de silenciamento e de naturalização da violência, no qual a vítima, inserida em determinadas formações discursivas sobre o casamento e sobre o papel da mulher, demora a identificar práticas abusivas como formas de violência. Em outro momento, ao narrar o comportamento do companheiro, Ana Paula relata que “ele tinha uma arma e brincava com a arma”. Tal enunciado evidencia a presença de um dispositivo de intimidação que reforça a assimetria de poder na relação, produzindo efeitos de medo e controle sobre a vítima. Assim, essas sequências enunciativas permitem compreender como determinadas práticas discursivas e simbólicas contribuem para a manutenção de relações violentas no espaço doméstico.

Dessa maneira, o processo responsivo por parte de mulheres como Ana Paula pode demorar uma vida inteira, pois a sociedade ainda perpetua discursos e práticas machistas. Nesse sentido, a importância dos movimentos feministas, embasados em outros saberes e outros poderes, está justamente em contrapor os discursos machistas e patriarcais presentes na sociedade, formando resistências necessárias à ruptura – ou, ao menos, às tentativas de ruptura – dessas violências contra as mulheres.

Nessa perspectiva, muitas vezes são necessárias ações extremas por parte do agressor para que a vítima se encoraje a pedir socorro, para que a coragem de transgredir em busca de liberdade aconteça. Lamentavelmente, por vezes, elas acabam sendo mortas antes de conseguir ajuda. Como relatou Ana Paula sobre

algumas condutas do agressor: certa vez, durante a gravidez, para que ela não fosse trabalhar, ele a trancou no quarto, e ela acabou urinando na própria roupa.

Toda aquela situação a fez desejar a separação e lutar por sua liberdade, mas ele sempre dizia que o amor dele era maior e que deviam continuar juntos. No final, ela acabou aceitando as decisões dele, e os dois seguiram juntos. Entretanto, essas situações em seu relacionamento com o referido marido a deixavam cada vez mais aflita e desgastada. Essas atitudes de seguir a “vontade de verdade” do marido ocorrem em diversos casos de violência doméstica, principalmente quando a mulher se encontra violentada e agredida, tanto psicologicamente quanto fisicamente.

Ana Paula segue o vídeo relatando que, por vezes, o marido a colocava à força na calçada, amontoada junto ao lixo, para ver se “os lixeiros a levavam também”, pois, para ele, ela não passava de um detrito. Dessa forma, percebe-se que Ana Paula não sofreu apenas violência física, mas também psicológica e moral. Isso demonstra como ele buscava instaurar uma vontade de verdade que deslegitimava e desqualificava a mulher, confirmando o que Foucault (1971) discute: aquilo que é acolhido como verdadeiro possui determinadas finalidades e está coligado às relações de poder.

Outro ponto relevante é que as ações da vítima — sobretudo ao fazer o relato — evidenciam que resistir é ter força para lutar por aquilo que se acredita ser necessário alcançar. Assim, Ana Paula alça possibilidades de confrontos de poder, abrindo-se a processos de libertação e a novas perspectivas de existência.

Assim, constatamos que o discurso de Ana Paula é *parrhesiástico*, pois, ao realizar sua confissão, ela demonstra um cuidado de si e com o outro, buscando encorajar outras mulheres a denunciar as agressões sofridas. Ana Paula ocupa uma posição de risco e pratica a coragem da verdade, em busca de um dizer verdadeiro que precisa ser perpetuado para a proteção de outras

mulheres – características próprias de um sujeito que assume a posição de *parrhesiasta*.

Considerações finais

Das problematizações em torno do discurso, da vontade de verdade e da *parrhesia*, compreendemos que a análise desses conceitos, no âmbito das discursividades contemporâneas, possibilita pensar como as mulheres se constituem enquanto sujeitos de verdade em meio a regimes de poder que, historicamente, buscaram silenciá-las. No caso da *websérie* “Confessionários – Relatos de Casa”, o discurso emerge como espaço de resistência, onde o dizer de si torna-se uma forma de cuidado de si e de enfrentamento à violência.

Importa, portanto, reconhecer que os relatos apresentados – mesmo quando mediados pela ficção – revelam experiências concretas de coragem e exposição de si, nas quais o gesto de falar, confessar e tornar público o sofrimento configura uma prática de liberdade. As mulheres que tomam a palavra produzem deslocamentos na ordem discursiva, instaurando novas formas de enunciação e tensionando as verdades impostas pelo patriarcado e pelo machismo.

Assim, mais do que analisar um produto audiovisual, refletir sobre essas práticas discursivas implica compreender que a *parrhesia*, quando atualizada nos atos corajosos de dizer a verdade, constitui um ato ético e político de resistência. Ao assumirem o risco de falar e de se exporem, essas mulheres rompem o silêncio histórico que as aprisionou e, com isso, constroem novas possibilidades de existência, pautadas na liberdade, na solidariedade e no cuidado de si.

Desse modo, no caso do primeiro episódio da série mencionada, percebe-se como acontece a *parrhesia* e como as relações

de saber-poder constituem esse sujeito-mulher que se desvincula da violência e procura relatar, através da confissão, as agressões sofridas, para que outras mulheres denunciem, ou até mesmo reconheçam quando forem violentadas. Dessa forma, constatamos o percurso da constituição ética do sujeito-mulher nos discursos analisados aqui. O discurso de confissão de Ana Paula nos possibilita inferir a existência de uma vontade de verdade, segundo a qual as mulheres devem ser fortes, resistir e lutar por sua liberdade, buscando a libertação das amarras impostas pela convivência com seus agressores. Não que isso seja fácil, mas é preciso lutar; é preciso buscar a libertação.

Percebe-se, ainda, que, por meio de seu relato, muitas outras mulheres – muitas outras “Anas” – são representadas. Essas mulheres corajosas enfrentam a complexa realidade da violência doméstica e, ao reagirem, conseguem superar, por meio da denúncia, a submissão ao agressor, encorajando outras a fazer o mesmo, a retomar as rédeas de suas vidas e a dar um novo rumo às suas histórias.

Assim, as experiências dessas mulheres, apresentadas no audiovisual, evidenciam que assumir a própria voz e exercitar a coragem da verdade é o caminho para transformar a realidade atual e abrir espaço para novas práticas, distintas daquelas que ainda persistem. Com isso, vislumbra-se a possibilidade de que, em um futuro próximo, essas formas de violência sejam superadas. Além disso, seus relatos destacam a importância do fortalecimento das redes de apoio entre mulheres, fundamentais para sustentar essa resistência coletiva.

Referências

BRASIL. Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, D.O.U. de 08.08.2006 - “**Lei Penha**”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 14 dez. 2020.

CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da violência 2019**. Brasília: IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/11/atlas-da-violencia-2019-05jun-versao-coletiva.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência doméstica durante a pandemia do COVID-19**. Nota técnica. 16 de abril de 2020. Disponível em: <http://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **5ª edição da pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. Parceria com o Instituto DataFolha. São Paulo: FBSP, 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/>. Acesso em: 26 set. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024**. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/>. Acesso em: 26 set. 2025.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 26 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2002.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **A coragem da verdade**: o governo de si e dos outros II: curso no Collège de France (1983-1984). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. *In*: MOTTA, M. B.; FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade e política**. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 264-287. (Ditos & Escritos, v. 5).

FOUCAULT, M. Diálogo sobre o poder. *In*: MOTTA, M. B. (Org.). Estratégias, poder-saber. **Ditos & Escritos**. v. 4. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FUCKS, R. **Maria da Penha**: ativista brasileira. Disponível em: https://www.ebiografia.com/maria_da_penha/. Acesso em: 01 abr. de 2021.

GREGOLIN, M.R. Discursos e imagens do corpo: heterotopias da (in) visibilidade na WEB. *In*: FLORES, G. G.; NECKEL, N.R.F.; GALLO, S. M. L. (Org). **Análise de discurso em rede**: cultura e mídia. Campinas, SP: Pontes, 2015, p. 191-213.

NOTO, C. S. Vontade e verdade em Foucault. **Philosophos**, Goiânia, v. 15, n.2, p.11-28, 2010.

SILVA, F. P. Articulações entre poder e discurso em Michel Foucault. *In*: SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. (Org.). **Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividade. São Carlos, SP: Claraluz, 2004, p. 160.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Recomendações para enfrentamento da violência doméstica durante a pandemia de COVID-19**. Nova York: ONU Mulheres, 2020. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/>. Acesso em: 26 set. 2025.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. Ângela Maria da Silva Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

Ser feliz é uma escolha?

positividade tóxica, cultura do desempenho e imperativos morais de bem-estar

Geilson Fernandes de Oliveira¹

Marcília Luzia Gomes da Costa Mendes²

Kildare de Medeiros Gomes Holanda³

Introdução

São frequentes, nas produções discursivas contemporâneas, a emergência e circulação de saberes e dizeres em torno dos modos de ser e estar dos sujeitos, indicando maneiras de se comportar e orientações para lidar com as intempéries do cotidiano. Nesse cenário, observa-se que o sentido de bem-estar é visto como um capital, que deve ser lapidado a fim de se evitar emoções ou estados de ânimo negativos – vistos como moralmente inferiores.

É nesse contexto que irrompem os pressupostos da positividade – socialmente produzida como um ativo a ser cada vez mais

1. Doutor em Estudos da Mídia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Docente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Membro do Grupo de Estudos do Discurso da UERN (GEDUERN).

2. Doutora em Ciências Sociais (UFRN). Pesquisadora da Fundação de Amparo e Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação do Rio Grande do Norte (FAPERN).

3. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

explorado. Ocorre que o seu imperativo, projetado por meio de discursos motivacionais vinculados à cultura do desempenho, alicerçado em um processo que envolve a exaltação exacerbada do pensamento positivo e a negação de sentimentos e emoções consideradas negativas, como tristeza, angústia ou raiva, passa a ser visto e problematizado pelo seu excesso – de onde emergem os sentidos de um fenômeno que vem sendo denominado como positividade tóxica.

Considerando tal manifestação, este artigo tem como objetivo analisar as formas pelas quais a positividade tóxica vem sendo produzida discursivamente, tendo em vista a dispersão dos acontecimentos e os distintos vieses que a caracterizam – como confirmação, crítica, aversão, entre outras perspectivas. Com efeito, o corpus da investigação é composto por seis materialidades verbo-visuais que tiveram a sua emergência nas mídias digitais, com circulação, especialmente, na rede social *Instagram*, as quais versam e problematizam, a partir de diferentes estratégias discursivas, sobre o tema em voga.

A pesquisa adota como referencial teórico reflexões acerca do saber-poder-subjetividade (Foucault, 2013a; 2013b), além dos debates sobre o biopoder (Foucault, 2008), da gestão dos afetos (Cabanas, Illouz, 2022; Han, 2015), bem como acerca da cultura do desempenho e dos imperativos morais (Han, 2015; Oliveira, Mendes, 2023; Freire Filho, 2010) que são construídos a partir das práticas discursivas que têm sua vazão, especialmente, a partir da mídia e seus dispositivos. Como procedimentos metodológicos de descrição, análise e interpretação, partimos de uma abordagem qualitativa, com o uso dos métodos descritivo e interpretativo, articulado aos Estudos Discursivos Foucaultianos (Navarro, 2020), que compreende o discurso como acontecimento e prática social, a partir do qual se arregimentam relações de saber, poder e subjetividade (Foucault, 2013a; 2013b; 2012; 2011).

Estruturalmente, a presente discussão é desenvolvida em mais três seções após esta introdução. Na primeira, é realizada uma discussão sobre a cultura da positividade e do desempenho, momento em que também são promovidas reflexões sobre a ascensão dos sentidos em torno da positividade tóxica. Na sequência, são realizadas, tendo como base as premissas dos Estudos Discursivos Foucaultianos, leituras, descrições, interpretações e análise sobre o material empírico selecionado. Logo após, arre-matando as reflexões desenvolvidas, são apresentadas as considerações finais.

I Positivo e operante: positividade tóxica e cultura do desempenho

Derivado do latim, o termo positivo advém de *positivus*, do verbo *ponēre*, que significa “pôr”, “colocar”, “afirmar”. Articula-da com o sufixo -dade (do latim *-tātem*), sugere uma qualidade ou estado, formando o sentido de “positividade”, ou seja, “quali-dade de ser positivo”. Para além de seu significado etimológico, enquanto fenômeno social e histórico, a positividade em relação a comportamentos, atitudes, modos de ser e estar, tem sido de-mandada na contemporaneidade a partir de convocações expres-sivas. Dessa maneira, “ser positivo” ou ter “positividade” em si-tuação adversas tem sido visto como uma qualidade, um atributo favorável para o bem-estar, o bom convívio e o desenvolvimento pessoal e coletivo.

A seu turno, tóxico tem origem na palavra grega *toxicon*, re-ferente a “veneno para flechas”, em que *toxon* está associada a “arco”. No latim, *toxicum* é associado ao veneno, mantendo, de certa maneira, o sentido do referente grego. Associados (positivi-dade + tóxico), os termos constituem um fenômeno que vem sen-do cada vez mais problematizado em diferentes campos, como

a Psicologia, Sociologia, Antropologia, Ciências da Linguagem, entre outras áreas. Como característica básica desse construto, a saber, a positividade tóxica, destaca-se a exaltação excessiva do pensamento positivo e a negação de emoções ou sentimentos considerados negativos – como raiva, culpa, medo, angústia, etc. –, o que se estabelece, é importante ressaltar, em um contexto permeado por discursos motivacionais alicerçados na sociedade e cultura do desempenho.

Segundo Covaleski e Freitas (2024, p. 17-18), esse tipo de positividade é entendida como tóxica devido ao fato de ser vista como “[...] uma atitude que os indivíduos devem ter sempre, mesmo em situação ruins”. Nesse sentido, a toxicidade está vinculada às recomendações imperativas relativas aos postulados inerentes ao ser ou estar orientados a sempre se assumir uma perspectiva positiva, especialmente no que concerne aos possíveis problemas vivenciados pelos sujeitos – vistos não como empecilhos, mas chances de crescimento e aprendizado.

Ao refletir sobre a sociedade contemporânea, Han (2015) observa o quanto os sentidos de positividade e desempenho são requeridos. De acordo com o autor, vivemos em uma época marcada pelo excesso de positividade – o que contribui para expressões de sua toxicidade. O filósofo Sul-Coreano ressaltava, ainda, o quanto a positividade e o desempenho estão articulados, apontando que um fenômeno se alimenta do outro. Com base nos postulados do teórico, os imperativos da positividade e do otimismo acrítico promovem nos sujeitos um sentido de autocobrança e autoexploração constantes. Ao mesmo tempo, propõe a rejeição das emoções negativas, compreendidas como entraves para o desempenho, a produtividade, ou o empreendedorismo de si mesmo.

Frente a essa conjuntura, Han (2015) assinala que o excesso e obsessão pela positividade podem ser mais prejudiciais do que outros modelos de sociedade, como a disciplinar. Isto, levando

em conta que agora a violência não vem de uma fonte externa (as prisões, os hospitais, ou outras instâncias, por exemplo), mas do próprio sujeito, que imerso nos pressupostos da positividade e do desempenho, se auto explora, negando as suas emoções e sentimentos, em nome de uma promessa talvez nunca alcançada. Isto, se considerando que em uma sociedade marcada por promessas ilimitadas, quando o sujeito consegue alcançar ou se aproximar do destino pretendido, a linha de chegada ganha novos limites e contornos, mais distantes.

Han (2015) aponta, então, uma mudança da sociedade disciplinar (Foucault, 2013b) para a sociedade do desempenho. Nesse sentido, algumas transformações em relação às formas de funcionamento e estratégias adotadas por esse modelo de sociedade são observadas. De acordo com Le Breton (2018), que também reflete sobre as transformações em torno do sujeito na contemporaneidade, se aproximando, em alguns momentos, das proposições de Han (2015), nota-se com destaque, atualmente, o processo de asseveramento das formas de (auto)exploração dos sujeitos. Conforme o autor, agora “a coerção não pesa mais sobre os corpos, mas sobre as mentes, já não há mais vigilância, mas um autocontrole permanente, uma disponibilidade sem descanso” (Le Breton, 2018, p. 63).

Sobre esse aspecto, Bittencourt (2023, p. 63), tomando como base os dois autores anteriormente citados, complementa, afirmando que a sociedade do desempenho “[...] se pauta pela positividade total, positividade totalitária, aliás, pois exige a capacidade individual de se escamotear toda forma de fraqueza pessoal em favor da performance [...]”. Nesse contexto, sentir ou expressar estados de ânimo ou emoções opostas aos sentidos da positividade é compreendido como sinal de fraqueza, falha moral.

Desconsidera-se, nesse ínterim, as emoções negativas, as quais podem ser importantes em termos de experiência, apren-

dizado e amadurecimento, como vem apontando teóricos do campo da Psicologia. Sobre esse aspecto, Parrot (2014) sugere que as emoções negativas possuem uma função de experiência, proteção, aprendizado e adaptação, sendo importantes também para os processos de amadurecimento. Acerca dessa discussão, importante ressaltar, como proposto por Bittencourt (2023), que “não se trata de fazer apologia do sofrimento, da dor e dos estados depressivos [...]”, mas a necessidade de se compreender “[...] que a ideia de vida plena pressupõe a presença de afetos alegres e de afetos tristes, de bons encontros e de maus encontros no decorrer da existência e que nem sempre temos capacidade de hegemonizar o bem-estar existencial em um nível de estabilidade razoável” (Bittencourt, 2023, p. 68).

Logo, a positividade, quando demandada de maneira extrema ou como obrigatória, configura uma expressão de violência, daí a sua toxicidade ou, como sugere a etimologia do termo *tóxico*, o envenenamento dos discursos e práticas que a apregoam. Tal violência pode ser identificada como mental (Le Breton, 2018) ou neuronal (Han, 2015), evidenciando uma forma de saturação em torno da constituição das subjetividades e de pressão no que diz respeito ao desempenho.

Como efeito, nessa perspectiva, a exacerbação da positividade, além de instrumento de exploração, tendo em vista que o tempo otimizado passa a se constituir como capital a ser gerenciado, de modo que “[...] qualquer desperdício é prejuízo para o gerencialismo vigente” (Bittencourt, 2023, p. 63), pode acarretar, ainda, em conformidade com Han (2015), o cansaço e transtornos de ordem psíquicas, como depressão, *burnout*, ansiedade, etc., causados não pela negatividade de algo imunologicamente diverso ou estranho ao corpo biológico, mas pelo excesso de positividade. Tendo como base os pensamentos do autor, a positividade tóxica seria, então, expressão de um corpo social que perdeu a sua ca-

pacidade de lidar com as intempéries da vida, com a negatividade (Han, 2015; 2022). Paradoxalmente, o excesso de positividade tende a promover, justamente, a emergência do seu oposto – esgotamento, adoecimento psíquico, exaustão.

A Psicologia Positiva, uma das muitas abordagens da Psicologia, direta ou indiretamente, é uma das bases que sustentam a promoção dos discursos em torno da positividade no tempo presente e lhes dão condições de possibilidade. Essa vertente, nascida no final da década de 1990 nos Estados Unidos (EUA), se expandiu rapidamente para outros países, tendo como um de seus idealizadores Martin Seligman.

Resumidamente, trata-se de uma área que sugere “[...] que a força de vontade e o condicionamento positivo podem fazer verdadeiros milagres” (Oliveira, 2020, p. 100). Cabanas e Illouz (2022), autores que tem promovido reflexões e problematizações sobre o campo da Psicologia Positiva, por sua vez, indicam certa vinculação entre esta área e os imperativos da positividade com os princípios neoliberais, já que, em ambos os fenômenos, a busca pela felicidade e o bem-estar dos sujeitos é pautada, essencialmente, no individualismo, na força do sujeito sobre si mesmo, desconsiderando fatores de ordem estrutural.

Percebe-se, assim, o quanto o trabalho do capitalismo e do neoliberalismo – que atuam diretamente no cultivo e promoção da cultura do desempenho – se alicerçam, cada vez mais, a partir da apropriação dos afetos e emoções (Illouz, 2011), tendo como objetivo estar próximos dos sujeitos, inserir-se em suas vidas, em suas trocas sociais e afetivas, ou bem mais do que isso, constituir-las, por meio da interiorização de sua racionalidade. Com efeito, é a partir desses processos que as emoções passam a ser tomadas como objetos gerenciáveis, passíveis de controle, discursivizadas sob o manto do bem viver e do bem-estar, sem problematizar as suas perdas e ganhos. Não à toa, a positividade se torna muito

adequada aos princípios neoliberais, os quais são travestidos de “[...] caracteres progressistas pois se esforça em converter toda experiência negativa em um degrau para o apregoado sucesso” (Bittencourt, 2023, p. 63-64).

Considerando as discussões até aqui promovidas, nos propomos, na seção a seguir, a investigar os discursos produzidos sobre a questão da positividade tóxica que tiveram a sua emergência nas mídias digitais, com circulação, especialmente, na rede social *Instagram*, as quais versam e problematizam o tema em debate.

2 Positivo, mas nem tanto: análise de materialidades verbo-visuais

Enquanto um fenômeno com amplas dimensões, a expressão, abordagem e problematização da positividade tóxica se efetiva, na sociedade, a partir de diferentes maneiras. Com vistas a refletir sobre tal questão, neste artigo, tomamos como base as produções discursivas que tiveram a sua emergência a partir das mídias digitais, tendo a sua circulação, sobretudo, no *Instagram*. Construímos, para tanto, um recorte empírico que tem a sua expressão a partir de materialidades verbo-visuais, opção justificada pelo entendimento de que são formas de se tratar o objeto a partir de estratégias discursivas mais complexas (compreendo o texto, a composição imagética, narrativas construídas, etc.). Além desse aspecto, é mister enfatizar que, nas plataformas digitais, tais tipos de conteúdo têm maior circulação, engajamento e apelo, se comparado aos exclusivamente textuais.

Desta feita, a partir do uso da palavra-chave “positividade tóxica”, foi realizada uma busca na rede social *Instagram*. Entre os conteúdos apresentados como resultados, seis imagens se destacaram, seja devido ao fato de aparecerem repetidamente em várias publicações, seja porque suscitaram maior número de cur-

tidas e comentários. Essas materialidades verbo-visuais foram previamente analisadas, momento em que se decidiu que a sua apresentação se daria a partir das regularidades identificadas. Em termos metodológicos, se parte de uma abordagem qualitativa, com viés descritivo e interpretativo, articulado aos Estudos Discursivos Foucaultianos (Navarro, 2020).

Nessa esteira, buscamos, a partir dos postulados de Foucault, “[...] reencontrar as conexões, os encontros, os apoios, os bloqueios, os jogos de força, as estratégias etc., que, em um dado momento, formaram o que, em seguida, funcionará como evidência, universalidade, necessidade” (Foucault, 2006, p. 339), presentes nas práticas discursivas em foco, as quais podem ser entendidas, conforme propõe Navarro (2020, p. 21), como “[...] o lugar onde os objetos se formam ou se deformam, onde aparece ou se apaga uma pluralidade emaranhada de objetos de discurso”. Logo, aponta-se que “[...] analisar um discurso é fazer aparecer um conjunto de regras próprias a uma prática discursiva, sem a tarefa de encontrar as origens dos discursos, mas os começos possíveis de serem demarcados” (Navarro, 2020, p. 21).

Faz-se necessário, assim, refletir não sobre a origem, mas sobre as descontinuidades e condições de possibilidades que favorecem a produção dos discursos acerca do fenômeno da positividade tóxica, lugar de onde se observa a forte presença do neoliberalismo e suas transformações não apenas como modelo econômico, mas como uma ética e racionalidade (Foucault, 2008; Dardot, Laval, 2016; Safatle, Silva Júnior, Dunker, 2021), que propõe aos sujeitos um auto empreendimento contínuo e ininterrupto. Articulada a esse cenário, estão as demandas da denominada cultura do desempenho (Han, 2015), a partir da qual os sujeitos são instados a sempre oferecer mais de si mesmos, fator que é intermediado pelo culto da performance (Ehrenberg, 2010) e a ascensão da psicologia positiva (Cabanas, Illouz, 2022).

A fim de compreender como essa positividade e sua respectiva toxicidade vem sendo abordada nos discursos produzidos e com circulação nas mídias digitais, especificamente, o *Instagram*, passe-mos para a apresentação das materialidades que compõem o nosso corpus e, na sequência, a sua descrição e interpretação analítica.

Figura 1: “Ser feliz é uma escolha!”



Fonte: @ricardomelonpsicologo. Acesso em: 08 out. 2025

Figura 2: “tá tudo bem”



Fonte: @naopiradesolina. Acesso em: 08 out. 2025

Figura 3: “é só pensar positivo”



Fonte: @terapia_interior. Acesso em: 08 out. 2025

Nas materialidade verbo-visuais apresentadas nas figuras 1, 2 e 3, podemos observar diferentes formas a partir das quais a positividade tóxica é abordada. Na figura 1, temos uma ilustração dividida em dois quadros sequenciais, na qual uma mulher aparece sentada em posição de Yoga⁴. Na composição do cenário, nota-se, ao fundo, a presença de um vaso com planta semelhante à espécie espada de São Jorge, a qual se associa, na cultura popular, significantes como proteção, purificação do ar, além de símbolo de força. No primeiro quadro, acompanhando a personagem, há um balão, que sinaliza a expressão de um pensamento emitido pela mulher, que exibe em seu rosto um sentido de contentamento. Na mensagem do balão, destaca-se, em tom afirmativo, o enunciado “Ser feliz é uma escolha!”, demonstrando o poder da positividade. Contudo, no segundo quadro da mesma figura, há uma mudança na expressão facial da personagem, ago-

4. Prática milenar que busca, por meio da união do corpo e mente, a promoção do equilíbrio e o bem-estar dos sujeitos.

ra mais tensa, o que é seguido por um novo balão de pensamento, que expressa: “Não posso pensar em nada negativo. Que vergonha tenho por me sentir infeliz”, evidenciando certa distância entre buscar ser positiva – “ser feliz é uma escolha!” – a tentativa de fuga em relação a qualquer aspecto negativo – “não posso pensar em nada negativo” – e a consequente vergonha pela falta de êxito – “que vergonha tenho por me sentir infeliz”.

A vergonha, enquanto fenômeno que emerge na primeira materialidade, aponta para um sentido de culpa e frustração, indicando o distanciamento entre a promessa de que a felicidade é uma escolha e a sua efetiva realização. É um sentimento que irrompe, sobretudo, como resposta ao não alcance dos pressupostos vendidos e propagados pela positividade, que acaba por se constituir por meio de uma pressão social, obrigatoriedade moral. Não alcançar é visto como uma falha, algo que deve ser escondido, reservado ao espaço particular, pois o seu reconhecimento público se configuraria como sinal de fraqueza. Observa-se, nessa esteira, relações de saber e poder (Foucault, 2013a, 2013b; 2006) que arregimentam modos de se comportar e expressar sentimentos e emoções, evidenciando a existência de uma ordem do discurso (Foucault, 2011) para a vivência e expressão das emoções, o que incide na produção de subjetividades que visam o trabalho sobre si mesmas, alicerçadas na busca pelo desempenho e a positividade.

Na figura 2, é apresentada uma ilustração em que temos um cachorro como personagem principal que, sentado em uma cadeira próxima a uma mesa e dentro do desenho de uma casa, sorridente, afirma: “ta tudo bem!”. Ocorre que, no espaço externo da casa, percebe-se uma cidade com vários prédios, que tem – assim como a casa – um chão em chamas na parte inferior e, na superior, um céu com nuvens densas e escuras. Dentro das nuvens, nota-se ainda o enunciado “POSITIVIDADE TÓXICA”,

assim como um logotipo no formato de coração – referente a fonte que veiculou o conteúdo.

Na materialidade em tela, assevera-se a contradição entre a fala do personagem principal e o seu entorno, uma vez que apesar do contexto em que está inserido, indica, com um sorriso, um estado de contentamento – “tá tudo bem”. A partir dessa construção, a ilustração acaba por questionar, de certa maneira, sobre a possibilidade de existência e efetividade da positividade tóxica frente às adversidades. Discursivamente, por meio dos elementos visuais, especialmente o sorriso e ar de contentamento do personagem, são produzidos e problematizados sentidos sobre o fenômeno, apresentando os seus limites. Esse constructo reforça o lugar do discurso como o campo da produção dos sentidos, de deslocamentos, tensões (Foucault, 2011).

Por sua vez, a figura 3 ilustra a presença de duas mulheres, personagens que ocupam, na cena, lugares distintos. À esquerda, temos uma mulher de pé amarrada a uma viga, que tem sob seus membros inferiores uma fogueira. Em seu semblante, nota-se certa placidez. À sua frente, no lado oposto, outra mulher, livre, também de pé, olhando para a primeira, enuncia: “Não fica assim não, é só pensar positivo”. Mais uma vez, a positividade é evocada como resposta para condições adversas, ao mesmo tempo em que se identifica a contradição entre a sua mobilização e contexto. Outrossim, nota-se nas práticas discursivas a construção de sentidos que compreendem que a proposta de busca e manutenção pelo pensamento positivo é propagado como meio para se lidar e se superar todas as agruras da vida, inclusive a própria prisão e a iminência da morte, constituindo-se como uma vontade de verdade (Foucault, 2011), a qual apesar de se apresentar imperativamente, é problematizada pelos sentidos de contradição evocados nas materialidades analisadas, uma vez que apresentam os seus limites.

De diferentes maneiras, a positividade tóxica é pautada nas materialidades verbo-visuais 1, 2 e 3 descritas. Em meio às suas descontinuidades, algumas regularidades se tornam visíveis, a saber: a convocação em ser ou apresentar uma condição positiva, as tentativas aparentemente frustradas do seu alcance e a contradição entre o imperativo e o seu contexto. Percebe-se, nesse ínterim, a construção da positividade como uma ordem do discurso (Foucault, 2011), havendo uma demanda constante acerca da sua internalização e expressão. Tomando como base as reflexões sobre tal ordem, é premente a necessidade de se questionar por que a expressão desses discursos e não outros, como preconizado a partir dos postulados foucaultianos (Foucault, 2011; 2013a), revelando-se como possíveis caminhos, as suas condições de possibilidades, algumas das quais anteriormente mencionadas.

No que remete aos sentidos de convocação, estes se mostram vinculados ao que Prado (2013) conceitua como convocações biopolíticas. O autor, baseando-se nos preceitos propostos por Foucault (2008) sobre a biopolítica, propõe que os dispositivos comunicacionais e midiáticos agenciam e mobilizam modos de comportamento, convidando os sujeitos a seguirem determinadas formas e normas para o bem viver. Essas convocações são biopolíticas por terem como foco principal a gestão da vida, atuando não a partir de um corpo individual (como acontecia com o poder disciplinar), operando em um nível mais amplo, o corpo social coletivo (Foucault, 2008), o que é feito para o benefício da própria racionalidade que atravessa o modelo de governo que rege o Estado. Isso, levando em conta o princípio de que a positividade está ligada ao desempenho. Este aspecto é observado nas figuras 1, 2 e 3, especialmente, pela construção de sentidos que indica a premissa dos sujeitos buscarem lidar com as intempéries, mantem um pensamento positivo e apresentar, mesmo diante dos próprios limites, ares de contentamento e placidez.

Os discursos da positividade, nessa perspectiva, se constituem a partir de relações de poder (Foucault, 2013b), atravessando diferentes campos, desde o da Psicologia (principalmente a positiva), da Economia (neoliberalismo), da Linguagem (lugar onde ganha corpo, expressão, sentidos), da Mídia (considerando a ampla produção e circulação dos discursos), etc. Fernandes (2012) sugere que, de certa maneira, todas as formas de poder são perpassadas pelo biopoder – poder que objetiva, como visto, o gerenciamento da própria vida. Nas palavras do teórico: “O poder organiza-se em torno da vida; já, portanto, uma biopolítica investida em biopoderes” (Fernandes, 2012, p. 52).

Trata-se, assim, de uma biopolítica que busca sempre um *a mais*, bem como interdita a expressão de emoções vistas como não favoráveis ao seu projeto. Dessa forma, imerso nesse contexto, ao sujeito que não consegue alcançar tal projeto biopolítico da positividade, resta a frustração, ou como propõe Han (2015), depressões, bipolaridade, ansiedades, ou outros transtornos semelhantes. No caso das materialidades em análise, esse quadro é expresso pela emergência da vergonha que uma das personagens (figura 1) sente quando, mesmo após tentar, não consegue se manter positiva e feliz.

Bittencourt (2023) aponta a existência de uma normatividade – ou o seu imperativo – na sociedade do desempenho que, de forma valorativa, transforma o depressivo (e aqui indicamos também os sujeitos envergonhados por não conseguirem manter uma atitude positiva o tempo todo, como na figura 1) como um criminoso moral, quando se assevera as tentativas de “[...] enquadrá-los para que possam se tornar rentáveis para o espírito capitalista” (Bittencourt, 2023, p. 67). Nesse aspecto, Cabanas e Illouz (2022) também fornecem leituras sobre esse quadro. Para eles, a ciência da felicidade (e, se ampliarmos, também a cultura da positividade, que lhe é inerente), força os sujeitos a escolhe-

rem entre o sofrimento e o bem-estar, pressupondo a existência dessa possibilidade de optar. Assim, ser feliz seria uma escolha (figura 1), bem como ser positivo em situações adversas (como estar em uma cidade em chamas ou propriamente dentro de uma fogueira – figuras 2 e 3). Conforme os autores:

[...] Tragédias são inevitáveis, não há dúvida, mas a ciência da felicidade insiste que sofrimento e felicidade são uma questão de escolha pessoal. Quem não faz da adversidade um meio de crescimento pessoal é suspeito de querer e merecer suas próprias desgraças, não importam as circunstâncias. No fim, então, não temos muita opção: a ciência da felicidade não só nos obriga a ser feliz, mas também nos culpa por não levar uma vida mais bem-sucedida e gratificante (Cabanas, Illouz, 2022, p. 16).

O perigo e a toxicidade da questão está justamente aí, já que essa visão não é apenas uma presunção, mas simplificação da complexidade da vida e dos sujeitos. Se antes estes eram explorados e demandados por outros, agora são evocados a explorar e a demandarem sobre si mesmos (Han, 2015).

Inerente a produção dos discursos da positividade e as relações de poder que os perpassam, vê-se, ainda conforme Cabanas e Illouz (2022), o mascaramento ou minimização dos problemas sociais, já que ser positivo seria uma atitude passível a todos, desde que se tenha o interesse. Todavia, nas materialidades analisadas, nota-se, em certo grau, que ao mesmo tempo em que a positividade é requerida, os problemas que levam a sua impossibilidade de alcance são apresentados (especialmente nas figuras 2 e 3). A partir dessa observação, tais produções discursivas são identificadas como estratégias de contestação aos imperativos da positividade, demonstrando a complexidade das relações de poder que as constituem, seja enquanto convocação, seja enquanto resposta – o que se apresenta nas materialidades analisadas.

Assim, intrinsecamente, nas ilustrações, há questionamentos sobre como estar bem em um cenário de caos (figura 2), como ser positivo em um contexto que não possui possibilidades de saída (figura 3), ou até mesmo em torno da inevitabilidade de frustração, apesar das buscas por práticas de bem-estar cercadas por objetos vistos como sinônimo de proteção, purificação e força (figura 1).

Figura 4: Imperativos morais e desempenho



Fonte: @FellipelliConsultoria. Acesso em: 08 out. 2025

Figura 5: “Seja sua melhor versão”



Fonte: @ed_arruda. Acesso em: 08 out. 2025

Figura 6: Os óculos do otimismo



ALDREYSENHANDO

Fonte: @aldreysenhando. Acesso em: 08 out. 2025

Em outras materialidades verbo-visuais identificadas e coletadas para o desenvolvimento deste artigo, verificamos a irrupção de práticas discursivas que associam a positividade tóxica à área do trabalho (figuras 4 e 5), bem como a discursivização sobre a necessidade de, em alguns momentos, se buscar enxergar para além dos sentidos imperativos da positividade (figura 6).

Sobre a relação entre positividade tóxica e trabalho, na figura 4, temos uma ilustração construída em quatro quadros. No primeiro, a personagem principal (Clô, a CEO⁵), com expressão de incômodo, parece receber ordens por meio de balões de mensagens que a cercam. Nesses balões, tem-se, em letras maiúsculas e em tom exclamativo, os seguintes enunciados: “GOOD VIBES!”, “OTIMISMO!”, “GRATIDÃO!”. No segundo quadro, a personagem aparece acolhendo, em seus braços, as palavras de ordem mencionadas, mas demonstra, em seu rosto, um semblante de sobrecarga. Em seu entorno, novos enunciados são vistos: “AGRADEÇA!”, “VAI DAR CERTO!”, “POSITIVIDADE!”. Em seguida, no terceiro quadro, Clô aparece soterrada pelos balões com as palavras de ordem já apontadas, sendo vista na ilustração apenas a sua mão e parte do braço, como se fizesse sinal de socorro. No último quadro, a sequência apresentada aparece junta.

A discursividade apresentada aborda a premissa dos imperativos morais de positividade que circulam na sociedade, associando-as, especificamente, ao campo do trabalho, espaço em que os discursos motivacionais são geralmente promovidos visando uma maior produtividade. Entretanto, como se observa nos quadros, o reforço exacerbado da positividade enquanto or-

5. CEO é a sigla inglesa para “*Chief Executive Officer*”, que pode ser traduzido em português como “Diretor Executivo”. Trata-se, geralmente, do cargo mais elevado de uma empresa, sendo uma posição e figura que operacionaliza, em uma organização, alguns princípios básicos do neoliberalismo, como a maximização dos lucros, a otimização de recursos, a redução de custos trabalhistas, o incentivo à competitividade, a pouca intervenção do Estado, etc.

dem discursiva (Foucault, 2011) sobrecarrega a personagem, que acaba por ser soterrada em meio a tanta pressão pela positividade, indicando um sentido de que o excesso de positividade, como proposto por Han (2015), pode ter efeitos opostos.

Na figura 5, a seu turno, se tem uma ilustração com dois quadros sobrepostos. No quadro superior, aparecem como personagens três galinhas. Destas, três sorriem, e cada uma delas expressa, por meio dos balões de diálogo, enunciados exclamativos de afirmação, em letras também maiúsculas, a saber: “SORRIA!”, “SEJA SUA MELHOR VERSÃO!”, “GRATILUZ!”. A quarta galinha aparece, em silêncio, com um semblante de estranhamento. No quadro inferior, no qual aparece essa última galinha sozinha, apresenta-se um enunciado demarcador, fora dos balões – “GERTRUDES VIVE NUMA GRANJA DE PESSOAS FELIZES”. Abaixo, a galinha, até então silenciosa, enuncia: “NÃO AGUENTO MAIS ESSA POSITIVIDADE TÓXICA”.

Nessas duas materialidades (figuras 4 e 5), é nítida a associação entre positividade tóxica e mercado de trabalho – na figura 4, Clo é uma CEO que parece estar em um processo de sobrecarga; na figura 5, as personagens vivem em uma granja (local voltado para o trabalho produtivo) de galinhas felizes –, sendo reforçada, mais uma vez, a cultura do desempenho. Em trabalhos anteriores, Illouz (2011) realizou discussões sobre a forte presença do discurso psicológico nas empresas e organizações, tendo elaborado o conceito de capitalismo afetivo, referente ao uso dos sentimentos, afetos e emoções como moeda de troca mobilizada pelo capitalismo.

Recentemente, em colaboração com Cabanas, Illouz salienta o quanto a felicidade e as premissas da positividade são entendidas como meios de favorecer a produtividade no trabalho (Cabanas, Illouz, 2022). Nas discursividades apresentadas na materialidade da figura 4, observamos o quanto tal premissa pode ser tóxica,

mesmo diante de palavras de ordem eminentemente positivas, a partir do estabelecimento imperativo de uma ordem do discurso (Foucault, 2011) determinada, que produz um saber e uma vontade de verdade (Foucault, 2011; 2013a), que atua por meio de relações de poder (Foucault, 2013b) que incidem sobre sujeitos e subjetividades, entendendo o poder não como algo que se possui, mas que se exerce de forma reticular. Acerca dos efeitos tóxicos desses discursos, Bittencourt (2023, p. 63) assinala que “por detrás dessas imagens fetichizadas de maravilhamento empresarial, temos uma grande massa laboral acometida de doenças ocupacionais, depressão e esgotamento psicofísico que expressam assim o sofrimento existencial dos derrotados invisíveis do capitalismo ultraliberal (Bittencourt, 2023, p. 63).

Especificamente na materialidade apresentada na figura 5, diferente da anterior (figura 4), não se tem as imagens de soterramento e esgotamento aparente causado pela positividade tóxica, mas a internalização de seus sentidos e práticas por parte das personagens – as galinhas felizes – que aparecem desse modo de uma maneira gratuita, sem motivos, como se fosse uma felicidade compulsória, ou quase crônica (Freire Filho, 2020), no sentido de não possuir uma razão de ser. Nota-se, em relação a estas, a efetividade das relações de poder, tendo em vista que enquanto prática, o poder, não objetiva a coerção, mas a normalização e naturalização de suas ações e práticas (Foucault, 2013b).

Assim, essas personagens, além de felizes, são também dóceis, úteis, produtivas, demonstrando consonância aos projetos biopolíticos da positividade e do desempenho. Ademais, com base em Foucault (2013a; 2013b), se observa o quanto essa relação de poder que perpassa a ordem discursiva da positividade tóxica, expressa na ilustração (figura 5), também acaba por produzir um saber, que é expresso pelas primeiras personagens. Outrossim, importante destacar que não são sujeitos da obediência (como na

sociedade disciplinar), mas de acordo com os discursos da positividade tóxica, atravessado pelos projetos biopolíticos e a racionalidade neoliberal, apresentam-se como sujeitos de si mesmos, da autoprodução, auto empreendimento, em suma, do desempenho, de modo que “no lugar de proibição, mandamento ou lei [...]” agem a partir dos postulados do “[...] projeto, iniciativa e motivação” (Han, 2015, p. 24).

Concomitantemente, na mesma ilustração (figura 5), a personagem que demonstra estranhamento no que diz respeito ao comportamento das galinhas felizes afirma não aguentar mais a positividade tóxica enunciada pelas suas semelhantes, o que demonstra que as relações de poder que alicerçam os discursos dominantes, apesar de sua força, encontram focos de resistência, evidenciando os discursos e suas práticas, como propôs Foucault (2013b), como um campo de forças acerca dos sentidos da verdade. Para Foucault (2013b), a resistência é um fenômeno inerente às relações de poder, podendo emergir e manifestar-se a partir de múltiplos focos e origens, atuando como modos de contra conduta, de subversão e como formas de contestação à norma e a modelos de dominação. A resistência, nesse sentido, ao tensionar as relações de poder, produz novos saberes, reconfigura as relações de poder, agencia e constitui outras subjetividades. No caso em questão, no que concerne a última personagem (figura 5), se tem uma subjetividade que não é agenciada pelos pressupostos que fundamentam o discurso da positividade tóxica (como nas figuras 1, 2, 3 e 4), mas que se coloca em oposição a esse imperativo.

Na última materialidade verbo-visual selecionada (figura 6), por sua vez, apresenta-se uma ilustração com cores vibrantes que, em quatro quadros, problematiza a questão do otimismo e da positividade. No primeiro quadro, é mostrado óculos de sol, sobre o qual se enuncia a sua identificação: “ESSES SÃO OS ÓCULOS DO OTIMISMO”. Pelas lentes, se vislumbra uma paisagem tran-

quila com céu aberto, nuvens e montanhas. Na sequência, um homem com sorriso sutil – sujeito principal – aparece usando os óculos antes mostrados. O personagem faz com as suas duas mãos o sinal de positivo e usa uma camiseta com a frase “GOOD VIBES”, ao passo em que, em seu entorno, emergem flores. Ainda nesse quadro, mensagem referente aos óculos do otimismo se destaca: “MANTENHA-OS SEMPRE”, indicando o uso do acessório e reforçando, metaforicamente, a necessidade de ser ou se manter otimista.

No quadro três, há uma mudança. O personagem aparece sério, acompanhado de novo enunciado sobre os óculos e seu uso: “BOM, NEM SEMPRE”, indicando, apesar das afirmativas anteriores (“esses são os óculos do otimismo”, “mantenha-os sempre”), uma ressalva, que é reafirmada no último quadro por um enunciado propositivo: “ÀS VEZES CONVÉM TIRAR UM POUCO”, aparecendo agora apenas uma de suas mãos segurando os óculos, que parece pequeno diante de um cenário que não consegue enquadrar de forma completa, marcado por explosão e caos.

Essa materialidade discursiva (figura 6), junto com a materialidade que a precede (figura 5), apresentam-se, dentro do corpus construído, como as únicas a demonstrar, de modo direto, ressalvas quanto ao discurso da positividade tóxica. Nas demais, apesar de se observarem sentidos de crítica, estas emergem de maneira mais implícita, diferente destas últimas, quando se verificam sentidos de descontentamento com a reiteração do discurso da positividade (figura 5), e até mesmo a necessidade de, em alguns momentos, se enxergar a realidade para além das suas “lentes” (figura 6). A irrupção dessas posições e abordagens reforçam que, embora haja uma proeminência de conteúdos em circulação sobre a positividade, atestando o seu potencial (o que não foi objeto desse estudo), outros os têm problematizado, seja de maneira implícita (figuras 1, 2, 3 e 4) ou explícita (figura 5 e 6).

Nas materialidades em que a abordagem e problematização ocorre de maneira mais sutil (figuras 1, 2, 3 e 4), os discursos sobre a positividade tóxica mobilizam, como atestado por Silva e Almeida (2013) em outros estudos, o sarcasmo e a ironia como formas de demonstrar os efeitos tóxicos do imperativo da positividade, além de ser uma maneira de demonstrar a sua impossibilidade ou sentido de oposição. Já nas materialidades que constroem críticas mais diretas (figuras 5 e 6), há uma indicação acerca da necessidade de se superar esses discursos, que podem ser negativos para a formação subjetiva dos sujeitos, além de limitante em termos do conhecimento da realidade do mundo. Nestas, as vontades de verdade subjacentes as práticas discursivas da positividade tóxica são questionadas de maneira mais efetiva, propondo a existência e necessidade de outros caminhos possíveis para lidar com a realidade.

As produções discursivas analisadas, de diferentes formas, indicam fissuras, frestas, movimentos de sentido, tensionamentos no que diz respeito à ordem do discurso estabelecida. De uma maneira ou outra, nessas materialidades, identificam-se formas de problematização que, a seus modos, se estabelecem como formas de resistência aos postulados e demandas da positividade, do desempenho e da racionalidade neoliberal, promovendo tensões nas relações de poder e asseverando o campo de forças que constituem as práticas discursivas.

Considerações finais

Tivemos como objetivo, neste artigo, analisar as formas pelas quais o fenômeno da positividade tóxica tem sido abordado nas práticas discursivas, tendo em vista a dispersão dos acontecimentos e os distintos vieses que a caracterizam. Para tanto, construímos um recorte empírico de investigação composto por

seis materialidades verbo-visuais, as quais tiveram a sua emergência nas mídias digitais e circulação, especialmente, na rede social Instagram.

A partir das análises, identificamos que diferentes perspectivas vêm sendo mobilizadas para se abordar e problematizar a temática. Tendo como base as materialidades verbo-visuais que constituíram o corpus investigado, observou-se constructos que fornecem, a partir de diferentes abordagens e estratégias, posições de problematização e crítica aos imperativos da positividade, do desempenho e da performance, o que também se estende, como desdobramento, à racionalidade neoliberal, que é parte constitutiva do fenômeno.

De maneira mais ampla, as análises evidenciam que a positividade tóxica atua como uma tecnologia de poder que visa silenciar experiências de sofrimento, culpabiliza os sujeitos por suas vulnerabilidades e desloca problemas de ordem estrutural para a esfera individual. Produz-se, assim, por meio dessas premissas, um modo de vida que desconsidera a potência produtiva da raiva, da tristeza, do desamparo e de outros estados de ânimos, sentimentos ou emoções vistas pela perspectiva do desempenho como negativas para a produção dos sujeitos requeridos pela racionalidade neoliberal.

Além de terminantemente rejeitados, vivenciar esses sentimentos e emoções passa a ser visto como uma falha moral, um defeito de caráter, apontando para a construção de subjetividades que, compulsoriamente, devem buscar ser positivas. Acontece que, muitas vezes, é justamente devido a esse excesso que a positividade se torna tóxica, produzindo, não raro, não os estados de bem-estar, mas o seu inverso.

À guisa de conclusão, aponta-se que embora o incentivo ao otimismo possa desempenhar funções de apoio em contextos específicos, sua radicalização produz imperativos morais que

indicam efeitos de exclusão e reforça lógicas neoliberais de produtividade, consumo e autogestão emocional. Tais aspectos são abordados a partir de diferentes estratégias nas materialidades analisadas, com destaque para os enfoques na sua problematização, contradições, crítica, saturação e necessidade de olhares mais amplos e complexos sobre a realidade.

Referências

- ALMEIDA, M. C. S.; SILVA, F. V. A construção de discursos sobre a positividade tóxica no “TikTok”. **Revista Linguagem em pauta**, v. 3, n. 2, p. 103-122, Jul.-Dez., 2023. Disponível em: <https://linguempauta.uvanet.br/index.php/lep/article/view/124> Acesso em: 4 mar. 2026.
- BITTENCOURT, R. N. A positividade tóxica do culto da performance e a asfixia gerencial da dor. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 23, n. 241, p. 61-71, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/68626> Acesso em: 4 mar. 2026.
- CABANAS, E.; ILLOUZ, E. **Happycracia**: fabricando cidadãos felizes. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- COVALESKI, R. L.; FREITAS, F. C. Da Racionalidade Neoliberal à Autoajuda Empreendedora dos Coaches: Capitalismo Afetivo, Cultura da Inspiração e Felicidade nos Contextos Pandêmico e Pós-pandêmico. **Memorare**, Tubarão, v. 11, n. 1, p. 1-25, jan./dez., 2024. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/memorare_grupeg/article/view/20480. Acesso em: 4 mar. 2026.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- EHRENBERG, A. **O culto da performance**: da aventura empreendedora à depressão nervosa. São Paulo: Ideias & Letras, 2010.
- FERNANDES, C. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2012.

FOUCAULT, M. Estratégia, poder-saber/Michel Foucault. **Coleção Ditos & Escritos IV**. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta; tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro, 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, M. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 21 ed. São Paulo: Loyola: 2011.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013a.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 26 ed. São Paulo: Graal, 2013b.

FREIRE FILHO, João. (Org.). **Ser feliz hoje**: reflexões sobre o imperativo da felicidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

HAN, B. C. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

HAN, B. C. **Sociedade paliativa** - a dor hoje. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

ILLOUZ, E. **O amor nos tempos do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

LE BRETON, D. **Desaparecer de si**: uma tentação contemporânea. Trad. de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

NAVARRO, P. Estudos discursivos foucaultianos: questões de método para análise de discursos. **MOARA** – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras, v. 1, n. 57, p. 08-33, dez., 2020.

Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/9682> Acesso em: 4 mar. 2026.

OLIVEIRA, G. F. **A felicidade nas páginas da literatura de autoajuda**: discurso, poder e subjetividade. Mossoró, RN: EDUERN, 2020.

OLIVEIRA, G. F.; MENDES, M. L. G. C. Dando a volta por cima: resiliência e imperativos morais de superação na mídia. In: Carvalho, A. M.; Silva, F. P.; Oliveira, P. R. R. D. (Orgs.). **Análises de**

Discursos com Foucault – Possibilidades. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. pp. 85-104.

PARROTT, W. G. **The positive side of negative emotions**. New York: Guilford Press, 2014.

PRADO, J. L. A. **Convocações biopolíticas dos dispositivos comunicacionais**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2013.

SAFATLE, V; SILVA JÚNIOR, N.; DUNKER, C. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. São Paulo: Autêntica, 2021.

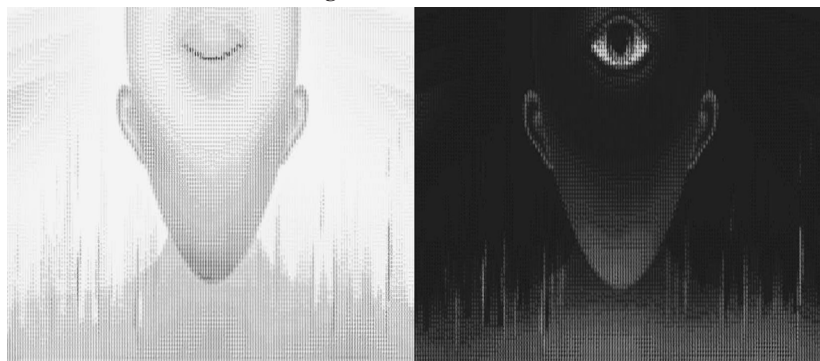
Governamentalidade algorítmica e transgressão da linguagem Algospeak no Instagr4m

Matheus Silva Barrêto¹

Regina Baracuh²

Introdução

Figura 1: Tenha cuidado e preste atenção à sua linguagem.
O Deus dos algoritmos está de olho em você!



Fonte: perfil @projectbabel.2022 do Instagram, 2025

1. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (Proling) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

2. Professora Dra. vinculada à Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFPB (Proling).

Na era digital, a vigilância e o controle são algorítmicos. Voltemos nosso olhar às materialidades discursivas, que constituem as imagens introdutórias deste trabalho, como ponto de partida para uma reflexão crítica sobre a contemporaneidade. Tais imagens, selecionadas a partir da página @projectbabel.2022, no Instagram, foram utilizadas para representar os algoritmos e o modo como funcionam no ambiente digital.

De acordo com Deleuze (2005), o século XXI é foucaultiano, devido à produtividade das ideias de Foucault para a compreensão do tempo presente, particularmente no que diz respeito ao surgimento de novas instituições de controle, a exemplo das mídias digitais. Nesse sentido, as representações imagéticas observadas nesse perfil do Instagram dialogam diretamente com essa caracterização, pois destacam como os algoritmos se constituem como estratégias de vigilância e controle à época.

Antes de adentrarmos às nossas acepções acerca dessas representações, é fundamental compreendermos, ainda que preliminarmente, o que é um algoritmo. Cormen (2002) o define como uma sequência organizada de passos ou instruções, destinada à resolução de um problema ou à realização de uma tarefa específica. Pode ser comparado a uma espécie de “receita lógica”, capaz de orientar os passos que um programa de computador deve percorrer para alcançar determinado resultado. Esta sequência de instruções é alimentada por uma capacidade altamente refinada de capturar e traduzir nossos comportamentos.

A partir de nossas interações - curtidas, visualizações, compartilhamentos e até mesmo a trajetória do cursor do mouse - deixamos um rastro de dados, nossas pegadas digitais, que os algoritmos utilizam para desenhar perfis individualizados (Vicente, 2023). Assim, revelam-se nossas predileções e não predi-

leções, transformando o algoritmo em um operador silencioso de um saber sobre cada sujeito.

Ao observarmos atentamente os elementos discursivos das imagens publicadas no perfil @projectbabel.2022, percebemos que elas sugerem o funcionamento de um “Deus algorítmico” onipresente, operando de dia e de noite, para evocar a ideia de uma vigilância contínua e ininterrupta. A legenda que acompanha a Figura 1 adverte: *Tenha cuidado e preste atenção à sua linguagem. O Deus dos algoritmos está de olho em você!*. Este enunciado, de caráter quase profético, explicita a dimensão disciplinadora dos algoritmos, cuja vigilância não apenas observa, mas regula o que pode ou não ser dito. Em outras palavras, a vigilância se estende à esfera discursiva, interferindo diretamente nas formas de expressão e visibilidade dos sujeitos.

Um segundo elemento simbólico relevante está na composição visual dessas representações, que insinua uma fusão entre algoritmos e humanos. Esta relação é simbolizada por um único olho presente em ambas as imagens. A visão única representa as duas faces dos algoritmos em uma só, assumindo um papel central de vigilância e controle, que através de único ponto, tudo vê e monitora.

É interessante destacar que o perfil @projectbabel.2022 foi criado pelo designer de jogos chinês @harry.zuo, não com o propósito direto de teorizar sobre algoritmos, mas para divulgar um jogo que propõe auxiliar usuários de mídias sociais chinesas a burlar a vigilância algorítmica por meio de uma nova “Babel”: a *Algospeak*, uma linguagem codificada criada para transgredir os filtros automatizados das plataformas. No entanto, esta tentativa de fuga nos faz levantar algumas questões: seria realmente possível escapar à ordem algorítmica por meio dessa nova Babel? De onde vem esse “olho que tudo vê”? E, afinal, onde está o poder dos algoritmos?

Tais questões nos conduzem à analogia com o pós-panóptico Bauman e Lyon (2013). Se no panóptico, estrutura concebida por Jeremy Bentham e analisada por Michel Foucault, a vigilância é arquitetada de modo a tornar os sujeitos visíveis, a partir de um ponto central de observação - a torre - para discipliná-los e regulá-los, o pós-panóptico se caracteriza por sua liquidez, dispersão e invisibilidade. A mira do algoritmo não ocupa mais um ponto fixo; ele está embutido nos códigos, nas interfaces, nas interações mais triviais (Vicente, 2023).

Podemos compreendê-lo como um (novo) modelo de controle que, invisível e silencioso, observa, monitora e orienta as ações humanas, garantindo a vigilância pervasiva (a todo tempo e quase invisível a nossos olhos) e a modulação do comportamento sem a necessidade de coerção direta. Os algoritmos, no ambiente digital, moldam a experiência dos usuários, influenciam escolhas e decidem quais conteúdos são visíveis, criando um espaço de regulação e previsibilidade que se alinha à atuação das tecnologias disciplinares descritas por Foucault (2014).

Se antes a disciplina se dava em instituições físicas, como prisões, escolas e fábricas, hoje ela se amplia e se reconfigura nas redes digitais, sem que isso signifique o desaparecimento das formas existentes de disciplinarização dos corpos. Neste novo arranjo, a vigilância algorítmica atua de modo difuso e integrado à vida cotidiana, reafirmando os mecanismos de controle e subjetivação.

A partir dessa vigilância algorítmica, que opera segundo a lógica pós-panóptica, podemos pensar também na noção de governo em Foucault, ao tratar das formas pelas quais o poder se exerce na gestão de condutas individuais e coletivas simultaneamente. No curso *Segurança, Território e População*, ministrado em 1983 por Michel Foucault no Collège de France, a noção de governo é definida pela capacidade do sujeito em conduzir primeiro sua própria vida (governo de si), para então conduzir a

vida dos outros (governo do outro). Foucault introduz o neologismo *governamentalidade* (Foucault, 2008), para afirmar que o governo se firma por meio de estratégias, técnicas e táticas de saber e poder, com o intuito de controlar a conduta dos sujeitos.

As mídias digitais, que marcam uma nova era da informação massiva, têm se configurado como uma possibilidade para criar conexões, promover a democratização e facilitar a sociabilização entre os sujeitos. Contudo, elas também se tornam um espaço de reflexão, quando consideramos que, dentro dessas mídias, emergem novas formas de governo dos sujeitos, como é o caso da governamentalidade algorítmica³ (Rouvroy; Berns, 2018). Esta nova dinâmica de governamentalidade, no âmbito digital, mediada pelos algoritmos, tem consolidado relações complexas de saber e poder, exercendo controle e vigilância não apenas sobre a conduta dos sujeitos, mas sobretudo na produção de suas subjetividades. Além disso, as estratégias de governamentalidade, que permeiam os algoritmos, têm impulsionado a eclosão de uma nova ordem discursiva, caracterizada pelo domínio algorítmico.

Durante nossa imersão nas mídias digitais, mais especificamente nas interações realizadas na rede social Instagram, identificamos movimentos que podem se mostrar transgressores às estratégias de governamentalidade impostas pelos algoritmos dessa plataforma, bem como seus efeitos. Dentre as quais, destacamos a nova “Babel”, a linguagem *Algospeak*⁴, que se trata de uma tática

3. Nesta pesquisa, utilizamos a noção de governamentalidade algorítmica segundo as discussões de Antoinette Rouvroy e Thomas Berns (2018) no capítulo intitulado *Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o dispar como condição de individuação pela relação?* do livro *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*.

4. Segundo Isam (2024) conjunto de códigos e/ou substituições lexicais que busca contornar filtros automatizados e permitir a circulação de conteúdos interditados. Este conceito foi iniciado em pesquisas brasileiras a partir do artigo BARRETO, M. S.; BARACUHY, R.; SANTOS, R. C. dos.; SOUSA, L. V. de.; ALVES, L. L. *Algospeak na ordem discursiva do Instagram: a subversão do algoritmo*. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 21, n. 62, p. 187–204, 2025. DOI: 10.5281/zenodo.14941940.

usada pelos usuários nas mídias sociais - neste caso, no Instagram - para confundir os algoritmos e os filtros de moderação de conteúdo, através da codificação de palavras (Isam, 2024).

Perante o exposto, as inquietações que movem este trabalho são as seguintes: Como os algoritmos influenciam a construção das subjetividades dos sujeitos no espaço digital? De que forma as estratégias de governamentalidade algorítmica operam para controlar os discursos e comportamentos dos sujeitos nas mídias digitais?

Com base nestas questões, nosso objetivo é discutir as dinâmicas da linguagem *Algospeak* como possíveis estratégias de transgressão à governamentalidade algorítmica (Rouvroy; Berns, 2018) que objetiva os sujeitos, seus corpos, subjetividades e, sobremaneira, seus discursos.

Recorremos às contribuições de Michel Foucault, como base teórica e metodológica, guiando-nos pela abordagem descritivo-interpretativa dos dados, de cunho qualitativo. Os Estudos Discursivos Foucaultianos (Navarro, 2020) têm desempenhado um papel fundamental para a disseminação das ideias do filósofo em pesquisas na área do discurso no Brasil.

Rosário Gregolin (2006) nomeou o “método arqueogenealógico de análise”, que congrega as várias “fases” de investigação por Foucault. Grosso modo, entendemos que no primeiro momento, arqueológico, ele analisa as condições de possibilidade de irrupção dos saberes que embasam a objetivação do sujeito na cultura ocidental; enquanto o segundo momento, genealógico, investiga as relações microfísicas de poder e resistências; e por fim, o terceiro momento trata da constituição histórica da ética e estética da existência para compreender os processos de subjetivação.

Navarro (2020), ao refletir sobre o estatuto metodológico dos Estudos Discursivos Foucaultianos, enfatiza que este método se baseia na descrição das regras de formação discursiva e na análise das práticas discursivas e não –discursivas que sustentam

os dispositivos de saber-poder. Esta abordagem teórica permite que os discursos sejam examinados, não apenas em sua materialidade textual, mas também em sua historicidade e nos jogos de forças que os atravessam, considerando os enunciados em sua condição de acontecimento.

Adotamos, neste trabalho, uma perspectiva analítica que valoriza a interpretação dos enunciados em sua dispersão e descontinuidade, focalizando as condições de produção e os entrelaçamentos discursivos que articulam saber, poder e vontade de verdade. Consideram-se, ainda, as relações históricas que delimitam e tornam possível a existência desses enunciados.

Realizamos a seleção de três materialidades discursivas para este empreendimento. Os enunciados foram coletados, a partir de notícias publicadas em formato de *Reels* pela página @metropoles, perfil jornalístico de vasto alcance no Instagram. A escolha deste perfil explica-se pelos seguintes fatores: à época da coleta, contava com aproximadamente 5 milhões de seguidores e ocupava a terceira posição entre os canais digitais de notícias mais acessados do Brasil, o que confirma sua relevância no cenário midiático digital. Estas condições fazem do @metropoles um perfil estrategicamente interessante para o algoritmo da plataforma, que tende a potencializar a circulação de seus conteúdos em razão de sua alta relevância social e midiática. Além do mais, o próprio funcionamento algorítmico exige que tais conteúdos sejam atrativos, tanto pela seleção das temáticas abordadas quanto pelos sujeitos e instituições implicados em seus discursos. O perfil constitui-se como um espaço privilegiado para observarmos os efeitos da governamentalidade algorítmica e os modos pelos quais a linguagem *Algospeak* se inscreve nas materialidades discursivas que circulam em grande escala.

As três materialidades discursivas estão inseridas em um arquivo inicial, formado por aproximadamente quinhentas mate-

rialidades discursivas reunidas ao longo de um ano (2024-2025), em que identificamos ocorrências da linguagem *Algospeak*. O processo de recorte envolveu três etapas: (1) seleção preliminar dos enunciados que apresentavam usos explícitos da *Algospeak*; (2) descarte de materialidades em que a ocorrência da linguagem era pontual ou não possuía relevância enunciativa para os objetivos desta pesquisa; e (3) agrupamento final dos enunciados recorrentes em campos temáticos, o que possibilitou a organização do corpus definitivo.

A opção por esse recorte se explica pela recorrência de determinados usos da *Algospeak* em torno de temas específicos, o que revela a inscrição de regularidades discursivas em um mesmo campo. Desse modo, foi possível construir, a partir das temáticas consideradas mais relevantes à investigação, três séries enunciativas, redes de enunciados que, “[...] dentre os mais diversos funcionamentos discursivos, empregam as mesmas regras de formação” (Voss; Navarro, 2013, p. 9).

Optamos, pela extensão deste artigo, por analisar uma das séries enunciativas intitulada “A veiculação da pornografia em discursos do corpo e da sexualidade sob o controle algorítmico”. Nela, discutimos o processo que envolve a erotização e a exposição dos corpos e do sexo, na plataforma digital, que são incessantemente interditos pelos algoritmos.

Destacamos que nossa pesquisa apresenta uma abordagem inovadora no campo dos estudos linguísticos, bem como para o conjunto de trabalhos desenvolvidos pelo Círculo de Discussões em Análise do Discurso (CIDADI), que tem dado contribuições significativas à Linguística com inúmeras produções acadêmicas de excelência.

I Sobre as artes de governar: pensando Foucault na contemporaneidade da era digital

Levando em conta a produtividade teórica de Michel Foucault, observamos como o seu conceito de governamentalidade tem servido de ponto de partida para se pensar a atualidade, a partir das discussões emergentes da nova era tecnológica. As discussões se direcionam a uma nova forma de governo, fundamentada na gestão de dados em larga escala, na vigilância algorítmica e na regulação digital das condutas, elementos que vêm redefinindo os modos de controle, poder e saber na sociedade atual.

Com o advento das mídias digitais, uma nova forma de razão governamental, baseada em algoritmos, foi identificada e investigada inicialmente pelos pesquisadores Rouvroy e Berns (2018), que a denominaram de governamentalidade algorítmica. Tais autores a designaram como:

um certo tipo de racionalidade (a)normativa ou (a)política que repousa sobre a coleta, a agregação e a análise automatizada de dados em quantidade massiva, de modo a modelizar, antecipar e afetar, por antecipação, os comportamentos possíveis. (Rouvroy; Berns, 2018, p. 116).

As investigações por Rouvroy e Berns (2018) demonstram que, no interior dos ambientes digitais, nossas vidas passaram a ser regulamentadas pelos algoritmos, os quais articulam como forma de governo uma série de operações e estratégias de poder para conduzir as condutas dos sujeitos e a produção de subjetividades. Esta nova forma de governo opera de maneira quase invisível, por sequências de ações programadas - os algoritmos - que têm a capacidade de realizar correlações e cálculos de grande complexidade, para classificar, controlar a vida dos

sujeitos, tendo por base uma enorme massa de dados coletados de cada usuário. Assim, o funcionamento desse poder ocorre de maneira não mais sutil, mas invisível, por um programa de inteligência artificial.

Isso se explica, por exemplo, quando, de forma imprevista, somos direcionados a ver determinados anúncios oferecendo mercadorias ou pacotes de viagens, lista de possíveis filmes que contemplam o nosso gosto, indicação de amigos que aparentemente têm o perfil de pessoas as quais gostamos de acompanhar e entre tantas abordagens que recebemos diariamente como estratégia dessa governamentalidade algorítmica.

Para melhor entendermos como acontece as dinâmicas de poder advindas dessa governamentalidade (Rouvroy; Berns, 2018), precisamos observar o seu processo de operacionalização, que se realiza em três “tempos”: *dataveillance* (captura dados), *datamining* (correlação de informações) e *profiling* (criação de perfis).

A primeira etapa, de captura de informações em larga escala, é o *dataveillance*. No momento em que estamos realizando alguma movimentação no ambiente digital, deixamos alguns “rastros” que são coletados e traduzidos em dados informativos para compor o *bigdata* (conjunto de dados gerados a partir de operações digitais). Este mecanismo da inteligência artificial é responsável por armazenar informações em grande quantidade, sejam elas de movimentações mais simples e/ou mais complexas.

Com relação aos dados capturados nesta primeira etapa, todos eles são correlacionados, comparados e associados entre si por meio do processo denominado *datamining*. Nesse procedimento, grandes volumes de informações sobre os sujeitos são processados e organizados pelos algoritmos, que passam a identificar padrões de comportamento e regularidades nos registros coletados. A partir dessas operações, torna-se possível delinear perfis e inferir as características de cada usuário que interage com a plataforma.

Nesse movimento, dados inicialmente heterogêneos, provenientes de diferentes ações, interações e rastros digitais, são submetidos a um processo de homogeneização analítica. Ao serem integrados e interpretados pelos sistemas algorítmicos, esses dados são convertidos em conhecimento operacional sobre os sujeitos, permitindo classificações, previsões e direcionamentos que orientam o funcionamento da própria plataforma e a gestão das condutas no ambiente digital.

Após este processo de correlação dos dados, os algoritmos elaboram perfis - *profiling* - com informações suficientes para, além de antecipar o comportamento dos sujeitos no espaço digital, provocá-los/produzi-los sob um regime positivado de escolhas possíveis dos usuários das redes. O saber prospectivo produzido na etapa anterior (de *datamining*), permite que estes perfis detenham as predileções e não predileções dos sujeitos, e tendo essas informações, estes algoritmos dotam-se de poder para traçar e acompanhar a vida dos usuários nas redes.

Face ao exposto, torna-se possível afirmar que estamos diante de um novo regime de verdade (Foucault, 2014), nas mídias digitais, agindo sobre nossas condutas e subjetividades. O mecanismo de governo é tão bem articulado que estes algoritmos não sabem realmente quem somos, mas nos induzem à atenção para determinadas coisas ao ponto de nos fazer acreditar na necessidade de nos comportarmos de tal forma.

A título de exemplificação, relevante também para nossas discussões, os algoritmos estão sendo utilizados estrategicamente por grandes corporações, para controlarem e induzirem os usuários, dentro de determinada plataforma, a consumir desenfreadamente, a exemplo do que acontece com o tráfego pago⁵. Mais

5. Corporações que investem dinheiro nas plataformas de anúncios, para que o seu site seja mostrado com mais frequência às pessoas, atraindo um número maior de visitantes para a sua página na internet.

um ponto em comum com Foucault, se considerarmos que as táticas de governamentalidade alimentam o neoliberalismo (Foucault, 2008).

Um dos maiores redutos da governamentalidade algorítmica na atualidade tem sido as redes sociais. Esta afirmação encontra fundamento na enorme quantidade de usuários que acessam essas plataformas diariamente, proporcionando um ambiente ideal para o controle e a influência sobre o comportamento de mais gente.

Dentre as diversas redes sociais existentes, destacamos aqui o Instagram, por ser o objeto que selecionamos para exemplificar como funciona esta prática de governamentalidade algorítmica. Ela acontece de várias formas: nos anúncios, nas sugestões de amigos, em postagens, mas destacamos uma que nos inquieta significativamente, quer seja, a vigilância e o controle daquilo que o usuário pode ou não postar/publicar, tendo por base os “termos e diretrizes” da plataforma.

Partindo dessa premissa, notamos que a governamentalidade algorítmica tem limitado a liberdade do sujeito de expressar ou publicar tudo o que gostaria, uma vez que determinadas ações são classificadas como violações à dignidade humana. Por exemplo, conteúdos que incluem termos considerados impróprios, como “palavras proibidas” ou palavrões, muitas vezes são banidos ou têm sua visibilidade reduzida, já que os algoritmos da plataforma restringem sua entrega ao público. Estas restrições têm gerado impacto significativo, não apenas desmonetizando plataformas que dependem da veiculação das informações, mas também comprometendo a democratização do acesso ao conteúdo.

Sob essa perspectiva, entendemos que os sistemas de programação dos algoritmos balizam condições de possibilidade que instauram uma certa ordem do discurso no território digital. Importa destacar, porém, que não se trata de um deslocamento do poder “de humanos para algoritmos”, mas da emergência de

formas de poder mediadas por mecanismos algorítmicos concebidos por sujeitos inscritos em racionalidades empresariais e econômicas específicas. Uma vez automatizados, estes mecanismos operam segundo lógicas próprias de seleção, triagem e hierarquização que produzem efeitos de visibilidade e condução das condutas relativamente opacas e difíceis de contestar. Assim, embora o poder não deixe de ser humano em sua origem, sua mediação algorítmica torna mais complexas as possibilidades de refutação e resistência.

Ao afirmar que os algoritmos impetram sua própria ordem do discurso no ambiente digital, fundamentando-nos nas reflexões de Foucault sobre *A Ordem do Discurso* proferida no Collège de France, no dia 02 de dezembro de 1970, em sua aula inaugural. Nesta ocasião, Foucault propôs uma análise detalhada dos mecanismos que controlam, delimitam e organizam a produção dos discursos na sociedade. Consoante o autor:

em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (Foucault, 2014, p. 9).

Com um olhar clínico e singular, Foucault demonstrou como as instituições, não apenas regulam o que pode ser dito, mas também determinam quem tem o direito de falar e com que autoridade, destacando que o discurso nunca é neutro, mas sempre atravessado por relações de poder. Em sua análise, ele pontuou que a produção dos discursos é um processo cuidadosamente regulado por normas e práticas instituídas, que estabelecem quem possui o poder de definir o que é verdade e o que é legitimamente aceitável.

O discurso não apenas reflete a realidade, mas também contribui para sua construção, ao consolidar certas visões e excluir outras, perpetuando uma ordem que respeita as hierarquias. Esta dinâmica de controle e exclusão é fundamental para entender como as estruturas de poder operam na sociedade e, especialmente, como se configuram nas plataformas digitais, onde algoritmos e sistemas de moderação regulam o que pode ser visto ou dito.

Para fins desta pesquisa, deter-nos-emos a análise de alguns procedimentos encontrados em *A Ordem do Discurso* (Foucault, 2014) para identificarmos a ordem dos algoritmos. Porém, o faremos diferente, ao invés de observarmos a ordem pela ordem, observamos a ordem a através da desordem da linguagem *Algospeak*.

2 A veiculação da pornografia em discursos do corpo e da sexualidade sob o controle algorítmico

Michel Foucault (2015) argumenta que, na cultura ocidental, a sexualidade foi historicamente concebida como um dos aspectos mais importantes da existência humana. Para ele, o sujeito moderno busca no desejo sexual uma verdade essencial sobre si mesmo, produzida por um campo de saberes e poderes que se articulam nos discursos. Nesse sentido, a sexualidade torna-se um ponto privilegiado de exercício do poder, estreitamente vinculado ao saber, operando como dispositivo de organização, regulação e controle dos corpos e das subjetividades na sociedade moderna.

Este controle se explica, em grande parte, pelo fato de que o desejo produz no sujeito um efeito de liberdade. Ao buscar compreender a si mesmo por meio de seus prazeres, o sujeito acredita estar exercendo sua autonomia. No entanto, como aponta Foucault, essa aparente liberdade é atravessada por estratégias de poder que capturam, governam e organizam as condutas sob a justificativa da proibição e da vigilância dos corpos. Tal racio-

nalidade se intensifica diante do que é considerado pornográfico, para evitar a erotização excessiva e a banalização dos corpos.

O filósofo francês dedicou especial atenção à problemática da sexualidade, desenvolvendo uma obra específica sobre o tema: *A História da Sexualidade*, composta por quatro volumes. Nela, Foucault investiga como, ao longo do tempo, o desejo foi moldado por dispositivos normativos destinados a governar os sujeitos por meio de seus corpos, prazeres e afetos. No primeiro volume da obra, a título de exemplificação, Foucault (2015, p. 92) observa que a lógica da censura supõe uma estrutura de interdição em três formas: “afirmar que não é permitido, impedir que se diga, negar que exista”. Esta proposta revela uma estratégia de regulamentação dos discursos e das práticas manifestados sobre o sexo, produzindo subjetividades reguladas.

No ambiente digital, a lógica de regulação da sexualidade é atualizada e intensificada pelo funcionamento dos algoritmos, que assumem a função de disciplinar corpos, regular afetos e governar o que pode ser dito, visto ou sugerido. Na rede social Instagram, esse processo é mediado pelas chamadas Diretrizes da Comunidade, um conjunto de normas jurídico-discursivas que legitima os conteúdos permitidos e define os limites da visibilidade. Sob esse regime, a pornografia permanece como um campo de vigilância algorítmica ininterrupta, justamente por envolver representações e enunciados considerados sensíveis ou potencialmente ofensivos à política da plataforma.

Diante das constatações realizadas durante nossas análises, depreendemos que o campo discursivo da sexualidade é fortemente interditado pelos algoritmos no Instagram. No perfil @metropoles, particularmente, é raro encontrar uma expressão relacionada a esse campo que não esteja codificada por meio da linha de fuga da *Algospoke*, empregada para burlar os filtros automáticos e assegurar a permanência e visibilidade dos conteúdos.

Como demonstração dessa interdição que recai sobre o discurso da sexualidade no Instagram, apresentamos a seguir a primeira materialidade analisada nesta série enunciativa da pornografia.

Figura 2: *Reels* 1 sobre pornografia



Fonte: perfil do Instagram @metropoles, 2025

O *Reels* 1, que se apresenta acima, informa sobre depoimento dado pela cantora sertaneja Ana Castela acerca do suposto vazamento de uma imagem íntima sua na internet. Figura de grande notoriedade à época, com músicas virais e uma legião expressiva de fãs, Ana Castela utilizou seu perfil pessoal no Instagram para esclarecer que o “nudes” em questão (termo da contemporaneidade para designar fotografias íntimas enviadas a outra pessoa) - não lhe pertencia. Segundo ela, a imagem seria uma montagem produzida por meio da Inteligência Artificial.

Compreendendo que uma das estratégias de governo dos algoritmos também incide sobre o que é veiculado oralmente, já se nota que a plataforma editou a publicação, disponibilizando apenas um fragmento do depoimento da artista. Esse

recorte mostra como, em razão do funcionamento de uma vigilância algorítmica que atua não apenas sobre as palavras escritas, as subjetividades são condicionadas.

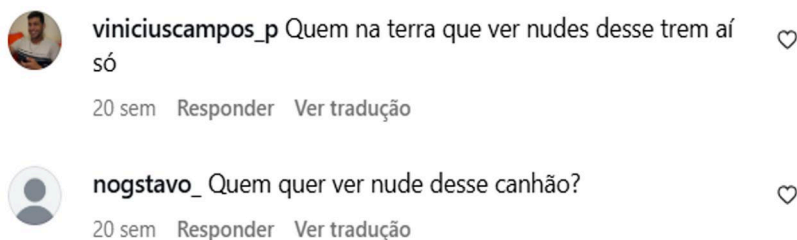
É possível perceber que a visibilidade pública da cantora, reconhecida pelo próprio algoritmo como uma figura de grande notoriedade, favorece o alcance da publicação, o que se demonstra pelos altos índices de visualizações (3,4 milhões) e curtidas (31 mil e 41). Ainda assim, este reconhecimento não impede a ação dos filtros automáticos da plataforma, que aplicam restrições aos conteúdos considerados sensíveis.

Por essa razão, mesmo Ana Castela exercendo o que poderíamos chamar, em termos foucaultianos, de *direito privilegiado do sujeito que fala*, faz-se necessário recorrer à codificação de termos por meio da linguagem *Algospeak*, como estratégia de transgressão algorítmica para que a publicação não seja silenciada ou removida. No *Reels 1 sobre pornografia* analisado, observamos a codificação de palavras como *nudes* e *onlyfans*. Esta última, em alusão à plataforma de conteúdos +18, nos leva a refletir sobre a regulação dos corpos erotizados e sua monetização, uma vez que se trata de um espaço conhecido por concentrar conteúdos pornográficos e sexualizados.

A necessidade de codificar essas expressões mostra o modo como os algoritmos operam na vigilância do desejo e na administração da visibilidade da sexualidade. Como discute Foucault (2015), o controle sobre os corpos implica, simultaneamente, o controle dos enunciados sobre o prazer. Trata-se de mais uma estratégia contemporânea de governo dos corpos e dos discursos, e Foucault já havia antecipado esse movimento ao afirmar que o corpo é uma superfície sobre a qual se inscrevem os efeitos do poder, lugar onde o controle se torna visível, onde o saber se fixa e onde a norma atua para produzir subjetividades.

Por fim, atentemo-nos para os comentários ocultados pelo Instagram, que na verdade são os algoritmos:

Figura 3: comentários extraídos do *Reels 1*



Fonte: perfil do Instagram @metropoles, 2025

Mesmo sob vigilância algorítmica, os comentários, ainda que parcialmente ocultados pela plataforma, revelam uma arena discursiva onde emergem certos enunciados ofensivos, agressivos. No caso em questão, as manifestações de violência simbólica direcionadas à cantora, como no comentário *Quem quer ver nude desse canhão?*, que associa o corpo feminino a uma retórica de desqualificação e hipersexualização. Tais enunciados reforçam o dispositivo da sexualidade descrito por Foucault (2015), segundo o qual o corpo e o desejo tornam-se alvos centrais de saberes normativos e mecanismos de poder. Aqui, o algoritmo pode ocultar o comentário, mas não impede a emergência do discurso violento, que se reinscreve no espaço digital como forma de ataque moral, reforçando desigualdades e operando uma forma de punição social pela exposição do corpo feminino. E muito provavelmente se a expressão “nudes”, nos dois casos, fosse codificada, ela estaria visível ao público.

A segunda materialidade selecionada para esta série enunciativa da pornografia refere-se ao caso de Antônio Vinícius Lopes Gritzbach, empresário supostamente executado por delatar o grupo do qual fazia parte, o Primeiro Comando da Capital (PCC) -

maior organização criminosa do Brasil. Embora a notícia aponte os crimes praticados por Gritzbach e sua conexão com a facção, a ênfase recai sobre um episódio anterior: a exposição do delator em um vídeo intimista em que dialogava com uma prostituta.

Figura 4: *Reels 2* sobre pornografia



Fonte: perfil do Instagram @metropoles, 2025

O uso da linguagem *Algospeak* sinaliza os campos discursivos interditados pelo controle algorítmico que perpassam o *Reels 2*: *prostitut4* (prostituta), *execvtado* (executado), *assassinato* (assassinato), *hom1cídio* (homicídio), *garota de programa* (garota de programa), *prostitutas* (prostitutas), *agride* (agride), *m4tar* (matar). O fato de termos ligados à sexualidade e à violência precisarem ser alterados confirma que a pornografia e o crime figuram entre os domínios mais vigiados no espaço digital.

A presença de *prostitut4*, em particular, é reveladora: para além da censura a conteúdos sexualizados, trata-se da tentativa de interditar uma figura feminina que escapa ao ideal norma-

tivo de “mulher”. A necessidade da *Algospeak* reforça a marginalização da prostituta, inscrita historicamente em um lugar de estigma. Os comentários vinculados à publicação auxiliam na desqualificação da prostituta ou a colocam em posição de subalternidade em relação ao homem criminoso e não são ocultados com a mesma intensidade. Isto mostra como a governamentalidade algorítmica não atua de forma neutra: ao mesmo tempo em que bloqueia termos ligados à prostituição, tolera a circulação de discursos que reforçam desigualdades de gênero, naturalizando a posição da mulher prostituta como alvo de reprovação social. Desse modo, atualiza-se o diagnóstico foucaultiano de que a sexualidade é produzida como dispositivo de saber-poder: um campo regulado por normas que delimitam os corpos e os desejos, como também os próprios modos de enunciar sobre eles.

No tocante ao regime de visibilidade, constata-se um paradoxo: por um lado, a pornografia é interdita, o que se confirma pela necessidade da *Algospeak*; por outro, é exatamente o componente sexual que assegura a viralização e o engajamento do caso, que alcançou cerca de 80 mil curtidas e mais de 7 milhões de visualizações. Este movimento ecoa o que Foucault denomina de “economia política do corpo”, ou seja, o mesmo corpo que é silenciado e interdito torna-se valioso na lógica capitalista, desde que enquadrado nas condições normativas de cada época - no tempo presente, as da gramática algorítmica.

A publicação tensiona, portanto, os dois eixos de maior interdição identificados por Foucault em *A Ordem do Discurso* (2014): a política (por envolver o crime organizado e a figura do delator) e a sexualidade (pela presença da prostituição). Estas regiões ajudam a explicar tanto a restrição algorítmica quanto a forte repercussão do caso. Notamos que a governamentalidade algorítmica não elimina por completo discursos interditos, pelo contrário, reconfigura-os, permitindo sua circulação, desde que

modulados pela codificação através da *Algospeak* e pelo teor de visibilidade que assegura o engajamento.

Em síntese, a análise desta materialidade confirma que a pornografia, em sua intersecção com a política, permanece como campo de intensa vigilância discursiva. O uso da linguagem *Algospeak*, a reação dos sujeitos envolvidos e a própria viralização do conteúdo demonstram que, no espaço digital, o sexo continua a ser um ponto estratégico de exercício do poder, atravessado por interdições, resistências e pela exploração algorítmica da atenção.

Se colocadas em diálogo, as duas primeiras análises desta série enunciativa (de Ana Castela e Gritzbach) possuem regularidades e singularidades. Em comum, ambas demonstram que a pornografia e a sexualidade são campos privilegiados de interdição, cuja circulação só é possível por meio da codificação algorítmica. Mas também apontam que, apesar da vigilância, esses conteúdos são aqueles que mais geram engajamento, visualizações e monetização, confirmando a centralidade do sexo como dispositivo de poder na contemporaneidade.

A última materialidade discursiva desta série enunciativa difere das anteriormente analisadas, pois se situa no campo discursivo da saúde. Contudo, acaba por estabelecer intersecções com o campo da pornografia, ao ativar questões que mobilizam debates sobre a sexualidade e as formas como esta é discursivizada no espaço digital.

A notícia integra as postagens do @metropoles_saudeciencia, uma subpágina vinculada ao perfil principal @metropoles. Enquanto a página matriz concentra as publicações de maior alcance e reúne publicações diversas e heterogêneas, as subpáginas - como essa dedicada à saúde - atuam como espaços segmentados, responsáveis por veicular conteúdos específicos, geralmente de caráter informativo e educativo, alinhados a práticas de biopolítica voltadas ao cuidado e à conscientização da população.

Figura 5: *Reels 3* sobre pornografia



Fonte: perfil do Instagram @metropoles, 2025

É comum as publicações dessas subpáginas apresentarem índices baixos de visibilidade se comparadas ao perfil principal, uma vez que a circulação dos conteúdos tende a ser mais restrita. No entanto, a materialidade em análise rompe com essa regularidade: o *Reels 3* em questão alcançou 2,3 milhões de visualizações e 12 mil curtidas, números muito acima da média de engajamento observada nesse espaço discursivo.

O vídeo contém a história de vida de Joe, homem britânico nascido com uma condição rara - a ausência do ânus - que compartilha nas redes sociais sua rotina de cuidados médicos de forma descontraída e educativa. O enunciado principal da notícia - *homem que nasceu sem ân*s compartilha rotina nas redes sociais* - recorre à linguagem *Algospeak* (ân*s) para assegurar a circulação do conteúdo, visto que o termo “ânus” aciona o campo discursivo da sexualidade, associado à pornografia, região fortemente interdita no Instagram. Aqui, percebemos uma regularidade já apontada nas análises anteriores: a codificação linguística como condição de enunciabilidade de discursos vinculados

ao corpo e, sobremaneira, à sexualidade, por ser o campo discursivo que mais se fala, logo, também o mais interdito.

O alcance significativo da publicação, além do uso da *Algopeak*, pode ser explicado por fatores estratégicos, como o uso de *hashtags* que funcionam como efeito-acúmulo (Baracuhy, 2020) ao enunciado principal da notícia, quais sejam: #malformacao, #colostomia e #medicos. Tal mecanismo visa ampliar a indexação e a circulação do conteúdo.

A *hashtag* #malformação reúne os discursos de sujeitos que compartilham experiências relacionadas a condições consideradas anormais do corpo. Embora haja um vasto conteúdo vinculado a essa *hashtag*, sua visibilidade, em regra, é reduzida - e a materialidade aqui analisada constitui uma exceção. Essa baixa circulação pode ser compreendida à luz da pesquisa de doutorado intitulada *A pedagogia do sorriso na ordem do discurso da inclusão da revista Sentidos: poder e subjetivação na genealogia do corpo com deficiência*, de autoria da pesquisadora Maria Eliza Freitas do Nascimento do grupo de Pesquisa Foucaultiano Círculo de Discussões em Análise do Discurso - CIDADI/Proling/UFPB e orientada pela professora Regina Baracuhy. Em diálogo com Foucault (2001), a pesquisa mencionada indica que, historicamente, o sujeito “anormal” foi concebido como alguém a ser eliminado enquanto espécie, de modo a purificar a sociedade de problemas e desvios. Essa perspectiva ajuda a compreender que discursos sobre a anomalia corporal, ainda hoje, permanecem no embate entre a exclusão e a possibilidade de visibilidade midiática, quer dizer, o corpo em estigma não monetiza e/ou veicula a publicação.

Já a *hashtag* #colostomia conecta Joe a um coletivo de pessoas que vivenciam as mesmas dores, rotinas, estratégias de enfrentamento e também publicizam em um gesto que pode ser lido como um ato de resistência à ordem da normalidade. Nesse ponto, é importante ressaltar que a posição-sujeito de Joe - mul-

tipificador reconhecido no Instagram por tratar dessa temática com humor e didatismo -, confere-lhe o *direito privilegiado do sujeito que fala* na ordem do discurso algorítmico.

Por fim, a *hashtag* #medicos é a que mais possui visualizações, dado que o engajamento das publicações veiculadas a ela sempre têm um alcance sugestivo. Isso se explica pelo fato de que tal *hashtag* mobiliza um discurso de legitimidade científica, que reforça a autoridade do saber-poder da medicina.

Partindo para outra dimensão, os comentários dispostos na publicação revelam uma postura bifurcada no funcionamento discursivo algorítmico na plataforma. Embora a postagem trate da temática da saúde, as interações deslocam o caso noticiado para regiões de disputa moral e política, materializadas em enunciados como “*imagina se ele resolvesse ser gay*” ou “*pelo menos não pode ser gay, né?*”. Tais manifestações, que sexualizam e estigmatizam o corpo do sujeito, não são ocultadas pelo algoritmo, o que reforça a hipótese de que a governamentalidade algorítmica atua de maneira enviesada, legitimando discursos atravessados por machismo e heteronormatividade. Desse modo, o mesmo sistema que interdita termos como “ânus” permite a circulação de ofensas dirigidas ao sujeito, expondo também as contradições de sua lógica de filtragem.

Em suma, as três análises empreendidas nesta série enunciativa da pornografia permitem observar uma regularidade fundamental: a sexualidade, sob diferentes formas - seja no escândalo midiático de uma celebridade, na exposição de um delator criminoso envolvido com prostituição ou na narrativa biológica de um sujeito que nasceu sem ânus - permanece um campo de intensa vigilância algorítmica. Em todos os casos, o recurso à linguagem *Algospeak* se apresenta como condição de enunciabilidade, funcionando como linha de fuga que possibilita a permanência do

discurso em um espaço que, ao mesmo tempo em que interdita, também monetiza e capitaliza o que lhe interessa

Esta dinâmica aponta também para um contraponto que não podemos perder de vista: os algoritmos silenciam expressões relacionadas ao corpo e à sexualidade, mas permitem a circulação de comentários violentos e discriminatórios, como aqueles que reforçam a estigmatização da prostituição, a ridicularização de corpos e até mesmo ataques de cunho homofóbico. Tal seletividade confirma que o regime algorítmico não opera de forma neutra, mas legitima discursos alinhados a valores patriarcais e conservadores, enquanto restringe enunciados que se opõem às tais normas. Nesse processo, a gramática algorítmica atua como verdadeira política da linguagem, regulando o que pode ou não ser dito, definindo os modos possíveis de dizer e reconfigurando o campo da sexualidade em sua circulação digital.

Outrossim, a análise aponta como determinados sujeitos se tornam privilegiados na fala: celebridades, figuras públicas ou indivíduos já reconhecidos por sua visibilidade digital conseguem maior alcance, mesmo em meio às restrições, enquanto sujeitos anônimos ou subalternizados tendem a ser silenciados. O algoritmo, nesse sentido, reitera desigualdades, produzindo uma hierarquia de vozes que atravessa a economia da atenção (Citton, 2014).

Assim, a pornografia e a sexualidade, longe de serem apenas interditas, constituem motores centrais da economia da atenção digital. Mais do que proibir, o regime algorítmico explora o potencial de choque, indignação ou curiosidade que esses conteúdos despertam, convertendo-os em engajamento e, portanto, em lucro. Como apontou Foucault, o sexo sempre foi um ponto estratégico de exercício do poder; no espaço digital, essa estratégia se renova, articulando interdições, resistências e exploração algorítmica da atenção, na produção de subjetividades.

Considerações finais

Tendo em vista que vivemos em uma era midiaticizada, a análise do impacto dos algoritmos na produção das subjetividades e no controle dos discursos no Instagram - com ênfase nas dinâmicas da linguagem *Algospeak* como possíveis estratégias de transgressão à governamentalidade algorítmica - nos permitiu diagnosticar que as estratégias de vigilância destes mecanismos atuam como mobilizadores de vontades de verdade da época. Nesse processo, instauram uma nova ordem do discurso, regulando a circulação e a visibilidade das publicações, ao mesmo tempo em que modulam comportamentos e interferem na constituição das subjetividades digitais.

As estratégias de governamentalidade algorítmica, inscritas no funcionamento do Instagram, objetivam os sujeitos e seus corpos, organizando as práticas de visibilidade e controle. Notamos que os algoritmos operam como dispositivos sofisticados de vigilância, que se apropriam dos rastros digitais deixados pelos usuários para estruturar os modos de ser e agir no território digital.

Ao classificar, hierarquizar e filtrar conteúdos, o Instagram não apenas organiza a circulação discursiva, mas também orienta formas de subjetivação, de modo que os sujeitos passam a ajustar sua performance digital às regras “invisíveis” da plataforma. Assim, confirma-se a premissa de que os algoritmos não são neutros, mas funcionam como tecnologias de poder que incidem diretamente sobre os corpos e suas condutas.

A originalidade deste trabalho consiste em trazer para o campo da Linguística uma reflexão sobre a *Algospeak*, fenômeno ainda pouco explorado, sobretudo no Brasil. Ao situar essa linguagem no cerne dos Estudos Discursivos Foucaultianos, ampliamos a compreensão de como os discursos se inscrevem nas disputas de

poder em ambientes digitais, ora sendo capturados por tecnologias de governo, ora funcionando através de práticas de resistência e/ou transgressão.

Concluimos que os resultados aqui alcançados não pretendem encerrar a discussão, mas abrir caminhos. Pesquisas futuras podem explorar outras possibilidades da linguagem *Algospeak* como estratégias de transgressão ao controle algorítmico. Também se mostram promissoras análises comparativas de práticas da *Algospeak* em diferentes plataformas, de modo a perscrutar tanto regularidades quanto singularidades em sua produção de sentidos. Em última instância, permitem compreender como essas dinâmicas discursivas articulam as relações entre saber, poder, tecnologias digitais de vigilância e subjetividade na sociedade de controle em que vivemos.

Referências

BARACUHY, R. Cartografias da Resistência: as vozes das manifestações de rua. **Revista Moara: Estudos Linguísticos**, Belém, v. 1, n. 57, dezembro de 2020.

BARRETO, M. S.; BARACUHY, R.; SANTOS, R. C. dos; SOUSA, L. V. de; ALVES, L. L. Algospeak na ordem discursiva do Instagram: a subversão do algoritmo. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 21, n. 62, p. 187–204, 2025. DOI: 10.5281/zenodo.14941940. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/6640>. Acesso em: 25 maio. 2025.

BAUMAN, Z.; LYON, D. **Vigilância líquida**: diálogos com David Lyon. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CITTON, Y. **A economia da atenção**: novos horizontes para a vida intelectual. Tradução de André Telles. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

CORMEN, T. H. [*et al.*]. **Algoritmos: teoria e prática**. Tradução da segunda edição [americana] por Vandenberg Dantas de Souza. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

DELEUZE, G. **Foucault**. Tradução de Cláudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Editora Brasiliense, 2005.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 3 ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José A. Guilhaon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GREGOLIN, M. R. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos**. 2 ed. São Carlos, SP: Editora Claraluz, 2006.

ISAM, H. Algospeak and digital culture: navigating social media challenges. In: RARASTESA, Z. et al. (Org.). **Proceedings of the Third International Conference on Communication, Language, Literature, and Culture (ICCoLLiC 2024). Advances in Social Science, Education and Humanities Research 883**, v. 1, n. 1, dezembro, 2024.

MÉTROPOLES [@metropoles]. Instagram, perfil oficial do portal de notícias Metrôpoles. Disponível em: <https://www.instagram.com/metropoles/>. Acesso em: 26 fev. 2026

NASCIMENTO, M. E. F do. **A pedagogia do sorriso na ordem do discurso da inclusão da Revista Sentidos: poder e subjetivação na genealogia do corpo com deficiência**. 2013. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/6400>. Acesso em: 25 de fev. 2026

NAVARRO, P. Estudos discursivos foucaultianos: questões de método para análise de discursos. **MOARA – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras ISSN: 0104-0944**, [S.l.], v. 1, n. 57, p. 08-33, dez. 2020. ISSN 0104-0944. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/9682>. Acesso em: 15 dez. 2023. doi:<http://dx.doi.org/10.18542/moara.v1i57.9682>.

PROJECT BABEL [@projectbabel.2022]. **In Project Babel there are two modes, day and night. Be careful and watch your language, the god of algorithms is watching you! [Postagem]** Instagram, 28 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/projectbabel.2022/>. Acesso em: 25 fev. 2026

ROUVROY, A.; BERNIS, T. Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o dispar como condição de individuação pela relação? In: BRUNO, F.; CARDOSO, B.; KANASHIRO, M.; GUILHON, L.; MELGAÇO, L. (Orgs.). **Tecnopolíticas da vigilância**: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 1 ed., 2018.

VICENTE, P. N. **Os algoritmos e nós**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2023.

VOSS, J.; NAVARRO, P. A noção de enunciado reitor de Michel Foucault e a análise de objetos discursivos midiáticos. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 13, n. 1, p. 95-116, jan./abr. 2013.

Autores e autoras

Texto I



Antonio Genário Pinheiro dos Santos

é professor associado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pós-Doutor em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pós-Doutor em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) com estágio doutoral na

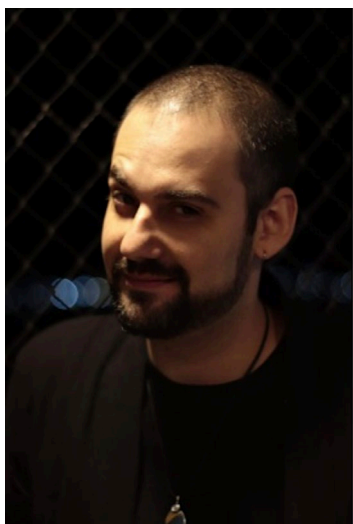
University of Georgia, em colaboração com o Latin American and Caribbean Studies Institute/LACSI – UGA/USA. Mestre em Letras, Especialista em Língua Inglesa e Graduado em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Líder do Grupo de Pesquisa Práticas Linguísticas Diferenciadas da UFRN e membro do Grupo de Pesquisa do Discurso da UERN (GRED). Coordenador local do Instituto Ágora/Inglês na Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó (FELCS). Editor-gerente da Revista Saridh - Periódico Eletrônico do Curso de Letras da FELCS/UFRN. Atualmente realiza estudos sobre mídia e discurso, atuando na área de Letras, com ênfase no ensino de Inglês como Língua Estrangeira e desenvolvendo pesquisas na área de Análise do Discurso.



Carlos Piovezani é professor associado da Universidade Federal de São Carlos, pesquisador do CNPq e coordenador do Laboratório de Estudos do Discurso (Labor/UFSCar). Financiadas pelo CNPq, pela CAPES ou pela FAPESP, suas pesquisas tratam da história da fala pública, do discurso político e de discursos da mídia. Foi professor convidado na

EHESS/Paris e professor visitante na Universidade de Buenos Aires. Entre suas publicações, se destacam: *A era da ansiedade: discursos do medo no império das emoções* (Vozes), *A voz do povo: uma longa história de discriminações* (Vozes), *A linguagem fascista* (Hedra), *A fala feminina: silenciamentos e resistências* (Jandaíra), *O discurso e as emoções* (Parábola), *História da fala pública* (Vozes), *Presenças de Foucault na Análise do discurso* (EdUFSCar), *Legados de Michel Pêcheux* (Contexto) e *Verbo, Corpo e Voz* (Editora UNESP).

Texto 2



Felipe Bini é graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Uniguairaca (2016) e mestre em Letras pela Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná (UNICENTRO), atualmente doutorando no mesmo programa. Membro do Laboratório dos Estudos do Discurso da Unicentro (LEDUNI), pesquisa na perspectiva dos Estudos Discursivos Foucaultianos discursos sobre gênero, saúde mental e monstrosidades.



Denise Gabriel Witzel

é professora Associada do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), campus de Guarapuava-PR. Doutora em Linguística e Língua Portuguesa, com estudos em programa de doutorado sanduíche na Universidade Louis Lumière de Lyon II, França. Realizou estágio de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos na Universidade Federal

de Uberlândia (UFU). É líder do Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos do Discurso da Unicentro (LEDUNI/CNPQ); membro do GT de Estudos Discursivos Foucaultianos da ANPOLL. Atua na área de Linguística, com ênfase em Análise do Discurso, priorizando o ensino da língua portuguesa, discurso, corpo e história das mulheres.

Texto 3



Isabely Fernandes Fonseca é

discente do curso de Letras - Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Pesquisadora no campo dos estudos discursivos e da literatura, com enfoque na literatura brasileira.

**Khyara Luanny de Lima**

Fernandes é discente do curso de Letras - Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Pesquisadora no campo dos estudos discursivos com foco aos temas: corpo, modos de subjetivação, feminismo e relações de poder-saber.

**Maria Eliza Freitas do**

Nascimento é professora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras - PPGL da UERN. Realizou Estágio Pós-doutoral em História na UFPE. Desenvolve pesquisa sobre as práticas discursivas do cotidiano, dando destaque para temas que envolvem o corpo, as relações de poder e os modos de subjetivação.

Texto 4



José Domingos. Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba. Professor Associado da Faculdade de Linguística, Letras e Artes – FALLA – e do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores – PPGFP – da UEPB. Membro do grupo Teorias do sentido: discursos e significações (TEOSSENO-

CNPq-UEPB). É editor da revista *Discursividades*. Desenvolve pesquisa em Estudos do Discurso, com interesse nos seguintes temas: relações de poder e processos de subjetivação; as subjetividades na contemporaneidade; o discurso e os sentidos em narrativas midiáticas e audiovisuais.

Texto 5



Danilo de Meireles é Mestrando do programa de Pós-graduação em Desenho, Cultura e Interatividade (UEFS) e membro do Grupo de estudos Linguagem, Sociedade e Produção de Discurso (LINSP). Possui graduação em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda pela Universidade Católica do Salvador

(UCSal). Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Relações Públicas e Propaganda. Desenvolve pesquisas na área de audiovisualidades, análise do discurso e masculinidades negras.



Carla Luzia Carneiro Borges é Doutora em Linguística (UNICAMP), professora Titular da Universidade Estadual de Feira de Santana, líder do grupo de pesquisa LINSP/CNPq (Linguagem, Sociedade e Produção de Discursos). Professora permanente no Programa de Pós-graduação em Desenho, Cultura e Interatividade (PPGDCI/UEFS). Integra o Núcleo de Leitura Multimeios (UEFS) e o Círculo de Discussões em Análise do Discurso (CIDADI/CNPq/UFPB). Desenvolve

o Projeto de pesquisa Modalidades do saber/poder em práticas de leitura, concebendo leitura/letramento como prática discursiva, na

perspectiva do Estudos Discursivos Foucaultianos e realiza atividade de extensão no Projeto Círculos de leitura: uma alternativa de mobilização de leitores e no Programa Rede de Saberes: população em situação de rua, migrantes e refugiados.

Texto 6



Matheus Rodrigues da Silva

é graduado em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2025). Tem experiência na área de Letras, com ênfase no discurso.



Luciana Fernandes Nery é

professora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Doutora em Linguística pelo Programa de Pós- Graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba- UFPB. Mestra em Linguagem e Ensino pela UFCG - Universidade Federal de Campina Grande (2011) e Graduada em Letras pela Universidade Estadual da Paraíba (2006). É integrante do Círculo de Discussões em Análise do Discurso (CIDADI/UFPB) e do Grupo

de Pesquisa em Ensino, Literatura e Linguagem (GELIN/UERN). Desenvolve pesquisas relacionadas à violência contra a mulher, machismo e mídias digitais.

Texto 7



Carlos Piovezani é professor associado da Universidade Federal de São Carlos, pesquisador do CNPq e coordenador do Laboratório de Estudos do Discurso (Labor/UFSCar). Financiadas pelo CNPq, pela CAPES ou pela FAPESP, suas pesquisas tratam da história da fala pública, do discurso político e de discursos da mídia. Foi professor convidado na

EHESS/Paris e professor visitante na Universidade de Buenos Aires. Entre suas publicações, se destacam: *A era da ansiedade: discursos do medo no império das emoções (Vozes)*, *A voz do povo: uma longa história de discriminações (Vozes)*, *A linguagem fascista (Hedra)*, *A fala feminina: silenciamentos e resistências (Jandaíra)*, *O discurso e as emoções (Parábola)*, *História da fala pública (Vozes)*, *Presenças de Foucault na Análise do discurso (EdUFSCar)*, *Legados de Michel Pêcheux (Contexto)* e *Verbo, Corpo e Voz (Editora UNESP)*.



Sandson de Souza Costa é doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos e bolsista CNPq. É membro do Laboratório de estudos do Discurso (Labor) e desenvolve pesquisas na área de Análise do Discurso, especialmente sobre a relação política-religião, o discurso fundamentalista cristão, poder pastoral e a pregação neopentecostal no discurso político brasileiro contemporâneo.

Texto 8



Maria da Glória da Costa de Farias é mestra em Letras, Área de Concentração: Estudos de Diversidade Cultural, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Rondônia (2025). É Professora do Ensino Fundamental e Médio no quadro permanente civil do Estado de Rondônia. Atua como pesquisadora no Grupo de Estudos sobre Discurso e Cultura na Amazônia GEDisCA/UNIR/CNPq).

Tem experiência docente no Ensino Fundamental e Médio na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, Redação e Alfabetização. Atuou como Coordenadora do Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Rondônia - SAERO (2022 - 2023), também como coordenadora local do Sistema de Avaliação de Educação Básica - SAEB (2019-2021-2023- 2025).



Jefferson Campos é Doutor em Letras, Área de Concentração: Estudos Linguísticos, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (2021). É Professor Adjunto lotado no Departamento Acadêmico de Letras Vernáculas (DALV/UNIR) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal de Rondônia. Tem experiência docente e em pesquisa nas áreas de (i) Linguística, com ênfase nos Estudos

Discursivos Foucaultianos, Análise do Discurso e Estudos do Texto e; (ii) Linguística Aplicada com foco nas Epistemologias do Sul e nos Estudos Interseccionais. É líder do Grupo de Estudos sobre Discurso e Cultura na Amazônia (GEDisCA/CNPq) e vice-líder do Grupo de Estudos em Análise do Discurso da UEM (Geduem/CNPq); atua como pesquisador no: Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Gêneros, Discursos e Comunicação na Amazônia (Unir - Hibiscus/CNPq); no Grupo de Pesquisa Linguagem e Racismo da UFSB (GPLR/CNPq) e; no Círculo de Discussões da Análise do Discurso (CIDADI-UFPB). É membro das seguintes associações científicas: Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras - GT Estudos Discursivos Foucaultianos (Anpoll), da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), onde atua como membro da direção da associação (biênio 2026-2028) e como Vice-Coordenador do Comitê de Análise do Discurso, também da Associação Latino-americana de Estudos do Discurso (ALED).



Maraisa Daiana da Silva é

Doutora em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), com Licenciatura em Letras Português - Francês pela mesma instituição. Especializou-se em áreas fundamentais como Docência no Ensino Superior, Metodologias Ativas e Tecnologias Aplicadas ao Ensino a Distância. Como pesquisadora, é membro do Grupo de Estudos em Análise do Discurso da UEM (Geduem), direcionando

suas investigações para os Estudos Discursivos Foucaultianos e a Linguística. Como docente, atua como professora substituta no Departamento de Língua Portuguesa da Universidade Estadual de Maringá (DLP/UEM) e como professora no Centro Universitário Cidade Verde (UniCV).

Texto 9



Izaías Serafim de Lima Neto

é licenciado em Letras - Português pela Universidade Estadual da Paraíba; Mestre e Doutor em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, com pesquisas dentro dos Estudos Discursivos Foucaultianos (EDF). Professor Adjunto B da Universidade Federal do Amapá, campus Binacional de Oiapoque/AP. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/CAPF/UERN). Pesquisador com foco

em estudos de gênero, corpo, sexualidade e educação nas mídias digitais.

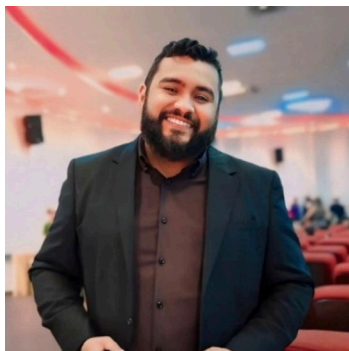
Texto 10



Liliane Luz Alves é doutoranda em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com pesquisa voltada às relações entre discurso, corpo e resistência cultural. Mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), possui trajetória interdisciplinar que articula linguagem, mídia e cultura. Atua como professora universitária

desde 2014, com experiência em cursos presenciais e a distância na área de Comunicação e Letras/Libras. É pesquisadora vinculada ao grupo CIDADI – Círculo de Discussões em Análise do Discurso, desenvolvendo estudos fundamentados na Análise do Discurso de linha foucaultiana. Integra projetos de pesquisa como “Materialidades da discriminação” e “Corpos efêmeros”, investigando subjetividades,

biopolítica e práticas discursivas contemporâneas. Suas áreas de atuação concentram-se em Linguística, Comunicação, cultura digital, corpo e discurso, com ênfase em processos de subjetivação e resistências culturais.



José Augustiano Xavier dos Santos é doutor em Comunicação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), com pesquisa na área de Mídia e Práticas Socioculturais. Mestre em Comunicação pela UFC (2017) e graduado em Jornalismo, possui experiência consolidada no ensino superior, atuando como professor e coordenador de curso no Centro

Universitário UNINTA, tanto na modalidade presencial quanto a distância. Desenvolve projetos nas áreas de rádio, TV universitária, jornalismo digital e extensão acadêmica, com destaque para iniciativas como Rádio Universitária, TV Universitária e Agência Júnior de Comunicação. Também possui atuação em produções audiovisuais e programas televisivos, exercendo funções de roteirista e diretor. Seus interesses concentram-se em comunicação e juventudes, comunicação comunitária, audiovisual, jornalismo digital e educomunicação.

Texto II



Douglas de Oliveira Domingos é doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFPB, também é Mestre pela mesma instituição de ensino e licenciado em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Vale do Acaraú / UNAVIDA e graduado em Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba. Professor de Língua Portuguesa na

Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (SEE-PB) e na Secretaria de Educação do Município de João Pessoa (SEDEC-JP).



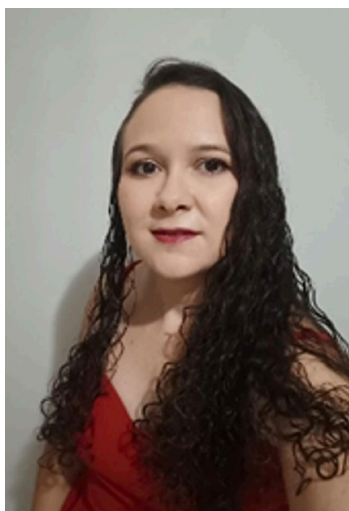
Laurênia Souto Sales é doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING/CCHLA / UFPB). Professora associada I da Universidade Federal da Paraíba – Campus IV. É também professora, na modalidade Educação a Distância, no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFPB Virtual.

Texto 12



Giordan Victor Santos Costa é mestrando no Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (PPgEL/UFRN), pós-graduando em Linguística Forense na Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó (FELCS/UFRN) e Graduado em Letras Português e Inglês na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/ FELCS). Colaborador vinculado ao grupo Análise Textual dos Discursos

(ATD/UFRN) e ao Laboratório de Práticas Educativas, Inovadoras e Acessíveis (LAPEIA/FELCS). Tem desenvolvido pesquisas, trabalhos e atividades de extensão no campo da Educação, na área de acessibilidade e inclusão, e da Linguística, na área da Análise do Discurso, especialmente relacionado aos Estudos Discursivos Foucaultianos, versando sobre gênero, sexualidade e corpo em manifestações linguísticas e discursivas no campo midiático.



Rafaela Cláudia dos Santos é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde é bolsista CAPES. Mestre em Ciências da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPCL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Bacharela em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e licenciada em Letras Língua Portuguesa e Literatura pela mesma

instituição. Possui especialização em Docência no Ensino Superior pela Universidade Potiguar (UNP). É membro dos grupos de pesquisa Círculo de Discussões em Análise do Discurso (CIDADI/UFPB) e Grupo de Estudos do Discurso da UERN (GEDUERN).



Antonio Genário Pinheiro dos Santos é professor associado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pós-Doutor em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pós-Doutor em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) com estágio doutoral na

University of Georgia, em colaboração com o Latin American and Caribbean Studies Institute/LACSI – UGA/USA. Mestre em Letras, Especialista em Língua Inglesa e Graduado em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Líder do Grupo de Pesquisa

Práticas Linguísticas Diferenciadas da UFRN e membro do Grupo de Pesquisa do Discurso da UERN (GRED). Coordenador local do Instituto Ágora/Inglês na Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó (FELCS). Editor-gerente da Revista Saridh - Periódico Eletrônico do Curso de Letras da FELCS/UFRN. Atualmente realiza estudos sobre mídia e discurso, atuando na área de Letras, com ênfase no ensino de Inglês como Língua Estrangeira e desenvolvendo pesquisas na área de Análise do Discurso.

Texto 13



Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho é Pós-Doutor em Linguística pela UEMS (2022/2024), Doutor em Letras - Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Mestre pelo programa de pós-graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília - UCB, Especialista em Informática na Educação pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Inglesa pela

Faculdade Atenas Maranhense - FAMA e é Graduado em Letras Pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Professor Adjunto na Universidade Federal do Maranhão - UFMA atuando na Graduação (Curso de Letras Libras) e Pós-Graduação (Mestrado em Letras de Bacabal e PGLetras de São Luís) e Coordenador Adjunto do PARFOR/UFMA; foi professor na Secretaria municipal de Educação de São Luís - SEMED e da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão SEDUC por onze anos. É Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Discurso, Sociolinguística e Sociedade – GEDiSS.



Liliane Luz Alves é doutoranda em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com pesquisa voltada às relações entre discurso, corpo e resistência cultural. Mestra em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), possui trajetória interdisciplinar que articula linguagem, mídia e cultura. Atua como professora universitária desde 2014, com

experiência em cursos presenciais e a distância na área de Comunicação e Letras/Libras. É pesquisadora vinculada ao grupo CIDADI – Círculo de Discussões em Análise do Discurso, desenvolvendo estudos fundamentados na Análise do Discurso de linha foucaultiana. Integra projetos de pesquisa como “Materialidades da discriminação” e “Corpos efêmeros”, investigando subjetividades, biopolítica e práticas discursivas contemporâneas. Suas áreas de atuação concentram-se em Linguística, Comunicação, cultura digital, corpo e discurso, com ênfase em processos de subjetivação e resistências culturais.

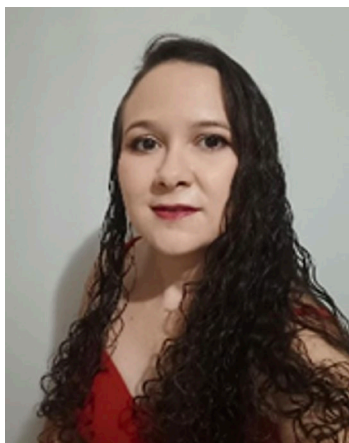
Texto 14



Anderson Sales da Silva é mestre em Ciências da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Atua como professor na rede pública e privada de ensino do Rio Grande do Norte. Desenvolve pesquisas na área da Análise do Discurso de linha francesa, com foco nas relações

entre linguagem, poder e resistência, bem como nos processos de constituição das formações discursivas. Seus estudos concentram-se

especialmente na análise de discursos que circulam nas mídias sociais, investigando como sentidos, posicionamentos e disputas simbólicas são produzidos nesses espaços digitais. Sua atuação acadêmica volta-se para a investigação dos modos de funcionamento do discurso em contextos contemporâneos, contribuindo para a compreensão crítica das práticas discursivas presentes no ambiente digital.



Rafaela Cláudia dos Santos é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde é bolsista CAPES. Mestre em Ciências da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPCL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Bacharela em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e licenciada em Letras Língua

Portuguesa e Literatura pela mesma instituição. Possui especialização em Docência no Ensino Superior pela Universidade Potiguar (UNP). É membro dos grupos de pesquisa Círculo de Discussões em Análise do Discurso (CIDADI/UFPB) e Grupo de Estudos do Discurso da UERN (GEDUERN).



Lúcia Helena Medeiros é graduada em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (1991), especialização em Linguística aplicada pela UERN (2002), mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística - PROLING, da Universidade Federal da Paraíba - UFPB (2008), e doutorado pelo mesmo Programa de Pós-Graduação,

da Universidade Federal da Paraíba (2012). Atualmente é professora Classe III - N10, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Membro do Mestrado Profissional em Letras - PROFLETRAS e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem - PPCL, do qual esteve Coordenadora entre 2018-2020. Foi coordenadora de área do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID - Língua Portuguesa de 2012 a 2022. Desenvolve pesquisas sobre Relações de gênero e violência contra a mulher. Atua principalmente nos seguintes temas: discurso, questões de gênero, violências contra a mulher, ensino, letramentos.

Texto 15



Geilson Fernandes de Oliveira

é Graduado em Comunicação Social - Jornalismo, pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestre em Ciências Sociais e Humanas pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN). Doutor em Estudos da Mídia pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPGEM), da Universidade Federal

do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor do Curso de Jornalismo em Multimeios da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Pesquisador do Instituto Nacional de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT-Fiocruz). Membro do Grupo de Estudos do Discurso da UERN (GEDUERN). Autor dos livros “Crise brasileira, crise de sentidos: sociabilidade e emoções nas conversações das páginas das revistas Veja e Carta Capital no facebook (2015-2016)”;

“A felicidade nas páginas da literatura de autoajuda: discurso, poder e subjetividade” e organizador da obra “Mídia, discurso e sociedade: problematizações contemporâneas”.



Marcília Luzia Gomes da Costa Mendes é graduada em Comunicação

Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestra em Biblioteconomia (UFPB) e doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Docente aposentada da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), com ampla atuação nos cursos de Comunicação da instituição, bem como nos Programas de Pós-Graduação em

Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH), Letras (PPGL) e Ciências da Linguagem (PPCL), da UERN. Tem vasta experiência na área de Comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: análise de discurso, quadrinhos, mídia, jornalismo, gênero, discurso e na gestão de projetos de pesquisa. Atualmente, é pesquisadora da Fundação de Amparo e Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação do Rio Grande do Norte (FAPERN).



Kildare de Medeiros Gomes

Holanda é graduado em Comunicação Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Texto 16



Matheus Silva Barreto é graduado em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa, pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Membro ativo do Círculo de Discussões em Análise do Discurso (CIDADI/UFPB/CNPQ). Pós-graduado em Ensino de Língua Portuguesa pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI).

Integrou o Grupo de Pesquisa e Estudos da Oralidade (GRUPEO/UEPB/CNPq). Participou como aluno bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID 2018-2020/UEPB/CAPES), bem como do Programa Residência Pedagógica (2020-2022/UEPB/CAPES). Desenvolve sua pesquisa na Área de Concentração Linguística e Práticas Sociais, com ênfase para a Linha de Pesquisa Discurso e Sociedade.



Regina Baracuhy é professora doutora da UFPB, onde orienta pesquisas em nível de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado. Está vinculada ao Departamento de Língua Portuguesa e Linguística (DLPL) e é membro permanente do Programa de Pós-graduação em Linguística (PROLING/UFPB). Possui Pós-doutorado em Linguística pela Universidade Federal de Uberlândia-

UFU (2023), Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP-Araraquara (2004); Graduação em Letras (1987) e Mestrado

em Língua Portuguesa na Universidade Federal da Paraíba (1994). Adota, como aporte teórico-metodológico, os pressupostos da área dos Estudos Discursivos Foucaultianos. Desenvolve pesquisas que envolvem questões relacionadas ao discurso, sujeito, governamentalidade e movimentos de resistência na mídia digital, além da cartografia de espaços urbanos. É membro do GT Estudos Discursivos Foucaultianos da ANPOLL e coordena o Grupo de Pesquisa interinstitucional (CIDADI) - Círculo de Discussões em Análise do Discurso (UFPB / CNPQ), que reúne professores-pesquisadores de várias universidades brasileiras, de norte a sul do país (UEM, UNESP-Araraquara, UNICENTRO, UnB, UFPA, UNIFESSPA, UNIR, UEFS, UFRN, UFRSA, UERN, UFMA, UFCG, UEPB).



DISCURSOS NA PRODUÇÃO DO PRESENTE

Sentidos e sujeitos em espaços de luta



Antonio Genário Pinheiro dos Santos

Maria Eliza Freitas do Nascimento

Rafaela Cláudia dos Santos

Denise Gabriel Witzel

- Organizadores -



Marca de Fantasia